

ARACIL · CARVALHO CALERO · COROMINES · DURAM · ESTRAVIZ  
FIGUEROA · FONTENLA · GLADSTONE CHAVES DE MELO · GIL  
HERNANDEZ · MARTINHO MONTERO · D. PRIETO · RODRIGUES LAPA

# LINGÜÍSTICA E SÓCIO-LINGÜÍSTICA GALAICO-PORTUGUESA

(REINTEGRACIONISMO E CONFLITO LINGÜÍSTICO NA GALIZA)

VOLUME I



TEMAS DE **O ENSINO** N.º 4/5

REVISTA GALAICO-PORTUGUESA DE SÓCIO-PEDAGOGIA  
E SÓCIO-LINGÜÍSTICA

ANO 1985

TEMAS DE « O ENSINO » N.º 4/5

Preço : 600 Pesetas  
ou 550\$00

ARACIL · CARVALHO CALERO · COROMINES · DURAM · ESTRAVIZ  
FIGUEROA · FONTENLA · GLADSTONE CHAVES DE MELO · GIL  
HERNANDEZ · MARTINHO MONTERO · D. PRIETO · RODRIGUES LAPA

# LINGÜÍSTICA E SÓCIO-LINGÜÍSTICA GALAICO-PORTUGUESA

(REINTEGRACIONISMO E CONFLITO LINGÜÍSTICO NA GALIZA)

VOLUME I



TEMAS DE **O ENSINO** N.º 4/5

REVISTA GALAICO-PORTUGUESA DE SÓCIO-PEDAGOGIA  
E SÓCIO-LINGÜÍSTICA

ANO 1985

## SUMÁRIO

PREFÁCIO . . . . .	11
A FORTUNA HISTÓRICA DO GALEGO, por R. Carvalho Calero . . . . .	13
O PROBLEMA LINGUÍSTICO DE GALIZA : SOBRE CULTURA E IDIOMA NA GALIZA, por M. Rodrigues Lapa . . . . .	33
A REINTEGRAÇÃO GALEGO-PORTUGUESA, por G. Chaves de Melo . . . . .	41
UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA, por J. Martinho Montero Santalha . . . . .	57
SOBRE A UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA, por Joan Coromines . . . . .	71
NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO FONOLÓGICA E GRÁFICA : REINTEGRA- CIONISMO E ISOLACIONISMO, por Domingos Preto . . . . .	77
CONTRA A OPÇÃO ESPANHOLISTA NA LÍGUA E SOBRE «CASTRAPO» E ESPANHOLISMO NO GALEGO, por Carlos Durã . . . . .	85
SOBRE O LÉXICO GALEGO-PORTUGUÊS MEDIEVAL AINDA VIVO NA GALIZA E SOBRE ORTOGRAFIA GALEGO-PORTUGUESA, por Isaac Alonso Estraviz . . . . .	91
LÍNGUA, ESCOLA E REINTEGRACIONISMO GALEGO-PORTUGUÊS, por Adela Figueroa Panisse . . . . .	115
A SÓCIO-LINGUÍSTICA DA EXPERIÊNCIA E DA ACÇÃO : O MODELO GALEGO, por Lluís V. Aracil . . . . .	127
NORMATIVIZAÇÃO NA GALIZA : CONTRA AS REGRAS DE ORTO- GRAFIA PARA A DESNORMALIZAÇÃO DOS USOS DO GALEGO, por António Gil Hernandez . . . . .	139
PRESENTE E FUTURO DO GALEGO : ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DO DECRETO DE NORMATIVIZAÇÃO E DAS LEIS DE NORMALIZAÇÃO AUTONÓMICAS, por José-Luís Fontenla Rodrigues . . . . .	157
EPÍLOGO DAS IRMANDADES DA FALA . . . . .	175
ÍNDICE BIO-BIBLIOGRÁFICO DE AUTORES . . . . .	179



## CONSELHO DE REDACÇOM

### SECÇÕES

#### **Pedagogia e Didáctica:**

ESPINOSA GONZALEZ, ANTÓNIO (Subdirector Geral de E G B do Ministério da Educaçom e Ciência)  
FORMOSINHO SANCHES-SIMÕES, JOAO M. (Universidade do Minho, Braga)  
PAZ RODRIGUES, JOSÉ (Escola Universitária de Formaçom do Professorado, Ourense)  
TORRES SANTOMÉ, JURJO (Colégio Universitário da Corunha, Universidade de Santiago)

#### **Psicologia:**

BASTO DE OLIVEIRA, JÚLIA (Universidade do Minho, Braga)  
CABRAL, ANTÓNIO JOAQUIM (Escola de Magistério, Vila Real)  
ERAUSKIN SALAZAR, MONTSE (Universidade a Distância, A Corunha)  
RIBEIRO DOS SANTOS, MILICE (Universidade de Aveiro)

#### **Níveis e Áreas:**

FELIZ MÚRIAS, TIBÉRIO (Professor de EGB, Ferrol)  
FIGUEROA PANISSE, ADELA (Catedrática, Instituto A Junqueira, Pontevedra)  
LOPES GOMES, FILIPE SENEM (Director do Museu S. Antom, A Corunha)  
PERES POÇA, ROGÉRIO (Professor de Formaçom Profissional, Pontevedra)  
SILVA RODRIGUES, BRANCA (Professora de EGB, Vilanova de Arousa)

#### **Língua e Sócio-Lingüística:**

ALONSO ESTRAVIZ, ISAAC (Colégio Paulo VI, Rua Petim, Ourense)  
GIL HERNANDEZ, ANTÓNIO PEDRO (Colégio Universitário da Corunha, Universidade de Santiago)  
MONTERO SANTALHA, JOSÉ-MARTINHO (Domus Ecclesiae, Ferrol)  
NOGUEIRA GIL, JOSÉ (Inspeção Geral do Ensino, Porto)

#### **Equipa de supervisom lingüística da Galiza:**

ALONSO ESTRAVIZ, ISAAC  
DURAM RODRIGUES, CARLOS  
FONTENLA RODRIGUES, JOSÉ-LUIS  
GIL HERNÁNDEZ, ANTÓNIO.PEDRO  
MONTERO SANTALHA, JOSÉ-MARTINHO

#### **Director:**

ANTÓNIO DE SOUSA FERNANDES

**Co-Directores para Portugal :** LUISA CORTESAO e JOAO FORMOSINHO

**Co-Directores para a Galiza:** ADELA FIGUEIROA e JOSÉ PAZ

#### **Coordenadora**

ADELA FIGUEROA PANISSE



## CONSELHO ACESSOR

ALFIERI, FIRENZO (Assessor do Conselho de Torino para a cultura e a educação) (Itália)  
ALVAREZ EMPARANZA, J. L. (TXILLARDEGUI) (Universidade de Deusto) (País Basco)  
ARACIL, LLUIS VICENT (Presidente do «Research Committee on Sociolinguística» da «International Sociological Association», Universidade de Barcelona) (Catalunha)  
BERCHENKO NAVARRETE, PABLO (Universidade de Perpignà) (França)  
CAMBRE MARINHO, JESUS (Universidade de Porto Rico) (Porto Rico)  
CARVALHO CALERO, RICARDO (da Real Academia Galega, Universidade de Santiago) (Galiza)  
CASTILLO DE BERCHENKO, ADRIANA (Universidade de Perpignà) (França)  
CORTESÃO, LUISA (Porto) (Portugal)  
DURAM RODRIGUES, CARLOS (ICO da ONU, Londres) (Reino Unido)  
FERNANDES, ANTÓNIO SOUSA (Universidade do Minho, Braga) (Portugal)  
FERREIRA, MANUEL (Instituto de Estudos Africanos, Universidade de Lisboa) (Portugal)  
FONTENLA RODRIGUES, J. L. (Presidente de Associação de Amizade Galiza-Portugal, Pontevedra) (Galiza)  
FONSECA, VITOR M. F. DA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa) (Portugal)  
FRAGUAS, ANTÓNIO (Director do Museu do Povo Galego, Santiago de Compostela) (Galiza)  
GUERRA DA CAL, ERNESTO (Universidade de Nova Iorque) (Estados Unidos)  
HENRIQUES SALIDO, M. C. (Presidente da Associação Galega da Língua, Ourense) (Galiza)  
LOURENÇO FERNANDES, JOAQUIM (do Museu do Povo Galego, Ourense) (Galiza)  
MONTERO SANTALHA, JOSÉ-MARTINHO (Presidente das Irmandades da Fala, Ferrol) (Galiza)  
MURILO LEAL, CLAUDIO (Director da Casa do Brasil, Madrid)  
NÓVOA GIL, A. M. (Presidente da Associação Pedagógica Jornadas do Ensino, Ourense) (Galiza)  
PACHECO, HÉLDER (Inspector-Principal da Inspeção Geral do Ensino, Porto) (Portugal)  
PARGA PONDAL, ISIDRO (do Laboratório Geológico de Laje, Presidente da Fundação Parga Pondal) (Galiza)  
PEDRO, EMÍLIA RIBEIRO (Universidade de Lisboa) (Portugal)  
PRETO ALONSO, DOMINGOS (Universidade de Groningen) (Holanda)  
REIS, CARLOS (Universidade de Coimbra) (Portugal)  
RIZZI, RINALDO (do Movimento de Cooperazione Educativa, Trieste) (Itália)  
RODRIGUES LAPA, MANUEL (Anadia, Portugal)  
SCHLIEBE LANGE, BRIGITTE (Universidade de Frankfurt) (Alemanha)  
SEABRA, JOSÉ AUGUSTO (Universidade do Porto) (Portugal)  
TEODORO, ANTÓNIO D. (Almada, Portugal)  
VARELA GARCIA, FERNANDO (Universidade Complutense, Madrid) (Espanha)  
VASQUEZ CUESTA, PILAR (Universidade de Salamanca) (Espanha)  
VIDAL ABASCAL, ENRIQUE (Presidente da Academia Galega das Ciências, Univ. de Santiago) (Galiza)

## PREFÁCIO



revista O ENSINO acolhe com grande interesse as publicações e artigos que compõem este primeiro volume de *Linguística e Sócio-Linguística Galaico-Portuguesa*, cuja escolha é da responsabilidade das Irmandades da Fala, da mesma maneira que no seu dia acolheu a publicação do *Prontuário da língua galego-portuguesa*, que tanto sucesso está a ter tanto na Galiza quanto em Portugal.

E não só acolhe com interesse esta selecção primeira de trabalhos dirigidos ao estudo da reintegração galego-portuguesa, senão inclusive com simpatia, porquanto a própria revista se subtitula «revista galaico-portuguesa de sócio-pedagogia e de sócio-linguística».

O ENSINO visa, com efeito, conseguirmos de aquém e além-Minho um maior e aprofundado conhecimento e intercâmbio científico e cultural no domínio do ensino, da pedagogia, da didáctica, das experiências educativas, da literatura, da linguística e sócio-linguística, de forma a reforçar uma unidade cultural e linguística da área galaico-luso-brasileira-africana de expressão portuguesa. Ninguém deve ficar fora deste importante processo e O ENSINO abre as suas portas a todos quantos quiserem colaborar no projecto: docentes, estudiosos, intelectuais, escritores, inclusive autoridades educativas, pois o processo envolve a todos e ninguém está isento de responsabilidades na recuperação e reintegração da língua e cultura galega no espaço que lhe corresponde.

É por isso que este primeiro volume de *Linguística e Sócio-Linguística Galaico-Portuguesa* das Irmandades da Fala, entidade colaboradora e promotora da revista, com outras de não menos prestígio, apesar de não contar com um nome tão histórico, resulta uma amostra significativa do que em outros domínios se pode e deve fazer.

Ilustres linguistas e romanistas portugueses, brasileiros, catalães, além de galegos, oferecem a sua opinião autorizada sobre o problema, quando já o processo reintegrador da língua galego-portuguesa ultrapassa as dimensões localistas e provincianistas a que alguns quiseram reduzir o problema para alcançar mesmo dimensões internacionais.

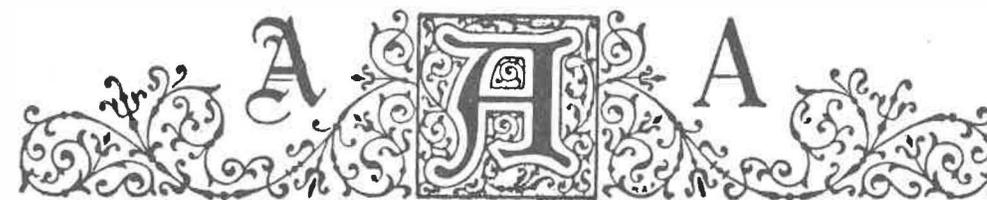
O futuro do sistema é, com efeito, o que interessa e a revista O ENSINO não faz mais do que ser um contributo para que o sistema galaico-luso-brasileiro-africano de expressão portuguesa se consolide e melhore as posições no mundo actual e nos diferentes âmbitos da sua realização: Galiza, Portugal, Brasil e países africanos de expressão portuguesa.

A tal efeito, pensamos que hão-de ser publicados mais volumes de *Linguística e Sócio-Linguística Galaico-Portuguesa*, e inclusive que integrem trabalhos e estudos de especialistas dos diferentes países de expressão portuguesa, promovendo-se assim um intercâmbio cultural e científico frutífero.

Ficamos muito obrigados aos autores dos estudos, alguns publicados, outros inéditos, que permitiram a publicação deste volume primeiro, com que O ENSINO se orgulha justificadamente.

Portugal-Galiza  
25 de Abril de 1985

*A Direcção da Revista*



## A FORTUNA HISTÓRICA DO GALEGO <sup>(1)</sup>

por  
R. CARVALHO CALERO

### 1. *A formação do galego*

A colonização romana do país  
A colonização linguística  
Gallaecia, viveiro de romances  
Céltia e Ibéria  
Galaico ocidental e galaico oriental  
Nascimento do galego  
Nascimento de Galiza  
Português e castelhano

### 2. *A dialectalização do galego*

Língua e dialecto  
O galego, língua nom escrita  
Uma guerra dinástica  
A nova nobreza  
A revolução industrial  
A nova burguesia  
A literatura galega, forma de contraste  
A literatura galega, forma de oposição

### 3. *A recuperação do galego*

Os caminhos da Renascença ou «Rexurdimento»  
Dialectalismo  
Interdialectalismo  
Superdialectalismo  
Isolacionismo  
Cooperativismo  
Língua e identidade  
O galego e a Galiza

Ao estudarmos a fortuna histórica do galego, percebemos que a vida do nosso idioma nom apresenta uma linha de evolução normal durante todo o seu desenvolvimento. A história do galego, a partir do século XV, é em realidade uma história clínica: é a história dum organismo enfermo que, privado de assistência médica, se consome numa lenta degeneração dos seus tecidos vitais.

<sup>(1)</sup> Publicado originariamente em «Problemática das línguas sem normalizar. Situação do galego e alternativas», ASPG, 1980; corresponde a uma palestra proferida na Universidade de Santiago em 1978. Publicado também em «Da fala e da escrita», 1983.

Certamente, a língua galega nom constitui o único caso patológico na história. A mesma península em que o galego se formou e estivo a ponto de desaparecer, presenciou a formação doutros romances que enfermarom também, e que mesmo desaparecerom. Nom se pode dizer que o leonês e o aragonês fossem mais afortunados que o galego.

Que as línguas nascem condenadas à morte, que as línguas som mortais por natureza, é de sobra conhecido. Mas a vida e a morte de cada língua está condicionada por distintos factores históricos. Um deles, por suposto, é a luta pola conquista, ou o mantimento, dum espaço geográfico ou social em competência com outras línguas. Esses espaços vitais som limitados e dam-se circunstâncias nas que a ocupação do território é essencial para a supervivência duma língua. Esta necessita um campo de cultivo de determinada extensão, e se é expulsada dalgum jeito do que constituiu o seu domínio originário, pode perecer, desprovida da saiva do torrom nutrição, ou esmorecer lentamente, confinada a uma marginação que a reduz à condição de dialecto agonizante.

Foi esta a situação do galego durante toda a Idade Moderna.

Na Idade Contemporânea produzem-se novos feitos de tipo cultural que interrompem o natural declive do galego; que interferem a progressiva decadência. Reduzidos, de primeiras, esses feitos aos domínios da literatura, determinam, de todos os jeitos, quando menos, o plantejamento do problema da supervivência do idioma; é dizer, a aparição duma consciência da situação lingüística, frente à nom-curaça anterior que aceita inconscientemente a dinâmica de degradação que conduz à morte do organismo lingüístico.

A história do galego, pois, é a história dum organismo são até à Idade Moderna, a história dum organismo enfermo a partir de entom. Como vimos, esta fortuna nom é exclusiva do galego. Existe entre nós um movimento favorável à recuperação do galego aleijado. Mal poderemos medicar ou operar o organismo doente, se nom conhecermos com suficiente precisom a história clínica do paciente, pois a correcta diagnose é condição inexcusável para a ajeitada terapêutica.

## 1. A FORMAÇÃO DO GALEGO

### A COLONIZAÇÃO ROMANA DO PAÍS

Combatendo aos Lusitanos, passaram o Lima e entraram na Galiza as legiões de Décimo Júnio Bruto, para castigar aos habitantes do país, que se viram envolvidos na guerra contra os romanos, sustida polos nossos vizinhos do sul.

Sucessivas expedições, e o estabelecimento de postos militares e centros de poder administrativo foram incorporando lentamente ao império de Roma a população variegada do território, no que diversos estratos étnicos, coroados por uma capa de civilização hallstática de discutível espessor, formavam a massa humana que ia ser moldeada pola lei do pretor e a palavra latina.

### A COLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

A romanização do nosso país, um país mais bem pobre desde o ponto de vista da política económica da República Romana, foi lenta, e nom havia de completar-se até a cristianização. Mas o latim acabou por impor-se sobre os dialectos preceltas, celtas e paraceltas, que na sua variedade e iliteralidade nom puderom opor-lhe resistência eficaz; de jeito que a colonização lingüística tivo muito êxito. O latim deslocou totalmente as falas indígenas pola sua condição de língua escrita, e daquela somente ficaram traços de substrato que afloram no romance.

Este romance, pois, como todos os romances, a excepção do formado sobre o próprio território do Lácio, é uma língua de importação, na que o elemento indígena, contra a gratuita doutrina dos nossos celtistas demimonónicos, ocupa um lugar bem modesto. O romance galego, que é o extremo-ocidental do mundo latino, polo seu carácter marginal, pola lonjania do centro de difusão da língua colonizadora e por outras razões de variada índole, apresenta uns caracteres conservadores que o vinculam estreitamente ao latim; de jeito que se nos amostra como mais fiel às suas origens coloniais do que nengum outro romance hispânico. Se o comparamos com o romance castelhano, observaremos que este se afasta muito mais da fonte, evoluindo rapidamente para um sistema fonológico novo e alterando a morfologia e a sintaxe latina em medida muito considerável, frente à resistência que em geral ofereceu o galego às transformações das estruturas originárias.

*Topónimos em -briga (segundo Untermann, Sprachräume)*

### GALLAECIA, VIVEIRO DE ROMANÇOS

Nos últimos tempos da dominação romana, o nome *Gallaecia*, do que se deriva o de *Galiza*, designava um território muito mais extenso do que hoje adoitamos considerar como o âmbito geográfico sobre o que está implantado o nosso idioma. Atingia o Douro, e nom somente nos seus limites com a Lusitânia avançava além dos seus confins actuais, senom que penetrava também profundamente na meseta. Se comparamos o mapa administrativo da *Gallaecia* romana desde Diocleciano com o mapa lingüístico que nos amostra a distribuição dos estratos prerro-



manos, podemos compreender que a denominação de *Gallaecia* aplicada a todo o território da antiga província nom era arbitrária.

Nesse território, como pode comprovar-se consultando o correspondente mapa de Untermann, agolpam-se os topónimos que contêm o sufixo *-briga* (ou a sua variante *-bre*). Existia, pois, naquela zona, uma — relativa — unidade lingüística, conformada por um estrato indoeuro-



peu, que se opom à caracterização do resto da península, que nom está imersa no europeísmo. As falas galaicas, pois, por muito diferentes que se apresentassem, conheciam um nível ário que falta nos territórios das demais províncias. Implantou-se, logo, o latim em *Gallaecia* sobre uns estratos nalguma medida influídos polo domínio celta, pois celta ou para-celta é o indoeuropeu hispânico. Recorrendo à necessária abstracção, e com as cautelas e reservas que toda a abstracção implica, podemos falar, em consequência, dum latim *gallaeco*, do que se derivou um prerromanço galaico, e mesmo um protorromanço galécio, que se estendia, diversificado em distintas realizações, do Atlântico à cordilheira Ibérica.

Este prerromanço ou protorromanço tivo que apresentar primitivamente duas variantes, a atlântica e a mesetenha; é dizer, o fundamento do galego e o fundamento do leonês. E ambos romanços, em contacto com formas idiomáticas exteriores, produzirom duas inflexões ou dialectos que estavam chamados a eclipsar culturalmente, como consequência da sua fortuna política, as respectivas pôlas nas que agromaram. Implantado sobre o substrato moçárabico lusitano, o galego deu origem

ao português. Projectado sobre o adstrato euskara, convertido às vezes em substrato pola penetração política leonesa, ou em superestrato pelas vicissitudes de repovoação, o leonês deu origem ao castelhano. Português e castelhano seriam, pois, originariamente, dialectos fronteiriços do galego e do leonês, respectivamente. A *Gallaecia* seria um viveiro de romanços.

Quando os nossos eruditos ou afeiçoados do século XIX incidiam teimosamente no erro de considerar o castelhano como um derivado do galego, nom faziam senom confundir, segundo a exposição anterior, o galego com o galaico, ou galécio. Deste sim se derivaria o castelhano, mas nom através do galego — galécio ocidental — senom através do leonês — galécio oriental —.

#### CÉLTIA E IBÉRIA

A Hispânia prerromana pode, por conseguinte, ser dividida em duas zonas lingüísticas, que podemos chamar Céltia e Ibéria. A primeira elabora o seu latim para romanceá-lo sobre um fundo europeu; a segunda, sobre um fundo nom europeu: ibérico, é dizer, africano, camítico, segundo cremos, e basco, caucásico, ao que parece, na sua camada mais antiga. O céltico e o ibérico nom diferenciariã, pois, como criam os galeguistas da escola de Murguia, o galego e o castelhano. Porque o castelhano seria também um romanço céltico — nado na Celtibéria —, ainda que contivesse um estrato nom indoeuropeu. Na Idade Média, colonizada a Lusitânia polo galego, ficariã fora da Céltia as falas pirenaicas e moçárabicas orientais e meridionais, que constituiã a Ibéria ou a Basco-Ibéria: o moçárabe andaluz, o catalão com os seus dialectos, e os dialectos bascos. Entre o castelhano e o catalão ficariã as formas primitivas pirenaicas, incluído o aragonês, que, reduzido hoje às falas mais setentrionais dos vales pirenaicos, sofreu a influência fronteiriça do castelhano, e se castelhanizou totalmente fora daquelas latitudes, como o moçárabe andaluz foi deslocado polo castelhano, que se impuxo no sul em quanto dialecto de colonização.

De jeito que som absolutamente paralelas as situações de português, andaluz e valenciano actuais, resultados respectivamente do avanço para o sul dos reconquistadores galegos, castelhanos e catalães, e nom continuação directa das falas moçárabes correspondentes, que só actuarom como substratos, dialectalizando as formas normativas e originárias que descerom do norte.

#### GALAICO OCIDENTAL E GALAICO ORIENTAL

A relação, já que logo, do galego e o castelhano seria muito estreita, como que o seu parentesco, a nível românico, é de segundo grau.



O castelhano seria, nom filho, senom sobrinho do galego. Os irmãos seriam o galaico ocidental, ou galego, e o galaico oriental, ou leonês que, na sua fronteira oriental, se transformaria em castelhano. A ósmose entre irmãos — galego e leonês —, pais e filhos — galego e português, leonês e castelhano —, tios e sobrinhos — galego e castelhano, leonês e português — e coirmãos — português e castelhano — é, polo tanto, doada e contínua, como que a um certo nível todas estas formas romances som realizações do latim galaico.

Todos estes dialectos estã ameaçados naturalmente de confusom, e só a consistência política pode defender a qualquer pôla de ser integrada noutra. A classe intelectual castelhana do século XIII adoptou o galego como língua poética. Os galegos do século XVI adoptaram o castelhano como língua escrita. Os leoneses do sul mudaram o seu romança por uma fala castelhana. Os poetas portugueses do século XVI escreviam em castelhano o mesmo que em português. Frases inteiras, se se topam isoladas, pode ser o mesmo galegas que portuguesas, que leonesas, que castelhanas. O português de hoje incorporou muitos castelhanismos — começando pola palavra *castelhano* —, o castelhano de hoje incorporou muitos portuguesismos — começando pola palavra *português* —.

#### NASCIMENTO DO GALEGO

O latim vulgar que se empregava na parte ocidental da *Gallaecia*, que, por suposto, compreendia a parte setentrional do actual Portugal, foi-se transformando em romança até desembocar no galego. De jeito que o português do norte, até o Douro, e mesmo até o Mondego, era originariamente tam galego como o de aquém-Minho; e mesmo o é hoje, se atendemos às falas dialectais, coloquiais, e nom à língua padrom superposta, bem que esta fora recobrindo aquela progressivamente até reduzi-la nas povoações importantes a traços de substrato e temos que recorrer às zonas rurais mais arredadas para achar o sufixo *-om*, o fonema /s/ (= *ch*) e outras características do galego actual. A zona do Porto e Gaia — o primitivo Portucale — e extensos territórios ao norte daquele centro urbano, formavam parte da *Gallaecia*, e nom da *Lusitânia*, e ali o galego é patrimonial, e nom importado.

É na Galiza Lucense e na Galiza Bracarense onde nasce o galego e onde agroma a poesia trovadoresca, que constitui a primeira manifestação artística da nossa língua. Esta começa a escrever-se, em textos líricos e prosa tabeliônica, em voltas do ano 1200; mas como fala existia desde muitos séculos atrás, e o IX e o X foram decisivos para a sua constituição. Ainda se escrevia em latim, mas as infiltrações de romança, nom só de léxico senom de fenómenos fonéticos, como a síncope do -L- e do -N- intervocálicos, manifestam-se entom já de quando em vez

nos documentos. Há que aguardar o momento em que o latim dos diplomas se fai ininteligível ao galego-falante que nom estudou a língua escrita, para dispor de textos escritos galegos; pois foi só entom quando a necessidade de compreensom deu ao romança um *status* de língua gráfica.

#### NASCIMENTO DE GALIZA

Nom certamente nessa data relativamente precisa arredor de 1200 em que o galego se começa a escrever, senom na muito menos ostensível em que o galego oral se desprende do seio do latim, podemos datar o nascimento de Galiza. Em realidade, Galiza existe desde que existe o galego, porque o galego é o espelho em que Galiza se reconhece. A Galiza românica é, pois, a primeira Galiza, pois a *Gallaecia* romana é ainda uma Galiza intrauterina de Roma, e a *Gallaecia* prerromana, a falar distintas línguas célticas e precélticas, sem aparelho administrativo que informe o seu conteúdo demográfico, esnaquizada política e socialmente em células tribais, carece de consciência da sua unidade espiritual. Somos, pois, um povo latino, porque a nossa cultura é latina, e a colonização romana deu-nos um idioma comum. A nossa história começa com a nossa romanização, e o demais é pré-história. Nom é a cultura hallstática, senom a romana, a que nos conformou como povo quando um dialecto latino chegou a ser o veículo da nossa expressom oral. Ainda que sejam muito escassas as gotas de sangue itálico que levemos nas nossas veias, somos um povo essencialmente latino, porque assimilamos o latim com evidente covicção, e bebemos a grandes grolos o leite da loba romana.

Mas a Idade Média nom conhece uma forma válida e triunfante de transnacionalismo lingüístico. A língua internacional é o latim escrito, e som os clérigos, som os escolásticos os guardiães desse espírito que chamamos transnacional, mas que para a classe intelectual a verdadeira nação fosse a nação cristã. O povo ágrafo, endebém, baseia a sua identidade na sua fala particular, e ainda que nom sente hostilidade ao que emprega outras formas de romança, distingue-as como pertencentes a outras comunidades sociais. O homem galego na Idade Média nom é nacionalista, mas sente-se integrado numa nação distinta daquela à que está vinculado o vizinho que fala outra variante da língua da que procede a língua que fala ele.

#### PORTUGUÊS E CASTELHANO

Aquele homem percebe como língua distinta o castelhano, mas nom o português. O português nom é senom o galego que se fala em Portugal. Inicialmente, Portugal é uma parte da Galiza. A criação do reino lusi-

tano modifica esta situação desde o ponto de vista político, nom desde o ponto de vista cultural. A língua literária primitiva é única. O galego vai-se estendendo com as conquistas de territórios muçulmanos. As falas moçárabicas lusitanas operam sobre o galego como as andaluzas operam sobre o castelhano e as levantinas sobre o catalão. Como é tradição na Romanística hispânica, admitimos um romance peninsular ocidental que se vem chamando galego-português.

Hoje, a confusão entre o administrativo e o lingüístico fai que alguns falem de língua valenciana, e há quem está disposto a falar da língua andaluza. O andaluz, no seu sistema fonológico e em muitos aspectos da sua morfologia, difere mais do castelhano que o português do galego. Se dizemos que o português é um dialecto do galego, querendo dizer que as raízes do português estão no galego, dizemos algo perfeitamente certo. As modernas afirmações de alguns filólogos portugueses segundo as quais, rota a unidade política, o português sofreu um processo de desgaleguização, nom podem ser entendidas senom no sentido de que traços dialectais do centro e do sul se converterom em normativos, porque o poder de decisão política se estabeleceu em Lisboa. Mas a afirmação de algum lusófono galego de que o galego e o português som línguas distintas desde as origens, resulta irrelevante. Admitamos que existiam um latim galaico e um latim lusitano, que desembocaram respectivamente no galego e no misterioso «romance moçárabico». Estamos no campo dos falares românicos. Mas o galego cobria desde sempre uma parte de Portugal actual, e o território onde à chegada dos conquistadores se falavam as iletradas formas românicas moçárabicas, polo demais muito semelhantes às galegas, foi colonizado por estas. Impuxerom-se os traços fundamentais do galego. Sabemos pola toponímia que o -N- e o -L- intervocálicos latinos se conservavam no moçárabe lusitano, como o provam formas do tipo *Odiana* e *Mértola*, *Avenal* e *Melga*, *Fontanas* e *Baselga*. Endebém, o português caracteriza-se pola perda desses sons, de acordo com a tradição galega.

As diferenças que hoje separam o português oficial das falas galegas, se se dam com respeito a todas elas, nom se derom no antigo, de jeito que som formas arcaicas conservadas numa parte do domínio lingüístico. Somente a evolução posterior, determinada polo destino histórico distinto, nos permite falar de duas línguas a nível internacional e literário, o mesmo que nos permite falar do galego como uma variante — é dizer, um dialecto — do português desde o ponto de vista social, em quanto forma menos prestigiosa que a oficial da vizinha república. Já vimos como desde o ponto de vista genético, é o português um derivado do galego. Em fim, Leite de Vasconcelos falava de co-dialectos.

Nom nos satisfai a denominação de «separatistas» que se atribuem os autores dum método de galego ao falar do galego e do português,

porque parece sugerir uma política de exploração de diferenças dialectais que cremos favoreceria, com o isolamento do galego, a sua vulnerabilidade perante o castelhano. Estimamos infundadas as calificações de lusismo que às vezes se dirigem contra os escritores que aspiram a reintegrar o galego no âmbito galego-português. A imensa maioria das formas que se qualificam de portuguesas som também galegas, bem que, com a separação política, a normatização aquém e além do Minho tenha seleccionado, em ocasiões, soluções diferentes.

Como a pòla meridional do galego, em contacto com um substrato moçárabe, se transformou numa língua, o português, que havia de escurecer pola sua projecção universal o dialecto originário, até ser visto este como uma simples variante da moderna forma do hispânico ocidental, assim uma pòla oriental do leonês, irmão do galego, em contacto com o abstrato ou superestrato basco, vai dar nascimento ao espanhol, primitivamente castelhano, que, o mesmo que o português, tinham reservado como língua literária um destino muito mais universal que o da forma romance da que se desprende.

Deste jeito, as duas grandes línguas peninsulares de extensom actualmente universal, já se propagaram a continentes distintos daquele em que nasceram, podem ser consideradas como pòlas desprendidas de troncos que logo envelhecerom e nalguma medida perderom a sua saiva: o galego, reduzido do século XV ao XIX a pouco mais que um dialecto coloquial, e o leonês, cujo destino foi ainda mais melancólico, pois nem na sua forma melhor conservada, o bable asturiano, logrou um renascimento literário importante. O paradoxo de que se poda falar hoje do galego e do leonês como versões decaídas e provinciais das línguas que outrora as tinham como progenitoras ou, quando menos, como irmãs maiores, nom pode escurecer a realidade de que originariamente tanto o galego como o leonês som romances independentes, que tiveram a sua literatura própria. Somente razões políticas determinaram a sua castelhanização, da que o galego está em melhores condições para libertar-se, pola fortuna da língua derivada — ou gémea —, que pode reforçar a personalidade da forma decaída, entanto que o leonês nom acha um apoio semelhante, pois a língua derivada ou irmã é, no seu caso, o castelhano mesmo.

## 2. A DIALECTALIZAÇÃO DO GALEGO

### LÍNGUA E DIALECTO

É sabido que os conceitos de língua e dialecto som categorias científicas que nos servem para ordenar a realidade. Pertencem, pois, à forma do conhecimento: nom som materiais empíricos que existam



objectivamente. Como nom há ciência sem ordenaçom, os conceitos ordenadores som indispensáveis, bem que sejam subjectivos. Daquela, o fenómeno do conhecimento apresenta uma estruturaçom da realidade na que a ordem estabelecida determina a fisionomia da apreensom intelectual. Mas muitas possibilidades de reduzir a cosmos racional o caos empírico e o critério ordenador é produto duma decisom convencional, fundada na sua eficácia estruturante. Língua e dialecto som noções com um conteúdo que há que fixar. Mas nom representam realidades exteriores ao sujeito pensante, pois essas realidades som entidades individuais, e os receptáculos classificadores som conceitos universais cujas notas se determinam em vista da sua utilidade mediante a abstracçom.

Segundo o que entendamos por língua e dialecto, poderemos tecer um tipo ou outro de rede que relacione o galego, o português e o castelhano. Já temos visto que ambigüidade domina essas relações; e todos somos testemunhas das lutas teóricas determinadas pola applicaçom de distintos sistemas semânticos no uso de palavras idênticas. Se chamamos «língua» a uma unidade idiomática que expressa qualquer conteúdo cultural, e «dialecto» a uma unidade idiomática reduzida ao campo do puramente coloquial, compreendemos que a história do galego é a história duma língua dialectalizada que pugna por recuperar o seu estatuto normal primitivo. E este enfoque da diacronia do galego é o que se nos apresenta como útil aos efeitos que perseguimos agora.

#### O GALEGO, LÍNGUA NOM ESCRITA

Entom, podemos dizer que o galego se nos apresenta como dialecto quando deixa de ser uma língua escrita. A plasmaçom gráfica duma língua é o que a caracteriza, no nosso mundo histórico, como língua de cultura. Uma língua nom escrita, ou seja um dialecto, nom pode reflectir uma cultura no sentido geral desta palavra, é dizer, uma tradiçom dinâmica de progresso fundada na assimilaçom pola sociedade dos logros individuais que se incorporam à riqueza comum. Um dialecto só pode ser instrumento duma cultura folclórica, relativamente estável e conservadora, comunal e elementar. A oralidade é a sua forma de expressom. Se atinge expressom escrita, o dialecto aspira a se converter em língua. Dentro desta concepçom, o quechua na época pré-colombina, a despeito da importância da civilizaçom incaica, era um dialecto, pois nom se escrevia, ainda que os quipus supuxessem um intento de superar a pura oralidade.

O galego foi dialecto durante toda a Idade Moderna, porque entom a sua plasmaçom gráfica nom era o normal, e a língua normal de cultura para os galegos cultos era o castelhano.

#### UMA GUERRA DINASTICA

Acontecimentos políticos de profunda repercussom social estão na base da iliteralizaçom do galego que se inicia nos fins da Idade Média. O século XIV presencia a luta entre dous irmãos, Pedro de Borgonha e Henrique de Trastámara, pola coroa de Castela, que abrange a coroa de Galiza. Essa luta, na que se ventilavam interesses dinásticos, e nom propriamente fórmulas de governo, rematou com a morte do filho de Afonso XI e a entronizaçom do seu irmão bastardo, em quem recaíra a titularidade dum condado galego. Ausente como tal o povo dessa guerra, a nobreza galega, com poucas excepções — entre elas a da casa de Andrade — apoiou a causa legítima, e a sua derrota trouxe consigo uma importante mudança social.

#### A NOVA NOBREZA

Grande parte da nobreza galega autóctone tivo que empreender o caminho do exílio, e, quando nom, dizimada ou empobrecida, foi substituída, em virtude das mercês henriquinas, por uma nova nobreza de origem castelhana que nom foi inteiramente assimilada, que conservou a sua língua materna e que a empregou nos documentos oficiais ou privados que redactavam os escribas ao seu serviço. Os laços dos novos senhores de Galiza com suas casas petruciais foram mantidos, e somente com o tempo os pequenos fidalgos, obrigados pola modéstia dos seus recursos a permanecer continuamente na nossa terra, e meio confundidos com os lavradores, se converterom culturalmente, até certo ponto, em elementos da sociedade galega antiga; mas esta conservou o seu idioma como dialecto vulgar, e a língua cultural foi, cada vez mais, o castelhano, porque agora estavam já definitivamente fora de Galiza os centros e as fontes do poder. Assim começa a desgaleguizaçom de Galiza. Assim começa a castelhanizaçom do galego.

#### A REVOLUÇOM INDUSTRIAL

A situaçom, do ponto de vista lingüístico, agravou-se quando a fins do século XVIII e princípios do século XIX chega a Galiza a revoluçom industrial. Em toda a Idade Moderna, o nosso país semelha alonjado da história de Espanha, e, por suposto, muito distante de possuir uma história própria. Mas a economia rural de tipo tradicional, o pequeno artesanato e o isolamento dos centros de produçom vam ceder o passo a um activo comércio, à construçom duma nova rede viária, à difusom do comércio e à substituiçom da oficina pola fábrica. As classes produtoras galegas nom assumirom o empenho da modernizaçom da economia

galega de acordo com os novos tempos. O lavrador continuou cultivando os seus campos como a vinha fazendo desde sempre.

Nas cidades, mais acessíveis às gentes de fora, havia um campo abonado para introduzir novidades e obter rendimentos. Tampouco o pequeno artesão mudou a sua mentalidade. Foram os castelhanos e os leoneses os que organizaram as novas casas de comércio, em estreita relação com a melhoria das comunicações e a difusão do crédito e da letra de câmbio. Os catalães introduziram novas artes de pesca e fundaram fábricas de conservas. O progresso foi penetrando em Galiza de mãos de homens procedentes de fora.

#### A NOVA BURGUESIA

Como nos fins da Idade Média se renovou a nobreza com uma forte influência de sangue forâneo, nos fins da Idade Moderna renova-se a burguesia pela ocupação dos espaços económicos com porvir, por imigrantes que põem em marcha, perante a passividade ou a impotência dos artesãos nativos, os novos mecanismos da economia contemporânea. Esta nova burguesia é a que prospera, e põe a um canto à velha burguesia galega, pouco desenvolvida, mas que nos concelhos, na Idade Média, soubera defrontar os senhores, lutara com os reis e com os arcebispos, acendera o lume das guerras irmandinhas. Imobilizada na submissão à monarquia absoluta, cede aos forasteiros a direcção dos novos meios de produção, e o comércio, a indústria e a banca modernas som fundação de linhagens que não se integram culturalmente no país, que falam a língua da Administração e que logo vão exercer um poder económico que lhes dará força social.

Temos, pois, uma nova burguesia que, como a nova nobreza de outrora, fala em castelhano. E se o fidalgo do paço e o tendeiro da estrada utilizam o galego para entender-se com os caseiros e os clientes, é com a consciência de empregar um dialecto utilitário que não se pode empregar na vida oficial, nas solenidades sociais ou na expressão literária. A cultura não folclórica expressa-se em castelhano e o castelhano é a língua respeitável em Galiza.

#### A LITERATURA GALEGA, FORMA DE CONTRASTE

O que temos de literatura em galego desde fins do medievo a meados do século XIX, é um material que se sustenta na anormalidade da sua existência. Todo galego que sabe escrever, escreve em castelhano. Mas, do mesmo jeito que na Espanha do sul, dominada pelos muçulmanos na Idade Média, poetas árabes e hebreus inseriram como finais das suas composições em língua literária semítica, breves estrofes em

romance vulgar, dialecto moçárabe iliterário, para obter um efeito de surpresa e contraste, assim os escritores das Festas Minervais de 1697 — ou os organizadores das mesmas —, por exemplo, utilizaram por escrito o dialecto galego, puramente oral, procurando o mesmo efeito, já não, como no caso das carjas, em contraste com o corpo da muaxafa, senão em contraste com a literatura normal escrita em castelhano. Neste sentido podemos falar do galego como língua de carja. É a mesma técnica que há-de empregar Valle-Inclán, e em geral todos os escritores galegos ou de assuntos galegos que inserem anacos em galego nas suas obras escritas na língua oficial.

Desde o século XVI ao XIX, quando se escreve em galego, escreve-se numa língua que se sente como oral, e da excepcionalidade do uso escrito dessa língua deriva o facto estilístico que se pretende. O galego cumpre a sua função em contraste com o castelhano. E essa irrupção do galego — língua popular — no campo da literatura não pode ir além de certos limites de frequência. Porque se os ultrapassasse, o galego normalizaria-se como língua literária, e desapareceria a possibilidade do efeito de infracção da norma social que é a base da utilização do idioma vernáculo.

As mulheres vestidas de homem, como *Don Gil de las calzas verdes*, produziam muito efeito no teatro espanhol do século XVII, porque o normal era uma rígida discriminação sexual indumentária. Numa época em que existe uma moda *unissex*, como vestiríamos a uma mulher em forma que contrastasse com o indumento masculino? As calças de Dom Gil não podem chamar a atenção no teatro duma sociedade em que qualquer mulher veste calças. O contraste é impossível.

O efeito perseguido pelo uso escrito do galego na época do galego médio, funda-se, pois, na discriminação do galego, como língua oral, perante o castelhano, língua culta. Se as duas línguas tivessem o mesmo *status* social, o contraste desapareceria.

#### A LITERATURA GALEGA, FORMA DE OPOSIÇÃO

Há um momento em que os escritores galegos modificam a sua consciência do galego em relação com o castelhano no campo da literatura. Agora não se vai procurar um efeito barroco colocando o dialecto galego -g- cabo da língua castelhana -C-, para que o dialecto contraste com a língua: fórmula Cg. Agora vai-se substituir o contraste pela oposição. Já não se apresentará a situação «dialecto cabo de língua», senão que o galego vai ser idealmente sentido como língua que pode substituir a castelhana. Agora vai-se colocar a língua galega -G-, como alternativa, nos mesmos espaços que pode ocupar a língua castelhana -C-: fórmula G/C, G e C som comutáveis.



ROSALIA DE CASTRO

Quando o escritor galego professa esta filosofia, estamos no Rexurdimento, na Renascença. Pouco importa que na prática só lentamente e imperfeitamente nos acaroemos a esse ideal. Avonda que se admita o princípio da igualdade de direitos de ambas as línguas nos domínios literários, para que consideremos cancelada a época «moderna» e nos consideremos imersos na época «contemporânea».

Aquele princípio de igualdade — língua frente a língua — fai-nos sentir galego e castelhano já nom em contraste mas em oposiçom. E as palavras *oposiçom* e *contraste* tenhem aqui um sentido técnico-lingüístico, independente da maior ou menor proporçom de uso na prática do galego em troca do castelhano; e independentemente de que o escritor tenha como ideal a equiparaçom absoluta de ambas as línguas ou mesmo o deslocamento do castelhano polo galego para todos os usos.

Também pode ser considerada a língua galega, e a literatura galega, como um meio de oposiçom política ao centralismo espanhol. Todas estas oposiçõs cabem dentro do que opõe literatura galega à literatura castelhana. A comutabilidade idiomática de princípio é o que caracteriza formalmente a nova postura, incubada sob a ilustraçom e manifestada claramente sob o Romantismo.

### 3. A RECUPERAÇOM DO GALEGO

#### OS CAMINHOS DA RENASCENÇA OU «REXURDIMENTO»

Na realidade dos factos, é quase nos limites entre romantismo e realismo quando se inicia o Rexurdimento da literatura galega. Arredor do ano 1850 já eram conhecidas as primeiras poesias de Camino, Anhom, Valhadares e Turnes, que podem considerar-se os primeiros frutos do novo espírito. Em 1853 aparece o primeiro livro deste Rexurdimento temporão: *A Gaita Galhega*, de Pintos. Os iniciadores da etapa nom conheciam a literatura galega medieval. O problema da língua literária apresentava-se-lhes ouriçado de dificuldades. Defrontarom-no como se podia logicamente supor, ensaiando sucessivamente soluçõs que supõem um crescente progresso na consciência da construçom dum instrumento de expressom ajeitado para os fins perseguidos.

Como ocorre sempre, as fórmulas nom se ensaiam com precisom sucessiva, de modo que se aguarde o esgotamento de uma para que entre a outra em cena. Atitudes residuárias convivem com atitudes novas e mesmo precursoras. Mas a linha lógica e pertinente apresenta três soluçõs escalonadas: dialectalismo, interdialectalismo e supradialectalismo.

## DIALECTALISMO

Ignorantes da literatura medieval, os precursores de Rosalia nom tinham ao seu dispor outra língua literária que a língua nom literária, é dizer, a língua coloquial, deteriorada, como vimos, polo castelhano, que, desde a sua posição de superioridade, pressionara durante séculos sobre o galego. O vocabulário rural nom fora muito amerado; mas a fala rústica nom avondava para expressar todo o que uma literatura que superasse o puro costumismo necessitava comunicar. Os primeiros autores empregaram a sua fala local, enchendo com o castelhano os ocos que esta oferecia. Dialectalismo e castelhanismo dirigiram, pois, os seus passos. Cada quem escreveu como falava, ou como ouvia falar ao seu redor. Nom existia, logo uma língua literária comum.

## INTERDIALECTALISMO

Numa segunda etapa, os escritores interessam-se pola fala dos seus colegas, e, ao mesmo tempo, prestam atenção às variantes comarcais do galego popular. Um desejo natural de enriquecer os seus meios expressivos leva-os, por finalidade estilística, a utilizar, segundo lhes convenha, lexemas, morfemas e sintagmas de distintas modalidades dialectais. Na Rosalia de *Folhas Novas* percebe-se claramente este proceder.

No meu livro *Particularidades morfológicas del lenguaje de Rosalia de Castro* ficou registada a liberdade com que a nossa autora se conduzia em matéria de flexom, utilizando, por exemplo, sem o menor propósito de fixar um sistema, morfemas de plural ou paradigmas de conjugação procedentes de distintas modalidades do galego. Se começou escrevendo no seu galego, logo nom se impuxo mais limites que os de escrever em galego. E galego era tanto o sesseante como o ceceante, tanto o que eliminava a nasalidade vocálica como o que a convertia numa consoante nasal. A língua literária apresenta-se agora em estado interdialectal. Todos os dialectos podem combinar-se ao escrever em galego.

## SUPERDIALECTALISMO

O processo dialéctico conduz a uma terceira fase, na que o assistema ou diassistema pugna por converter-se em sistema. O sincretismo da segunda etapa evoluciona para uma combinação de forças, para uma nivelação de forças que conduza a um galego comum. Os cultismos, cuidadosamente evitados — na medida do possível — nos primeiros tempos, por chegarem-nos baixo a aparência de castelhanismos, som agora entendidos como latinismos ou helenismos do património moderno, aos que nom podemos renunciar pois queremos que o galego seja algo mais que uma língua de carjas, algo mais que uma língua

de égloga; queremos que seja *uma língua literária de expressom total*. O autor nom escreve já «no seu galego», nem «em galego», mas «no galego literário».

Isto, decerto, no terreno das intenções; pois o processo puro aqui apontado acha-se perturbado por muitas circunstâncias sociais e individuais que na prática o complicam.

Em Eduardo Pondal atopamos já esta aspiração a superar o galego comarcal e o galego sincrético mediante a adopção dum galego comum.

## ISOLACIONISMO

A restauração do galego literário depois da guerra de 1936 a 1939, repuxo os velhos problemas, matizando-os com conotações que os inscreveram tanto no círculo do fundamentalmente lingüístico quanto no círculo do fundamentalmente social. De jeito que o problema — como o foi sempre na realidade básica — é agora paladinamente técnico e político assemade, ou tem uma manifestação técnica e uma manifestação política claramente desenhadas, ainda que vinculadas estreitamente. É geral a adopção da postura normativista atingida já com anterioridade; mas devemos perguntar-nos se o galego normal há-de constituir-se independentemente de toda influência das demais modalidades do ibero-românico atlântico ou há-de tê-las dalgum jeito em conta. Ou seja, se o galego normativo há-de fazer-se em contacto com o português normativo ou sem contacto com ele.

A posição que chamamos isolacionismo pretende conservar as essências do galego frente ao português. Na sua forma mais radical sustenta a opinião separatista, segundo a qual o galego e o português som línguas distintas desde as suas origens. Em forma mais moderada, admite que existiu uma língua galego-portuguesa — ou galega primitiva — da que a partir do século XIV (ou do XV ?) abrolharam o galego moderno e o português. Hoje o galego e o português diferenciam-se substancialmente, e para formar o galego padrom temos que nos basear no galego falado, por muito castelhanizado que apareça, e rejeitar todo lusitanismo, é dizer, toda expressom — como *dizem* — que, comum um tempo ao galego e ao português, nom é hoje geralmente usada polos galego-falantes espontâneos, ou seja, os que falam galego por tradição familiar, interrompida, e nom acompanhada de disciplina docente ou literária, durante vários séculos. Se nom se quer com este isolacionismo para com respeito do português precipitar a dialectalização do galego com respeito ao castelhano, pretenderá-se sustentar o galego independente frente aos seus dous poderosos vizinhos, como um David heróico — ou herói-cómico? — que com sua funda de pegureiro mantivesse à raia os dous poderosos Golias, de moderna e esmagadora panóplia, que abalam

as suas maçãs de ferro nos limites — ou mais bem dentro dos limites — do pequeno cantom lingüístico do iluso pastor. O que se propom, pois, é uma atitude de independentismo total, como pode cumprir ao euskara, que, por nom ter parentes nas suas fronteiras, pode elaborar uma normativa inteiramente autárquica.

Mas o galego que feche os olhos perante o português, dum lado renuncia a aproveitar para a resolução dos seus problemas uma série de soluções codificadas que lhe poupariam muitos esforços antieconómicos, e, doutro lado, ao explorar sistematicamente as diferenças que o influxo da colonização lingüística castelhana determinou entre as duas pôlas do romance hispânico ocidental, está propiciando a sua centralização.

#### COOPERATIVISMO

Por isso existe uma corrente de opiniom favorável à cooperação com o português. Os flamengos nom fecham os olhos perante o holandês; os valões nom fecham os olhos perante o francês. Em Suíça há cantões que falam francês, italiano ou alemão sem deixarem de sentir-se helvéticos. A cooperação com o português favoreceria a difusom dos nossos textos literários num horizonte crecentemente extenso. A reintegraçom do galego, em quanto for possível, no iberorromânico ocidental, é dizer, a restituçom do galego na sua integridade, mediante a limpeza de castelhanismos, suporia uma aproximaçom do português em quanto libertaçom da pressom do castelhano.

Nom se pretende nem assumir o português como língua oficial da Galiza nem adoptar como galego de hoje o do século XIII. Singelamente, o reintegracionismo supom o razoável reingresso na comunidade lingüística à que realmente pertence o galego, único jeito de evitar a sua absorçom polo hispânico central. Isto implica, desde logo, uma ósmose entre os distintos representantes do antigo romance ocidental; ósmose na que, segundo o meu sentir, o galego nom só pode manter as suas normas dentro do sistema senom que pode propagá-las além das suas fronteiras políticas, como pode aceitar outras que, procedentes doutras normativas, acaiam ao sistema e nom sejam estranhas ao galego. O que nom parece lógico é dar as costas às formas normativas irmãs, em troca de aproveitar o que delas nos convenha e mesmo aspirar a aportamos-lhe o que talvez poda convir-lhes, sequer como variante estilística.

#### LINGUA E IDENTIDADE

Se nom temos o menor desejo de manter a identidade de Galiza, é escusada a nossa preocupação pola língua. Mas se queremos manter

aquela identidade, na língua temos o melhor instrumento para conseguí-lo. A língua é um sacramento, é dizer, um signo visível de comunhom numa determinada participaçom de ideias. Evidentemente, a língua nom confere a nacionalidade. Há muitas nações de língua espanhola ou portuguesa que nom se confundem com as antigas metrópoles. Em troca, há nações plurilíngües. Uma naçom é uma vontade colectiva de destino comum. Como dizia Renan, um plebiscito incessantemente renovado. Mas quando se dispom duma língua própria, nom se compreende o seu abandono polos que desejam manter a identidade do povo que a fala.

#### O GALEGO E A GALIZA

Podemos, em consequência, imaginar uma Galiza que nom fale galego. Por exemplo, uma Galiza absolutamente castelhanizada. Ou, se queremos pensar numa situaçom menos radical, uma Galiza onde o galego seja respeitado, mas nom promovido. Ou mesmo uma Galiza onde o galego seja considerado como uma relíquia histórica, ou como uma típica modalidade folclórica que a fins turísitcos convenha conservar. Poderíamos estabelecer reservas nas que um grupo de labregos e de intelectuais, vestidos com monteira e ceroulas — os homens — e dengue e mantelo — as mulheres —, vivessem subsidiados polo Estado, consagrados a falar, escrever, cantar, rir e chorar em galego com acompanhamento de gaita. Cousas semelhantes viam-se e vêem-se noutras latitudes.

Mas há uma tradiçom, segundo expuxemos, que aspira a outra fortuna para o galego. Essa tradiçom, a de Murguia e a Academia Galega, a de Risco e a revista *Nós*, a de Vilar Ponte e as Irmandades da Fala, a de Otero Pedraio e o Seminário de Estudos Galegos, para nom citar senom figuras e instituições científicas e literárias, propugna o galego como língua de Galiza. Para os que nos educámos nesse ambiente, nom há outra fórmula satisfatória. Nom vemos a Galiza falando noutra língua que o galego. Claro que este ideal implica problemas de organizaçom, devidos ao estado em que a língua se encontra, à presença social do castelhano e à existência dum idioma oficial da Administraçom central. A resolução destes problemas incumbe aos políticos. Aos estudiosos da língua corresponde-nos fornecer a informaçom precisa para essa resolução. E fazer votos por que os que temos já calcado desde há tempo o sarego da velhice, presenciemos, endebém, a reinstauraçom definitiva — à que todos som convocados com respeito e amor — do galego na vida da Galiza.



# PRONTUÁRIO ORTOGRÁFICO

DA  
LÍNGUA GALEGO-PORTUGUESA

DAS

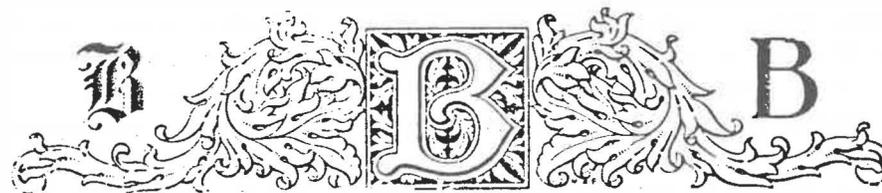


IRMANDADES DA FALA

TEMAS DE **O ENSINO** N.º 2/3

REVISTA GALAICO-PORTUGUESA DE SÓCIO-PEDAGOGIA  
E SÓCIO-LINGÜÍSTICA

ANO 1984



## O PROBLEMA LINGÜÍSTICO DA GALIZA : *Sobre cultura e idioma na Galiza* (1)

por  
MANUEL RODRIGUES LAPA

Introdução

O problema linguístico da Galiza

A recuperação literária do galego no sistema  
luso-brasileiro

Portugaliza

O filho pródigo

O reintegracionismo

Epílogo

### INTRODUÇÃO

Não esperem de mim uma conferência alongada: o meu estado de saúde não o permite, e a hora é mais para dormir do que para falar. Vou fazer, sim, uma pequena alocução sobre o problema da Galiza, da sua cultura e seu idioma, a pretexto da Exposição do Livro Galego promovida pela Libreria «Ibéria». Posso afirmar, sem falsa modéstia, que sou um dos veteranos desse problema, pois ando nele envolvido há mais de meio século. Vejamos em que consiste.

### O PROBLEMA LINGÜÍSTICO DA GALIZA

Quando publiquei, em 1930, o livro *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*, referia-me já pormenorizadamente à criação

(1) Discurso pronunciado na Exposição do Livro Galego, na Universidade de Aveiro (16 de julho de 1982).

de uma poesia galego-portuguesa em plena Andaluzia árabe, nos séculos X e XI. Esse surto de poesia lírica, já com cariz marcadamente feminino, iria renovar-se nos séculos XII e XIII, com vigor ainda maior, pois atingiu quase toda a Ibéria. Vemos pois galegos e portugueses empenhados numa empresa de cultura literária, que cobriu de glória a nossa comum civilização. Porque deixou de haver colaboração entre os dois povos? A razão é simples: a Galiza, subordinada aos reis castelhanos, foi perdendo a sua personalidade e, com ela, a sua cultura e a sua língua, que passou à mísera condição de dialecto rural, para falar e não para escrever.

Certos indivíduos, arvorados em linguistas, ignoram ou fingem ignorar a diferença entre os vários tipos de língua: a que falamos no trato quotidiano, propriamente a fala; a que empregamos na escrita; e a que é mais elaborada e usamos na literatura. As duas pontas desta cadeia são obviamente a fala e a língua literária. Não é lícito confundí-las. O processo da língua oral é simples: uma vez lançada a mensagem, o signo é esquecido; mas o enunciado literário não morre por ter servido, «está feito expressamente para renascer das suas cinzas e tornar a ser indefinidamente o que acaba de ser», assim escreveu Paulo Valéry, que, além de grande poeta foi também um notável linguista. Aliás, muito antes dele, a sabedoria dos nossos avós tinha chegado à mesma conclusão. Conhecem o provérbio latino: *verba volant, scripta manent*, isto é: o que se diz voa e perde-se no ar; o que se escreve permanece, tem a garantia da perenidade.

Temos pois que a Galiza, pelas razões já expostas, perdeu a sua língua literária, que era e deve ser o galego-português, e passou a usar dois tipos de fala: o velho galego-português, e o castelhano, como língua oficial imposta na escola. Claro que o dialecto rural falado pelo Galego foi-se poluindo e desfigurando pela invasão maciça de castelhanismos de toda a espécie; mas, apesar disso, esse dialecto conservou-se basicamente galego-português.

Quando, pelos meados do século XIX, surgiu um livro de poesia escrito em galego, os *Cantares Gallegos* de Rosalia de Castro (1863), foi então que se começou a tomar consciência do problema da cultura e da língua galega. Esse livro parece negar o que vimos dizendo sobre fala e língua literária, pois é uma obra célebre architectada sobre uma tosca fala dialectal. Realmente assim sucede; mas é frequente que a promoção literária dos dialectos se faça através da poesia, que neles encontra formas mais adequadas para despertar a imaginação; e há ainda a genialidade incomparável da poetisa, que conseguiu realizar uma obra prima com uma língua pobre em meios expressivos. Aliás, esse livro vale mais pelo impulso lírico e nobre defesa dos valores galegos do que pela pureza da sua escrita. O próprio título é uma

concessão intolerável ao castelhano: *Gallegos*, à espanhola, por *Galegos*, à galega. Igual caso se dá com o *adiós* castelhano, em vez do *adeus* galego-português. Citaremos ainda outras grafias desfiguradas pela metátese: *pirmeiro* e *crobe*, em lugar de *primeiro* e *cobre* (do verbo *cobrir*). Em compensação, temos o emprego da cedilha, em palavras como *ado-raçon*, *coraçõn*, *feitico*, ao modo português, que actualmente se escrevem ainda com a desinência *-zõn*, à maneira castelhana.

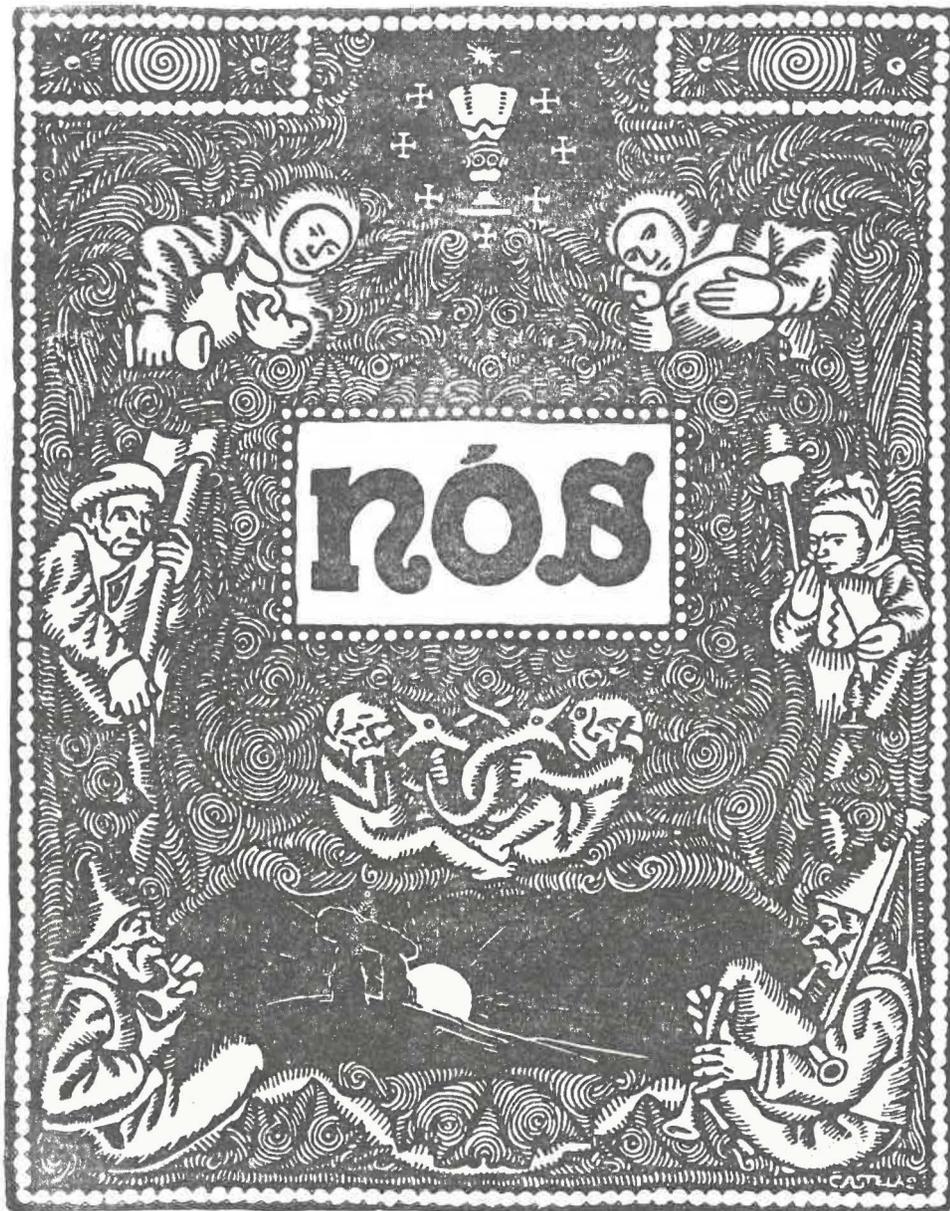
## A RECUPERAÇÃO LITERÁRIA DO GALEGO NO SISTEMA LUSO-BRASILEIRO

Pelo que temos visto, a recuperação literária do galego padece de um erro fundamental: a transplantação pura e simples da fala corrente para o texto dos livros. Não é assim que se forja uma literatura; tanto mais que já existiam desde há muito tempo as formas literárias do galego, que eram, de um modo geral, as do português. O galego, que tem um vocabulário poético de rara beleza, ainda serve, como vimos, para a poesia simples; mas revelava-se inadequado para a prosa literária ou científica. De aí nasceu, nos espíritos mais lúcidos, a ideia de aproximar o galego do português literário, sem prejuízo da língua falada, que continuaria o seu rumo natural.

Tal achegamento implicaria imediatamente uma reforma ortográfica do galego, tendo por base o sistema luso-brasileiro. Liga-se, com razão, à muita importância do português do Brasil, que também passou por idênticos avatares e incompreensões, submetido a um nativismo delirante, que passou felizmente de moda. Também aí, altas figuras literárias, Euclides da Cunha, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, pretenderam, sem mais, promover o idioma falado a língua de cultura, o que seria, no dizer de O. de Andrade, «a contribuição milionária de todos os erros». Mas o próprio Mário de Andrade veio a reconhecer mais tarde que a língua culta literária é também uma língua viva, é mesmo a única língua viva, por congraçar em sua identidade todas as linguagens parciais de uma língua.

Também António Sérgio, que estudou os dois problemas, galego e brasileiro, veio a concluir que «a existência de uma língua literária ao lado da fala popular é um factor de cultura ligado às mais altas exigências do espírito. A língua escrita está para a falada como a obra de arte de um superior artista para o modelo vivo que lhe deu o ensejo: morre o modelo, e a obra fica».





## PORTUGALIZA

Foi muito com esta ferramenta do ofício, baseado nas conclusões da Linguística moderna, que abordei e estudei em profundidade o problema do galego, com a simpatia que nos merece um povo irmão, ao qual se pretende negar a independência cultural. Encontrei geralmente um eco favorável, tanto mais que seguia a linha de pensamento de ilustres galegos, amigos de Portugal e defensores das mesmas teses. Esses pioneiros do reintegracionismo galego-português eram: Manuel Murguia, João Vicente Viqueira, Vicente Risco, António Vilar Ponte, Afonso Rodrigues Castelão, Rafael Dieste, Júlio Camba, Venceslau Fernandes Flórez. Para todos estes homens a ideia de reintegracionismo era um princípio fundamental para a recuperação do galego, pois se partia de um pressuposto: a igualdade essencial da terra, do homem, da língua e da cultura entre galegos e portugueses.

Exceptuado Manuel Murguia, que pertence a uma geração anterior, quase todos colaboraram na revista *Nós*, que se publicou de 1920 a 1935. O seu 1.º número reafirmou de forma significativa o apego a Portugal com uma poesia de Teixeira de Pascois dedicada aos jovens poetas galegos, e uma série de Notas de Vicente Risco, director da revista, das quais respigamos esta, tirada de uma carta do poeta a um amigo galego: «Portugal saiu dos seios da Galiza. Depois, abandonou a mãe, e foi por esses mares fora, fugiu como o filho pródigo. Mas é chegado o tempo do seu regresso ao lar materno. Temos de voltar a viver espiritualmente em comum. Assim o exige o destino das nossas pátrias, que ainda não está cumprido».

É, como se vê, em termos altamente poéticos, um apelo de regresso às origens e de convivência espiritual fraterna. Para designar isso mesmo, em termos menos sublimados, nós criámos uma palavra composta que vem a dar no mesmo: *Portugaliza*. Isto é, a união de dois países irmãos, estreitamente ligados, mas em perfeita liberdade.

## O FILHO PRÓDIGO

Depois da geração da revista *Nós*, veio outra casta de homens que já não pensava do mesmo jeito. Descobriram que Galegos e Portugueses não eram tão iguais como se dizia, que às vezes foram até inimigos, e que a própria cultura e língua eram diferentes. Refutei tais ideias, que a História não autoriza, levando-as à conta de quem está despeitado e procura ser diferente e até superior. Esse singularismo radical e intransigente tem marcado de forma negativa os intelectuais galegos das últimas décadas. Referi-me a ele, evocando também a parábola do filho pródigo,

na versão de André Gide. E rematei com estas palavras: «A vontade de ser diferente, de marcar fortemente a personalidade, constrangida numa sociedade de que a família é um dos aspectos, será uma experiência que vale a pena tentar? Sem dúvida mas com o risco de um fracasso tremendo. A moralidade desta pequena estória é que a singularidade só se compreende dentro de um largo espírito de comunhão, que a reforça e engrandece. O culto injustificado e abusivo da diferença, respeitável em si mesmo, só pode conduzir à desgraça. Foi o que aconteceu ao filho pródigo; e é também o que pode acontecer ao galego, em termos de língua e de cultura».

Há uma palavra no vocabulário galego, que vem corroborar esta nossa opinião. Refiro-me ao termo *senhardá*, que deriva precisamente do latim *singularitate* e designa em galego «a tristeza mórbida de quem se encontra só». Compete pois com a *saudade*, que também exprime um sentimento de solidão (*solitude*), e é das jóias mais belas do vocabulário poético da Galiza, tendo servido até de título a um livro de Iglésia Alvarinho. Quero dizer com isto que os Galegos que se reclamam da singularidade terão de reparar nos perigos que ela representa. De tanto cultivá-la, podem ficar totalmente isolados do mundo que os cerca e desgraçar a língua do povo que criou tão poética palavra.

## O REINTEGRACIONISMO

Felizmente para o reintegracionismo, a mocidade que vai reger um dia o futuro da Galiza parece estar francamente do nosso lado. É que a juventude, que não deve nem teme, ao contrário do que sucede com a idade madura, tem uma intuição luminosa da verdade. E como a situação do galego é dramática, e o idioma está em perigo de morte, se lhe tardam com o remédio ajeitado, aceita e defende uma reforma ortográfica que o aproxime do sistema luso-brasileiro. Essa normatização da língua tem tido como promotor principal o Padre José-Martinho Montero Santalha, de Ferrol. Mas não se cuide que essa reforma ortográfica é coisa fácil. O espírito conservador do galego, acostumado de longa data a certo modo de escrita, vai reagir desfavoravelmente a essas novidades. Um exemplo curioso e até faceto dessa perplexidade está na grafia do artigo indefinido *uma*, que o galego pronuncia à maneira antiga, *ũa*, o que também sucede com o português minhoto. Rejeitando, em princípio, a forma labializada portuguesa, que não corresponde efectivamente à galega, por mais evoluída, surgiram formas variadas em substituição da que usa hoje o galego, *unha*, que um português lerá como se tratasse da unha do pé ou da mão. De entre as formas propostas, *un-a*, *ũa*, *umha*, foi esta última a que reuniu mais

sufrágios; mas é evidente que a grafia *ũa* seria a mais simples e científica.

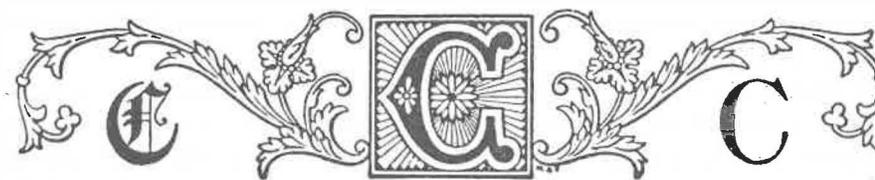
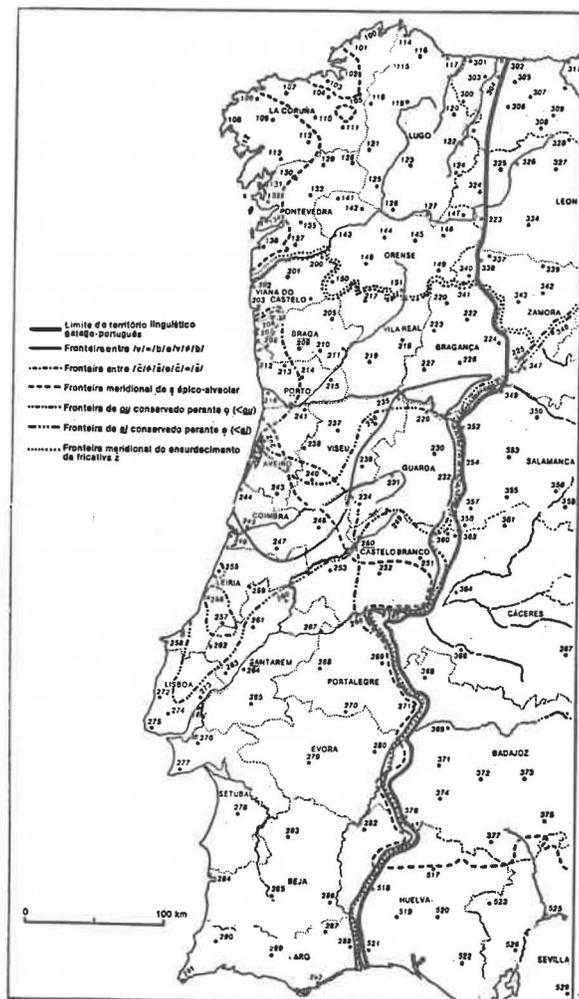
Foi devido a estes embaraços e melindres que, nos meus estudos eu propus uma outra alternativa, que me parecia não menos aceitável e até mais lógica, por ter antecedentes legais. Refiro-me ao decreto de 23 de Agosto de 1973, que criou o ensino do português na escola secundária de Espanha por um período de 3 anos. Foram publicados os respectivos programas, que são excelentes. Simplesmente, o ensino não era obrigatório, dependendo do número de alunos inscritos. Claro que, em tais condições e dando-se preferência ao ensino do inglês ou francês, o decreto ficou sem efeito. E é pena, porque essa maneira de resolver o problema, já sugerida aliás pelo filósofo Vicente Viqueira, atrás referido, seria muito eficiente. O moço galego aprenderia *obrigatoriamente* o português, e ficaria habilitado, se tivesse vocação de escritor, a escrever correctamente duas línguas de cultura, português ou castelhano; mas se escrevesse em português «respiraria melhor», como confessou um dia Fernández Flórez a um jornalista galego que o entrevistou.

Não tenho ilusões quanto à viabilidade do ensino obrigatório do português na escola secundária espanhola. Isso exigiria um acordo entre os dois governos, o português e o espanhol, que seria ainda mais difícil que o das pescas. Não havendo pois condições para esse entendimento cultural, que tem, subjacentes, razões de ordem política, só nos resta a outra alternativa: um reintegracionismo actuante, de olhos bem abertos, que saiba escolher os caminhos e que ande depressa, pois o tempo urge. O nosso dever cumpre-se na ajuda a dar aos nossos irmãos de além-Minho na preservação da sua língua e da sua cultura, onde estão as nossas raízes vitais. É portanto indispensável reintegrá-las no seu próprio âmbito para que se tornem «células de universalidade», como queriam os homens da geração *Nós*. Assim seja.

## EPÍLOGO

Finalmente, e para rematar esta palestra, que lhes prometi ser breve, quero manifestar uma opinião pessoal sobre as Exposições do Livro Galego entre nós. Começaram no Porto, descem a Aveiro, vão até Coimbra e findam, ao que parece, em Lisboa. Há, pelo menos, duas cidades que não deviam ficar esquecidas: Braga e Évora. A primeira dominou, com Santiago de Compostela, a vida espiritual da Galiza. Quanto a Évora, por estar muito mais ao Sul, não quer dizer que nada tenha a ver com a Galiza. Alexandre Herculano foi peremptório: «Virando-nos para o mar, em qualquer ponto que estejamos, o Galego rebenta-nos da direita». O que significa, e é pura verdade, que todo

Portugal é mais ou menos galego. A toponímia demonstra-o claramente com os seguintes nomes, espalhados por todo o País: *Galego, Galegos, Galega, Galegas, Galeguinho, Galeguinha, Galeguia*, e até o próprio nome *Galiza*, de que restam quatro exemplos. Efectivamente, o Galego foi um andarilho incessante e um colonizador exemplar, que deixou, em todas as muitas terras onde esteve, a marca indelével da nossa língua e da nossa cultura. Honra lhe seja feita!



## A REINTEGRAÇÃO GALEGO-PORTUGUESA (\*)

por  
GLADSTONE CHAVES DE MELO

*Preâmbulo: o assunto desta conferência*

Como de outras vezes, no meu caso, o título desta palestra é assustador, e o assunto parece desafinar por completo do tom dominante das conferências que semanalmente aqui se fazem e que em geral versam temas diretamente ligados à Conferência Nacional do Comércio, como Economia, Finanças, produção, mercado nacional e internacional, empresariado, quando não, já mais longe, matérias de cultura geral como História da Civilização e História do Brasil.

Tenho, no entanto, esperança de que, no desenvolvimento da minha arenga, os meus ilustres pares venham a ter algum interesse na matéria e, assim, não darão por de todo mal empregado o tempo aqui gasto, nem terão suas paciências por demais postas à prova.

Tempos atrás nosso ilustre companheiro Artur César Ferreira Reis ocupou-se de um desses assuntos, por assim dizer marginais, e foi bem acolhido, embora tratando de um objeto não ligado à sua estrita especialização. Versou ele, com desembaraço e bom-senso, aquilo a que se tem chamado política da língua, defendendo a tese de que é de desejar que, a todo preço, se conserve o idioma português nas ex-províncias ultramarinas de Portugal — Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique, para que se mantenha alto o número de falantes da língua portuguesa, o que contribuirá para lhe dar maior prestígio internacional e, eventualmente, direito à uso nas assembléias multinacionais.

O de que vou tratar está na mesma linha.

Nesta altura, tenho para mim que o número de falantes de português se aproxima de 150.000.000, o que nos coloca, se não me engano, em

(\*) Conferência pronunciada a 10-7-1980. Publicada em: *Carta Mensal* (Rio de Janeiro), n.º 305 (1980).

sétimo lugar no mundo, — com uma vantagem, porém, a da impressionante unidade.

O chinês não constitui uma única língua, como geralmente se cuida, mas pelo menos duas, e os habitantes do país se entendem, de extremo a extremo, por causa do sistema de escrita, o ideograma, que permite a quem conheça os sinais ler qualquer texto em sua própria língua, exatamente porque não se trata de alfabeto fonético ou silábico, nem mesmo de sistema hieroglífico.

Vou dar notícia a este Conselho e, através da *Carta Mensal*, a quem interessar possa — de um movimento que toma corpo na Galiza, e cada dia mais se avoluma — o de se reintegrar a língua galega na língua portuguesa, o que, tornado realidade, aumentaria ainda mais o número de falantes do nosso idioma.

Para que se tenha uma idéia bem fundada do que isso seja e do que representa, necessário se torna um excursão histórico, abrangente daquilo que se denomina história externa das línguas.

#### *Do latim ao romance*

Todos sabem, talvez desde o curso primário, e ressabem, através da escolaridade posterior e das multifárias leituras, que o português, como o espanhol, o italiano, o francês, o romeno, o occitânico, o rético, o extinto dalmático, o catalão *et similia* provêm do latim.

A expressão é cômoda, mas não corresponde à justa com a realidade histórica. Melhor e mais certo é dizer que essas diversas línguas *são* o latim nas suas variadas formas atuais. Porque, na verdade, nunca houve um momento, uma decisão, um decreto ou uma proclamação, em que os diversos povos da antiga România tenham deliberado criar uma língua nova. Falavam latim, e continuaram a falá-lo, dia por dia, hora por hora, minuto por minuto, segundo por segundo, ininterruptamente até hoje. O que houve é que, a partir de certa época, nas diferentes regiões, o latim se foi alterando, de tal modo que aquela gente que se entendia, de uma ponta à outra do Império Romano do Ocidente, passou progressivamente a não se entender, quando alguém se deslocava para um sítio mais distante.

Isto se terá dado sobretudo depois da invasão dos bárbaros, que, falando diversos dialetos ou línguas germânicas, vieram a adotar o latim como língua sua.

Tê-lo-ão falado com sotaque, diferente de povo para povo, sotaque resultante do involuntário transporte, para a nova língua, de hábitos articulatórios próprios. Mais ou menos como acontece hoje em dia,

quando um alemão, um francês, um sírio ou um japonês imigrante fala o português. Cada um dá à língua-segunda uma execução diferente.

Mas a situação teria sido diversa no caso da adoção do latim. Porque no exemplo dado, do nosso imigrante, os filhos já perdem os defeitos de aquisição contraídos pelos pais, em razão de estarem num meio lingüístico homogêneo.

No caso remoto do latim vulgar (como geralmente se designa o latim coloquial), os defeitos iniciais de aquisição tenderam a permanecer, ao menos alguns, por ser heterogêneo o meio lingüístico. Chama-se a isto, acção da língua C sobre a língua B, agora adotada, influência de superstrato, que correrá parelhas com a influência de substrato, que seriam impregnações da língua A na língua B, adotada.

Com a expansão do Império, muitas províncias foram anexadas e depois romanizadas. Isto é, diversos povos de línguas e culturas diferentes passaram a falar latim e provavelmente terão transposto para o novo idioma, no caso o B, hábitos lingüísticos seus, alguns dos quais terão persistido. E esta seria uma das causas da dialeção do latim vulgar imperial.

Esta teoria do *substrato* teve grande voga, mas ultimamente tem sido contestada por lingüistas de valor.

Eu, porém, modestamente aceito, em termos, a influência de substrato, comparando o caso com o que atualmente ocorre em qualquer aquisição de língua-segunda.

Mas, ainda admitindo prudentemente a influência de substrato, temos de distingui-la, no caso do latim, da influência de superstrato, — porque no primeiro caso atuaram os fatores, extralingüísticos, de unificação: a escola, a unidade cultural, o poder político, a ação das elites, as tendências de imitação e de seleção por parte das camadas inferiores.

Resumindo, pois, diríamos que o latim, expandindo-se, teria sofrido multifárias influências de substrato das diversas línguas A, influências depois atenuadas pela acção das forças unificadoras.

A situação no III e IV séculos seria algo semelhante à do Brasil de hoje: uma vasta região com impressionante unidade idiomática, porém com colorações locais: um cearense, por exemplo, não fala como um carioca nato e filho de cariocas, embora se entendam ambos perfeitamente. Admito, como disse, sensível unidade no latim falado no fim da época imperial.

Mas, com a invasão dos bárbaros e a nova adoção do latim, agora com influências de superstrato, a língua de Roma ficou entregue à sua própria sorte, desaparecidos os elementos frenadores e unificadores.

Como se sabe, a tendência natural das línguas é para a diferenciação.

Teremos então, depois dos bárbaros, um latim progressivamente diversificado nas múltiplas regiões. Entramos agora na fase dita *românica*, em que, nos vários pontos do antigo Império do Ocidente, se falavam modalidades do latim chamadas *romances* ou *romanços*, cujos falantes já não se entenderiam entre si, ao menos de uma região para outra mais longínqua.

No latim hispânico, isto é, da Península Ibérica, se terão formado vários romances, cujos falantes depois sofreram a ação do rolo compressor dos mouros, invasores e conquistadores da terra, a partir do século VIII, em 711.

Os remanescentes dos vencidos se acastelaram nas estratégicas montanhas das Astúrias, de onde partiu o movimento da Reconquista, concluído em 1492, com a queda de Granada, último bastião mouro.

Formaram-se, então, três grupos de romances, bastante diferenciados, um ao centro, outro a nordeste e outro a noroeste, cuja continuação histórica são, respectivamente, o castelhano, o catalão e o galego-português, além de outros menores, como o aragonês e o lionês.

Esse romance galego-português é que, adquirindo fisionomia mais nítida, veio a dar a nossa língua, esta em que me dirijo a meus ouvintes e leitores.

A região noroeste, onde ela se formou, foi habitada pelos bárbaros suevos, e bem pode ser que esteja aí um dos fatores diferenciadores entre o atual espanhol e o português.

Entre o tempo em que o latim deixou de ser língua literária e o aparecimento dos primeiros escritos em línguas modernas, chamadas neolatinas, novilatinas ou românicas, escreviam-se os documentos jurídicos num latim muito maltratado gramaticamente, chamado *latim bárbaro*, que, a partir de certo momento deixa filtrar palavras do romance ou língua local.

Estas palavras e, mais tarde, frases que, «perfuram», por assim dizer, os textos latino-bárbaros, constituem documentação indireta das línguas românicas, que estão, então, na fase proto-histórica.

No caso do galego-português, os documentos mais antigos que deixam escapar palavras locais datam do século IX.

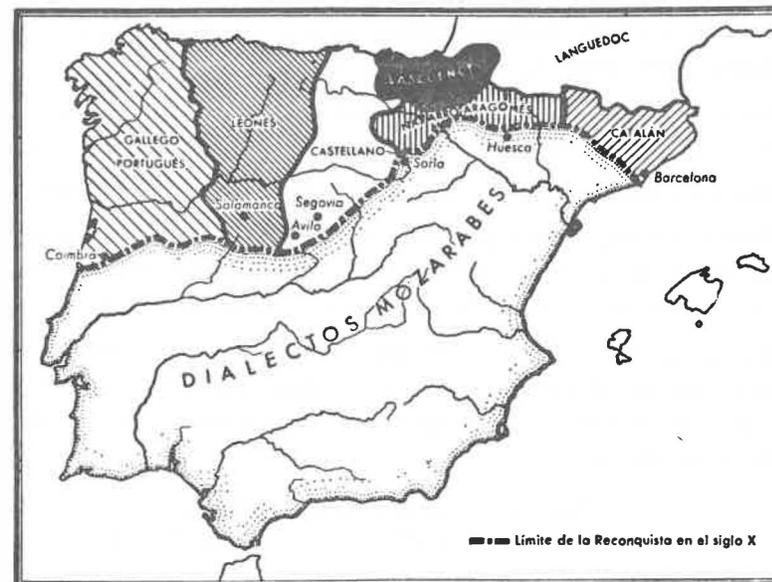
Podemos, pois, afirmar que já neste século estava formado, em estado embrionário o nosso idioma. Para exemplificar, um pequeno trecho de uma escritura de doação, cujo manuscrito foi encontrado no mosteiro da Pendurada, Minho, e é do ano de 874:

«Et qui minima fecerit, et istum placitum excesserit, pariet parte de que isto placito obseruauerit X boues» etc.

Está claro que, neste tópico, «de que isto» é galego-português e não latim. Escapou ao escrivão, que ou se distraiu ou não sabia como dizê-lo

na língua tabeliônica, e então o pôs na feição cotidiana de seu falar. E assim nos mostrou que já estava constituída a nossa língua.

A princípio, pois, temos uma mesma língua, formada no noroeste da Península Ibérica, na região hoje compreendida pelo Minho, por Trás-os-Montes, em Portugal, e a Galiza, na Espanha.



### A língua arcaica

Começam a aparecer textos inteiramente escritos em vernáculo no século XIII e daí, ininterruptamente, até nossos dias. Este período, a que chamamos *histórico* de nossa língua, divide-se em duas fases nitidamente distintas, a *arcaica* e a *moderna*, cuja linha divisória costumamos, simbolicamente, colocar no ano de 1536, data da morte ou silêncio de Gil Vicente e do aparecimento da primeira gramática, de Fernão d'Oliveira.

Dentre os muitos característicos da língua arcaica, quero destacar um ou outro que podem interessar ao nosso caso. Assim,

- numerosos vocábulos terminados em *-ō* e em *-ā*, respectivamente oriundos dos finais latinos *-on*, *-one*, *-unt* ou *-udine*, por um lado, e *-ane*, por outro: *nom*, *razom*, *oraçom*, *amarom*, *deverom*, *multidõe* ou *multidom*; *cam* («cão»), *pam* («pão»);
- *-d* intervocálico na segunda pessoa do plural dos verbos, como *amades*, *devedes*, *fugides*;



- muitas vogais nasais, resultantes da contaminação regressiva de um *-n-* intervocálico, que depois caiu: *bõa, pessoa, viõ, arãa lãa, ãa*;
- participio em *-udo*, na segunda conjugação, como *conhoçudo* («conhecido»), *recebudo, teúdo* («tido»), de que há remanescente, ainda hoje, em *conteúdo*, ou *Temudo*, nome de homem;
- formas verbais desaparecidas, como *senço* («sinto»), *estê* («esteja»), *som* («sou»), *conhosco* («conheço»);
- invariabilidade de gênero nos nomes terminados em *-or, -ês, -nte, -ol* («língua português», «a pastor», «a infante», «a espanhol»);
- plurais como *ourivezes* ou *simprezes* («ourives», «simples»);
- flexão do participio passado auxiliado de *ter* ou *haver*, a concordar com o objeto direto (como ainda hoje em francês): *mui maa cousa havedes feita* = «fizestes coisa muito má»;
- distância entre o pronome pessoal objeto e o verbo, como em «exortaçom que *lhe* o mesmo Tristan Vaz *fêz*», construção que, esporadicamente, ainda aparece em Camões, apesar de ser já autor moderno:

«Chamam-te fama e glória soberana,  
Nomes com quem *se* o povo néscio engana!»

(*Lus.*, IV, 96)

E por aí fora.

Nos primeiros tempos, como se disse, galego e português não se distinguiam, eram a mesma língua, e língua prestigiosa pela maleabilidade e pela sonoridade, de tal modo que um castelhano ilustre como o rei D. Afonso X, cognominado o Sábio (1221-1284), preferiu escrever em galego-português seus poemas, as famosas *Cantigas de Santa Maria* (em honra de Nossa Senhora), de que vai aqui uma breve amostra:

#### O MONGE E O PASSARINHO

«*Quen a Virgen ben servirá*  
*A[o] paraíso irá.* (Refrão)

E d'aquest'un gran miragre  
vos quer'eu ora contar  
que fez Santa Maria  
por um monge que rogar  
lh'ia sempre que lhe mostrasse  
qual ben en parais' há,

E que o viss' en sa vida,  
ante que fosse morrer.  
E por end'a Groriosa  
vedes que lhe foi fazer :  
fez-lo entrar en ãa horta,  
en que muitas vezes iã

Entrara, mais aquel dia  
fez que ãa font' achou,  
mui crara e mui fremosa,  
e cab' ela s' assentou  
e, pois lavou ben sas mãos,  
diss' : «Ai, Virgen, que será ?

Se verei do paraíso  
o que ch'eu muito pidi,  
algum pouco de seu viço,  
ante que saia daqui,  
e sábia do que ben obra  
que galardón haverá ? »

Tan toste que acabada  
houv'o monge a oraçon,  
oiu ãa passarinha  
cantar log'en tan bon son,  
que se escaeceu sceendo  
e catando sempr' ala.

Atan gran sabor havia  
daquel cant' e daquel lais,  
que grandes trezentos anos  
estevo assi ou mais,  
cuidando que non 'stevera  
se non pouco, com' está

Mong' algũa vez no ano  
quando sal ao vergéu.  
Des i foi-sse' a passarinha,  
de que foi a el mui gréu» ... etc.

(Com leves alterações de grafia, segui a leitura de José Joaquim Nunes, em *Crestomatia Arcaica*, 3.<sup>a</sup> ed., Livraria Clássica Edit., Lisboa, 1943, pp. 428-430).

Sem querer fazer pouco nos ilustres membros deste Conselho, permito-me transpor para o português atual, em prosa, o texto lido, porque, como já disse, a língua arcaica se distingue bastante da moderna e existem aí construções e palavras, cuja inteligência exige conhecimento da gramática arcaica e trato com os textos medievais.

Eis, pois, a versão:

«Quem bem servir a Nossa Senhora será salvo, irá para o céu». Este é o refrão, que se repetirá depois de cada estrofe.

«E a este propósito, quero agora contar-vos um grande milagre que a Virgem fez, a favor de um monge que sempre lhe pedia lhe mostrasse a felicidade do paraíso, e que tivesse dela um vislumbre, antes de morrer. E, por isso, eis o que lhe fez a Gloriosa Senhora: levou-o a entrar em um horto, em que muitas vezes já estivera, mas, naquele dia, fez que achasse uma fonte, muito clara e formosa. Junto dela se assentou o monge e, depois que lavou bem as mãos, disse: «Ai, Virgem, como será? Verei eu do paraíso o que eu tantas vezes te pedi, um pouco do seu esplendor, antes que saia daqui,— e saiba que prêmio terá quem segue os mandamentos e obedece ao Senhor?»

«Logo que o religioso terminou sua oração, ouviu cantar um passarinho, em gorgeios tão maviosos, que, sentando-se, esqueceu o resto, e passou a olhar aqui e ali, para ver a avezinha. Sentiu tanta alegria ouvindo aquele melodioso som, que ali ficou, encantado, durante trezentos anos, ou mais, imaginando que estivera pouco tempo, como costumam os monges estar alguma vez no ano, quando saem a passear no vergel. Aí então desapareceu o passarinho, o que lhe trouxe grande tristeza (*mui gréu*)».

E continua a história, com um fecho surpreendente e cheio de beleza e piedade.

Aí ficou, pois, uma amostra da feição antiga do nosso idioma, quando ele constituía um mesmo com o galego, cabendo-lhe, por isso, à justa o nome de galego-português.



## A expansão da língua

No século XII, D. Afonso Henriques proclama a independência do Condado Portucalense, fundando Portugal e separando-o, politicamente, da Galiza, que continuou ligada a Castela.

O Fundador tratou de expandir seus domínios, que, aliás, pela destinação inicial, feita por D. Afonso VI de Castela a D. Henrique de Borgonha, deviam ir até o rio Tejo. Porém, grande parte do território estava em poder dos mouros. Combatendo e vencendo os infiéis, D. Afonso Henriques chegou até Lisboa, onde tomou aos sarracenos o castelo de S. Jorge, que lá está, a servir de visita obrigatória aos turistas.

Os sucessores prosseguiram na Reconquista, chegando ao Algarve em 1250, firmando assim, nas grandes linhas, os limites do Portugal de hoje.

Nessa marcha para o sul, foram sendo absorvidos os dialetos moçárabicos, assim chamadas as falas românicas conviventes, em posição de inferioridade, com a língua semita. Por seu turno, o galego-português de Aquém-Minho perdeu alguns de seus característicos nortenhos, e sofreu algumas evoluções fonéticas, como, por exemplo, a convergência em *-ão*, dos finais de vocábulos em *-õ* e *-ã*: *razão, não amaram* (= *amarão*), *multidão, pão, cão*.

Nos fins do século XV começa a grande aventura marítima de Portugal, tão bem sintetizada nestes magníficos versos de Camões:

« Não faltaram cristãos atrevimentos  
Nesta pequena casa lusitana :  
De África tem marítimos assentos,  
É na Ásia mais que todas soberana,  
Na quarta parte nova os campos ara,  
E, se mais mundo houvera, lá chegara. »

(*Lus.*, VII, 14)

Nesta expansão pelas quatro partes do mundo, a língua, ora por influência de substrato, ora por influência de adstrato, foi-se enriquecendo com palavras novas, provindas de línguas africanas, indianas, do persa, do japonês, do malaiala e, que nos interessa particularmente, aqui no Brasil, de vozes tupis e ameríndias, que andam por mais de 1.500, ainda assim excluindo-se os numerosíssimos topônimos.

Entretanto, a feição culta do idioma foi sendo praticada e apurada, até que o Poeta Máximo deu feição definitiva à língua, criando, por assim dizer o português moderno. Com efeito, depois de Camões, todos foram e todos somos camonianos.

Quanto ao galego-português transminhoto, foi ficando, cada vez mais, ilhado pelo castelhano, arvorado, como se sabe, em língua oficial da Espanha. Conservou o galego alguns traços arcaicos e ficou na situação de língua quase que só falada e, ainda por cima, nas zonas campestinas, nas aldeias e pequenas vilas.

Assim, o que a princípio fora uma só língua acabou por se bifurcar em galego e português, este, evidentemente, com muito mais vitalidade, riqueza e vigor.

Eis porque, em linguagem técnica se diz que o galego é um co-dialeto do português.

No entanto, no século passado, a partir de 1828, os falantes de galego reagiram, trataram de apurar sua língua, deram-lhe foros de cidade, o que veio a propiciar que nela cantasse, em alta voz lírica, uma das grandes poetisas européias do tempo, Rosalia Castro. Poetou ela também em castelhano, mas seus *Folhas Novas* e *Cantares Galegos* talvez nos falem mais à alma, pela semelhança tão grande dos dois idiomas e pela identidade de sentimentos, que tem na famosa *saudade* sua mais típica expressão.

Um galego ilustre, Manuel Murguia, assim se manifestou, num discurso nos Jogos Florais de Tui, à margem do Minho, em 1891:

«O primeiro, o nosso idioma. O nosso idioma!

O que falaram nosos pais ... o que falan os aldeaos; aquel en que cantaron reis trovadores; o que, fillo maior da pátria galega, nola conservou e conserva como um don da Providência; o que ainda ten nos nosos lábios as dozuras eternas, e acentos que van ao corazón ... o formoso, o nobre idioma que do outro lado dese rio é língua oficial que serve a mais de vinte millions de homes e ten unha literatura representada polos nomes gloriosos de Camoens e Vieira, de Garrett e de Herculano; o galego, en fin, que é o que nos dá o direito á inteira posesión da terra en que fomos nados.»

O renascimento galego recebeu grande impulso do trabalho de filólogos e gramáticos, que procuraram esclarecer bem a feição arcaica do idioma e tratar de disciplinar uma língua que, depois de longo uso puramente oral e socialmente inferior, volta a ter importância e significação literária e culta.

Significativa etapa desse esforço de intelectuais foi a criação da Real Academia Galega, em 1906.

Antes, a língua se achava, quase diria, bastante enfedudada ao castelhano, com uma grafia castelhanizada e com sensível oscilação de formas, em virtude de ser só falada.

Esse estado de coisas refletiu-se na feição literária, durante bastante tempo, e não desapareceu, até as modernas propostas de reintegração com o português.

Transcrevo em seguida um poema de Rosalia Castro, conservando-lhe a grafia original, só por dar amostra da poetisa e da língua no século passado:

«Teño um mal que non ten cura,  
un mal que nacéu comigo,  
y ese mal tan enemigo  
levarám' à sepultura.

Curandeiros, ceruxanos,  
Dotores em Medeciña,  
pr' a esta infirmidá miña  
n' hay remedio antr' os humanos.

Deixá, pois, de remexer,  
con concencia ou sin concencia,  
os libros d'a vosa cencia,  
pois para min n'a han de têr.

Qu'ó dudás? Duda non cabe  
n'esto que digo, doutores;  
anque pese, hay amargores  
que non pasan con xarabe.

Asañásvos porque digo  
verdás que sabés de sobra?  
Pois a probar ... mans à obra ...  
Vede de curarme, amigo.

O meu mal y ó meu sofrer,  
é ò meu próprio corazón,  
quitaimo sin compasión!  
Despois, faceme vivir!»

(Rosalia de Castro, *Obras Completas*, Recopilación y estudio biobibliográfico «Rosalia de Castro o el dolor de vivir», por V. García Marti. Aguilar, Madrid, 1960, p. 497).

Justamente, o mais marcante característico da poesia de Rosalia Castro é um sofrimento intenso e constante, uma dor profunda, que Marti, como se viu, chamou bem de «dolor de vivir».

Mas há outros escritores e poetas que batem noutras teclas e decantam alegres as belezas, as famosas belezas da Galiza, o Minho da Espanha.

O crescente progresso do renascimento, seja nas letras, seja nas ciências da linguagem, levou altos espíritos, galegos e até não galegos, a se darem conta de que a língua caíra num impasse, cuja solução mais racional e mais rica seria a reintegração na língua de além-Minho, com a qual já fora una, em tempos idos, pelo menos até o século XV.

Já dizia em 1891 Manuel Murguía: «Podemos dizer com verdade que nunca, nunca pagaremos aos nossos irmãos de Portugal ... sobretudo que hajam feito do nosso galego um idioma nacional. Mais afortunado que o provençal — encerrado na sua comarca própria — não morrerá.»

Entre os integracionistas, enfileiram-se hoje homens como Ernesto Guerra da Cal, professor da Universidade de Nova Iorque, e mundialmente famoso por seu trabalho sobre o estilo de Eça de Queirós, Pilar Vásquez Cuesta, professora da Universidade de Madri (\*) e autora de uma excelente gramática portuguesa para espanhóis, Valentim Paz-Andrade, Carlos Durã, Isaac Alonso Estraviz, Higinio Martínez Esteves, José-Luís Rodríguez e muitos outros, que seria longo e fastidioso enumerar, sem esquecer, em todo caso, Ricardo Carvalho Calero, que vem, com pertinaz insistência, há anos, escrevendo sobre a reintegração e defendendo-a. Dentre os estrangeiros, cabe destacar duas conhecidas figuras da Linguística hispânica: Manuel Rodrigues Lapa, autor de vários livros, entre os quais interessa, para o caso, *Estudos Galego-Portugueses: por uma Galiza Renovada* (Lisboa, Sá da Costa Edit., 1979), e Joan Corominas, catalão (o maior etimologista da Península Ibérica, com seu monumental *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*), que escreveu em *Grial*, n.º 53, julho-setembro de 1976, um artigo *Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa*.

Valeria talvez a pena, antes de prosseguir, citar um testemunho valioso, por sua sinceridade, humildade e verdade, qualidades boas em si e que soam bem aos nossos ouvidos luso-brasileiros: «O seu idioma [dos portugueses] é o nosso, e tais são as suas afinidades, que em nada diverge do galego, pela sua estrutura, pela sua fonética, pela sua fraseologia, pelas suas desinências, etc.: só que os portugueses o civilizaram.» Estas palavras são de Francisco Tettamancy, escritas em 1904, antes, portanto, da fundação da Real Academia Galega.

(\*) Hoje da Universidade de Salamanca (N. de R.).

Que eu conheça, a primeira proposta global concreta de reintegração, tocando nos diversos pontos (excluídas a sintaxe e a semântica, onde não há problemas) é o trabalho de José-Martinho Montero Santalha *Directrices para a reintegración lingüística galego-portuguesa*, editado em Ferrol, Galiza, o ano passado.

Seria longo, fastidioso e, sobretudo, impertinente aqui dar notícia pormenorizada da proposta de Montero Santalha. Teria eu de entrar em minúcias de ortografia e de morfologia, de tal arte que o mínimo que me aconteceria era encontrar todos dormindo, até os mais resistentes e heróicos, ao dar por terminada minha parlenda.

Pretendo apenas fornecer uma idéia geral do projeto, de sua sensatez, de seu equilíbrio, de sua viabilidade e, portanto, deixar claro que se deu um passo largo para a reintegração, que será um benefício para os falantes de galego, mas que também a nós, brasileiros e portugueses nos interessa, na linha, a que atrás me referi, daquilo a que se tem chamado política do idioma.

Montero Santalha quer ir por etapas, deixar correr o tempo, dar tempo ao tempo, para que este se encarregue de ultimar a obra da unificação.

Haverá um período, mais ou menos longo, de duplicidade de formas, seja intralingüística, seja interlingüística.

A proposta ortográfica se resume nisto: afastar a grafia galega da castelhana e adotar a nossa grafia, com uma ou outra exceção, como, por exemplo no caso do artigo indefinido feminino e seus congêneres.

Infelizmente (ou felizmente) Montero Santalha não está a par da absurda dualidade ortográfica luso-brasileira, que já podia estar resolvida, se os governos do Brasil e de Portugal tivessem prestado atenção e ligado interesse à proposta concreta que um significativo grupo de professores universitários brasileiros e portugueses fizeram em Coimbra em 1967.

Proclama o nosso autor que «pelo menos em teoria, dois são fundamentalmente os caminhos que se oferecem ao idioma da Galiza, no que tange ao seu desenvolvimento interno: ou reintegrar-se em cheio no âmbito lingüístico originário (o luso-brasileiro), ou constituir-se em língua independente do português». Pouco adiante, assinala o perigo para a solução autonomista, que seria a desgaleguização do galego: «Além disso, dada a situação sócio-política da Galiza, o nosso isolamento lingüístico dos luso-brasileiros aumentaria a vulnerabilidade do galego ante o espanhol e agravaria o perigo de que se degrade a mero dialeto do castelhano, com o que viria a tornar-se ameaçada a própria sobrevivência do idioma.»



Acrescenta que «a reintegração lingüística galego-portuguesa que defendemos implicaria modificações na atual norma lingüística galega (aliás, ainda indeterminada em vários pontos): antes de mais nada exigiria uma reforma da ortografia e, em menor grau, afetaria também a norma morfológica.»

Adiante, previne, com senso de realidade e prudência: «Reconhecemos que a reintegração lingüística galego-portuguesa não poderá realizar-se de uma hora para outra, subitamente, de uma só vez. Especialmente no terreno ortográfico, a reintegração terá de ser um processo gradual, que caminhe progressivamente, em fases sucessivas, desde os pontos fáceis até os mais difíceis.»

E segue-se a proposta concreta das etapas que vencer, enumerando-as e ordenando-as. Quanto à primeira etapa, observa que «simultaneamente se poderiam implantar todas as medidas relativas à morfologia, pois não implicariam outra dificuldade que não o aprendizado das formas normativas».

Um ponto para que não acena o autor é a maior simplicidade do atual sistema fonológico do galego, em relação ao nosso, especialmente na feição portuguesa. Noutras palavras, não há nenhum fonema no galego atual (se bem interpreto a pronúncia do artigo indefinido feminino), não existe lá nenhum fonema que seja estranho ao nosso material sonoro. Pelo contrário, temos ditongos nasais, que a língua de além-Minho desconhece.

Portanto, concretamente, é possível uma adaptação da escrita galega ao nosso sistema ortográfico. Não haverá, isto sim, em futuro previsível, uma perfeita conformação.

### A morfologia

A morfologia, conquanto apresente algumas divergências, pode ir sendo planificada pela ação da escola e da nova língua escrita.

Em certos casos, trata-se de influência castelhana, como o gênero feminino de palavras como *leite, costume, nariz, sal, mel, sangue*, ou o masculino, de vocábulos como *árvore, cor, dor, cútis, ordem* (\*).

Noutros casos, como no das palavras ditas *estruturais* ou de *significação interna*, freqüentes vezes o galego se apresenta arcaizante, em relação ao português atual, como, por exemplo, *esto esso, aquilo* (\*\*).

(\*) Na actualidade o género dessas palavras coincide plenamente com as variantes brasileira e portuguesa no galego literário normativo e na fala nom contaminada polo castelhano (N. da R.).

(\*\*) No galego literário e normativo e em muitos pontos da Galiza também na fala, coincide com o luso-brasileiro (N. da R.).

O verbo ainda apresenta o *-d-* intervocálico nas segundas pessoas do plural, como era no português antigo, e de que conservamos remanescentes em alguns verbos de infinitivo monossilábico, tais como *ver* ou *ir* — *vedes, ides* —, ou nos verbos em que o antigo *-d-* estava precedido de nasal: *mantendes, contendes, compondes*, etc. (\*).

A proposta de Santalha, para este último caso concreto é a manutenção da dualidade de formas (existentes nos falares locais), e a substituição das formas em *e-* dos demonstrativos neutros, para formas em *i-*, como no português de hoje.

Ainda se ouve na Galiza o indefinido *ren*, com valor de *nada*, que tem curso e que o nosso autor propõe que venha a ser a única forma aceitável.

No entanto, sugere que se mantenha o pronome neutro *todo*, igual a *tudo*, como era no português arcaico. Talvez, em razão da etimologia, uma vez que a nossa forma sobrevivente é de difícil explicação.

Quanto às preposições ou palavras preposicionadas, prefere o autor que o uso oficial e único do galego corresponda inteiramente com o do português. Por isso, escreve: «Qualquer variante distinta das formas relacionadas no parágrafo anterior será considerada incorrecta; ... de *até*: *ate, ata, asta, astra*; de *contra*: *descontra, escontra*; de *desde*: *dende, dendes, dendesde, des*; de *entre*: *antre, ontre*; de *para*: *pa, pra*; de *sem*: *sin*; de *sob*: *so, su*; de *sobre*: *sóber, sober, sóbor, sobor*; de *segundo*: *assegún, assegundo, según*.»

Fiz esta citação, para mostrar a presença de variantes nas preposições galegas, tais como as há em português, se considerarmos toda a área da língua e todos os estratos sociais e dialetais.

Lembraria, para amenizar um pouco a palestra, que Camões emprega a *segundo*. Vasco da Gama, em Calecute, vai andando com o Catual pelas ruas da cidade, até que deram com um templo suntuoso, que chamou a atenção do português. Nele entraram:

«Ali estão das deidades as figuras  
Esculpidas em pau e em pedra fria,  
Vários de gestos (= rostos), vários de pinturas,  
A *segundo* o demónio lhe (= lhes) fingia.»

(Lus., VII, 47)

### Sintaxe e léxico

Na sintaxe e no vocabulário, não há diferenças sensíveis. Eu notaria apenas uma, que normalmente nos parece estranha, embora escape alguma vez da boca de um falso bem-falante. Trata-se da ênclise prono-

(\*) No galego falado e escrito coexistem as duas formas (N. da R.).

minal ao futuro do presente e ao futuro do pretérito (ainda chamado condicional por alguns retardatários): *usará-se, seguirá-se, empregará-se, considerará-se*, etc.

Lembra-me que uma vez, viajando num táxi em Portugal, o motorista, percebendo que eu não era um imbecil, mas talvez fosse um «senhor doutor», passou a falar «difícil». A certa altura, saiu-se com esta: «Eu, por sua vez, perguntaria-lhe».

Se não me engano, já ouvi, lá também, um Ministro de Estado dizer na televisão «*adotará-se*», ou coisa que o valha.

O léxico português é, naturalmente, mais rico do que o galego, não só porque a língua escrita tem uma tradição ininterrupta de oito séculos, mas também porque, na sua expansão pelo mundo, foi anexando numerosas vozes de línguas várias, dos quatro cantos da terra.

Por outro lado, é menor o número de galicismos viciosos no Galego, porque lá não houve a influência cultural francesa do século XVIII, que tanto arrepiou os nossos puristas.

Agora é a vez dos anglicismos, cada vez mais numerosos, inclusive na sintaxe, desvantagem de que também se forrou o galego, segundo penso.

#### *Epílogo: o reencontro de dois irmãos*

E chegamos ao fim, para alívio dos meus ilustres pares. Tem-se aqui tratado de assuntos áridos, mas talvez ainda nenhum como este.

Mas a título de justificativa e de desculpa (talvez de mau pagador), repetirei o que no princípio disse: apesar de tudo, o que acabamos de, mentalmente bocejando, ouvir será um modesto parágrafo, interessante à cultura geral, qual seja o conhecimento de uma recente possibilidade de se aumentar o número de falantes de português e, assim, aumentar-se a importância política do nosso idioma.

E, para mim, tem um sabor a mais: o reencontro de dois irmãos, que se separaram há cerca de seiscentos anos.



## UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA (\*)

por

JOSÉ-MARTINHO MONTERO SANTALHA  
Presidente das Irmandades da Fala

1. A polémica entre Rodrigues Lapa e Pinheiro: existe uma via meia?
2. A questão de fundo: galego ou galego-português
3. A bifurcação ortográfica
4. A ortografia galega autónoma (OGA)
  - a) Origem e finalidade
  - b) Efeitos positivos
  - c) Efeitos negativos
5. A favor da unificação ortográfica galego-portuguesa
  - a) Problemas meramente gráficos
  - b) Problemas de natureza gráfico-fonética
6. Epílogo: algumas sugestões práticas

### 1. A POLÉMICA ENTRE RODRIGUES LAPA E PINHEIRO: EXISTE UMA VIA MEIA?

Nesta mesma revista — *Grial* — desenvolveu-se há algum tempo uma polémica entre Rodrigues Lapa e Ramon Pinheiro acerca das relações lingüístico-literárias entre galego e português. Rodrigues Lapa advogava por uma incorporação do galego escrito ao português literário; as suas afirmações, porém, permaneciam mais bem no nível dos princípios e prestavam-se a ser interpretadas em gradações diversas. Pinheiro creu perceber na proposta de Lapa uma convidaçom a que os galegos renunciássemos, com atitude suicida, à nossa própria identidade idiomática e respondeu com uma negativa decidida<sup>(1)</sup>.

(\*) Publicado originariamente em *Grial*, nº 51, 1976.

(1) *Vid.* RODRIGUES LAPA, Manuel, «A recuperação literária do galego», in *Grial* (Vigo), núm. 41 (Julho-Setembro de 1973), pp. 278-287; PINHEIRO, Ramon, «Carta a don (sic) Manuel Rodrigues Lapa», in *Grial* (Vigo), núm. 42 (Outubro-Dezembro de 1973), pp. 389-402.

O artigo de Rodrigues Lapa fora publicado originariamente na revista *Colóquio/Letras* (Lisboa), núm. 13 (Maio de 1973), pp. 5-14; acha-se incluído nos seus *Estudos galego-portugueses. Por uma Galiza renovada*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, pp. 53-65.

A carta de Pinheiro foi reproduzida integralmente, nos últimos dias de Dezembro de 1973, pelo jornal *El Ideal Gallego*, da Corunha, repartida em cinco entregas sucessivas;

Pessoalmente cremos nom estar necessariamente em desacordo com nengum dos dous egrégios dialogantes: parece-nos entrever que cada uma das duas opiniões encerra a sua parte de razom. Nom será entom possível reduzi-las a um ponto intermédio, um lugar de encontro ou, mesmo, se se quer, a um compromisso?

As sugestões que a seguir apresentamos à discussom pública pretendem —acolhendo-se à conclusom de Pinheiro de que «queda moito que falar de todo esto»—<sup>(2)</sup> expor em síntese a nossa convicçom de que essa *via meia* existe e que se concretiza fundamentalmente na unificaçom ortográfica. Cremos que nesse meridiano é possível fazer confluír tanto a intençom básica de Rodrigues Lapa (isto é, procurar uma reintegraçom literária de todo o âmbito lingüístico galego-português), como a de Ramom Pinheiro (isto é, nom renunciar ao que é realmente galego em questom de língua).

## 2. A QUESTOM DE FUNDO: GALEGO OU GALEGO-PORTUGUÊS?

O propósito de Rodrigues Lapa de buscar a integraçom do galego com o português pressupom evidentemente, como premissa básica, que galego e português som uma única língua. Por muito surpreendente que poda parecer, nom discrepa

agora encontra-se incluída no livro de ensaios de Ramom Pinheiro, *Olladas no futuro* (sic), Ed. Galáxia, Vigo, 1974, pp. 261-279.

O Prof. Rodrigues Lapa insistiu em intervenções posteriores sobre as suas ideias de integraçom: No comentário feito com ocasiom de se cumprir o primeiro decénio da revista *Grial*, publicado sob o título de «Verdadeira empresa de cavalaria andante» (núm. 42, pp. 466-467); no artigo «Duas atitudes face ao problema do galego», no número da revista *Vértice* dedicado à Galiza (núms. 367-368, vol. 34 (1974), pp. 580-583); e especialmente na comunicaçom que leu a 22 de Junho de 1975 na sessom de encerramento da semana cultural galego-portuguesa, organizada pola Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que viu a luz na revista *Arvore*, núm. 2 (1975), pp. 1-7. Estes dous últimos recolhem-se em *Estudos galego-portugueses*, pp. 67-71 e 74-77, respectivamente\*. Também em *Nova Renascença*, Outubro, 1983: «A reintegração lingüística galego-portuguesa — Um drama que afecta a nós todos». Depois foi publicado no *Diário de Lisboa* (N. da R.).

A polémica nom suscitou na Galiza estudos sérios até agora [1976]\*\*, que saibamos; mas sim numerosas reacções, mais bem emocionais e geralmente contrárias à proposta de Lapa; por exemplo: Pilar Vázquez Cuesta tachou-na de «descabelada», referindo-se expressamente ao problema das nasais, e Carlos Casares considera-a «peregrina». Nom obstante, o assunto parece estar hoje no fundo de certas afirmações e tomadas de postura sobre a língua. Jacinto do Prado Coelho expressava em *Grial* o seu desejo de que essa discussom prosseguisse: «Bom seria que se intensificasse, em revistas como *Grial*, *Colóquio/letras* e outras, o diálogo luso-galego; que se multiplicassem para tanto iniciativas como o artigo de Rodrigues Lapa em *Colóquio/letras* sobre o galego nas suas relações com a língua portuguesa — artigo que, em 1973, veio reavivar esse diálogo em termos fraternos, suscitando, entre outras, a réplica de Ramón Piñero» (in *Grial*, núm. 43 (Janeiro-Março de 1974), p. 81). Um grupo de treze galegos, entom residentes em Roma (entre os que se conta o assinante destas linhas), fixerom público um *Manifesto para a supervivência da cultura galega* em que se propugna uma íntima comunicaçom cultural entre a Galiza e Portugal, sobre a base do idioma comum. Este *Manifesto* foi publicado na sua versom original galego-portuguesa pola revista *Seara Nova* (Lisboa), núm. 1547 (Setembro de 1974), pp. 30-31; mais tarde foi publicado na Espanha em versom castelhana pola revista *Cuadernos para el diálogo* (Madrid, núm. 133 (Outubro de 1974), pp. 8-11. Xesus (sic) Alonso Montero manifestou a sua atitude ao respeito, um tanto indecisa, no semanário *Sábado Gráfico*, de Madrid.

(2) Cf. PINHEIRO, R., art. cit., p. 402 (in *Olladas no futuro*, p. 279).

\* *Vid.* MONTERO SANTALHA, J. M., «Rodrigues Lapa e a Galiza (Crónica de um longo amor)», in *Coleção de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa*, Anadia, 1984. (N. de R.).

\*\* Hoje, 1985, pode-se dizer que som as instituições privadas as que levarom adiante os estudos, nom escassos sobre o processo de reintegraçom lingüística galego-portuguesa na Galiza. As instituições públicas interferirom negativamente de modo autoriário no mesmo. (N. de R.).

Pinheiro neste ponto: «Estamos totalmente de acordo — afirma — em que o galego e o português som radicalmente a mesma língua»<sup>(3)</sup>. Mas a questom de fundo é, na realidade, essa: Som o galego e o português uma única língua ou duas línguas diferentes?

Se passarmos fugazmente em revista as afirmações que sobre o assunto encontramos na mesma cultura galega, acharíamos o seguinte resultado: Na sua maioria os escritores e lingüístas galegos tendem a afirmar uma unidade idiomática básica galego-portuguesa, mas nom sempre sabem depois situar neste marco essencialmente unitário as divergências que constataam entre a língua comum da Galiza e a normativa portuguesa. Noutras palavras: Na consciência cultural galega nom está suficientemente clarificada a dialéctica, existente em todo idioma, entre a unidade e a diversidade.

Nom pretendemos aqui analisar em pormenor todos os aspectos que abrange no nosso caso este problema. Por razões de brevidade aceitamos sem mais o pressuposto de que galego e português som fundamentalmente a mesma língua, baseando-nos simplesmente em que essa é ainda, ao nosso ver, a convicçom mais comum<sup>(4)</sup>. Decerto, nom pretendemos com isto afirmar que a unidade fundamental da língua galego-portuguesa se pode provar unicamente desde as opiniões dos mestres da cultura galega, nem tampouco desde o terreno dos princípios gerais, nem sequer desde o mero estudo histórico. O único caminho para demonstrar que galego e português som uma única língua passa pola análise comparativa dos fenómenos lingüísticos actuais em concreto. É este um trabalho de envergadura — e de resultados surpreendentes! —, do qual nos dispensamos aqui e ao que nos permitimos convidar a todos os preocupados pola cultura galega.

(3) Cf. *ibidem*, p. 401 (in *Olladas ...*, p. 278).

(4) A consciência de que a Galiza pertence à comunidade lingüística portuguesa era especialmente forte durante as primeiras décadas do século. Proclamarom a unidade lingüística galego-portuguesa, entre outros, MURGUIA (*Vid.*, por exemplo, a sua correspondência com Saco y Arce e o seu discurso nos *jogos florais* de Tui no ano 1891, publicado originalmente em *La Patria Gallega* (Santiago), ano 1, núms. 7-8 (15 de Julho de 1891), pp. 1-6, e reproduzido em *Grial* (Vigo), núm. 43 (Janeiro-Março de 1974), pp. 83-89, especialmente, pp. 84-86); JOAM VICENTE VIQUEIRA (*Vid.*, *Ensaíos e poesias*, Ed. Galáxia, Vigo, 1974, pp. 140, 165-170, 174-176, 177-179, 180-181, 183, 193. Por exemplo, cf. p. 180: «O galego, nom sendo uma língua irmã do português, senom *uma forma do português* (como o andaluz do castelhano), tem-se que escrever, pois, como português); ANTON VILAR PONTE (*Vid. Pensamento e sementeira, Lições de patriotismo galego*, Eds. Galicia, Buenos Aires, 1971, *passim*) e AFONSO R. CASTELÃO (*Vid.* a carta a Claudio Sánchez Albornoz, do ano 1944, publicada em *Grial*, núm. 47 (Janeiro-Março de 1975), pp. 100-101, especialmente esta última página).

Nos nossos tempos propugnam esta concepçom unitária VALENTIM PAZ ANDRADE (*Vid.* o seu artigo «A evolución tras-continental da lingua galaico-portuguesa» (sic) in AA.VV. *O porvir da língua galega*, Círculo de las Artes, Lugo, 1968, pp. 115-132); ERNESTO GUERRA DA CAL (*Vid.* «Lua de Além-Mar», Ed. Galáxia, Vigo, 1959, p. 14), e RICARDO CARVALHO CALERO (*Vid. Problemas da língua galega*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1981 e *Da fala e da escrita*, Galiza Editora, Ourense, 1983, recopilaçom de artigos sobre o tema), entre os salientáveis.

A postura radicalmente oposta à unidade lingüística galego-portuguesa está representada polo Instituto da Língua Galega, da Universidade espanhola em Compostela (*Vid.* I.L.G., *Galego 3*, Secretariado de Publicações da Universidade de Santiago, Compostela, 1976, 2.ª ed., cap. 9, «Fenómenos diferencialistas (IV). O lusismo», pp. 81-82). David Feldman pretende ter chegado a esta mesma conclusom através da análise comparativa dos dous idiomas falados, realizada mediante técnicas científicas (*Vid.* as suas «Consideraciones sobre la identificación lingüística de la lengua gallega», in *Grial* (Vigo), núm. 43 (Janeiro-Março e 1974), pp. 38-48). Mas o seu razoamento encobre, na nossa opiniom, eivas graves que nom é agora momento de mostrar.

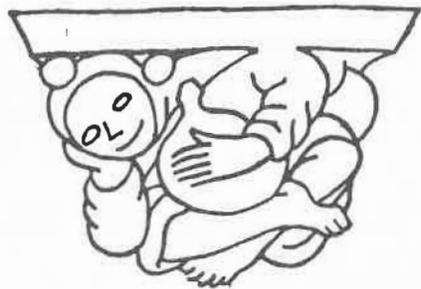
Partimos, pois, deste pressuposto, que consideramos solidamente assentado mas que aqui renunciamos a fundamentar: O galego é uma variedade ou *modalidade* da língua portuguesa. Alguns pedirão talvez que precisemos antes de mais nada qual é a índole exacta dessa modalidade, se se trata de um dialecto que deve submeter-se à normativa literária lusa ou se é uma alternativa igualmente válida do que o português literário. Mas esta disjuntiva resultar-nos-á fictícia quando situemos o problema no seu terreno exacto: *A ortografia*. Porque a origem daquele obscurecimento da consciência de unidade lingüística radica, justamente, no terreno ortográfico. Vejamos.

### 3. A BIFURCAÇOM ORTOGRÁFICA

Na língua falada na Galiza constatam-se divergências com respeito à língua considerada como normativa no mundo luso-brasileiro. Som divergências de natureza diversa: fonéticas em primeiro lugar, mas também morfológicas e léxicas.

Até aqui, porém, o fenómeno nom implica nada de extraordinário; em todas as línguas se dá, em maior ou menor grau, certa tensom entre unidade e diversidade. O que resulta chocante no nosso caso é que exista, além disso, uma divergência ortográfica tal que inclusive palavras pronunciadas de forma substancialmente idêntica em ambas as zonas se escrevam de muito diferente maneira em cada uma. A ortografia comum galega, tal como foi sancionada pelas *Normas da Academia* \* (e mais ainda a empregada no método de galego do I.L.G.), afasta-se da normativa ortográfica portuguesa quase tanto como se afastam entre si as grafias de duas línguas romances autónomas; basta comparar, por exemplo, as grafias galegas *xente* ou *xeoloxía* com as portuguesas ou italianas *gente* e *geologia*. A ortografia normativa portuguesa, de uma parte, e a ortografia galega, da outra, constituem na prática sistemas ortográficos autónomos; coexistem, portanto, dous sistemas ortográficos no interior de um mesmo idioma. Qual é a causa desta situaçom aberrante?

Se tentamos deslindar responsabilidades, é a Galiza a culpável de seguir uma ortografia separatista, pois nom adere à unificaçom ortográfica realizada por Portugal e Brasil com o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro* do ano 1945. Somos nós os culpáveis nom tanto por ser a Galiza uma minoria desproporcionada, assi populacional como geograficamente, dentro do âmbito lingüístico português, quanto por nom estar o nosso separatismo ortográfico exigido de forma absoluta por nenhuma das nossas peculiaridades lingüísticas. Por que, entom, a cultura galega segue este caminho solitário?



\* Note-se que a Academia Galega nom é nem foi *da lingua* e que o I.L.G., oficialmente, além de ser uma instituição da Universidade estatal espanhola, estatutariamente é *instituto de investigação*, nom de normatizaçom. Por outro lado, no 1982 (Julho) o I.L.G. impuxo as suas teses à Academia e as *Normas conjuntas* foram oficializadas no 1983 (Abril) pola «Xunta de Galicia» (*sic*) da direita Aliança Popular. (N. de R.).

### 4. A ORTOGRAFIA GALEGA AUTÓNOMA (OGA)

#### a) *Origem e finalidade*

A dizer verdade, a autonomia ortográfica da Galiza nom existe sem razões; som diversas, mas todas se venhem condensar numa: A secular submissom que lingüisticamente a Galiza padece com respeito ao castelhano. Nas suas *Normas ortográficas* a Academia resume lucidamente o estado do problema: «A actual ortografia galega, como non podía menos de suceder, formouse sobre a castelá, única que os galegos aprendían nas escolas ao tempo que o Renascimento das nosas letras creou a necesidade dunhas normas da espresión escrita»<sup>(5)</sup>; e a seguir reconhece: «É evidente que seria de desexar unha ortografía, aínda que popular — é decir, ao alcance de todos —, máis enxebre — é decir, máis inspirada na estrutura fonolóxica do próprio idioma —»<sup>(6)</sup>.

Em soma: A actual ortografia separatista galega está originada mais polas circunstâncias sócio-políticas (isto é, polo facto de que os falantes galegos só aprendem a escrever em castelhano) que por factores de natureza lingüística.

A ninguém se lhe oculta, no presente estado das cousas, o fundo de boa intençom que subjaz nessa opçom ortográfica. Para nom afastar o povo — único senhor da fala — da possibilidade de escrever a sua língua própria, mais do que já o afastam outros condicionamentos de índole nom lingüística, a ortografia galega amolda-se no possível à castelhana e pretende assim — nas «circunstâncias sócio-culturais do momento» — salvar o salvável\*.

De boa intençom nom cabe dúvida. Mas cumpre perguntarmo-nos: Correspodem os resultados à intençom? Vejamos, por uma parte, se se atingirom assim os efeitos positivos que se visavam e, por outra, se, a maiores, nom surgirom, além disto, algumas conseqüências negativas.

#### b) *Efeitos positivos*

Numa rápida olhada à situaçom social da nossa língua, constatamos nos nossos dias alguns indícios positivos que, se bem nom se podem atribuir exclusivamente ao sistema ortográfico, em certa medida som também resultado desse factor: O emprego da língua escrita intensificou-se tanto na vida pública — livros, jornais, etc. — como na vida privada — correspondência, apontamentos pessoais ou escolares e similares... —.

Contodo, esta constataçom jubilosa nom nos exime de pôr-nos duas perguntas: Em primeiro lugar, garante suficientemente este movimento a futura vitalidade da língua e inclusive a sua supervivência?; em segundo lugar, estes efeitos positivos nom se alcançariã igualmente — ou até melhor — com uma ortografia unificada galego-portuguesa?

<sup>(5)</sup> Real Academia Gallega, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, A Cruña (A Corunha), 1971, p. 6. Citamos literalmente o texto académico.

<sup>(6)</sup> Ibidem, p. 7.

\* Apesar de ter entrado oficialmente nos «centros de decisom política» o galego está hoje mais ameaçado ainda do que no 1976, entre outras razões, porque o que entom se dizia medida de emergência hoje se fixo meio e instrumento «normal»: A castelhanizaçom do galego é oficial sem que os usos melhorassem quantitativamente. (N. de R.).

A primeira pergunta dá-se hoje respostas antagónicas. Pessoalmente inclinamo-nos a opinar que, apesar da surpreendente revitalização dos últimos anos, a fala galega não tem garantida a sua sobrevivência como língua da Galiza<sup>(8)</sup>; de contrário, se a situação continuar evoluindo com características similares às actuais, é de prever que para o fim do presente século o galego, progressivamente infestado de castelhanismos, será *lingua materna* só de uma pequena minoria de pessoas, e o seu cultivo literário ver-se-á reduzido a um pequeno grupo de sacrificados entusiastas<sup>(9)</sup>.

Frente a este drama da nossa língua, o separatismo ortográfico mostra ser uma medida inadequada e praticamente ineficaz. Objectar-se-nos-á: Com uma ortografia portuguesa as garantias de supervivência da fala nativa da Galiza não seriam maiores. Talvez, mas pelo menos deve ficar claro que a boa intenção da nossa ortografia actual vai desencaminhada; é errado —além de inútil— opor soluções ortográficas a uma problemática de natureza sócio-política.

Aliás —e respondemos assim à segunda pergunta que nos púnhamos— não é seguro que o futuro havia ser igualmente incerto com uma ortografia galego-portuguesa unificada. Muitos galegos, que hoje não aprendem a sua língua porque a consideram minifundista e pouco útil num mundo de tendências cosmopolitas como o contemporâneo, sentiriam-se provavelmente encorajados a fazê-lo ao saberem que com ela se abriam a uma das primeiras línguas do mundo, que os coloca a nível de comunicação plena com cento e vinte e cinco milhões (125.000.000) de pessoas —coisa que hoje mal acontece— e que apresenta um porvir grávido de radiantes promessas. O mesmo mundo luso-brasileiro sentiria mais como coisa própria a reabilitação da língua da Galiza, e desse crescente sentimento de solidariedade cultural dos nossos irmãos não poderia senão prover nova vitalidade para a cultura galega.

Os efeitos positivos da autonomia ortográfica são, portanto, mínimos. Mas, com se mostrarem tão escassos, mereceriam ainda ser defendidos se não comportassem simultaneamente graves consequências negativas.

### c) Efeitos negativos

Os efeitos negativos da bifurcação ortográfica são múltiplos e graves.

Por uma parte, o desenvolvimento da língua falada e literária da Galiza

(7) *Ibidem*, p. 8.

(8) Quando se fala de ameaça à supervivência do galego, cumpre fazer uma precisão. O perigo não consiste em que o galego vá *desaparecer*; é esta uma possibilidade praticamente excluída hoje. A ameaça está em que o galego pode deixar de ser a língua da Galiza, isto é, a sua língua *maioritária* e fundamental. Não cremos que se possa admitir que a personalidade cultural da Galiza se conservaria ainda no momento em que a língua galega (isto é, galego-portuguesa) deixasse de ser o idioma maioritário do país. Este é o perigo que nos ameaça na actualidade e neste sentido dizemos que não está garantida a supervivência da língua galega. Assim descreve a presente situação o bispo de Mondoñedo-Ferrol, Dom Miguel Anjo Araújo, na sua carta pastoral *A fé cristã ante a questão da língua galega* (Vid. *Boletín Oficial del Obispado (Mondoñedo-Ferrol)*, ano 1975, núms. 5-6 (Maio-Junho), pp. 97-112): «A língua galega começa a ver-se ameaçada; restringida no seu despregue social, abandonada às suas próprias forças de língua quase exclusivamente oral e alonjada dos centros de decisão política e económica, corre perigo, se não de morrer, sim de deixar de ser a língua maioritária de Galiza» (parágrafo 3.1., p. 104).

(9) Vid. CAMBRE MARTIÑO, Xesús (*sic*), «Resurgir o fenecer de la lengua gallega», in *Cuadernos para el diálogo* (Madrid), número extraordinário 30 (Maio de 1972), pp. 13-18; ALONSO FONTERO, Xesús (*sic*), *Informe — dramático — sobre la lengua gallega*, Akal Editor, Col. Arealonga, Madrid, 1973.

isola-se e empobrece-se; e, assim, a língua torna-se mais vulnerável à permanente pressão do castelhano. A identificação com a ortografia castelhana propicia uma dependência crescente da língua oficial. Pouco a pouco, num processo insensível mas constante, a língua vai dando acolhida dentro de si a todo tipo de impurezas intrusas: tanto na morfologia como no léxico —e até na fonética— o galego experimenta uma progressiva identificação com o castelhano<sup>(10)</sup>; não é infundado temer que este processo de identificação acabará por fazer do nosso idioma um mero dialecto do castelhano e esfumará assim a identidade própria da língua da Galiza. A OGA, que nacera com ânimo de salvar o salvável no momento presente, vem-se converter assim em colaboracionista da situação sócio-política.

Por outra parte, as leves divergências morfológicas e léxicas que o galego apresenta a respeito do português potenciam-se e até desorbitam-se. As —em si legítimas— peculiaridades morfológicas e léxicas da fala galega, na actual situação resultam amplificadas por efeito do isolamento; não teriam, porém, importância maior que nas outras línguas nem possibilidade de extralimitarem-se, se se movessem dentro de uma ortografia unificada. A OGA estimula de facto um diferencialismo exacerbado. Deste modo, a bifurcação ortográfica exerce um trabalho letal de corrosão no espírito da comunidade falante; subrepticamente vai minando a consciência de unidade da língua galego-portuguesa e, como consequência, mais uma vez, reforça-se a submissão ao castelhano\*.

Como se vê, a bifurcação da ortografia é um fenómeno muito mais grave do que por vezes se pensa e requer a tarefa urgente de corrigir o rumo fatal que —hoje— levamos. Não nos fica outra alternativa razoável que reconstruir, antes de que se nos faça tarde, a unidade gráfica com os nossos irmãos de língua.

Mas é realmente possível a unificação ortográfica galego-portuguesa? Estamos convencidos de que é não só possível mas também fácil no essencial. Analisemos antes de mais nada o estado geral da questão<sup>(11)</sup>.

(10) Vid. GARCIA, Constantino, «A lingua galega boxe; a súa situación no ensino» (*sic*) in *Grial* (Vigo), núm. 44 (Abril-Junho de 1974), pp. 148-156, especialmente p. 149.

(11) Eis uma selecção bibliográfica sobre a ortografia do galego:

SACO Y ARCE, Juan, *Gramática gallega*, Impr. Soto Freire, Lugo, 1868 (reeditada por Gráficas Tanco, Ourense, 1967, pp. 186-189).

MORTÍNEZ GONZÁLEZ, Manuel, *Poemas galegos seguidos d'un tratado sobr'o modo de falar é escribir con propiedad ó dialeto*, Tip. Madrigal, Pontevedra, 1883.

IGLESIA, António Maria de la, «Ortografía gallega» (vários artigos), in *Galicia humorística* (Santiago), ano 1, tomos I e II (1888).

VALLADARES, Marcial, *Elementos de Gramática gallega*, 1892 (inédita até 1970: Ed. Galáxia, Vigo, pp. 11-25. Justifica a ortografia que empregara no seu *Diccionario gallego-castellano*, Santiago, 1884).

RIBALTA, Aurélio, «Nota sobre reforma da ortografía gallega», in *Libro de Konsagración: Feixe de poesias galegas*, Libr. Sucesores de Hernando, Madrid, 1910, pp. 139-165.

VIQUEIRA, João Vicente, «Pol-a reforma da ortografía», in *A Nosa Terra* (A Corunha), 20 de Janeiro de 1918 (reeditado em *çnsaios e poesias*, Ed. Galáxia, Vigo, pp. 174-176).

GÓMEZ, Fuco G., *Graña galega*, La Habana, 1927.

COUCEIRO FREIJOMIL, António, *Ortografía gallega: Bases para su unificación, con un apéndice del prof. Abelardo Moralejo*, Impr. La Popular, Ourense, 1929.

BLANCO TORRES, Roberto, «La unificación ortográfica del idioma gallego» in *De esto y de lo otro*, Ed. Nós, A Corunha, 1930.

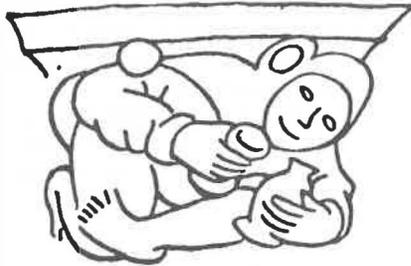
RODRÍGUEZ DÍAZ, Roxelio, *Pra ler e eskribil-o galego: un proxeyto*, in *Céltica* (Ferrol), 25 de Julho de 1931.

\* Depois de quase dez anos e à vista do comportamento das autoridades autonómicas e dos partidários da ortografia castelhanizante do I.L.G. podemos dizer que decerto era este o intento que se está a levar adiante por meio da disciplina de «Galego» nas aulas em todos os níveis do ensino. (N. de R.).

## 5. A FAVOR DA UNIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA

Parece evidente que, pola sua própria natureza, a ortografia nom pode prescindir de considerar simultaneamente a fonética da língua; e já se sabe que as maiores divergências entre galego e português se dão precisamente no subsistema fónico.

Aludíamos já a que nom é este um problema específico do galego-português; acontece em maior ou menor grau em todas as línguas, sobretudo naquelas que abrangem uma grande extensom geográfica. Som conhecidas as diferenças de pronúncia entre o inglês falado na Inglaterra e o dos Estados Unidos. Polo que se refere ao castelhano, pense-se na diversidade de fonemas que se representam com a grafia *z* (*rezar, paz*), *y* (*yo, oye*), *ll* (*calle, llorar*), *ch* (*mucho, chica*): A pronúncia destes signos gráficos varia notavelmente de Espanha à América hispana e até de naçom a naçom dentro da mesma América<sup>(12)</sup>. Ainda sem sair da Espanha e deixando já a um lado as divergências fonéticas da fala das Ilha Canárias, temos em Andaluzia uma língua bastante diversa da representada pola grafia oficial castelhana; se os andaluzes seguissem a mesma atitude dos galegos, deveriam escrever, por exemplo, em vez de *estados, los zapatos*, algo assim como *ehtóoh, lo-sapátóh*.



Seminário de Estudos Galegos, *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego*, Ed. Nós, Santiago, 1933 (reeditado polo Padroado da Cultura Galega, Caracas, Janeiro de 1970).

OTERO, Carlos P., «Sobre ortografía gallega, in *Grial* (Vigo), núm. 7 (baneiro-Março de 1965), pp. 41-47 (constitui o apêndice ao artigo «Con la benia de la Academia», ibidem, pp. 24-41).

CARVALHO CALERO, Ricardo, *Gramática elemental del gallego común*, Ed. Galáxia, Vigo, 1.<sup>a</sup> ed. 1966, pp. 76-79; 2.<sup>a</sup> ed. 1968, pp. 88-92; 3.<sup>a</sup> ed. 1970, pp. 89-95; 4.<sup>a</sup> ed. 1974, pp. 142-149; ... 7.<sup>a</sup> ed. 1979, pp. 148-155.

VAZQUEZ CUESTA, Pilar, «A propósito de la Gramática Gallega de Carballo Calero», in *Grial* (Vigo), núm. 16 (Abril-Junho de 1967), pp. 192-196, especialmente, pp. 195-196.

Real Academia Gallega, *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, A Coruña, 1971.

Instituto de la Lengua gallega, *Gallego 1*, Universidade de Santiago, 1971, pp. 6-7 e *passim*.

GARCIA, Constantino, «Orixen e problemas do método de galego», in *Grial* (Vigo), núm. 32 (Abril-Junho de 1971), pp. 129-141.

CARVALHO CALERO, Ricardo, «Ortografía galega», in *La Voz de Galicia* (A Coruña), 27 de Julho de 1975.

<sup>(12)</sup> Vid. MALMBERG, Bertill, *La América hispanohablante: unidad y diferenciación del castellano*, Eds. Istmo, Col. Fundamentos, núm. 3, Madrid, 1971, 2.<sup>a</sup> ed.

Mas, ainda supondo que entre galego e português a diversidade fonética fosse de tal intensidade que devinhesse um obstáculo insuperável para a unidade gráfica, nom ficaria justificada totalmente a OGA, porque se fasta da ortografia portuguesa inclusive em casos em que as fonéticas de ambas as áreas coincidem. Por conseguinte, ao falarmos de unificação ortográfica galego-portuguesa, temos de distinguir dous tipos de problemas: Por uma parte, problemas meramente gráficos, em que existe discrepância ortográfica apesar de que a pronúncia é substancialmente idêntica nas duas áreas, e, por outra, problemas em que subjaz uma divergência fonética. Vejamos como se apresenta, em pormenor, a situaçom.

### a) Problemas meramente gráficos

Som problemas meramente gráficos os seguintes:

1. Aceitaçom dos dígrafos *lh* e *nh*, em vez dos signos castelhanos *ll* e *ñ*.
2. Emprego de *b* e *v* nos mesmos casos que em português.
3. Uso do traço ou hífen e dos acentos gráficos e transcriçom da paragoge e da epêntese nos mesmos casos do que em português.

1. Nom comportaria problemas a mudança do *ll* castelhano polo *lh*: filho em vez de *fillo*.

De contrário, a adopçom do dígrafo *nh* entraria em fricçom com o uso actual galego. Na OGA, com efeito, *nh* indica o som nasal velar intervocálico /n/, existente na fala da Galiza (e nom na de Portugal nem na de Brasil) na forma feminina do artigo indeterminado /una/ e derivados /alguna/ e /ninguna/, grafados respectivamente *unha, algunha, ningunha*. A unificação ortográfica obrigaria-nos a abandonar este signo, mas nom a renunciar necessariamente a toda representaçom desta peculiaridade fónica galega. Existem outras possíveis soluções, até mais fundadas na história do idioma, que nom entrariam em fricçom com a ortografia normativa portuguesa<sup>(13)</sup>.

De resto, talvez nom é imprescindível que esta peculiaridade fónica galega tenha uma representaçom na escrita. Tratando-se de um número tã reduzido de palavras, que som, ao mesmo tempo, de uso tã freqüente, o falante galego formaria facilmente o seu hábito de escrita e de leitura de tais vocábulos ainda que se adoptasse a grafia normativa portuguesa. A ortografia em boa medida é questom de hábito<sup>(14)</sup>.

2. O emprego galego actual do *b* e do *v* segue a ortografia castelhana, ordinariamente etimológica. A ortografia portuguesa discrepa às vezes da etimologia para seguir a fonética viva de Portugal. Em todo caso — seja na OGA, seja na ortografia portuguesa — o falante galego, que desconhece a pronúncia lábio-dental do *v*, vê-se obrigado a empregar dous signos gráficos para um único fonema; a dificuldade que lhe comporta esta inútil complicaçom somente pode encontrar justificaçom em áreas da unidade ortográfica do idioma.

<sup>(13)</sup> Eis algumas das formas já empregadas historicamente: *ũa, ũha, um-ha, un-ha, un-a*. Vid. ALONSO MONTERO, Xesús, *Constitución del gallego en lengua literaria*, Eds. Celta, Lugo, 1970, pp. 54-55.

<sup>(14)</sup> Partidários do emprego de *nh* e *lh* em vez de *ñ* e *ll* som entre outros Viqueira, Correa Calderón, Guerra da Cal, Pilar Vázquez Cuesta, etc.

Segundo Xesús (sic) Alonso Montero (*Cf.* O.c. na nota anterior, p. 54), Cornide «a fines del siglo XVIII enpleaba *nh* en vez de *ñ*». Xosé María García Rodríguez lamenta-se no prómio do seu livro de poesias *Cativo da miña tristura* (sic) (Ed. Galáxia, Vigo, 1971, p. 9): «Só me pesa no curazón ter que esquirbir UNHA pra que os nosos irmáos idiomáticos ns portugueses leian UÑA. Mais, ¿qué lle podó fazer?» (sic).

3. O emprego do traço de uniom mantém-se na ortografia portuguesa. Se analisamos em detalhe esse uso, veremos que, ao delimitar as diferentes partes do enunciado, nom só comporta uma mais fácil compreensão do escrito, senom que também facilita a escrita; evita, por exemplo, uma inecessária complicação de acentos<sup>(15)</sup>. Protanto, a adopção do uso português comportaria mais bem vantagens que dificuldades para o falante galego<sup>(16)</sup>.

A questom dos acentos gráficos é algo mais complicada. Em português empregam-se regularmente dous acentos, agudo (´) e circunflexo (^), entanto que a OGA só conhece, como o castelhano, o acento agudo (´). Ortograficamente o uso da OGA devém inadequado a respeito da fonética real da língua (assim o reconhecem as próprias *Normas da Academia*)<sup>(17)</sup> por nom diferenciar entre vogais abertas e fechadas. A pronúncia galega coincide neste ponto substancialmente com a portuguesa e a ortografia portuguesa corresponde em medida satisfatória à pronúncia: O acento agudo indica vogal aberta tónica (é, ó), mentres que o acento circunflexo indica vogal tónica fechada (ê, ô). É, portanto, razoável que também em galego se empreguem estes dous acentos<sup>(18)</sup>.

Na língua viva o falante português e o galego deitam mão de fenómenos de paragoge (*ele, aquele*) e de epêntese (*ideia, cheio*) fundamentalmente nos mesmos casos. Lógico seria que nestes casos se seguisse uma pauta ortográfica comum; mas a OGA, mais uma vez, renuncia irrazoavelmente à unidade ortográfica do idioma para se cingir à ortografia castelhana.

Em todos estes casos que acabamos de ver nom há divergências de natureza fonética entre a fala comum portuguesa e a galega; substancialmente coincidem. Nestes pontos, portanto, a ortografia galega nom tem razom alguma para divergir da normativa portuguesa. E neles é onde, ao nosso ver, a cultura galega deveria tomar medidas unificatórias de maneira imediata. Porque, além de nom apresentar problemas, os casos nom som de leve importância: Se a ortografia galega aderisse nestes pontos à normativa gráfica portuguesa, a consciência da unidade do idioma estaria substancialmente a salvo e deste facto derivariãem-se conseqüências benéficas.

<sup>(15)</sup> Compare-se na OGA: *diga* (sem acento), mas *dígame* (com acento); *lavase* (sem acento), mas *lavóuse* (com acento).

<sup>(16)</sup> O próprio Carlos P. Otero, que se mostra partidário de uma grafia radicalmente foneticista e contrária à ortografia portuguesa, reconhece: «Quizá sea recomendable seguir (por una vez) la práctica portuguesa de separar con un guión los pronombres enclíticos: *dá-nos, hei-vos, levai-me*». Cf. art. cit., p. 47.

<sup>(17)</sup> O acento grave (̀) possui na ortografia portuguesa um uso restringido; podemos prescindir dele aqui. O til (˘) indica nasalidade, da que falaremos no apartado seguinte. (Hoje no galego reintegrado som aceites plenamente. Vide «Prontuário da Língua galego-portuguesa das Irmandades da Fala», Temas de O Ensino 2/3, Braga, 1984.) (N. da R.).

<sup>(18)</sup> Vid. *Normas ortográficas...*, citado, p. 7.

<sup>(19)</sup> Vid. VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, «A propósito de la Gramática Gallega de Carballo Calero», citado, pp. 195-196. Propugnavam já o emprego de vários acentos Marcial Valladares e Saco y Arce, entre outros.

\* Nas *Normas ortográficas do idioma galego*, da Comissom Lingüística da «Xunta de Galicia», que presidiu o Prof. Carvalho Calero, adoptava-se a acentuação à portuguesa; era o ano 1980. No 1982 o I.L.G. impom-se sobre os critérios da R.A.G. e «acordam» voltar a acentuação castelhana, com poucas excepções; o «acordo», intitulado *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego* foi oficializado o 20 de Abril de 1983 por Aliança Popular, partido da direita conservadora espanhola. (N. de R.).

## b) Problemas de natureza gráfico-fonética

Nas outras discrepâncias da ortografia galega a respeito da portuguesa subjaz uma divergência fonética. A unificação ortográfica nestes casos devirá um pouco mais dificultosa, sem dúvida, mas nom necessariamente impossível. E, por suposto, a adopção da grafia portuguesa nom nos obriga a pôr em questom a legitimidade de actual pronúncia galega. Os casos fundamentais som estes:

1. O galego emprega só o signo *x* onde o português escreve *x*, *g* ou *j*, segundo os casos.
2. Diverge também nas duas ortografias o emprego das letras *c* e *z*, às que se vem adir em português a cedilha (*ç*).
3. O português emprega o *s* duplo (*ss*), que o galego desconhece.
4. O português escreve *qu* + vogal em casos que o galego prescinde de *u* e outros.
5. Finalmente, dão-se notáveis discrepâncias na transição da nasalidade.

1. A aceitação dos signos *g* (ante *e*, *i*) e *j* da ortografia portuguesa imporia ao falante galego um certo esforço. Em vez de escrever *x* em todos os casos em que aparece o fonema /ʃ/, como fai a OGA (*xente*, *vogo*, *caixa*), teria de escolher em cada caso entre três signos: *g* (*gente*), *j* (*jogo*) ou *x* (*caixa*)\*. Mas a dificuldade nom é tão grave como poderia parecer, formulada assim a questom. Sobreto entra aqui em jogo um novo factor, o facto de que todos os falantes galegos escolarizados possuem uma formação ortográfica castelhana, que se vem aliar neste ponto com a portuguesa; o emprego dos signos *g* e *j* coincide fundamentalmente nas duas línguas por ser na maioria dos casos etimológico<sup>(20)</sup>.

2. Também o emprego de *c*, *ç* e *z*\* originaria algumas dificuldades para o falante galego. Mas também nom som estas insuperáveis; a maior parte dos casos podem reduzir-se a um número limitado de correspondências regulares entre a pronúncia e a escrita.

3. A grafia *ss* resulta, numa ortografia estritamente foneticista, inecessária em galego, entanto é necessária para a fonética portuguesa. A sua aceitação comportaria, portanto, para o falante galego certas dificuldades, mas nom insuperáveis. De resto, para a unidade gráfica do idioma nom seria excessivamente grave que de momento se deixasse neste ponto uma certa liberdade no uso. Além disto, é também possível reduzir o seu emprego a certas regularidades\*\*.

4. O grupo *qu-* (e em menor medida também o grupo *gu-*) apresenta também certas dificuldades pois nalguns casos a fonética galega desconhece o som semi-consonântico /w/ correspondente ao *u* da grafia portuguesa: port. *quando*, gal.

<sup>(20)</sup> Este ponto da ortografia galega leva sido muito discutido, já desde os tempos do nosso Renascimento literário. Monstrarom uma atitude favorável ao uso português, entre outros, António Maria de la Iglésia, Marcial Valladares, Pondal, Viqueira, Correa Calderón, Pilar Vázquez Cuesta.

\* Na realidade as três letras reduzem-se a dous grafemas: *g/j* e *x*; *c/ç* e *z*.  
\*\* Hoje o *ss* é aceite no galego reintegrado, seguindo a tradição histórica do sistema. (N. da R.).

cando. As palavras afectadas som poucas em número mas de uso muito freqüente. Justamente, a confluência destes dous factores (número limitado e uso freqüente) permite que, como no caso de /'una/, a adopção da ortografia portuguesa nom devenha desproporcionadamente difícil para os falantes galegos.

5. Na transcrição da nasalidade apresentam problemas para a unificação ortográfica as palavras representadas na ortografia normativa portuguesa com a terminação *-ão*. Em galego correspondem a esta terminação portuguesa duas diversas pronúncias segundo os casos: 1) /'on/ (*sermão*); 2) /'an/ (*sacristão*)<sup>(21)</sup>. Proposta assim a questom, o leitor crerá que neste ponto é impossível uma conciliação da fala galega com a ortografia portuguesa. Porém, uma análise mais pormenorizada — que aqui nom vamos fazer agora — permite reduzir o problema a certas regularidades que, se bem nom lhe suprimirã nunca toda a sua dificuldade, fam aceitável uma ortografia galego-portuguesa substancialmente unificada também nestes casos. Pensamos, além disto, que é especialmente neste ponto, o mais difícil da unificação ortográfica, onde cumpre fazer entrar em jogo o critério moral: A unidade ortográfica da língua é um bem de valor superior, que é preciso procurar inclusive a custo de certos esforços.

## 6. EPILOGO: ALGUMAS SUGESTÕES PRÁTICAS

Tentamos até aqui fazer patente a contradição em que se move a ortografia galega actual, e proclamar a urgência de uma mudança de rumo. Somos conscientes de que talvez a nossa análise seja excessivamente breve para que poda convencer a ninguém. Mas esperamos que, polo menos, sirva para manter vivo o diálogo público\* em torno a este tema; em ulteriores intervenções será possível esclarecer melhor múltiplas questões que aqui ficam somente esboçadas. Nom quixéramos, porém, concluir esta nossa ponência sem antes procurar traduzir a algumas sugestões práticas o que acabamos de dizer.

A) Parece-nos urgente que os organismos responsáveis da normativa galega (concretamente, a Academia Galega e o Instituto da Língua Galega) façam pública uma declaração neta do *rumo a Portugal* que deve seguir a nossa ortografia: Um caminho que nos leve progressivamente à unificação máxima com o nosso âmbito idiomático, isto é, com a ortografia oficial portuguesa, empregada em Portugal e no Brasil.

<sup>(21)</sup> Nas zonas da Galiza pertencentes aos dialectos que Carvalho Calero chama central e oriental dá-se uma terceira pronúncia, /'au/ (*mão, verão, irmão*). Prescindimos aqui desta particularidade; mas tenha-se em conta que a valoração deste feito preme em direcção à ortografia portuguesa.\*

\* O intercâmbio de opiniões em público ou em privado, em meios de comunicação de massas ou em órgãos especializados foi nestes últimos anos difícil na Galiza; mas é quase impossível pela censura de toda ordem que se exerce sobre os que discrepam desde a promulgação das Normas do I.L.G., Aliança Popular, Academia Galega.

Para os pontos com dificuldade dispõe-se já do *Prontuário ortográfico da língua galego-portuguesa das Irmandades da Fala*, Temas de O Ensino, núms. 2/3, ano 1984.

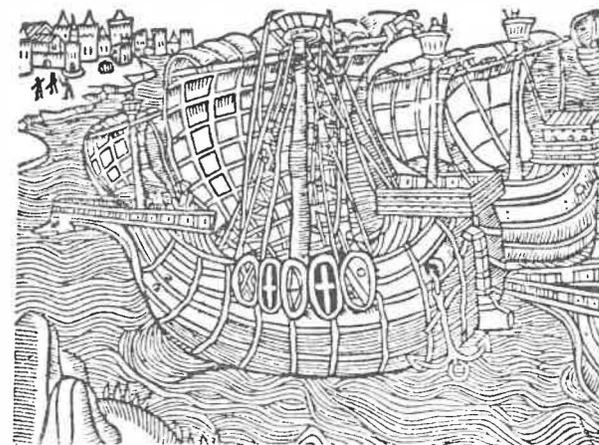
A Associação Galega da Língua (AGAL) está a publicar outro *Prontuário ortográfico* (ainda no prelo). (N. de R.).

B) Após esta declaração de rumo, haverá que ir dando os primeiros passos que nos vaiam encaminhando a uma unificação ortográfica galego-portuguesa. Parece-nos que devém factível já de imediato a aceitação da ortografia portuguesa nos pontos que nós chamamos *problemas puramente gráficos*, analisados aqui brevemente no apartado 5. Evidentemente, como em toda mudança, há-se de actuar com siso, com moderação, mas com convicção. Terá de haver um período de tempo em que conviverã as duas ortografias; mas este facto nom ocasionará problemas maiores que os que se dão já hoje.

C) Seguidamente, haverá que ir-se metendo com os pontos de discrepância ortográfica em que subjaz uma certa divergência fonética. Nestes casos a mudança comporta alguma dificuldade; por isso cumprirá também um lapso maior de tempo. O momento de introduzir oficialmente estas grafias será quando esteja suficientemente estabelecida a unificação a respeito dos pontos que víamos no parágrafo anterior. Ainda dentro deste apartado, haverá casos mais fáceis e mais difíceis; mal suporã dificuldades, pensamos, a introdução das grafias *g* (ante *e, i*) e *j*, entanto que será mais complexa a questom das nasais finais. Entanto a unificação avance, haverá também tempo para que em discussom pública se vaiam esclarecendo estes problemas.

D) Quando a ortografia esteja fundamentalmente unificada, será o momento de que os organismos competentes de ambas as zonas lingüísticas (Galiza por uma parte e Portugal e o Brasil por outra) se ponham a trabalhar em comum para a elaboração de uma gramática unificada e de um dicionário da língua galego-portuguesa. Será este o último passo no processo de integração lingüística galego-portuguesa.

Talvez a alguém lhe pareça um caminho longo demais para que chegue a ser andado nunca. Um antigo refrão popular reza: *Uma viagem de trinta léguas começa sempre polo primeiro passo*. O primeiro passo da nossa viagem pisa terreno ortográfico. O longo caminho irá-se andando *pouco a pouco*; mas esse primeiro passo deve ser dado *quanto antes*.



# COMPENDIO DE ORTHOGRAFIA,

COM SUFFICIENTES *CATALOGOS*, E NOVAS  
*Regras*, paraque em todas as Provincias, e Dominios de  
Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a  
*Orthologia*, e *Profodia*, isto he, a *Recta Pronun-*  
*ciaçam*, e *Accentos proprios*, da *Lingua*  
Portugueza:

## ACCRESCENTADO

COM OUTROS NOVOS *CATALOGOS*, E *EXPLICACAM*  
de muitos *Vocabulos* antigos, e antiquados, para intelligencia dos  
antigos *Escritores* Portuguezes; de todos os *Termos Vulgares* me-  
nos cultos, e mais ordinarios, que sem algua necessidade nam se-  
devem usar em *Discursos* eruditos; das *Frases*, e *Diccoens Cómicas*  
de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam  
se-devem introduzir em *Discursos* graves, ou serios; e finalmente  
dos *Vocabulos*, e diversos *Abusos* da *Plebe*, mais conhecidos, e  
contrarios ao nosso *Idioma*, os quaes sempre se-devem corrigir, ou  
evitar:

COMPOSTO

PELO R. P. M.

Fr. LUIS DO MONTE CARMELO,

*Religioso Carmelita Descalço, Escritor da sua Ordem, Consultor  
do Santo Officio, e Examinador das tres Ordens Militares:*

Impresso á custa de hum amigo do R. Auctor.



# LISBOA,

Na Officina de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO.

Anno de 1767.

Com as licenças necessarias.



## SOBRE A UNIFICAÇOM ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA \*

por  
JOAN COROMINES

Introduçom

- a) Problemas meramente gráficos  
LH e NH  
Emprego do traço de uniom  
Acentos
- b) Problemas de natureza gráfico-fonética  
G, J, X; C, Ç, Z; SS  
Grupo QU  
Nasalidade
- c) Outras questões  
I em vez de Y  
Duplicado; epêntese  
Os cultismos

### INTRODUÇOM

Vaia ante todo a minha felicitaçom ao autor do artigo em prol da unificaçom ortográfica galego-portuguesa, publicado no número 51 de «Grial»<sup>(1)</sup>. Felicitaçom entusiasta: eis a voz da razom, eis o que eu sempre pensei.

Aos meus amigos galegos e portugueses dixem-lhes sempre o mesmo, e é precisamente o que se diz nesse artigo: o principal adianto a fazer na direcçom da unificaçom lingüística galego-portuguesa é no campo da unidade ortográfica. Dixem isto sempre aos amigos R. Pinheiro, Rodrigues Lapa, Martines Lopes, Costa Clavell, José L. Pensado e outros, que podem dar testemunho. E este adianto é nom só eminentemente desejável, mas livre de toda objecçom séria; nom só possível mas ainda fácil se existir boa vontade, habilidade e pericia na conduçom do problema.

Em outras cousas o movimento de freio, entrave, marcado polo amigo Pinheiro<sup>(2)</sup> parece-me razoável, verdadeiramente motivado, profundamente respeitável e digno de simpatia.

Quem isto escreve é um lingüista estrangeiro mas sinceramente cheio de boa vontade para todas as linguas hispánicas, profundamente entusiasta e preocupado

\* Publicado em *Grial* (Vigo), núm. 53, 1976.

(1) José-Martinho Montero Santalha: «Unificaçom ortográfica galego-portuguesa», em *Grial*, núm. 51, 1976, pp. 1-13.

das cousas da Galiza. Autor do «Diccionario crítico Etimológico de la Lengua Castellana» e de muitas obras de lingüística romance. Nom som um principiante nos trabalhos de Filologia Galega. No meu ensino na Universidade de Chicago dirigi a alguns estudantes meus para os estudos de Filologia Galega (o professor Kelvin Parker, autor do Vocabulário classificado da Crónica Troiana e outros livros mais recentes, foi meu aluno); no meu dicionário e nas outras obras minhas há muitas etimologias e disquisições especiais sobre temas de língua galega.

Nom sei se estes títulos serão suficientes para desculpar que também eu me atreva a manifestar o meu parecer sobre a questom. Talvez tudo isto nom seja da minha incumbência. Talvez nom seria mesmo muito prudente que eu me meta muito nestes assuntos. Por outro lado, os meus deveres estão da parte do catalão, a única língua minha. O castelhano e o galego som idiomas irmãos, que tenho estudado profundamente; para o galego-português a minha *profunda* simpatia, para o castelhano a desconfiança que merece uma língua que pretende *devorar* às outras. Mas a minha *obrigaçom* é unicamente para com o meu idioma: o catalão.

Aliás, o exemplo do catalão e do basco pode e deve guiar aos galegos e portugueses no esforço de unificação. Os castelhanos trabalharam sempre no fomento das pequenas discrepâncias entre o uso literário do catalão de Valência e de Mallorca e do catalão do Principado; entre os dialectos navarro, guipuzcoano e bizcaíno do basco literário. Foram sempre os partidários mais ou menos secretos da diminuição da vitalidade dessas línguas os que pretenderam ser os defensores das singularidades locais — quando se tratava de Valência, Mallorca ou Navarra, jamais se tratava do catalão ou basco normais! É sempre o medo da ameaça castelhana o que actuou de freio face aos movimentos de reacção contra as tendências suicidas centrífugas no seio das línguas minoritárias.

Som lingüista, som hispano; se a título de tal algum conselho meu (cheio de boa vontade!) pode resultar tecnicamente útil para os galegos, sentirei-me satisfeito. Se eu fosse galego teria escrito muito sobre tudo isso; se fosse português, nom menos, e teria feito alguma cousa talvez eficaz, no mesmo sentido. É unicamente o facto de ser estrangeiro — ainda que seja um estrangeiro benévolo e simpatizante — o que me privou de explicar as minhas ideias. Temo ser olhado com explicável desconfiança, ser quiçá menos útil que contraproducente.

Ainda com tais temores permito-me seguidamente alguns comentários detalhados sobre as propostas exprimidas em dito artigo. Espero que estes comentários demonstraram ao mesmo tempo ao leitor galego quanto, quanto profundamente, me interessei sempre por estes assuntos. E concretizarei referindo-me nomeadamente aos pontos que o autor aborda nas partes 5-a e 5-b.

#### a) PROBLEMAS MERAMENTE GRÁFICOS

##### 1 e 2: LH e NH

Participo absolutamente da opinião de que se devem adoptar resolutamente as grafias *lh* e *nh*.

O problema de *unha*, *algunha*, *ningunha* é perfeitamente solúvel no senso que o autor recomenda: abandonar o signo *nh* nesses casos, sem renunciar necessariamente a toda a transcrição gráfica dessa peculiaridade fonética galega. Por quê

(2) Ramon Pinheiro: «Cartas a dom Manuel Rodrigues Lapa» em *Grial*, núm. 42, 1973, pp. 389-402.

nom adaptar simplesmente a grafia *umha*, *algunha*, *ningunha*? Nom é de certo uma novidade. Empregou-a amiúde o eminente, jamais bastante ponderado e admirado P. Martinho Sarmiento; é freqüente nos seus escritos galegos, como no seu «Catálogo de Voces Gallegas» (publicado por Pensado em 1973). É fácil encontrar *dúzias* de testemunhos da grafia *umha* em documentos locais galegos dos séculos XIV-XVIII. Por outro lado, com *umha* quase nom se modifica a ortografia de OGA (Ortografia Galega Autónoma); é uma mudança levíssima, quase imperceptível. Assim respeita-se um rasgo próprio, popular e distintivo do galego; e porém escreve-se uma forma nom chocante para os irmãos portugueses e brasileiros: a diferença com o português *uma* é mínima.

#### 4: Emprego do traço de uniom

Son bons os argumentos citados para fazer aceitável o traço de uniom nos pronomes: economizam acentos, fam mais racional a expressom gráfica da língua. Poderia-se acrescentar que nisso coincidem também outras línguas romances, como o francês e o catalão: argumento muito secundário, sem dúvida, mas quiçá nom inteiramente desprezível.

#### 5: Acentos

A distinçom gráfica entre *e*, *o* abertos e fechados, por meio dos acentos (´^`´) nom é somente razoável: é uma exigência *imperativa*, *elementar* da essência mesma da língua galega. Absolutamente todos os gramáticos e filólogos galegos coincidirão sempre nesse ponto (já Valladares, Sarmiento, etc.); é uma distinçom fonemática básica da língua. Confundir aí é nada menos que atentar ao facto mais básico da fonética galega; é desprezar todas as essências da língua. O castelhano é a *única* das línguas romances que nom possui essa distinçom: a curiosa pobreza fónica do cacarejado «idioma riquísimo».

#### b) PROBLEMAS DE NATUREZA GRÁFICO-FONÉTICA

##### 1, 2 e 3: G, J, X; C, Ç, Z; SS

Estes pontos som evidentemente mais delicados como o autor viu muito bem. Parece prudente a sugestom feita no ponto 3: «nom seria excessivamente grave que de momento se deixasse neste ponto uma certa liberdade no uso». Excelente atitude que se poderia fazer extensiva ainda aos 1 e 2 desta mesma secçom. Sem transigir permanentemente, fique claro.

#### 4: Grupo QU

Seguramente é nos pontos 4 e 5 desta secçom onde certas reservas galegas à completa identidade som mais aconselháveis.

O ponto 4, porém, nom é grave. Nom atenta seriamente à unidade o facto de que umas regiões do idioma escrevam *cando*, *catro*, *canto*, etc. as palavras que nas regiões maioritárias lemos como *quando*, *quatro*, *quanto*. Porém, seria útil dizer: *quarenta melhor do que coarenta ou corenta; quantia nom contia*. No

fim de contas — também — *quarenta* sona quase igual que *coarenta*; *quantia* quase como *contia*. Recomendar também *quase*, nom *cuase* ou *case* (que devem ser considerados como pronúncias populares, aceitáveis só no uso folclórico, rústico, ou poético da língua). Entom escrever também *a qual* (nom *a cual*), *quartzo*, *qualidade*, *quaternário*, *frequência*, etc.

Numa palavra: manter a unidade com o português, ainda neste ponto, nos casos em que o galego vacila entre *ca-* e *cua* ou *co-*. Defender somente as vozes fundamentais: *cando*, *catro*, *canto* e casos tais (\*).

### 5: Nasalidade

É este o ponto em que seria mais difícil chegar à identidade plena com o português. Eu inclinaria-me a dar algum conselho restritivo da unificação neste único ponto. Temo que, se se recomenda escrever *coração*, *razão*, *questão* e mesmo *lã*, *regiões*, *carvões* se pode chocar com uma resistência. Talvez seja contraproducente a intransigência aí. Contudo, nom quero dar conselhos definitivos e detalhados neste ponto: só uma assembleia de estudiosos e literatos galegos, depois de um estudo frio, ponderado, prudente poderá dar com uma solução viável.

Alguma sugestom provisória, muito reservada, poderia eu fazer. Por que nom limitar-se a recomendar a adopção de *-m* final no lugar de *-n* final? Isto é mais fácil, mais leve, pode triunfar mais lisamente. A diferença entre *razon* e *razom*, *fin* e *ñim*, *can* e *cam*, *en* e *em*, *bon* e *bom*, etc. é mais leve, encontraria muita menos resistência; e as formas em *-m* teriam já um aspecto aceitável para os portugueses e brasileiros: em fim de contas os portugueses mesmos escreverom *-om* *-am*, etc. até o século passado (ou até o XVIII em todo caso). Para o Povo Galego é indiferente *-m* ou *-n*: ao fim o que pronuncia nom é nem uma dental nasal nem uma labial: é velar e sona no fundo da boca.

Em consonância com isto, ao menos provisoriamente escrever *estacion* ou *estacion*, *nacion* ou *naçom*, *region* (nom estação, nação, etc.).

### c) OUTRAS QUESTÕES

#### 1: *I* em vez de *Y*

Deveria-se decidir uma unificação imediata no senso de *i* e jamais *y*. É um adianto considerável no terreno da unificação e com pouca resistência popular.

#### 2: Duplicados; epêntese

Parece-me também importante que se adoptem medidas unificadoras em outros assuntos nom própria e estritamente ortográficos. Por exemplo: talvez se deva renunciar a certos duplicados coexistentes em galego, que dão a impressom duma linguagem vacilante, dialectal: de uma *fala* mais do que uma *língua*. Por exemplo, o emprego de *i* ante vogal em lugar da conjunção *e*.

Assim pois devera-se escrever sempre *e ele* e nom *i ele*, ainda admitindo que a pronúncia *y-*ele** é legítima, mas nom literária, nom ensinável, unicamente tole-

(\*) Hoje no galego estão admitidas as duas formas, culta e popular (N. da R.).

rável, sobretudo em estudos locais, folclóricos, ou em usos populares ou líricos da língua.

Da mesma maneira, deveria-se renunciar à epêntese de vogal em casos como *adimirar*, *adimitir* e análogos, formas populares, toleráveis quiçá, mas nom recomendáveis. Igualmente em formas como a *i-auga*, a *i-alma*, etc.

### 3: Os cultismos

Em especial considero essencial chegar a uma pronta unificação com o uso português no caso dos vocábulos *cultos*. É este um ponto de importância *capital* para conferir ao galego esse sentimento de dignidade, essa consciência de idioma culto, de rango civil, civilizado, supra-comarcal em que têm acertadamente se insiste como essencial para a defesa da língua na consciência do cidadão galego.

Por exemplo, *efeito*, *defeito* sim, mas *efectivo*, *afectuoso*, *projecto*, *dialecto*, *trajecto*, *carácter*, *texto*, *têxtil*. Formas como *dialeuto*, *caráiter*, e ainda *efeitivo* terão sempre um ressaibo algo bárbaro para muitos. Poderemos ainda pronunciar *proxeito*, *produto* mas o rango de idioma românico exige grafar *projecto*, *produto*. Devera-se escrever nom *eiscelente* mas *excelente*, *exército*, *exercício*; nom *isame*, mas *exame*, *examinar*. Pronuncie-se se se quer *eisame*; isto é secundário, perfeitamente tolerável; mas escrever urbanamente!

Aconselharia simplesmente adoptar em todos os detalhes as grafias portuguesas: *estender* mas *extensom*, *extenso*; *existir* (jamais *eisistir*) *substância* (nom importa pronunciar-se *sustância*: nenguma objecção); *setembro*, *estranho*, *escuro* (nom os ultracultismos do castelhano *septiembre*, *extraño*), *excremento*, *executar*, *exagerar* (nom *esaxerar*); *nobre* sim, mas *ignóbil* ou polo menos *inóvel*; *digno* bem que a pronúncia seja naturalmente *dino*; *excursom*, *expor*, *eximio*, etc.

Em particular recomendaria eu que no caso do sufixo *-ável*, *-ível*, *-vel* adoptem sempre a forma portuguesa em *-el* pois que essa mesma forma existe em galego num bom número de casos. Lembro que o mais grande prosista que o galego moderno teve até agora — quero dizer naturalmente Castelhão, um dos meus ídolos literários — sempre escreve as formas em *-vel* (ele talvez com *-b* gráfico nalgum caso, excepção que se poderia eliminar): *favorável*, nom *laborabre* nem *favoravele*; *possível* nom *posibre*, etc.

NOTA. Hoje têm publicado normas reintegracionistas para a unificação do galego e português: a ASPG — Associação Sócio-Pedagógica Galega — «Orientações para a escrita do nosso idioma», a primeira entidade em dar uma resposta à normativa oficial, e depois as «Irmandades da Fala» com a edição do seu «Prontuário ortográfico da língua galego-portuguesa» que na «Introdução» e parte da «Didáctica» aponta os critérios de unificação. A AGAL (Associação Galega da Língua) está a preparar outro «Prontuário ortográfico» na perspectiva reintegracionista. No «Prontuário das Irmandades da Fala» (Braga, 1984) ficam resolvidos muitos dos problemas planteados, garantindo-se a progressiva reintegração galego-portuguesa (N. da R.).





Commentarios de  
 Afonso Dalboquerque capitão geral & gover-  
 nador da India, collegidos por seu filho Afonso  
 Dalboquerque das proprias cartas que elle escre-  
 u ao muyto poderoso Rey dô Manuel o pri-  
 meyro deste nome, em cujo tempo gouerneu a  
 India. Vm reparados em quatro partes segun-  
 do os tempos de seus trabalhos.

COM PRIVILEGIO REAL



## NÍVEIS DE REPRESENTAÇÃO FONOLÓGICA E GRÁFICA : REINTEGRACIONISMO E ISOLACIONISMO (\*)

por  
 DOMINGOS PRIETO  
 Universidade de Groningen  
 das Irmandades da Fala

Introdução

Estrutura e norma lingüísticas

Forma oral e escrita

- 1) As palavras
- 2) O alfabeto
- 3) Os níveis de representação

Conclusom

### INTRODUÇÃO

Propuxera-me nom volver a escrever mais ensaios teóricos sobre o reintegracionismo porque sei por experiência que este nom entra por teorias mas por praxe e por amor (praxe da nossa cultura no sentido amplo e profundo da palavra, e amor a esta mesma cultura, em substituição da ignorância e do auto-ódio engendrados por cinco séculos de colonialismo). Ademais eu som um neófito na matéria e polo tanto nom som o melhor indicado para este tipo de exercícios. Porém, nom podo resistir a tentação de escrever umas linhas depois de ler nos jornais algumas concepções sobre o tema.

Existe a ideia que as duas escolas principais sobre a unificação do galego, a reintegracionista e a isolacionista, se opõem porque a segunda tem em conta a realidade da língua entanto que a primeira esquece tal realidade. Vejamos pois em que pode consistir essa «realidade» e se ela é a única realidade.

### ESTRUTURA E NORMA LINGÜÍSTICAS

Quando se fala duma língua convém distinguir dous aspectos fundamentais: a estrutura e a norma.

A estrutura corresponde ao sistema lingüístico ou conjunto finito de elementos organizados segundo um conjunto finito de princípios. Para limitar-nos ao sistema

(\*) Publicado na revista *Agália*, nº 1, 1985; o artigo estava previsto para a revista *O Ensino*, inicialmente.

sintáctico, diremos que, dados os elementos (palavras): *hei* (haver), *lhe*, *de*, *dar*, *um*, *boi*, *branco*, etc., e dados os princípios de organização sintáctica do galego-português (por exemplo o que diz de colocar os pronomes clíticos antes ou depois do verbo), obtemos uma oração própria do galego-português ('hei-lhe de dar um boi branco' (cantiga)) e esta oração distingue-se claramente da correspondente espanhola ou francesa.

Mas a palavra *língua* é abstracta e nom corresponde a nenguma entidade concreta, já que na realidade somente existem dialectos, idiolectos, variantes, etc. Deste ponto de vista, pois, um 'realista' ou 'empiricista vulgar' (como se costuma chamar em filosofia) nunca poderá compreender nem explicar a noção de *língua*, porque esta nom corresponde a uma realidade aparente e superficial.

Para resolver este problema, a lingüística, o mesmo que a ciência moderna em geral, costuma distinguir entre estrutura geral e estruturas particulares. A estrutura geral é compartida por uma série de variantes dialectais, que, juntas, constituem uma língua. As estruturas particulares som as que correspondem a cada variante dialectal. Neste sentido a estrutura geral do galego é exactamente a mesma que a estrutura geral do português, do brasileiro, etc., e dizer que a língua galega é diferente da língua portuguesa é a mesma contradição que dizer que o português do Norte é uma língua diferente do português do Sul ou do português de além dos mares. Esta é a primeira realidade que cumpre ter em conta no momento de unificar uma língua; e esta realidade é, como vimos de dizer, abstracta e nom concreta como muitos crêem.

Uma realidade mais concreta é que todas as comunidades lingüísticas que compartilhem uma mesma estrutura geral, tendem à unificação arredor dessa estrutura geral e para isso temem que recorrer à *norma lingüística*, que vai consagrar certas variantes a expensas de outras. A norma lingüística é pois um elemento externo à estrutura, que funciona em forma de *filtro* que controla a estrutura excluindo certas variantes e aceitando outras.

Esta norma fica amiúde imposta pola variante mais prestigiosa, que nas culturas actuais de transmissão escrita é a variante com mais tradição literária, a variante do ensino, etc. (quando as fronteiras duma língua nom coincidem com as fronteiras políticas, podem coexistir diferentes variantes prestigiosas, como é o caso do espanhol, do neerlandês, do galego-português, etc.).

Estamos a falar aqui de uma situação normal, na que várias variantes dialectais que compartilhem uma mesma estrutura geral (língua) vivem em contacto lingüístico e cultural, e na que a norma lingüística somente afecta às estruturas particulares e nom à estrutura geral. Este é o caso das diferentes variantes andaluza, castelhana, etc. com relação ao espanhol castelhano.

Mas esta nom é a situação do galego, cuja estrutura geral é compartida pola família luso-brasileira, etc. e cuja norma lingüística e cultural lhe fica imposta polo espanhol-castelhano, que funciona como variante prestigiosa (ensino, administração, etc.). Aqui a norma nom afecta às variantes mas à estrutura geral do galego, excluindo-a em favor da estrutura geral do espanhol (*escuela*, *bueno*, *che digo*, etc. em lugar de *escola*, *bom*, *digo-che*, etc.). Assim, em lugar de uma transformação natural da língua, assistimos a uma deformação e degradação contínua.

Mais grave ainda: numa cultura de transmissão escrita e audiovisual, a língua «minoritária» fica substituída em questom de poucos anos pola língua maioritária, e negar esta realidade é o mesmo que condenar o galego à morte.

A realidade da língua apresenta-se pois em vários níveis, e, segundo o nível em que um se situe, a realidade será diferente. Assim pois, dizer que o galego é diferente do português é uma realidade tão grande como dizer que o galego de

Ourense é diferente do galego da Corunha; e dizer que o galego (língua) é diferente do português (língua) é uma contradição como dizer que o português do Norte é uma língua diferente do português do Sul. O mesmo, dizer que as palavras *escuela*, *bueno*, etc. som palavras do galego actual é uma realidade como dizer que uma pessoa que tem a sarna está enferma; mas dizer que essas mesmas palavras fazem parte da estrutura (ou melhor dito: do dicionário) do galego, é uma contradição como dizer que a sarna é inerente à pessoa que sofre dela. Finalmente, dizer que o galego pode resistir ao espanhol numa cultura de transmissão oral é uma realidade confirmada por cinco séculos de história, mas dizer que o galego pode resistir ao espanhol numa cultura de transmissão escrita é uma contradição confirmada por outras línguas como o bretom, o galês, o frisom, etc.

### FORMA ORAL E ESCRITA

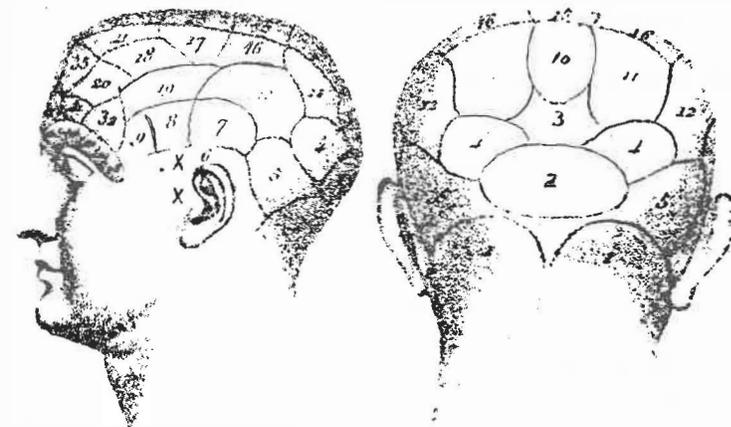
Se a distinção entre vários níveis de abstracção é indispensável para compreendermos o funcionamento lingüístico na sua expressão oral, esta distinção nom é menos indispensável para compreendermos o seu funcionamento na expressão escrita.

Do mesmo jeito, se a distinção entre estrutura e norma era importante para compreendermos melhor o funcionamento da expressão oral, esta nom é menos importante para compreendermos melhor a expressão escrita.

Como toda comunicação, a escrita representa-se por meio de um código e este compõe-se, na cultura ocidental, de um número de palavras (dicionário) e de um alfabeto (conjunto de símbolos gráficos). O rendimento dum sistema de comunicação mede-se pola sua capacidade em representar o número maior possível de palavras com o número menor possível de símbolos do alfabeto, e para conseguir este fim a representação gráfica tem que escolher o nível de abstracção lingüístico mais adequado.

#### 1) As palavras

Cada dialecto e variante dialectal tem o seu próprio dicionário com o seu conjunto próprio de palavras; mas, como os diferentes dicionários das diferentes variantes duma língua se recobrem parcialmente, podemos distinguir o dicionário



geral (com as palavras comuns a todas as variantes) e os dicionários particulares a cada variante. Assim podemos falar dum dicionário comum galego-luso-brasileiro, etc. A tarefa do unificador aqui consistirá pois em normalizar primeiramente as formas comuns e, em segundo lugar, em privilegiar as formas particulares do galego que estejam mais conformes com a estrutura geral do galego-português.

## 2) O alfabeto

Se o galego nom tivesse uma tradição escrita própria detrás, os símbolos gráficos poderiam ser escolhidos arbitrariamente sempre que nos puxéssemos de acordo sobre as convenções que assegurem uma tradução inequívoca com os elementos orais.

Mas este nom é o caso do galego, que tem uma grande tradição literária e uma longa história lingüística; e assim como o espanhol nom escolheu arbitrariamente o símbolo gráfico *ll* para representar o som lateral palatal — este símbolo representa somente o som lateral palatal mas também a sua origem, que, como se sabe, é geralmente *l + l* (*l* dobrado = *poll(um) > polo*), tampouco nós somos completamente livres para escolhermos arbitrariamente os símbolos. Volvendo ao *ll*, como a outros muitos símbolos do galego actual, podemos dizer que a sua presença no galego representa uma interferência léxica — o som lateral palatal do galego-português nom provém de *l* dobrado mas de *l + y*, que a nossa tradição escrita representava graficamente por *ly* ou *lh*.

Os símbolos gráficos duma língua fam polo tanto parte da sua tradição lingüístico-cultural com o mesmo título que uma bandeira fai parte da tradição sócio-político-cultural de uma nação, e neste sentido trocarmos os símbolos gráficos próprios da nossa tradição cultural polos símbolos gráficos da tradição cultural espanhola, é tão grave como trocarmos a bandeira galega pola bandeira espanhola.

Ainda fica por fazer uma história geral da simbologia e do seu rol no desenvolvimento das ideias e da humanidade, mas, ainda assim, nom é difícil de compreender que o seu rol é fundamental. Nom esqueçamos que um dos primeiros actos dos colonizadores consiste em impor o seu simbolismo aos povos colonizados e, ao contrário, o primeiro acto dos povos descolonizados consiste em destruir o simbolismo dos colonizadores e em substituí-lo polo próprio.

Desfazer-nos do simbolismo gráfico espanhol é, pois, um acto mais importante do que muitos crêem: é o primeiro passo e o mais importante da nossa descolonização lingüístico-cultural.

## 3) Os níveis de representação

Além dos diferentes níveis de abstracção de que já falamos antes, as línguas apresentam outros mais, entre eles o nível *fonético*, o nível *fonemático* e o nível *morfemático*. Cada um deles corresponde a um grau de abstracção diferente, e os unificadores terão que escolher qual destes três níveis vão representar graficamente.

a) *O nível fonético*: é o que mais perto está da 'realidade aparente' ou 'superficial' e corresponde à variedade de sons de uma língua, que pode atingir um número muito elevado.

Até agora nenhum sistema gráfico conseguiu representar adequadamente este nível, cujas variantes som muito superiores em número aos símbolos correntes

dos alfabetos gráficos. A complicaçom do sistema correspondente nom é difícil de imaginar. No entanto, nem faltaram no passado nem faltam no presente defensores dum tal sistema gráfico que reclamam em nome da 'realidade'.

b) *O nível fonemático*: depois do descobrimento do fonema, puxo-se de moda a ortografia fonemática — e eu pessoalmente defendim-na para o galego alguns anos atrás — que consiste em representar as unidades funcionais da língua (fonemas). Este nível, mais abstracto que o anterior, presta-se melhor para uma representação gráfica, mas também provoca problemas graves porque:

1) a representação fonemática duma palavra por separado nom corresponde sempre à representação dessa mesma palavra na oraçom. Por exemplo: a preposição *a* contrai-se com outras vogais dando lugar a numerosas variantes fonemáticas /a, e, o, aw/, etc. Ora, estas variantes fonemáticas podem-se deduzir por meio de regras, polo que a sua representação gráfica resulta redundante ademais de complicar enormemente o sistema gráfico;

2) a representação fonemática é inadequada para expressar certas relações fonológicas e morfológicas importantes (por exemplo as relações entre /g/ e /š/ (graf. act. *x*) em *belga* e *Bélgica*).

A grafia fonemática adoce do mesmo mal que a teoria lingüística em que está baseada, o estruturalismo, que concebia os sistemas como algo estático, como uma moreia de elementos sem regras nem princípios que os governe. Do mesmo jeito a grafia fonemática parte do pressuposto que a única realidade fonológica está constituída polo conjunto de fonemas de cada língua.

Os defensores do isolacionismo, apesar de nom apoiarem-se em nenguma concepção científica concreta, parecem aludir a este nível para justificarem o carácter «realista» do seu 'sistema gráfico'.

## c) O nível morfemático.

O movimento científico que desde o século XVIII anda a revolucionar as ciências mais diversas (filosofia, ciências naturais, ciências sociais, etc.) inaugurou-se em lingüística com a chegada da teoria generativa transformacional. Esta teoria caracteriza-se polo seu dinamismo, em oposição ao estatismo do estruturalismo, com o que pretende reflectir o aspecto criativo da linguagem.

Foi precisamente esta teoria que puxo de manifesto a pertinência do nível morfemático para a descrição fonológica. O argumento formulado por esta teoria para apoiar esta hipótese é muito coerente e conforme com todas as ciências modernas: o dicionário duma língua somente representa os traços idiosincráticos de cada elemento (palavra). Chamemos ao conjunto destes traços o nível morfemático (por coincidir com o nível profundo de certas alternâncias morfemáticas). Por outro lado a Gramática possui um conjunto de regras, neste caso fonológicas, que projectam o nível morfemático no nível fonemático e este no nível fonético.

Como as regras da Gramática fam parte dos conhecimentos que os falantes possuem da sua língua, estas nom têm porque serem representadas no dicionário. Do mesmo jeito, os níveis fonemático e fonético som derivados por meio destas regras a partir do nível morfemático e tampouco têm porque serem representados no dicionário. Por exemplo: é inútil representar no dicionário do galego as palavras *belga* e *Bélgica* como [*belga*] e [*bélsika*] quando os galegos possuimos uma regra que di que [g] se volve [š] seguida de uma vogal palatal. Chega pois com representar as duas palavras do mesmo jeito, ou seja como /belg+a/ e

/belg+ika/ (como se sabe, trata-se nas duas palavras do mesmo morfema +belg+).

Nom é difícil de compreender agora o interesse desta teoria fonológica para uma representação gráfica, já que em realidade se trata dum mesmo sistema de representação cujos símbolos som ligeiramente diferentes. Neste caso concreto trata-se de representar graficamente o nível morfemático unicamente (x.: *belga*, *Bélgica*), já que os outros níveis, o fonemático (actualmente representado graficamente por *g* e *x* neste caso concreto = *belga*, *Bélxica*) e o fonético podem ser derivados pelas regras fonológicas, e a sua presença gráfica é completamente redundante.

É além disso muito curioso observar que este sistema de representação gráfica vem coincidir com o que normalmente se chama ortografia etimológica, o que confirma, mais uma vez, que o homem começou a andar antes de conhecer as leis do movimento, a falar antes de conhecer explicitamente as regras da gramática e a escrever antes de conhecer explicitamente as leis que regem os sistemas de representação gráfica. Neste sentido, as falsas teorias precedentes que se apoiavam nos níveis de representação fonético e fonemático, assim como os sistemas gráficos correspondentes, defendidos todos em nome do 'realismo' (que neste caso é sinónimo de redundância), representam um passo atrás com relação às primeiras representações gráficas.

As vantagens dum sistema gráfico baseado no nível morfemático nom se limitam às acima enumeradas. Outras vantagens som:

1) poder representar as palavras uniformemente e sistematicamente baixo a mesma forma, mesmo quando adoptam formas diferentes segundo o contexto em que se atopam na oração; assim, representar a palavra *ao* como *ó* ou *ò* ou representar as formas *para o* ou *pra o* como *pró* já nom somente é uma redundância enorme (como se os galegos nom soubéssemos que dadas as palavras *a+o* devemos pronunciar [o]) mas também uma deformação lingüística da nossa língua.

2) poder representar várias variantes de uma mesma língua parcialmente autónomas do ponto de vista da fala (por exemplo, o flamengo e o holandês com relação ao neerlandês; o galego, o português, o brasileiro, etc. com relação ao galego-português; o espanhol castelhano e o espanhol americano com relação ao espanhol, etc.) por meio dum sistema gráfico único.

Aqui temos que retornar ao começo do artigo para precisar certos conceitos ali esboçados. Trata-se da distinção entre estruturas gerais e estruturas particulares, na que baseamos a definição de *língua* e *variantes dialectais*, distinção mais bem vaga que agora podemos precisar no que respeita à fonologia e à grafia. Com efeito, agora podemos definir com mais precisom o conceito de *língua* por meio do nível morfemático, dizendo que várias variantes pertencem a uma mesma língua, do ponto de vista fonológico, quando estas variantes compartem a mesma representação morfemática. Polo demais, as regras fonológicas que projectam o nível morfemático no nível fonemático e fonético, assim como estes dous últimos níveis, podem ser mais ou menos diferentes para cada variante.

Este é o caso das diferentes variantes oralmente autónomas de galego-português: todas compartem a mesma representação morfemática do ponto de vista fonológico e se queremos ser coerentes temos que respeitar esta mesma representação graficamente. Pouco importa que cada variante em particular tenha níveis fonemáticos e fonéticos diferentes das outras variantes; as regras próprias a cada uma delas permitem-lhes passar sistematicamente do nível morfemático ao

nível fonemático e fonético, e estas regras e estes níveis nom temem porque figurar no sistema ortográfico.

Nom é, pois, uma coincidência que a ortografia reintegracionista, que é fundamentalmente etimológica, seja perfeitamente conforme com os critérios científicos básicos de todo sistema de comunicação: o facto de representar o nível morfemático que é comum a todas as variantes do galego-português assegura-lhe sistematicamente a sua coerência científica.

O problema que a ortografia reintegracionista apresenta para certas pessoas é, em realidade, um falso problema, de julgarmos por certas manifestações a este respeito. Estas pessoas nom compreendem que se poda representar com o mesmo símbolo a palavra *belga* e a palavra *Belgica* quando os dous símbolos se pronunciam diferentemente. Tampouco compreendem que esta última palavra se poda representar igual em galego e em português quando em galego pronunciamos [š] e em português pronunciam [ž]. Estas mesmas pessoas também pensam que representar o [š] de *Bélgica* com *x* é mais realista que representá-lo com [g]. Mas eu pergunto-lhes: é mais realista a representação: 2+2, 3+2, 4+6, etc., ou a representação 2+2=4, 3+2=5, 4+6=10, etc.? Se as pessoas sabem somar, vãm responder que tãm realista é a primeira como a segunda e ademais reconhecerã a redundância da segunda com relação à primeira. Pois bem, os que falam uma língua conhecem implicitamente as suas regras, que lhes permitem realizar todo tipo de operações sem que seja necessário representar-lhes cada vez o resultado da operação.

## CONCLUSOM

Nas páginas que precedem examinamos alguns argumentos em favor do reintegracionismo. Estes argumentos som de dous tipos: sociolingüísticos e lingüísticos.

Com os *argumentos sociolingüísticos* pretendemos chamar a atençom sobre o perigo que ameaça ao galego em situaçom de isolamento (que na realidade significa uma situaçom de dependência total do espanhol). Os que nom querem crer neste perigo poderã consultar as estatísticas da evoluçom lingüística de línguas que se acham em situaçom semelhantes à actual do galego (transmissom cultural escrita e audiovisual) nos últimos 50 anos: bretom, frisom, galês, etc.

Pretendemos também demonstrar a vantagem do galego de ter vários irmãos gémeos que puderom continuar a tradiçom lingüística e cultural interrompida em Galiza por razões políticas que todos conhecemos, assim como a ocasiom extraordinária que se lhe apresenta neste momento de poder voltar ao rego primitivo por meio da reintegraçom, assegurando assim o seu futuro. Também aqui há precedentes, e esquecê-los será um erro histórico do que nos daremos conta dentro de 15 ou 20 anos, quando já será tarde para corrigi-lo. Quem lhes dera aos bascos e aos catalães ter esta mesma oportunidade! Eles sim a teriã aproveitado! Confie mos pois que esta vez os galegos aproveitemos a nossa inteligência, da que demos provas suficientes ao longo da história, para defendermos os nossos próprios interesses e nom os interesses alheios (cousa que também fixemo, *hélas!* com frequência).

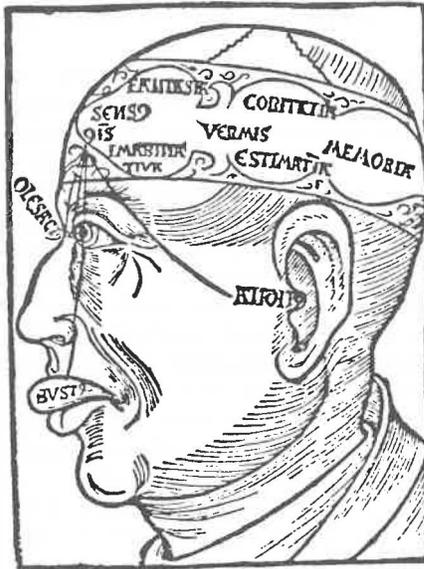
Finalmente, pretendemos demonstrar a influência negativa que exerce a norma lingüística espanhola sobre a estrutura lingüística do galego, influência que irá cada vez mais em aumento segundo Galiza passa duma tradiçom cultural oral a uma tradiçom cultural escrita e audiovisual. E que o único meio eficaz para lutar contra

esta influência da norma espanhola é a reintegração no nosso mundo lingüístico-cultural próprio.

Com os *argumentos lingüísticos* pretendemos demonstrar a superioridade do sistema de representação reintegracionista, que se baseia na representação etimológica, com relação a outros sistemas propostos, que ademais de empregar o simbolismo espanhol, alheio à tradição e evolução lingüística do galego, pecam por excesso de redundância e dão a impressão duma representação dialectal, típica dum dialecto que passa por primeira vez à escritura.

Demonstramos também que não há nenhuma incompatibilidade entre a representação reintegracionista, que é comum a todas as famílias lingüísticas do galego-português, e a autonomia oral de cada um destes grupos lingüísticos (o galego, o português, o brasileiro, etc.).

Quixera agora adir, para rematar este curto ensaio, umas palavras sobre a intenção que me moveu a escrevê-lo. Esta não é de nenhum modo a de atacar, fundir ou ridicularizar o isolacionismo nas suas diferentes variantes. Mal poderia fazê-lo sem atacar, fundir e ridicularizar uma posição que eu mesmo defendim até há pouco e na que crim sinceramente. Não, tenho muito respeito aos isolacionistas (refiro-me aos de boa fé), e sei por experiência que não é fácil dar o passo ao reintegracionismo (ou como queira chamar-se-lhe): o ambiente é desfavorável, a confusão é grande e o trabalho, no começo, não é miúdo. Mas o futuro do galego merece qualquer esforço e estou seguro que poucos galegos lho vão negar.



## CONTRA A OPÇÃO ESPANHOLISTA NA LÍNGUA E SOBRE «CASTRAPO» E ESPANHOLISMOS NO GALEGO (\*)

por  
CARLOS DURÁN  
Conselheiro das Irmandades da Fala

### 1. *Contra a opção espanholista na Língua*

Podia-se dizer há tempo que a ortografia «oficial» das instituições autonómicas galegas e dos seus satélites agachava uma opção espanholista a respeito do nosso idioma. Mais isto era antes. Agora já não agacha nada: a opção está aí bem clara para quem não se deixe botar terra pelos olhos ou se preste a fazer o papel de parvo útil.

Em consonância com o chamado Estado das Autonomias decretado pelo poder central, à nossa língua foi-lhe assignada a categoria de autónoma, com o mesmo ou parecidos «tectos» e mais «competências» que esse poder permite à administração civil. E do mesmo jeito que o objectivo final das autonomias (segundo tenham declarado repetidamente os seus apologistas) é reforçar a «unidade superior» de Reino, assim a opção espanholista na língua de Galiza tem por fim chegar paulatinamente o galego ao castelhano, para finalmente absorvê-lo no «grande espanhol» do futuro (tal era a tese do sábio Unamuno \*).

O galego autonómico socava a identidade da língua ocultando a sua etimologia, e pelo tanto a sua história, dando a entender que o galego «nasceu» no século XIX como fenómeno da rica e vária

Espanha, o que leva implícito que a Galiza também «nasceu» por essas datas, ou seja que não se lhe reconhece o direito à sua história antiga, a lembrar que entrou cedo na história como nação indepen-

(\*) «Hay otro hecho, y es el de que la lengua oficial de España sea la *castellana*, que está lleno de significación viva. Porque del latín brotó en España más de un romance, pero uno entre ellos, el *castellano*, se ha hecho lengua nacional e internacional además, y camina a ser verdadera lengua española, la lengua del pueblo español que va formándose sobre el núcleo castellano...».

«Pero si Castilla ha hecho la nación española, ésta ha ido españolizándose cada vez más, fundiendo más cada día la riqueza de su variedad de contenido interior, absorbiendo es espíritu castellano en otro superior a él, más complejo: el español. No tienen otro sentido hondo los pruritos de regionalismo más vivaces cada día, pruritos que siente Castilla misma; son síntomas del proceso de españolización de España, son pródromos de la honra labor de unificación. Y toda unificación procede al compás de la diferenciación interna y al compás de la sumisión del conjunto todo a una unidad superior a él».

(MIGUEL DE UNAMUNO, «La casta histórica Castilla», março de 1895, em *En torno al casticismo*, Ed Espasa-Calpe. Colección Austral, Madrid 1943. Os sublinhados som de Unamuno.)

(\*) A primeira parte deste trabalho foi publicada na Revista *O Ensino*, 1982.

dente, quando Castela ainda nom existia como tal nem tinha uma língua de seu.

Nom só se borra a etimologia, na opção espanholista, senom que se pratica um absurdo reducionismo foneticista que, com excusa de facilitar a escrita (para os castelhano-falantes, desde logo), o que fai é reduzir o vocabulário, confundir os termos e fomentar interessadamente a ambigüidade. (Nom esqueçamos que muitas línguas índias do império espanhol na América foram escritas foneticamente a partir de castelhano para facilitar a tarefa dos missionários e dos administrativos coloniais).

Vejamos alguns exemplos de como se deturpa o nosso idioma nessa opção:

O *queijo* (feito com leite) é confundido com o *queixo* (da mandíbula); a *ameixa* (fruta) é confundida com *amêijoa* (marisco); o *doce* (açucarado) com o número *doze*; a *sesta* (de dormir) com o ordinal *sesta*; o *serão* (à noite) com *serã* (do verbo ser); o *texto* (dum livro); a *gesta* (épica) com a *giesta* (mato; os dous escrevem-se *xesta*, «para simplificar»); a *presa* (de apresar) com a *pressa* (urgência); *aceso* (de acender) com *acesso* (duma auto-estrada); *vencelhos* com *vínculos*; os *meses* (do ano) com as *messes* (de campo); o mês de *julho* com o nome *Júlio* (os dous escritos *xulio*); *verão* (estação) com *verã* (olharã); *contente* (contentado) com *contento* (contentamente); *conexo* (conectado) com *coelho* (roedor); em palavras como *alferes*, *pedra-pomes*, *rio Leres*, etc., a opção espanholista introduz um *z* e mais um acento castelhanos; em *interesse*, *compasso*, opta-se pelas formas castelhanas; *cenreira* (teima) escrevem-na *xenreira*, fazendo-a derivar equivocadamente de *genro* (quando a sua etimologia latina é *cinerariu*); *asovalhamento* ou *axovalhamento* (escrito *asoballamento*) fai-se derivar falsamente do castelhano *avasallamiento*, quando tem a mesma origem que *enxovalhamento* (escrito *enxoballamento*), procedente do lat. \**subagere* (= domar); *pisa* (de pisar) confunde-se com *piça* (por exemplo em *piça-d'el-rei* ou *caralhete*, que

se dá no mar); o nome da letra *h* (agá) é confundida com o do *g* (gê), que é inexplicavelmente pronunciado *gá*; mesmo ao *q* (quê) chamam-lhe *cu*...

Os exemplos poderiam multiplicar-se, seguindo o critério etimológico.

Dim que há que construir o galego à base dos seus dialectos. Bem está, mais já de entrada esquecem interessadamente os dialectos de além-Minho, justamente aqueles únicos dialectos de galego que nom estão contaminados polo castelhano. Como há que interpretar isto? Só cabe uma interpretação: aceitam a ideia propugnada desde Madrid de que o galego só existe dentro dos limites administrativos das quatro províncias, sabendo muito bem que o galego ultrapassa esses limites para o Leste e para Sul.

Nom é casualidade que os mais ardentes defensores do espanholismo lingüístico tenham escrito uma boa parte (a melhor, talvez) das suas obras em castelhano, deixando para o galego (melhor dito: o castrapo literário) a léria e o comunicado eleitoralista: ao César o que é do César. O seu fervente bilingüismo nom é fazer méritos em Madrid.

Tampouco é casualidade que o que mais medo lhes mete no corpo aos políticos sucurselistas (e aos abertamentê centralistas) é o espectro do português. Algum chegou a confessar que ele fala galego, «pero no ese gallego inventado que parece português». Ladram: é sinal de que caminhamos. A Portugal nom o podem tragar porque tivo a ousadia de desafiar muito cedo a «unidade de destino» e conquistar a independência polas armas: eis a cenreira ao português, que ainda em riba fixo do nosso idioma uma língua universal, rival do orgulhoso castelhano. Muito distinto teria sido o destino dessa língua sob a coroa de Castela: a dialectização, a absorção paulatina, em fim, a morte pura e simples.

Nem é casualidade que, para construir o seu galego, os espanholistas escolham formas nom dialectais, senom francamente castelhanas, fazendo gala dum populismo que nom extendem para o sul

da raia seca; e assim preferem dizer *amable* em vez de *amável*, fazendo-lhe o plural *amables*, em vez de *amáveis*; *nación*, em vez de *naçom*; *Galicia* em vez de *Galiza*; *decir*, em vez de *dizer*, *escribir* em vez de *escrever*, etc., todo o qual nom é mais que castelhano a querer passar por galego, nom nos enganemos, e tem uma única finalidade bem clara, nom imos ser parvos.

A opção é clara. Para os que lhe ponhem proceso à história de Galiza «sólo hay una historia: la historia de España».

## 2. Sobre «castrapo» e espanholismos no Galego

O «castrapo» é o híbrido de galego e castelhano que se caracteriza polo emprego massivo de espanholismos, vulgarismos, hiperenxebismos, etc., e que opera no nível léxico, fonético, morfológico, sintáctico, semântico, etc., sintoma da colonização lingüística do galego polo castelhano.

A «ortografia» oficial dos órgãos autonómicos galegos é um exemplo claro desta colonização. Vejamos alguns casos de escrita espanholizante.

Empregam-se *ñ* e *ll*, que em castelhano se chamam *eñe* e *elle* e som consideradas letras independentes dentro do alfabeto. Derivam, no espanhol, das geminadas latinas *nn* e *ll*: *pannu* dá *pañ*, *illa* dá *ella*, nessa língua. Mas na nossa língua aquelas palavras latinas passam a *pano*, *ela*. Ou seja que *ñ* e *ll* som próprios do castelhano e alheios à evolução do galego, polo que nom está justificado, como se pretende, enxertá-los em palavras de diferente procedência etimológica, como *filho* (*filiu*), *Junho* (*juniu*), que em castelhano nom temem *ll* nem *ñ*: *hijo*, *junio*.

Dãm-se como galegas as terminações do tipo *-ción*, *-ble*, e mesmo *-ales* em polissílabos plurais, que som próprias e exclusivas do castelhano (*nación*, *amable*, *animales*).

A consequência inescapável no terreno lingüístico é que só há verdadeiramente uma língua: a língua espanhola unamuniana, sendo as outras meras falas locais toleradas numa precária ambigüidade permanente. E já sabemos que a ambigüidade só favorece ao poder.

O processo citado acima gera um galego macarrónico ou «castrapo». Vejamos o que é o «castrapo» e também os espanholismos que se estão a introduzir no galego.

Procurando eludir a acusação de espanholismo, os detentores do poder lingüístico orgulham-se no uso indiscriminado do *x*, nom só onde é correcto pola etimologia e pola história da língua (*exame*, *caixa*), mas também ali onde é insolidário e inadmissível para uma língua românica, ou seja nos casos aos que corresponde *j* ou *g* (ante *e*, *i*). E assim escrevem aberrações como *oxixenar*, *xunta*, e mais uma lista infinda que enche os dicionários e desorienta o leitor mais esforçado que se queira chegar às nossas letras desde fora dos nossos lares.

Com efeito, este reducionismo foneticista leva a muitos leitores desavisados a converter, por exemplo, o que por natureza era *junta*, em *sunta*, e mesmo *chunta*. E com topónimos como *Sangenjo* ocorre, ao transformá-lo em *Sanxenxo*, que se chega a pronunciar *Sansenso*. Ademais, se se escreve *xeoloxía* por *geologia*, porquê nom escrever *xeólogo* por *geólogo*? Seguindo o critério reducionista haveria que escrever *txama* por *chama*, *nabe* por *nave*, *ome* por *home*.

O certo é que o leitor, ou o estudante, nom sabe porquê é necessário na «ortografia» autónoma escrever *guerra*, *seguir*, em vez de *gerra*, *segir*, pois para eles o único valor de *g* é *gue*, e tal é o nome que lhe dãm a essa letra, enquanto que

a jota simplesmente deixou de ser uma letra do seu alfabeto.

Por certo que sobre os nomes que lhes dão às letras haveria muito que falar. Basta, como exemplo da sua atitude para a língua, dizer que ao *q* chamam-lhe o *cu*, com perdão...

E esta letra tampouco teria razão de existir, segundo a lógica foneticista, pois seria mais barato fazer uma redução total como no vasconço, eliminando de caminho outras letras «supérfluas», como o *c*, que se resolveria em *k* ou *z*, segundo a posição, e assim teríamos *konsagraziôn*, por *consagraçom*, nas poesias de Aurélio Ribalta, ou *Ken Keirades*, por *quem queirades*, pseudónimo que utilizava o narrador M. G. Barros.

Imos vendo, portanto, que esta atitude foneticista revela uma teima de singularismo, concomitante do complexo de inferioridade do colonizado frente ao espanhol, em favor do qual se renuncia ao *j* e ao *g* (e, i), ao tempo que se nega a etimologia e a história da língua ao empregar indistintamente o *x* em palavras de origem tão diversa como *paralaxe laje*, *alfange*, *gage*, e confundem-se vocábulos como *queijo* e *queixo*, *ligeira* e *lixeria*, *ágil* e *áxil*, *eleger* e *elixir*, *jarða* e *xarda*, *ameixa* e *ameija* ou *ameijoa*.

Ou seja que, ademais, esta política linguística leva a um empobrecimento voluntário do galego, que lhe cede essas consoantes ao espanhol e acomoda-se ao papel de irmão menor ou cidadão de segunda classe, situação que se traduz na escola no tratamento que se dá ao galego como língua secundária.

Um exemplo de empobrecimento é a redução do *-ss-* etimológico intervocálico a um só *-s-*, que conduz logicamente à confusão semântica e fonética, como em: *presa*, *pressa*; *aceso*, *acesso*; *meses*, *meses*; *grosa*, *grossa*, os primeiros com vogal fechada e os segundos com aberta.

A ignorância das diversas realizações históricas de *c*, *s*, *z*, *ç*, leva a uma terrível indigência anti-histórica e antipedagógica na língua, que não pode distinguir *aceitar*, *azeitar*; *aço*, *azo*; *razom*, *raçom*;

*cinco*, *zinco*; *rapazes*, *rapaces*; *doce*, *doze*, e a aceitar castelhanismos como *gracia* por *graça*, *precio* por *preço*.

Pois que diremos de chegar a confundir o nome da nossa nação, *Galiza*, com o da região situada ao sueste da Polónia, *Galícia*? E assim o nome oficial do próprio órgão autonómico galego, *Xunta de Galicia*, por *Junta de Galiza*, é um híbrido tão escandaloso que o seu propósito tem que ser por força proclamar diante de todos os galegos o facto brutal da colonização linguística. E ainda podemos mencionar que as instituições galegas que mais se deveriam ocupar da língua têm a sua denominação oficial em espanhol: *Instituto de la Lengua Gallega*, *Real Academia Gallega*, etc.

A escrita espanholista tem-lhe tal cenreira ao *ç* que chega a transcrever com *z* nomes portugueses, e assim *Valença* passa a *Valenza*, *Oliveira* a *Olivenza*, *Moçambique* a *Mozambique*, *Curaçau* a *Curazao*, etc.

Ao final cumpre-se o objectivo real desta escrita espanholista, que é passar tudo para o castelhano: *analizar* passa a *analizar*, *paralisar* a *paralizar*. E noutra ordem de cousas *Manaus* passa a *Manaos*, *Viseu* a *Viseo*, *Macao* a *Macao*, engadindo-lhes gratuitamente uma sílaba.

E assim vai-se consumando a implacável castelhanização do galego, passando de *réu* a *reio*, *museu* a *museo*, *maré* a *marea*, *ideia* a *idea*, *feio* a *feo*, etc. Notemos como, neste processo de perda de ditongo, além de perder-se a distinção entre o ditongo fechado e o aberto, *eu/éu*, aparece solapadamente uma sílaba a mais: a bissílaba *museu* passa à trissílaba *museo*, a monossílaba *réu* à bissílaba *reio*. E neste baralho fam também passar a *Camões* de bissílaba a trissílaba: *Camoens*; e *Castelão* passa de trissílaba a quadrissílaba: *Castelao* fazendo-o rimar com *Mindanao* e o *Callao*.

Tudo isto não é mais do que uma desvalorização propositada da nossa língua, que não pára aqui, mas segue inexoravelmente introduzindo sorratamente o espanholismo: *livraria* passa a *librería*,

trocando vogal e consoante e adquirindo um acento supérfluo. *Varrer* passa a *barrer*, como *investir* a *embestir*, sem qualquer justificação etimológica nem fonética. Só por puro espanholismo.

E por espanholismo também seguem todas as terminações em *-n*, em vez da patrimonial *-m*, mais próxima ao som velar galego: *aman* por *amam*, *un* por *um*. Para o feminino recorre-se a *unha* (por *uma*) seguindo o modelo castelhano de *anhelar*, *inibir*, etc., por *anelar*, *inibir*. E uma vez mais desvirtua-se a língua patrimonial, pois renunciando a *unha* adopta-se o castelhanismo *uña*.

Imos vendo, portanto, que o efeito real que têm estas transcrições aparentemente inocentes é ir aumentando passivamente o vocabulário castelhano no galego, tornando-o cada vez mais no híbrido que chamamos «castrapo».

Mais um claro caso de empobrecimento da língua devido ao sistema ortográfico espanhol é o emprego dum só acento, o agudo, e ademais nas mesmas posições tónicas que o espanhol, como se o sistema ditongal próprio do galego (de ditongos decrescentes: *eu*, *ou*, *ei*, etc.) não fosse diametralmente oposto ao castelhano (de ditongo crescentes: *ué*, *ié*, *ió*, etc.). E assim escreve-se *sabia* por *sábía*, *sabía* por *sabia*, *pôr* em vez de *pôr*, *máis* por *mais*, *ás* por *às*, *as* por *ás*, *ós* por *aos*, *mañá* por *manhã*, etc.

Estes últimos exemplos ilustram outra característica insidiosa desta escrita: fai todo o possível por confundir-se com o espanhol, mas quando não pode, então procura por todos os meios arredar-se do português.

Neste prurido diferencialista, a escrita autonómica fai uso, mimético do castelhano, de sinais de pontuação iniciais:

*¡* *¿*; e fai um emprego *sui generis* do traço de união, como no exemplo aberrante de *comé-lo caldo*. E continua-se deturpando a língua ao escrever *acceptar* por *aceitar*, *inmenso* por *imenso*, *esciática* por *ciática*, *establecimiento* por *estabelecimento*, *orde* por *ordem*, *facultade* por *faculdade*, *esto* por *isto*, *decir* por *dizer*, e *vostede* (claro espanholismo que, por se for pouco, lembra à bosta) por *ocê*.

Teimando nessa cegueira espanholista cometem mesmo erros etimológicos escrevendo *actitude* por *atitude* e deixando implícita uma suposta derivação de *acto*, quando a etimologia desta palavra é o lat. *aptitudo*, através do francês.

Opta-se, em fim, por *irmán* em vez de *irmão*, *irmá* por *irmã*, *órgano* por *órgão*, *malo* por *mau*, *alemana* por *alemã*, *panaderia* por *padaria*, *simple* por *simples*, *comenzar* por *começar*, *confesión* por *confissão*, *oblicuo* por *obliquo*, *cualidade* por *qualidade*, *conciencia* (e *concencia*) por *consciência*, *zapato* por *sapato*, *sicología* por *psicologia*, *alférez* por *alferes*, *interés* por *interesse*, etc.

A única conclusão que cabe tirar desta malfadada ortografia é que é uma escrita para colonizados. Está pensada desde o espanhol e para o espanhol, por administradores do Estado instalados no castelhano, a língua do poder. E com a ortografia espanhola introduz-se o vocabulário, sintaxe e fonética espanhóis. O resultado é uma língua híbrida, tão espanholizada e ao mesmo tempo com tal complexo de inferioridade diante do espanhol que muitos dicionários galego-castelhanos dão por espanholas todas as palavras galegas que, graças à ortografia espanhola, coincidem graficamente com esta língua, ainda que possam ter género, fonética, semântica, etc., distintos.





SOBRE LÉXICO GALEGO-PORTUGUÊS MEDIEVAL  
AINDA VIVO NA GALIZA E ORTOGRAFIA  
GALEGO-PORTUGUESA (1)

por  
ISAAC ALONSO ESTRAVIZ  
da ASPG, e das Irmandades da Fala

- I. O por quê deste trabalho
- II. A patologia do galego
- III. As palavras que não existem segundo Ramon Lorenzo no seu «Glossário» da Traducçom galega da Crónica Geral e da Crónica de Castela
- IV. Sobre a ortografia galego-portuguesa

I. O PORQUÊ DESTE TRABALHO

Não se trata de oferecer —nem muito menos— neste trabalho uma visão de conjunto de todo o léxico medieval ainda vivo, o que seria impossível num simples artigo. Pretende-se dar resposta às afirmações ou dúvidas que Ramón Lorenzo apresenta no Glossário da obra por ele editada *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, Ourense, 1977. E anima-me a isto o intuito de colaborar a clarificar a confusão que reina hoje no mundo cultural galego-português. Quando tiver tempo, será ampliado a vocábulos ou termos concretos que em Santiago ou Lisboa se têm utilizado para salientar as diferenças existentes numa ou noutra parte onde se fala a nossa língua comum. Trabalho este para o que me sinto capacitado depois da recolha do material para o *Dicionário Galego Ilustrado* e

(1) A primeira parte deste trabalho foi feita a pedido do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa para a Homenagem a Rodrigues Lapa ao se cumprir no 1983 o cinqüenta aniversário do Boletim de Filologia. Foi feito e terminado o 27 de Dezembro de 1982 e enviado esse mesmo dia. Passou o tempo e o volume anunciado não saía. Em Agosto de 1984 pediram-me colaborar no segundo volume, pois o primeiro já estava a sair. Mandeí lá um segundo trabalho esperando receber aginha o primeiro que anunciavam. Bastantes meses depois vim o primeiro volume e ali não estava. Escreví uma carta perguntando se ia ser publicado ou não. Até a data ainda não tive resposta em sentido nenhum. Como conheço o funcionamento desse organismo e as pessoas que o levam, imagino que não se atreveram. O trabalho vai, pois, quase igual, fora algumas pequenas frases. No que diz respeito ao vocabulário é o mesmo. A ortografia foi posta um pouco ao dia.

que ainda estou a recolher com grande surpresa minha cada dia que se está a passar. Não me liga a isto nengum «amiguismo» nem de cá nem de lá, nem estou coutado por ideias políticas ou por preconceitos irracionais. Nem muito menos aceito santão algum da ciência filológica, ainda que admire e estimo a todos aqueles que lutaram e lutam para que as descobertas e os conhecimentos cheguem a todas as partes.

De todos é conhecida a atitude de Ramón Lorenzo manifestada de palavra e por escrito: ataque despiado dos que não pensam como ele, convencimento de que possui a verdade absoluta, despreço olímpico dos contrários e, o mesmo que os componentes do chamado ILG (Instituto de la Lengua Gallega) da Universidade de Santiago, furibundo antilusista, de jeito que está a ver lusismos por toda a parte, não sei se por ignorância ou por recursos inconscientes do colonialismo centralista espanhol que leva e levam dentro. Esse afã diferencialista do português que os leva a rejeitar tudo aquilo que possa ser comum e que os lança nos braços do castelhano a aceitar castelhanismos a mão-cheia para consumir — consciente ou inconscientemente — a morte do galego-português na Galiza.

A atitude de um reduzido grupo de construírem traiçoeiramente umas novas normas para o galego, rejeitando toda via de abertura para dar ao galego uma ortografia digna e consoante com o seu passado e tendo em conta as soluções dadas polos portugueses através dos séculos, aliando-se e manejando a umas autoridades autonómicas totalmente ignaras na matéria, além de ser uma atitude antidemocrática e caciquil, é uma atitude suicida. Nesta mesma situação estava o País Valenciano. Afortunadamente as novas autoridades do PSOE, com melhores perspectivas e visão de futuro, apoiadas por uma Universidade responsável e consciente do que as normas que lhes queriam impor significavam, e de uns ensinantes igualmente responsáveis, anularam imediatamente as normas castelhanizantes que a UCD lhes queria impor separando-os do tronco comum catalão. E hoje Catalunha, País Valenciano e Ilhas Baleares têm a mesma normativa, o que não impede que sejam comunidades autónomas diferentes, o mesmo que o castelhano não impede que haja países independentes que falam a mesma língua e tenham regimes diferentes. Igual que o português não impede que brasileiros, angolanos e moçambicanos, tenham as suas respectivas pátrias. E tampouco se opõe a leituras diferentes de um mesmo texto, como acontece com todo idioma que sai do reduzido lugar onde nasceu. Ninguém se atreverá a afirmar que o castelhano é lido igualmente por uma pessoa de Valhadolid, um andaluz ou um de qualquer país hispano-americano.

E os valencianos em menos de um mês vêm fazer o que na Galiza não se fez em mais de vários anos de pré-autonomia e autonomia: que a partir de 10 de Janeiro do ano 1983 terão aulas de catalão em todos os Liceus e Centros de Formação Profissional. A língua que se ensinará é a catalã, de acordo com a modalidade dialectal que se fala na maior parte do antigo reino de Valença (catalão ocidental) segundo as normas ortográficas acordadas em 1932. (Cfr. *El País*, 26 de Dezembro de 1982). E para o curso próximo todos os centros escolares terão o professorado suficiente para a mesma finalidade.

## II. A PATOLOGIA DO GALEGO

Mas a Galiza acontece tudo ao contrário. A atitude do ILG é tão contraditória e tão incoerente que semelha inconcebível. Por um lado apresentam-se como

heróicos defensores do galego e polo outro os seus argumentos carecem de todo fundamento e vão mesmo a caminho do seu aniquilamento. Estão bem os estudos de campo, estão bem os estudos dialectológicos do galego, ora uma cousa é dialectologia e outra muito diferente querer levar esses estudos a rango de normativa. Uma e outra vez estão a falarem das diferenças entre o galego e português e chamam restituição de formas latinas quando se aceitam as formas impostas pela administração, a escola e os meios de comunicação espanhóis.

Hoje a todo aquele que não aceite as suas normas não lhe está permitido escrever nos jornais nem intervir nos meios de comunicação social. Todos os jornais contam com uma série de ignaros dispostos a corrigirem e malformarem todo material que não vaia nessas «des-normas». E está-se a escolher o professorado — competente ou não — que aceite essa imposição. Ainda o dia 22 deste mês se convocava uma espécie de concurso para algumas vagas de galego consistente em traduzir do castelhano dez frases e um pequeno texto. Foram convocados todos os professores em desemprego — eles dim «em paro» como no país colorador — tanto licenciados como de outro tipo. Afinal excluíram os licenciados. Todos estavam a falarem entre eles em castelhano. Uma examinanda perguntou ao professor Couceiro que em que normas se ia redigir a tradução e ele dixo todo enfadado que eles iam ser empregados da Junta e que se não estavam de acordo que se fossem porque estavam a perder o tempo. Muitos dos professores do galego estão-se a vender por um prato de lentilhas ou por poder ascender um posto no seu escalafão. (Desde que se escreveu este artigo as cousas têm ido ainda a pior. São muitas as injustiças que se levam cometido, muitos os abusos de autoridade e constante a inquisição filológica por pessoas que nem sequer conhecem um mínimo de galego, pois os postos dos que dirigem a política linguística estão em mãos de ineptos, o que provoca o desconcerto e o despreço por parte de muitos).

Também o Prof. Ramón Lorenzo se dedicou o ano 1982 — e ainda continua — a explicar a evolução do galego com textos traduzidos de *El Mio Cid* ou com as «separatas» de Rafael Lapesa, utilizando só de vez em quando o texto por ele reeditado e ignorando ou fazendo por ignorar o resto.

Na lição inaugural do Curso Universitário de 1977-78, titulada «Galego onte, galego hoxe», Constantino García esforçava-se por demonstrar que o galego é hoje diferente do português e entre outras razões aduzia que os portugueses chamam *alface* ao que nós chamamos *leituga*. Ora esquecia que essa palavra tem uma história como poucas, pois aparece já nada menos que no primeiro intento de um vocabulário galego alá polo ano 1536 do Bachiller Olea<sup>(2)</sup>, recolhida depois no séc. XVIII polo P.<sup>e</sup> Sobreira com diversas variantes: *alfácer* (em Tui), *alfácia* (em Terra de Montes) e *alfaza* (em Rivadávia)<sup>(3)</sup>. Não sei se em Tui ou em Terra de Montes segue a chamar-se igual, mas em Rivadávia é a única que se emprega, ignorando-se *leituga*. Convém ter em conta que *leituga* tem a variante em Valdeorras de *leiturga* a comestível para pessoas e a de *leitarega* a destinada aos animais. Ora mesmo que no galego não existe a palavra *alface*, nem essa nem outras, não são essas razões polas que se distingue uma língua de outra. Ao máximo são sinónimos ou variantes de um mesmo conceito como existem em todas as línguas. Isso pertence ao campo da dialectologia não ao da normativa ou ao de distinções

<sup>(2)</sup> José Filgueira Valverde: *El primer vocabulario gallego y su colector*, el Bachiller Olea. C.E.G. VIII, 1957, p. 604: *alfaçes/leitugas*.

<sup>(3)</sup> J. L. Pensado: *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*. Vigo, 1974, pp. 233 e 243.

lingüísticas. Uma língua para se distinguir de outra tem que ter uma sintaxe diferente, entre outras razões. Vocábulos diferentes para designar um mesmo objecto há-os numa mesma aldeia e querer operar com eles denota um infantilismo.

O último trabalho que chegou às minhas mãos do ILG é o de Francisco Fernández Rei, publicado em *Grial*, nº 77, correspondente aos meses de Julho, Agosto, Setembro, titulado *Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno* (4). Nele, entre outras cousas diz-se o seguinte: «Na fronteira entre o galego e o português, o mantemento do ch /ç/ e a inexistencia dunha oposición fonolóxica v /v/ e b /b/ — fenómenos propios do galego respecto do português normativo — son rasgos característicos de tódalas falas do norte de Portugal. E á inversa, hai fenómenos típicamente portugueses inexistentes no *galego estándar* (o sublinhado é meu), que caracterizam falas galegas. Tal é o caso dos *cuatro, guardar* de falas do sur de Pontevedra, da maior parte do Ourense e do galego oriental (cfr. I.32) do Baixo Miño pontevedrés, do SL de Ourense e falas do galego de Zamora, ou a existencia de formas *colli, parti, fice* (cfr. I.48) en todo o galego de Zamora, SL de Ourense e Ancares de León.

Outras veces, a parte sur do noso territorio lingüístico e o norte portugués presentan fenómenos comúns, frente ó resto das falas galegas e portuguesas. É o caso do sistema de seis sibilantes (cfr. I.14) de Trás-os-Montes e algunhas falas miñotas semelhante ó que existe no galego da Limia Baixa de Ourense e em Hermisende (Zamora); ou a presenza de formas como *ouvir, ouves*, etc., *ouva, ouvas*, etc. (cfr. I.64) de ámbalas bandas da fronteira política galego-portuguesa, que corresponden a *ouvir ouço, ouças* etc., do português normativo a *oír, oio, oes*, etc., *oia, oias*, etc., da maioria das falas galegas. O sistema *oír, ouso, oes, oe*, etc., *ousa, ousas*, etc., rexístrase en falas galegas que están a moitos kms da raia de Portugal.

Tamén hai fenómenos que van morrer ó río Miño ou á raia seca, como son a *gheada* (cfr. I.10), propia do galego, e o vocalismo nasalizado, característico do português. (Isto não é totalmente certo, pois ele mesmo reconhece um pouquinho mais adiante, p. 261 ao falar do «Mantemento de vocais nasalizadas», a existência da nasalidade no galego dos Ancares, que se prolonga mesmo a outras partes da Galiza).

*Partindo de criterios extralingüísticos* (o sublinhado é meu), como pode se-la conciencia xeral de falarmos un idioma que non é castelán nin portugués, ainda que estea próximo a este último (e proba desa conciencia é a loita por normalizalo, o esforzo constante por convertilo en lingua de cultura...) e tendo en conta a realidade lingüística do occidente peninsular, cremos que hoxe pode falarse da existencia de dous idiomas diferentes, *galego e portugués...*

No que respecta ó galego é de sobra coñecido o estado de postración e a situación anormal en que aínda se encontra no territorio en que se fala, todo o contrario do que pasa ó sur do Miño. Esta postración, co conseguinte desprestixio social, *impediu a existencia dun galego estandarizado* (o sublinhado é meu), que é unha das causas de que moita xente pense que o noso idioma é un feixe de dialectos» (p. 258) (\*).

Como se vê, em menos de uma página fala-se de uma *galego estándar* e de um *galego não estandarizado*. Invocam-se critérios extralingüísticos para falar de uma língua diferente, depois de ter reconhecido que não existe fenómenos algum no português que não se dê no galego e aduz-se o esforço por criar uma normativa

(4) Francisco Fernández Rei: *Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno*, *Grial*, nº 77, 1982, pp. 257-296.

(\*) Respeitamos a escrita original em galego macarrónico (N. da R.).

do galego, que mais que nada obdece ou a complexos a respeito do português ou a ignorância das leis lingüísticas. Não se fala para nada da necessidade de lavar o galego dos castelhanismos cada dia mais freqüentes que o estragam, o que o fundiria num mesmo idioma: o galego-português. Seguindo critérios extralingüísticos teríamos infinidade de línguas, como o intentaram ao pouco tempo da sua independência alguns países de fala hispânica. E seguindo esse mesmo critério, chegaríamos a muitas línguas dentro da própria Galiza. Os fenómenos morfológicos que existem no galego diferentes do português são castelhanismos. Mesmo assim, também dentro do castelhano se dão muitos fenómenos morfológicos e a ninguém se lhe ocorre pensar em idiomas diferentes. Para contrapor uma língua há que acudir a outros factores, que aqui não se dão.



### III. AS PALAVRAS QUE NÃO EXISTEM SEGUNDO RAMÓN LORENZO NO SEU GLOSSÁRIO

Penso que era necessária esta pequena introdução para que se conheça polo menos em parte o que está a acontecer na Galiza. No que segue limitar-me-ei a consignar as palavras, as frases dogmáticas do Prof. Ramón Lorenzo e a existência das mesmas registadas em trabalhos de campo, não nos dicionários tradicionais que ele rejeita sem mais. Indica, ademais, que o galego por ele conhecido reduz-se à sua Amaia, pois como se verá muitas palavras por ele rejeitadas como inexistentes são da comarca de Compostela, muito próxima à sua aldeia. Isto não significa que eu aceite muitas dessas palavras como normativas ou que só existam nos lugares onde estão recolhidas. A sua área de extensão exigiria um trabalho para o que neste momento — como já dizem — não tenho tempo. Ora, mesmo que existissem num só ponto da Galiza, era suficiente para as considerar galegas e muitas vezes para as impor como norma tendo em conta o génio da língua e dada a prostração na que se encontra o galego depois de cinco séculos de pressão e bombardeio do castelhano pela administração, a escola, a igreja e todos os meios oficiais, o que todos reconhecem. O mesmo Ramón Lorenzo reconhece em mais de um lugar isto (vejam-se, entre outros: *confessom* (p. 352), *consagraçõ* (363), *costotyçõ/constituicõ* (386), *defenssom* (427), *devoçom* (477), *graça* (688), *justiça* (737), *justiçar* (737-738), *naçõ* (889), *oraçõ* (940), *ordenaçõ* (941), *partiçõ* (975), *predicaçõ* (1041-42), *perdiçõ* (996), etc. Por isso não se compreende que é o que levou a aceitar o *-ción* e *-ble* para as «suas normas».



**Achaar** (19-20). «En cuanto a *achaiar* (a veces grafiada *achayar*), que del DRAG pasó a los otros diccionarios, no debe ser una forma vigente, pues el DRAG la tomó del Pe. Sobreira». Em AO <sup>(5)</sup>, p. 17: «*Achayar*, v. tr. Allonar. Bajar hasta el sitio donde no puede llegar el carro, las cargas que se encuentran en los terrenos costaneros». También vivo no Vale de Suarna <sup>(6)</sup>, registada por Antón Santamarina. Variante *achairar*, em G., p. 4 <sup>(7)</sup>.

**Achar** (22). «En gall. actual ha perdido terreno (Valladares la desconoce), por lo menos en la zona de Amaia que conozco (alrededores de Santiago de Compostela) no se emplea, habiendo penetrado en su lugar *topar* e *atopar* y, muy convenientemente, encontrar». É palabra utilizada por Rosalia de Castro que viveu en Santiago e arredores, Curros Enríquez, etc., e aparece registada em T., p. 68 <sup>(8)</sup>.

**Agina** (53). «Puro disparate es la forma *axina* presentada por E. Rodríguez y Franco». Registada por Antón Santamarina em Vale de Suarna <sup>(9)</sup>.

**Aguçoso** (60). Diligente, activo, presuroso. «No sobrevive en port. al s. XVI (aún en G. Vicente). Nunes de Leão (Origem<sup>4</sup>, p. 300) la registra ya como palabra antigua. Hoy se conserva en algunos refranes provincianos: «fiandeira preguiçosa, ao domingo é *aguçosa*». Continua viva no galego com o significado primitivo em Q., p. 16 <sup>(10)</sup>: «*Aguzoso*, adj. Laborioso, aficionado al trabajo» (Fondo de Vila — Ourense).

**Alaçar** (70), lanzar, arrojar la lanza contra el tablado, de *lanzar*. «No subsistió en port., pero se empleaba todavía en el s. XVI. ... Tampoco existe en gall.». Existe no galego da comarca compostelana com o significado de «vomitar» <sup>(11)</sup>.

**Alem** (83-84). «En gall. no es palabra popular (en Cuveiro dada como palabra antigua; no así en los otros Dccs.), aunque se usa frecuentemente en literatura». Da forma composta *alende* diz: «En gall. la registra Valladares, DRAG. E. Rodríguez y Franco como variante de *alén*, pero ha desaparecido en la

<sup>(5)</sup> Anibal Otero: *Vocabulario de San Jorge de Piquín*. Santiago de Compostela, 1977. Para abreviar cito com AO.

<sup>(6)</sup> Verba 5, 1978, p. 453, resenha crítica de A. S. ao Glossario.

<sup>(7)</sup> Constantino García: *Léxico de la comarca compostelana*, Univ. de Santiago, 1974.

Cito com G.

<sup>(8)</sup> Manuel Taboada Cid: *El habla del Valle de Verin*. Univ. de Santiago, 1979.

Cito só com T.

<sup>(9)</sup> V. nota 6.

<sup>(10)</sup> Eligio Rivas Quintas: *FRAMPAS, contribución al diccionario gallego*. Salamanca, 1978. Cito só com Q. (Este trabalho tem a particularidade de que se limita a consignar só aquilo que não está recolhido nos dicionários o que nos priva de muitas informações úteis para trabalhos deste tipo. É um dos melhores trabalhos feitos sobre lexicografía galega).

**Anzina** (134). «No conozco estas formas en gall. (en E. Rodríguez y Franco se registran *aciña*, *aciñeira*, *enciña* y *enciñeira*. Es posible que algunas sean inventadas, ninguna de ellas se encuentra en Carré, Cuveiro y Valladares y los dos últimos tenían especial cuidado en la descripción de los árboles». Em E(Ap), p. 494 <sup>(12)</sup> aparecen *enciñeira* e *enciño* registadas no Caurel. A primeira como bosque de encinhos e a segunda como árvore. Em Crespo, p. 545 <sup>(14)</sup>, no verbete *encina*, regista *anciñeiro* em Lugo, *enciño* no Caurel, *enciñeiro* em Campo Lameiro, além de outras palavras para designar a mesma árvore.

**Arrepender-se** (173). «La forma port. es *arrepender*, *arrepender-se*, desconocida en gall. (aunque esté en Carré)». Em Q., p. 24 aparece registado *arrepender-se* (Em Fondo de Vila — Ourense) junto com o participio *arrepeso*, formas por mim conhecidas desde pequeno. Reconhecendo depois que *arrepentirse* é um castelhanismo no galego quer fazer dela a norma para o galego.

**Astrego** (190). «Se ha perdido en gall-port. Sólo se conserva en el Cebrero: *ástrago* 'entrada de la puerta de las pallazas del Cebrero'». Em E(Ap), p. 469: «*Astrago*, s.m. Pasillo de entrada en las casas // Espacio entre la puerta y la cocina (Láncara — Lugo). Em AO, p. 35: «*Astrago* = astro: planta, espacio, terreno: 'ten muito astro a casa'». *Astrago* também no Vale de Suarna <sup>(15)</sup>.



**Auo** (211). A variante *avó* também é própria de falas galegas da ria de Arousa, no O. e S. de Pontevedra e na Límia Baixa ourensana <sup>(16)</sup>, que convém registrar também.

**Babtzar** (219). Dá para o galego as formas *bautizar* e *boutizar*. Para o português *baptizar*. «Desde el XIV la forma mod. port. *baptizar*» de textos galegos e portugueses. Desconhece essa mesma variante no galego actual, registada por AO, p. 42 e T., p. 86.

**Barruntar** (230). Tem também no galego de Santiago o significado de «opinar» <sup>(17)</sup>.

**Braado** (249). «No sé si existe en gall., por lo menos en las zonas que yo conozco se usa berra». Registada por Antón Santamarina no Vale de Suarna <sup>(18)</sup>.

lengua». Na locução preposicional regista-a AO: «*Alén de*, fr. prep. En vez de <sup>(12)</sup>.

<sup>(11)</sup> G., p. 8.

<sup>(12)</sup> Ib., p. 22.

<sup>(13)</sup> E. Rodríguez: *Diccionario Enciclopédico gallego-castellano*, Vigo 1961, Tomo III, Apêndice de palabras recolhidas por várias pessoas e incluídas no mesmo.

<sup>(14)</sup> José Santiago Crespo Pozo: *Nueva contribución a un vocabulario castellano-gallego*. Ourense, 1972.

<sup>(15)</sup> V. nota 6.

<sup>(16)</sup> V. em *Grial* (nota 3) o trabalho de F. Fernández Rei, p. 261.

<sup>(17)</sup> G., p. 26.

<sup>(18)</sup> V. nota 6.

- Brugo** (253). Existe o galego actual. «Brugo, s.m. El que come la fruta verde, sin sazonar». Em E(Ap), p. 476, registada em Lemos junto com o verbo *abrugar*.
- Caldo** (268). «(aún existe calda en port. mod., no en gall.». Em AO, p. 52: «*Calda*, s.f. Pedaco de aço que se solda à ponta de certas ferramentas quando estão gastas». Q., p. 42: mistura de nabos, verça e outras hortaliças, cozidas, que se dá ao gado adubado com farinha ou farelos. Implica matiz despectivo. Registada em Fondo de Vila—Ourense). Também em T., p. 82.
- Campaa** (275). «... en gall. mod. se conocen campana, campán y campá (las dos últimas literarias). Es un disparate de los Diccionarios la forma *campa* en gall.». *Campá*, registada por Antón Santamarina no Vale de Suarna (19). *Campaa* é forma muito viva. E(Ap), p. 478 registada em Verim. É a da minha aldeia a 30 quilómetros de Verim. Em Junqueira de Ambia, regista-a Q., p. 44, que tem também o significado de campo, céspede natural. Em Vba. 2.273 (20): «pedra que se põe em cima das sepulturas ou das paredes (igual que em port. que também significa *sineta*).
- Carõ** (A) (285). Em Q., p. 48 aparece um dos significados criticados por Ramón Lorenzo, existente em Viterbo: «descobertamente e sem alguma cousa posta de permeio». Q.: «Sin papel, sin cubierta o protección».
- Cerrões** (308). «En gall. sólo se conoce *zurrón* al igual que en cast. (aquí desde el XIII). Em Q.: «*Cerrón*, s.m. Saco de piel, generalmente de cabra, para llevar harina». Registado em Taboazas e Junqueira de Espadanhedo. Em Viana do Bolo: «Saco confeccionado con la piel de una cabra» (21).
- Comenda** (336). «Carré, Franco y en «Irmandades da Fala» tienen la ocurrencia de presentarla como palabra mod. Cuveiro y E. Rodríguez la presentan como ant.». Em Q., p. 56: «Cargo, responsabilidad, compromiso», registada em Fondo de Vila—Ourense.
- Conoçer, conhoçer** (355). «Claro está que moderadamente se usa en literatura la forma port. *coñecer*, recogida en todos los diccionarios; una forma *conecer*, inventada, está en Cuveiro, Valladares, Franco y E. Rodríguez (22), ainda que Porto Dapena dá-a como de outras falas, não de Ferrol. *Conecer* é forma viva na Límia, o mesmo que *conecemento* ou *conecimento*, que também recolhe Q. em Fondo de Vila (V. *conocemento*, p. 56).
- Couedo** (390). «Los diccionarios de E. Rodríguez y Franco citan arbitrariamente las tres posibilidades». *Cóvado* registado em T., pp. 71, 78; G., p. 49; Vba. 2.274; *Cóvedo*, Gr., p. 40 (23).
- Coytelo, cuytelo** (393). Ignora a forma *cutelo* também galega (24).

(19) V. nota 6.

(20) Verba 2. 1975. Universidade de Santiago de Compostela.

(21) Laureano Prieto: *Contos Vianeses*, Vigo, 1958, p. 197.

(22) J. Álvaro Porto Dapena: *El gallego hablado en la comarca ferrolana*. Santiago, 1977. Cito só com Da.

(23) María del Carmen Enríquez Salido: *Léxico de O Grove*. Univ. de Santiago, 1974. Cito por Gr.

(24) V. nota 20, p. 197.

- Crença** (395-96). «Totalmente falsa es *crencia* (en E. Rodríguez), que se emplea literariamente». Existe essa variante em AO, p. 68.
- Des** (445). «Literariamente se empleaba *des* aún en el siglo XVI (véase Morais), pero en Portugal está relegada al uso pop.; en gall. sólo es admisible en la composición *desque*». Antón Santamarina no Vale de Suarna sabe que existe separada (25), que ele mesmo utiliza na resenha crítica.
- Dezembro** (479). «Es la forma conservada en port. y que también se emplea literariamente en gall.». Registada em Santiago de Compostela por G., p. 70.
- Diabo** (481). «Desde el XVI la forma diabo en port. desconocida en gall.». Registada por AO, p. 83; T., p. 38 e viva desde sempre na minha aldeia.
- Doença** (493). Doência em AO, p. 84.
- Door** (501). «Falsamente E. Rodríguez y Franco dan como forma gallega *door*, que puede encontrar-se absurdamente en textos literarios». Existe essa forma registada por G., p. 72. E antes polo P.º Sarmiento em Pcl. Plx. (26).
- Enader** (523). «En gall. mod. se usa una forma *engadir* (en Cuveiro *engader* y en Valladares ambas). *Ennader* em E(Ap), p. 496, registada em Lánacara e Incio—Lugo. *Engadir*, registada em G., p. 76; Da, p. 92; *engader*, em G., p. 76.
- Ende** (533). «En port. sólo se conserva en porém (también en gall. algunos escritores *porén* y los diccionarios registran *ende* como forma viva, pero se trata de un arcaísmo». Em AO, p. 91: adv. 1. «Junto, al lado».
- Enderençar** (534). Continua a existir ademais da variante *endereçar*. AO, p. 91.
- Ensinar** (554). «Se sigue usando en gall. literario, pero popularmente ha penetrado el castellano enseñar». *Ensinar* é forma popular em G., p. 77 e na minha terra quando menos.
- Enxetar** (567). *Enxecado* vivo em Cea—Ourense com o significado de *doentio*, e também o verbo *enxecar*. Está, pois, mal feita a leitura pondo «t» no lugar do «c» que tem o ms.
- Escaleira** (571). «La forma port. actual es *escada*, 'escalera y escada' (citan todos los diccionarios galls. *escada*, 'escalera de mano' para mi desconocida)». Em Q., p. 79: *Escada*, escaleira e pesebre (Pedrafita—Lugo). G., p. 79: 'escalera de mano', AO, p. 99: especie de escalera que se coloca en el pesebre del ganado para evitar que tire a la cuadra la hierba seca'.
- Escano** (572). «En port. mod. alterna con el castellano *escanho*, también en gall. *escaño*». Na minha aldeia a única forma existente é *escano*, também recolhida por G., p. 79.

(25) V. nota 6.

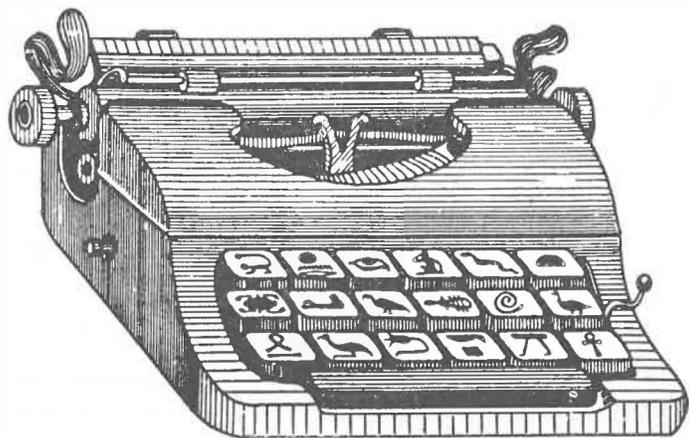
(26) Pcl.: *Colección de Voces y frases gallegas* de Fr. Martín Sarmiento, ed. de J. L. Pensado, Salamanca, 1970. Plx.: *Contribución a la crítica de la lexicografía gallega*, Salamanca, 1976.

**Eyxuto** (619). «En gall. es *enxoito* desde el s. XIII». Em galego também existem as variantes seguintes: *enxuito*, T., p. 86; Vba. 2.278; *enjuio*, AO, p. 93; *enxuto*, T., p. 86, Q., p. 78 (registada em O Grove, Cangas e Tui, comum ao port.).

**Fame, Fome** (625-26). «Fome se impone en port. en el s. XVI (véase Morais), pero no se conoce en gall.». Fome está viva na comarca de A Godinha—Ourense registada por mim em várias vezes. Também em Tominho e Goiã.

**Feestra** (635-36). Desconhece finestro registado por AO., p. 121: «Hueco para salida del humo», registada em Madero (Lugo). Fiestra em G., p. 92 e Gr., p. 74.

**Feuza** (64142). «En Galicia y Portugal pervive como apellido». *Fiuza* existe em O Bolo, registada em E(Ap), p. 508, L. Prieto em Contos, p. 198 e Lubiã<sup>(27)</sup>, com os significados em O Bolo de *fioneza* e *confianza* e *seguridade* em Lubiã.



**Froyto, Fruyto** (669-70). Fruto é a única forma conhecida na minha aldeia, também recolhida em G., p. 95.

**Ganar** (674-75). «Se cita en los diccionarios galls. (no en el de E. Rodríguez) la forma *gañar*, pero no creo que exista». Em Verim alternam *ganar/ganhor*, registadas por T., p. 132; Antón Santamarina ouviu-a em Santiago de Compostela<sup>(28)</sup>.

**Gaando** (676-77). Gado é a única forma existente na Límia. Também em Verim, registada em T., p. 46; Ferrol, registada em Da, p. 121.

**Geollo** (682-83). «En gall. mod. se usa literariamente *xionllo* (en todos los diccionarios desde Cuveiro), que no sé si tiene vida real. En los diccionarios aparecen otras formas *xollo*, *xonllo*, *xoello*, *xoenllo*, que han desaparecido de la lengua». *Giollo* (jollo) tem uma rica história. Aparece no Vocabulário do B. Olea<sup>(29)</sup>.

<sup>(27)</sup> Luis L. Cortés y Vázquez: *El dialecto galaico-portugués hablado en Lubián*, Univ. de Salamanca, 1954, p. 138.

*Jollo* também em AO, p. 144 e o derivado *jollada*. *Xollo* também no Vale de Suarna recolhida por Antón Santamarina (V. nota 5). *Xonllo* em E(Ap), recolhida por Aquilino Iglesia Alvariño, p. 569.

**Herueyro** (711). «No existe en gall.-port. Cuveiro cita *herbeiro* 'forrajeador' y también está la palabra en Carré, E. Rodríguez y Franco. Falta, sin embargo, en Valladares y nunca la he oído». Existe em AO, p. 137 como «panza o herbario» e Da, p. 20.

**Joues** (731-32). Quinta-feira era a forma empregada por meus pais. Depois dos estudos feitos por Constantino García<sup>(30)</sup> Ramón Lorenzo não dirá o mesmo.

**Juyzo, Juizo** (739-40). «La forma port. es *juízo*, la gall. mod. *xuicio* (Valladares y Carré registran *xuizo*, que no sé si se conserva en alguna parte)». Registada por Q. Em fondo de Vila, p. 175.

**Ledo** (749). «Ciertamente es palabra de gran uso literario en gall., pero en la lengua hablada siempre he oído *alegre*, palabra con la que alterna en el texto». Registada por G., pu. 110 na comarca compostelana.

**Legumas, Legumyas** (751). «La forma *legumia* vive todavía en Trás-os-Montes. Também vive na Límia e em Lugo, registada em E(Ap), p. 520 com o significado de 'praga, fato de qualquer cousa indesejável': rapazes, ovelhas, moscas ...

**Leyto** (757). «En el texto alterna con *cama* y es de gran uso en toda la E.M. Aún en prot. es palabra normal, pero en gall. es más bien palabra literaria frente al pop. *cama*». Registada em Santiago, G., p. 110; Verim, T., p. 61; Vba. 2.284.

**Lûes** (778-79). «En port. se usa desde siempre *segunda-feira* (es lo que sucede en la Cr. 1344, II, 11), pero en gall. la única forma pop., como en la época medieval, es *luns*». (V. o dito em *joues*, pois na minha aldeia foi normal).

**Madrasta** (786). «En gall., además de la normal *madrasta*, documentan los diccionarios las formas *madrasta* y *madrassa* (esta última em Valladares y Carré), que a mi me parecen sospechosas». *Madrassa* registada em G., p. 117.

**Maestre** (787). «Es la forma de los diccionarios galls. (*mestra*), pero desgraciadamente se usa la forma cast. *maestra*». *Mestra* recolhida em T., pp. 35, 38 e em Q., 118; *mestre* em T., 35; AO, p. 160; G., 12.

**Maldizer** (794). «En gall. mod. se dice *maldecir* (son falsas las formas *maldicir* y *maldizoar*, que aparecen en los diccionarios). *Maldicir* (com seseo) registada em G., 118.

**Mal pecado** (796). «La expresión *mal pecado* se usa todavía en port. pop. y regionalmente ... En gall. se llegó a la deformación *malpocado*». *Malpocado* registado por Da na comarca de Ferrol, pp. 70, 219.

<sup>(28)</sup> V. nota 6.

<sup>(29)</sup> V. nota 2, p. 606.

<sup>(30)</sup> C. García: *Los días de la semana en gallego* (problemas de interferencia), em Verba 7, Univ. de Santiago, 1980, pp. 29-39.

**Mao** (810-11). «En gall. mod. se restituyeron las formas latinas *malo*, *mala*, que deben ser de uso general (ejs. en E. Rodríguez). Claro está que literariamente se usan *mao* y *má*, las formas que dan Cuveiro, Valladares, Carré (también *mau*) y citadas por E. Rodríguez como secundarias (en el colmo del disparate Franco cita *má*, 'cosa mala', *mao* 'malo', *mau* 'malo' y *mau*, *má* 'enfermo'). Recollidas: *Mao* em T., p. 42; *mau* em T., pp. 72 e 83; Da, p. 90; Contos Vianeses, p. 199.

**Marmor** (815). «Para el gall. dan Carré, Franco y E. Rodríguez *mármore*, Valladares *mármore* y *mármol*, Cuveiro *mármole* y cita *mármor* como ant. Yo sólo conozco *mármol*». *Mármore* registado em G., p. 120 e *mármor* em Gr., p. 96.

**Meezina** (828). «... y la forma inventada modernamente *mediciña* («Irmandades da Fala», E. Rodríguez y Franco, que tiene uso literario. Yo conozco *medecina* y *medicina*). *Mediciña* registada popularmente em G., p. 122 (com sesseo) e Gr., p. 97.



**Mingua** (856). «Para el gall. traen Cuveiro, Carré, E. Rodríguez y Franco la forma *ninguna*, «Irmandades da Fala» *mingoa*; pero Valladares *mingua* como ant. y *mengo* como forma mod. La forma que conozco es *mengua*». Registada *mingua* em T., p. 38; Q., p. 119 (Neste com o significado de 'aprensión, remordimiento, depresión de espíritu, enfado' em Fondo de Vila — Ourense).

**Minguar, Mingar** (857-58). «Menguar es la forma gall., aunque Carré, Cuveiro, E. Rodríguez y Franco citan *minguar*, en «Irmandades da Fala» *mingoar*; Valladares da *minguar* como ant. y *mengoar* mod.». *Minguar* registada em T., p. 131 e G., p. 124.

**Miragre** (859). Existe *milagre* na Límia e comarca de Maceda como mínimo, onde Está situado o santuário de Nossa Senhora dos Milagres. E em Milagres de Amil, Moranha.

**Mojô** (863). «No existe en gall. ni en port.». Em Lubiã<sup>(31)</sup> *Moxon*, *ois*, p. 160 e em Q., p. 122 (aquí com o significado de mosquito zombador).

**Nouembre, Nouembro** (909). «En gall. mod. es posible que exista *novembro* como en port., pero más conocido es *novembre*». Registadas ambas variantes em G., p. 130.

<sup>(31)</sup> V. nota 26.

**Noueza** (909). Em Carré está *novez* com o significado de *mocidade* onde podia ter acudido Ramón Lorenzo para a palabra aparecida na Crónica. Na minha aldeia *noveza* é uma palabra muito viva com o significado de *mocidade*, *juventude*, *os novos com respeito aos velhos*, sendo o de *mocidade* ou *juventude* o significado próprio do texto e não o que põe Ramón Lorenzo «comienzo, principio, novedad».

**Olvidar** (928). «... La forma típica port. es *esquecer* y en gall. *esquencer*. Afirmación gratuita, pois mais difundida parece esquecer que esquencer. *Esquecer*: E. Rodríguez, Cuveiro, Valladares, Carré, Q. T. Da. G. Vba. 2.286, P.<sup>e</sup> Sarmiento: *Colección de Voces, Catálogo de Voces*, etc. *Esquencer*: E. Rodríguez, Cuveiro, Valladares, AO. Da. Gr. G. Pct. É o afã diferenciador o que leva a tais afirmações.

**Ombro** (928). «Carré, E. Rodríguez y Franco presentan la forma *hombreiro*, que yo nunca he oído». *Ombreiro* recollida em Gr., p. 109, G., p. 134, Q., p. 103 é a que eu conheço desde sempre.

**Orio** (944). «E. Rodríguez y Franco dan para el gall. mod. *orxo* 'forraje, avena, cebada cuando está verde' junto a *orxeira* 'terreno en que abunda el *orxo* y *orxal* 'cebadal, terreno que está plantado de *orxo*'. Para mi son palabras desconocidas y tampoco las encuentro en los otros diccionarios: en Carré *orgo* como ant.; en «Irmandades da Fala» se da para *cebadal* absurdamente *orgo* y se citan además *orjal*, *orgeira* 'plantación de cebada'. Polo que se vê Ramón Lorenzo não quixo ou não soubo ler a Carré, pois nele está «*Orxo*, s.m. Cebada, planta gramínea», ademais de *orgo* como ant. V., p. 669, quarta edição. E está viva em AO: «*Orjo*, s.m. Cebada», p. 171.

**Osmar** (944-45). «... en Carré también *osmar*, 'presentir, prever' (con más definiciones en Franco); se trata de palabras inexistentes en el gall. mod. que ni siquiera mencionan Cuveiro y Valladares». em E(Ap) *Osmar*: observar acechando. Estar con la atención puesta en algo que se espera o se desea, presentir, prever (Láncara, Lugo, p. 531). Em AO: «Husmear. Acechar alguna cosa que se presiente. Barruntar», p. 171. Em G.: «Observar, acechad», p. 135. Verba, 2.283: «Husmear». Se chega a existir!!

**Outramente** (952). «No existe en gall.-port. (aunque tontamente se le ocurre citarlo a E. Rodríguez y Franco)». Pervive quando menos em Cervantes, Lugo. V. Carré e o escritor Fole, que escreve como se fala no Incio e que a emprega.

**Oyr, ouyr, ouuir** (956-57). «La evolución normal es *ouir*, de aqui sale el port. *ouvir* o el gall. *oír* (claro está que los diccionarios galls. sólo citan *ouvir* falsamente, pues su existencia se limita a las zonas limítrofes). A minha aldeia está a mais de 50 quilómetros e é a única forma conhecida a de *ouvir*. Registada ademais na comarca compostelana — que penso que não está na raia seca nem na molhada — G., p. 135 e onde se cita *oír* como cast. por *oubir*, p. 133.

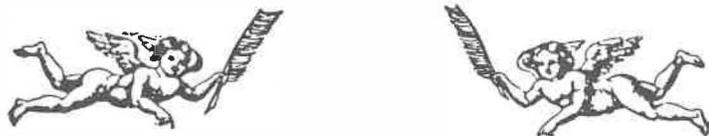
**Padre** (961-62). O mesmo que *madre* seguem vivas como forma de vocativo na minha aldeia e em muitos outros lugares e não é nengum castelhanismo.

**Pena** (988-89). Em G., p. 144: 'rocha, penedo'. Na minha aldeia: 'peneda, penedo'.

**Preto** 1051-52). «De uso normal en port.; en gall. nunca he oído esta palabra que documentam todos los diccionarios 'color casi negro', Cuveiro incluso con la acepción inexistente 'apretado'; todos los autores debían estar pensando en el port. al redactar la palabra...». *Preto* em G., p. 152 variante de *perto* (leva o «e» aberto). Em Q. «*Preto*, adj. Apretado, prieto (dicc.). Em Fondo de Vila queda aún el refrán: 'viu-se em calças pretas', se dice de uno que se vio en aprietos o apuros. *Preto*, s.m. Negro, persona de color (Frades). Aquí hemos oído: 'Anda com' on preto d'Anjola'. Na minha aldeia: *Preto* (com «e» fechado) significa *negro*. *Preto* (com «e» aberto) significa *perto*, *cerca*.

**Prol** (1057). «La rareza de la palabra ha hecho que se interpretase mal en cuanto al género; en los diccionarios ports. aparece como masc. y así la empleaba Garret, desconociendo que en toda la E.M. era fem. En gall. la citan E. Rodríguez, Franco y Carré como normal, pero ya Cuveiro y Valladares indicaban su antigüedad». Existe em Santiago registada por G., p. 153: «*Prol*, s.m. Proveito».

**Proueyto** (1060). «Los diccionarios galls. citan disparatadamente una variante *porveito*». Existe essa disparatada variante registada em T., p. 75 *proveito* e *porveito*.



**Qual** (1065-66). *Cual* em T., p. 129.

**Qualquer** (1066). «En gall. es de uso la forma *calquera* (los diccionarios nos confunden: Cuveiro cita *calquer* y *calqueira*, Valladares estas dos y *calquera*, Carré *calquer* y *calquera*, E. Rodríguez *calquera* y *calqueira*, Franco las tres. La forma *calqueira* es inventada, *calquer* nunca la he oído: normal es *calquera*». Em T. *Calquer* e *calquera*, pp. 124 e 127. *Calquera* G., p. 39; Da., pp. 160, 167, 169.

**Quando** (1067-68). «La forma gall. mod. es *cando*». Na minha aldeia é *quando*. Em T., p. 174 também. Hoje todo o mundo minimamente instruído sabe que a sua extensão é muito maior.

**Quanto** (1068-69). «En gallego canto». Contudo *cuanto* em T., pp. 71, 129, 130. Pode-se dizer o mesmo que de *quando*.

**Quatro** (1071-72). «(port. mod. *quatro*, gall. *catro*)». *Cuatro* em T., p. 38, 77, 127. (V. o trabalho da nota (3) para estes problemas e o meu «Breve apontações paar uma ortografia do Galego» em *Colectânea de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa*, Anadia, 1984.

**Quebranto** (1085). «Valladares y Carré citan un artificial *crebanto*, también E. Rodríguez y Franco junto a otros derivados. Esto es falso, pues la palabra no es pop.». Em Q., p. 61 aparece recolhida *crebanto*.

**Quen quer que** (1088). «En port. mod. *quemquer*, *quemquer que*; en gall. sólo conozco *quenqueira*, pero Carré, Eladio Rodríguez y Franco citan también *quenquer*». *Quenquer* em G., p. 48 ao lado de *quenqueira*.

**Quiça** (1092-93). «De ellas debenser falsas *quezá*, *quizaes*, *quizaves/quibes* y *cicaes*». *Quezais* em T., p. 105; *quizaves*, E(Ap), p. 540 (Láncara e Caurel). Da, p. 205 (-bes). *Quizais* em T., p. 165; Da., p. 205. *Cicaes* ou *cicais* são formas que aprendim de pequeno, comuns na província de Ourense.

**Quinta-Feira** (1094). Forma usual na minha aldeia. V. o dito em *Joues*. Também em Agoasantas, Cotobade.

**Rebredo, Rebledo, Reuredo** (1102). «Todos los diccionarios citan *reboredo*, junto a *rebolledo* (Cuveiro y Valladares) y *reboleiro* (em E. Rodríguez y Franco). Nó sé hasta que punto es cierto. Yo sólo conozco *Reboredo* como apellido e top.». *Reboredo* em Gr., p. 132.

**Reconhecimento** (1106) **Reconoçer** (1107). «Es falsa la forma *reconecer* de E. Rodríguez y Franco». Existen na Límia e noutras partes.

**Reluzente** (1115). «Es falsa la forma *relocente* de Valladares (que cita como variante de *relucente*)». Em G. regista-se *relocente* (com *sesseo*) na p. 160.

**Remyrse** (1116). «Carré, Franco e «Irmandades da Fala» *remir* sin darse cuenta de que se ha perdido en gall.». *Remir* registado por mim em Rairiz de Veiga, Blancos e Vilaseca, localidades da Límia.

**Renger** (1117-18). «Citan en gall. *reñer* Valladares, Carré, E. Rodríguez y Franco, pero es una forma falsa, pues es una forma ajena al idioma. Además, de emplearse, sería *reñir* y nunca *reñer*». *Reñer* registada em AO, p. 192 além da derivada *reñón* (ib.) 'rallante, rifón'. *Reñer* está vivíssima em Valdeorras.

**Romaria, Romeria** (1139). «Es falsa la variante *romeiria* de E. Rodríguez y Franco». Contudo existe na comarca compostelana, registada em G., p. 163.



**Rua** (1142-43). «Es palabra normal del port. (cfr. Morais) y no sé hasta que punto gall. (se emplea ciertamente, aplicada a determinadas calles que conservan sabor medieval». Em Verim, Ginzo de Límia, existe a loc. *à rua* (E(Ap), p. 547. Em G., p. 164 junto com a derivada *ruada*: 'fiesta nocturna que se celebra por las calles'.

**Salvado** (1151). «En Galicia, por lo menos modernamente, se usa *salvados*». *Farelos* em Vocabulário de Olea, é a única que se usa na minha aldeia. Também em G., p. 90; Pct., p. 447 e em Lubiã.

**Sangue** (1154). «No sé hasta que punto puede considerarse *sangue* como forma gall. Es la de los diccionarios y la literatura, pero yo siempre he oído *sangre*». *Sangue* é a forma usual na minha aldeia. Ademais, Da, p. 147: *sangue/sangre* e em T., p. 94: *sangue/sangre*.

**Santigar** (1155). *Santiguar* em Da., p. 89.

**Semear** (1179). «Es normal en port. (cfr. Morais), también aparece en los diccionarios galls., pero yo nunca la he oído». É a forma viva na minha terra e em T., p. 141 junto com *sementar* em ambos lugares.

**Setembre** (1193). «Es la forma gall. (aunque se usa también *setembro* por portuguesismo». *Setembro* em Q., p. 159 (Fondo de Vila — Ourense) e em G., p. 170.

**Sinaar, Sinar** (1201). «En gall. se usa *señalar* no debiendo existir en alguna parte la forma *sinalar*, citada por Carré, E. Rodríguez y Franco». *Sinalar* é forma viva na minha terra.

**Sinal** (1201-2). «Para el gall. registra los diccionarios *sinal*, pero la forma que siempre he oído es *señal*». *Sinal* existe na minha terra. Também no Vale de Suarna recolhida por Antón Santamarina<sup>(32)</sup>.

**Siso** (1203). «Se cita en todos los diccionarios galls. *siso* que yo nunca he oído». Existe vivo na minha terra. E em AO, p. 202 com o significado de 'tino, equilibrio'.

**Sobeia** (1204). «En gall. se ha perdido por más que se empeñen los diccionarios en registrar *sobexo* y *sobexar*». Existe. Em AO, p. 202: «*Sobejo*, adj. Soberbio; indef. Demasiado; superflamente: 'apaga esa luz que se gasta sobejo'.

**Sobre** (1206-7). «Para el gall. cita Carré una forma *sobor*, E. Rodríguez y Franco *sobor* y *sober* (la primera com uso literario), pero son formas sospechosas». *Sobor* em Da, pp. 210, 215. A todos os de Lugo com os que tenho falado é a única que lhes tenho ouvido.

**Soer** (1209-10). «Para el gall. la citan los diccionarios, pero no existe». Existe registada em T., p. 47.

**Soo** (1217). «En gall. las únicas formas que se oyen son *solo*, *sola*; literarias son *só*, *soa* y en Valladares, Carré, E. Rodríguez y Franco se registran las deformaciones *sioo* o *soyo* y *soilo* (*soio* parece que existe). *Só* em T., p. 165 com o mesmo significado que em port. *Soio* em G., p. 172: 'pavimento do forno'; em AO, p. 202: 'doença que contrai uma rés lanar mordida polo lobo ou outra fera'. *So* em AO: 'piso do forno'. *Soio* em Gr., p. 143: 'piso do forno'.

**Sub, su, so, sob** (1221-22). *Su* tem muita vigência. Na minha aldeia é mui frequente ouvir 'entrou por su da porta'. Em AO, p. 203; em T., pp. 91, 166, 171. *So*, em Da, p. 100.

<sup>(32)</sup> V. nota 6.

**Suur, sudor** (1226). «En gall. *sudor*, pero em Valladares, Carré, «Irmandades da Fala» y Franco *suor*, que Cuveiro y E. Rodríguez desconocen». Em E. Rodríguez está na p. 340 do III volume. *Suor* em T., p. 92 e na minha aldeia.

**Tanguer** (1232-33). «Para el gall. citan los diccionarios *tanxer* y *tanguer*; E. Rodríguez, Carré y Franco también *tanxir*, dada por Cuveiro como ant. y que no existe en ninguna parte; tampoco las otras me son conocidas, pero deben tener existencia relativa». *Tanguer* em E(Ap), p. 555: 'conduzir o gado'; em Q., p. 159: 'arrear el ganado'. (En sentido figurado y expresivo se aplica a las personas), Em T., p. 73: 'espolear el ganado'. Em Vilaseca: 'estimular, guiar o gado para que caminhe'. *Tanguir* em E(Ap), p. 555.

**Tëporao** (1245). «Continúa en port. *temporão*, como se ve en Morais; en gall. se convirtió en *temperán*». *Temporao* em AO (Contribución, p. 94<sup>(33)</sup>), registada em Sober. *Temperau*, em Gr., p. 177; em Q., p. 161.

**Tossir** (1268). «En gall. mod. *tusir*, siendo innecesario registrar *tosir*, como hacen E. Rodríguez y Franco. *Tosir* em G., p. 181, junto com *toser* e *tusir*; Gr., p. 151 *toser*.

**Trager** (1270-71). «En gall. mod. sólo conozco *traer*, pero en todos los diccionarios y literariamente aparece una variante *traguer*». Essa variante tem muito vigência. Na minha aldeia e em G., p. 181; T., p. 151; Da, pp. 89 e 191.



**Traydor, traedor, tredor** (1276-77). *Tredor* emprega-o em 1612 Pedro Vazquez de Neira<sup>(34)</sup> e segue ainda vivo no galego, registado em AO, p. 212.

**Tremedal** (1279). «No la conozco en gall.». *Tremedal*, em Q., p. 166 com o mesmo significado que em português.

**Tremer** (1279). «Se cita en los diccionarios la variante *tremar*, inventada sobre el cast. *temblar*. *Tremar* existe em G., p. 183 com o significado de *tremar*. Com o de suster, ter conta de, ter mão de, em Vba. 2.292 e Q., p. 166.

**Troar** (1283). «Para el gall. citan *troar* Cuveiro, Valladares, Carré y Franco, pero em E. Rodríguez *tronar*, la forma que yo conozco». *Troar* em T., p. 79 com igual significado que em port.

**Turbio** (1285). «Para el gall. citan Valladares, Carré, E. Rodríguez y Franco *turbo*, que no debe existir en ninguna parte». Emprega-o Gomez Tonel em 1612<sup>(35)</sup>. Registado em Da, p. 54.

<sup>(33)</sup> Anibal Otero: *Contribución al diccionario gallego*, Vigo, 1967.

<sup>(34)</sup> Juan Gómez Tonel: *Relación de las exéquias de la Reina Doña Margarita de Austria*, 1612, ed. Facsimile, Compostela, 1951.

<sup>(35)</sup> V. nota anterior.

**Ual, uale, ualle** (1287). «En port. *vale*, en gall. *val* (plural *vales*)». Em AO, p. 217 *vale*; em G., p. 24 *vale* (transcrito com b-). E Vale de Suarna.

**Uazar** (1290). «En gall. se ha perdido esta forma y se emplea vaciar». Na minha aldeia existiu sempre. Em Q., p. 170, E(Ap), p. 566; AO (com b-), p. 432: 'minguar a lua'.

**Vellice, vellece** (1296-97). «En el XIX se usó en port. la variante *vellez*, que es la empleada en gall. con la grafia *vellez* o *vellés*». Na minha terra *velheza*.

**Ventar** (1299). «En port. y también en gall. significa 'soplar el viento'». Também continua a ter o significado de 'olfactear em sentido figurado de pressagiar' em G., p. 28. Existindo para 'soprar o vento' a variante *ventear*.

**Uergonça, Uergonha** 1302-3). «Vergonha es la forma port. general desde el XVI; en gall. nunca la ha oído, pero se emplea literariamente y está en todos los diccionarios». Em G., p. 29 (transcrita *berjoña*).

**Uernes** (1303-4). «Para el gall. citan los diccionarios *sesta-feira*, pero esto es totalmente falso». O mesmo que se dixo em Joues ou Quinta-Feira.

**Uerter** (1304). «Se usa en gall. una variante literaria *verquer* recogida por E. Rodríguez y Franco, que nunca he oído». Em AO, p. 218 no sentido de 'derramar ou vaziar líquidos ou cousas miúdas'. Também o derivado *verquedeiro*.

**Uespera** (1305-6). «En gall. mod. se usa *vispra* y *vispras*, a veces *visporas*. Cuveiro cita *véspera*, *véspera*, *vespra* y *vispora*; Valladares *véspera* y *vispora*; Carré *véspera* y un absurdo *vesperías*. En E. Rodríguez la forma cierta *vispra* y *vispras* y Franco todas». *Véspera* em G. (com b-), p. 30. *Vispora* em T., pp. 61, 71.

**Vigayro** (1311). «Es la forma del port mod. *vigário* junto a *vicário*; para el gall. citan T. Rodríguez y Franco *vigario* y *vigairo*, Valladares *vigario* y Carré *vigario*; sólo se usa *vicario*. Em Q., p. 171 *vigairo* para o vizinho da aldeia ao que corresponde reunir o concelho. Em T. *vigairo*, pp. 60 e 78: 'substituto de pedáneo e o pedáneo mesmo'.

Depois de todo o dito, o leitor está em condições de emitir juízo.

#### IV. SOBRE A ORTOGRAFIA GALEGO-PORTUGUESA \*

Depois do dito sobre o léxico galego-português e das amostras apresentadas, que acreditam a unidade profunda do galego-português ainda hoje, considero de interesse reproduzir o que escrevi sobre ortografia galego-portuguesa há uns anos.

\* Parte deste trabalho foi publicado na revista *Grial*, nº 62, 1978.

# GRAMMAIRE GENERALE ET RAISONNE'E,

CONTENANT

*Les fondemens de l'art de parler; expliqués d'une maniere claire & naturelle;*

*Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales differences qui s'y rencontrent;*

*Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue Française.*



A PARIS,

Chez PIERRE LE PETIT, Imprimeur &  
Libraire ordinaire du Roy, rue S. Jacques,  
à la Croix d'Or.

M. D C. LX.

*Avec Privilège de sa Majesté.*

#### 1. A ortografia portuguesa

No ano 1905 escrevia Leite de Vasconcelos o que segue: «É sabido que cada moderno escritor nosso adopta, por assim dizer, sua ortografia! Isto vem já de longe» (Cf. p. 205 das suas *Lições de Filologia Portuguesa*, 4 ed. 1966). Através de duas páginas fala-nos o grande filólogo irmão dos momentos mais importantes da história ortográfica da fala portuguesa até à data de 1905. No século XVI existem já uns tratados ortográficos, um de João de Barros e outro de Duarte Nunes. No século XVIII o trasmontano Madureira escreve a sua «Orthographia». De 1746 é o «Verdadeiro methodo d'estudar». Em 1822 Soares Barbosa imprime a sua «Grammatica Philosophica» e nela escreve *louval-os, n'ó ...* Almeida Garrett escreve *incanecido, incontrar ...* E um brasileiro chegou no seu afã enxebrista a escrever «hohgora» por agora. De 1904 é a *Ortografia Nacional*, de G. Viana.

Mas as grandes polémicas ortográficas dos nossos irmãos situam-se nos fins do XIX. Nelas intervierom Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Carolina Michaëlis ... Depois deste período tormentoso chegamos a 1911, onde tem lugar a primeira grande reforma da Ortografia portuguesa. A segunda tem lugar

entre 1945-1947, na que desaparecem quase todos os apóstrofes e que foi devida a Rebelo Gonçalves, o negociador do Acordo Luso-Brasileiro. Em 1972 desaparece em Portugal e no Brasil o acento grave dos advérbios em *-mente*.

A que vem tudo isto? Vem a que, se uma fala com continuidade histórica, na fala e na escrita, com grandes obras literárias em todos os tempos, tardou tanto em encontrar o seu autêntico e verdadeiro caminho ortográfico, a fala galega, desaparecida da escrita durante séculos, próxima a chegar à sua normatização depois do seu rexurdimento, proscrita e perseguida novamente na escrita e na fala (para os que vinherom depois, não está mal lembrar-lhes os castigos que nos infringiram por termos falado galego, que chegaram mesmo a criar-nos uma consciência de pecado, os complexos que os mestres deitavam em cima dos seus alunos galego-falantes), não é nenhum milagre que tarde ou duvide na sua definitiva normatização e que a maioria escreva como se fala na sua aldeia.

## 2. A ortografia galega

Quando no século passado surgiu a literatura galega, nom se conhecia nada do nosso passado. Nenhum dos nossos monumentos literários foi encontrado na Galiza. Os castelhanos que, ao separarem-se de Leão tiveram o cuidado de procurarem por toda Castela o *Fuero Juzgo* leonês e de queimar todos os seus exemplares diante da catedral de Burgos para não ter nada a ver com o passado, ao entrarem na nossa Terra tiveram — é uma consequência que se deduz logicamente — grande cuidado em varrer todo o «nosso». Do contrário não tem explicação nenhuma o desconhecimento das obras galegas medievais. Como se vai compreender que o mosteiro de Samos com os seus 1.700 pergaminhos medievais, Oseira com mais de 2.000 até 1400 e tantos, tantos outros mosteiros e catedrais da Galiza, não iam produzir mais do que isso? De todos são conhecidos os fragmentos que ultimamente têm aparecido das grandes obras da literatura medieval.

No T. III, ano IV, n.º 26 do Boletim da Real Academia Galega, pp. 46-47, corresponde ao 15-IV-1909, aparece a primeira preocupação séria da Academia. Trata-se da determinação de adoptar a ortografia etimológica, e dão a razão de que assim é o uso em todas as academias e em todas as línguas românicas. Assinam o decreto: A. Martínez Salazar, Salvador Golpe, Rafael Pérez Barreiro e Eugenio Carré. Ainda assim, e aqui reside a contradição, o primeiro artigo que aparece no Boletim só tem lugar em 1925 e pertence ao ourensano Cuevillas: «Os ougetos argáricos do Museo d'Ourense» (Cf. n.º 173 do Bol.); no n.º 174 aparece outro de Risco: «Pleito que tuvo entr'os veciños da terra de Caldelas e os condes de Lemos, seus señores»; no n.º 177 é Fermim Bouça Brei o que escreve. Contudo, logo desaparecem o *g* e o *j*, apesar de estar imprentado o Dicionário que começou a Academia em escritura etimológica, e o mesmo o «Vocabulário das Irmandades da Fala». Já no século passado temos esse dualismo. Bouça Brei escreve «Não Senlleira» com a grafia etimológica e mais tarde publicará «Seitura» em Braga com grafia portuguesa. As lutas foram muitas, e se nom houber sido a guerra do 36, quiçá hoje tivéssemos já definitivamente arranjado o problema.

Hoje encontramos-nos no caminho em que as normas estão próximas a serem as desejadas. Refiro-me às normas das Irmandades da Fala («Prontuário da Língua Galego-Portuguesa», Braga, 1984) e da AGAL (Associação Galega da Língua) ainda sendo moderadas (Há um «Prontuário» no prelo neste momento). Das normas das

«Irmandades da Fala» à integração plena com a norma portuguesa e brasileira falta pouco.

Nunca compreendi, nem podo comprender, esse medo que certos escritores têm a uma aproximação à fala portuguesa. Não compreendo essa atitude de andar à «pesca» de portuguesismos nos escritores galegos. Se isso se baseia em giros, expressões ou palavras não existentes na aldeia do «crítico», então pode ser que tenha razão. Ora, quando fagamos juízos, não esqueçamos os trinta e tantos mil núcleos de população existentes na Galiza. Nem intentemos procurar aquilo que se diferencia da norma portuguesa para falar de idiomas diferentes. Todas as particularidades fonéticas e morfológicas que se dão em Portugal, dão-se, em maior ou menor medida, na Galiza. E todas as particularidades existentes na Galiza, existem em maior ou menor proporção, também em Portugal. Não confundamos aquilo que é a norma oficial com o que é a fala de uma determinada aldeia, comarca ou província. Se, para marcar a diferença, acudimos a palavras existentes numa fala e não na outra, então teríamos que concluir que cada vinte ou trinta quilómetros, tanto em Portugal como na Galiza, existem idiomas diferentes. E isto também o podemos dizer do castelhano. Imaginem que os andaluzes e os extremeños, os aragoneses e os canários, os americanos das diferentes nações de fala castelhana, pretendessem falar de idiomas diferentes. Além disso, alguma das peculiaridades morfológicas mais pronunciadas entre o português e o galego, a terminação *-ción*, que hoje nos querem obrigar a empregar na escrita, não obedece ao galego, senão a um estrago na nossa língua por parte da castelhana. Ainda assim, no galego existe uma terminação morfológica muito próxima à portuguesa e que tem a mesma área geográfica da do plural *-al* em *-ais*, a do chamado «galego oriental». Em verdade que não compreendo como se votou mão da terminação plural *-ais*, hoje admitida tão facilmente por todos, e nom se admitiu a de *-on* em *-ois*, que abrange o mesmo âmbito geográfico galego e que responde mais ao génio da nossa fala. Amigos meus da parte do chamado «galego oriental», mesmo escrevendo por força das circunstâncias *-ons*, ao falarem sempre o fão em *-ois*: *pantalois, galois, vacaciois, botois* ... Coido que os catalães, sempre mais práticos, na sua reforma ortográfica foram mais equilibrados, ao elegerem como norma, não o mais comum, senão o mais ajeitado ao seu passado lingüístico.

## 3. A chamada ortografia portuguesa é realmente só portuguesa?

Um dos problemas existentes é o emprego no português dos dígrafos *lh*, *nh*. Ora bem, é próprio e exclusivo deles? A minha resposta é um não rotundo. Nos primeiros escritos romances feitos em terreno português, o mesmo que nos feitos na Galiza e noutras partes, tentou-se representar os novos sons valendo-se de sons anteriormente existentes. Daí a grande vacilação que em todas as partes encontramos. É normal. As mudanças não se fão nunca sem contar com o passado. Ora, no sul da França, no Languedoc, surgiu este tipo de representação das palatais: da lateral sonora [l] (ort. cst. /ll/) com /lh/, e da nasal sonora [ɲ] (ort. cast. /ñ/), com /nh/. Realmente este tipo nem responde à etimologia, nem consiste na criação de um signo novo, que seria o ideal, senão na combinação de dous signos já existentes no alfabeto.

Segundo o prof. Lindley Cintra, introduziu-se a reforma ortográfica na Chancelaria portuguesa entre 1265 e 1275. É a partir da Corte que, pouco a pouco, se vai espalhando às outras partes. Em Monção o notário do rei de Portugal redige em 1350 um documento ainda com as grafias chamadas castelhano-leonesas para

representar as palatais. O /ll/ para representar [l] encontra-se ainda em Valença em 1402, e o /n/ para representar o [n] em Melgaço em 1395. O Dr. L. Cintra atribui isto a que se trata de vilas sob a influência da Galiza por pertencerem ao bispado de Tui. «Il est en effet inutile de chercher dans les collections de documents de M. Sponer ou de Martinez Salazar des exemples de graphie provençales. La Galice a maintenu les notations /l/ et /n/, ou adopté les graphies /ll/ e /nn/ qui, d'origine leonaise castillane, ont aussi été employées pendant un certain temps au Portugal» (*Les anciens textes portugais non littéraires: classement et bibliographie*, pp. 169-206 in «Actes et Colloques», Paris 1963). «Une frontière «graphique» est née, frontière que seul quelques tentatives très récentes ont essayé de faire disparaître par l'acceptation de *lh* e *nh* pour la notation du galicien moderne» (p. 200).

A impressão que temos ao remate da leitura do artigo do mencionado filólogo, é de que a partir de finais do séc. XIII já se escreve em português só com as grafias provençais e de que as excepções que apresenta da segunda metade do séc. XIV e começos do XV são devidas à influência galega. Espero poder oferecer pronto quatro documentos portugueses escritos e assinados em Lisboa: um de 20-IV-1463, outro do 28-IV-1463, um terceiro do 2-VII-1463 e outro do 7-IX-1479, com o que a afirmação de influência galega perde a sua validade.

O emprego dos dígrafos *lh*, *nh* também está testemunhado em documentos galegos. Na «Crónica de Castela» da edição do Dr. Ramón Lorenzo aparecem bastantes capítulos inteiramente com os dígrafos *lh*, *nh*, e outros onde se dá uma mistura de um e outro tipo de grafias, coincidindo na mesma linha ambas. A «Regla da confraria de Santa Trega» de 15-91 (publicada por Murguia no Boletim da Real Academia Galega, tomo VII, números 64-65, ano 1912, pp. 89-94, 114-119), também está escrita com os dígrafos *lh*, *nh*. Uma folha da «Legenda Aurea» do séc. XIV (publicada polo P. Atanasio López no mesmo Boletim, tomo XI, números 101-102, ano 1916, pp. 97-107, 121-131) aparecem também com as mesmas grafias. No número 112 do mesmo Boletim, p. 110, aparece um soneto de D.<sup>a</sup> Isabel de Castro e Andrade, condessa de Altamira, edic. de 1589, com idênticos caracteres. Ando à procura, porque sei que existe, de uma cópia do «*Liuro do Çirial de ssante ilafonso que he da confraria dos cambeadores de Santiago*, de meados do séc. XV, também na mesma. E o mesmo acontece com uns documentos tirados do Convento de Santa Clara de Santiago: do livro 26, os docs. 19 e 21; do liv. 28, os docs. 28, 55 e 123. E penso que ainda podem aparecer mais com o tempo.

A conclusão que tiro é a seguinte: Em Galiza o mesmo que em Portugal, utilizaram-se as duas grafias, a castelhano-leonesa e a que hoje chamamos portuguesa. Em Portugal desapareceu pronto a de influência castelhana e prevaleceu a de influência provençal; na Galiza os testemunhos desta grafia são menos, mas polos dados que temos vê-se que se estende ainda durante algum tempo. Portugal, como nação independente e com uma literatura abundante, consagrou-a definitivamente; no galego quedou dormida, como quedou a nossa fala. Por tanto, para mim, trata-se de ressuscitar uma ortografia que também foi nossa, e isto por muitas razões. Entre elas a de escolher uma das normas existentes antigamente, por razões de rentabilidade, falando em termos económicos. Os castelhanos — se nos querem ler — podem fazê-lo o mesmo se utilizarmos os dígrafos *lh*, *nh* que se nom os utilizarmos. Quiçá ainda melhor, por se ter familiarizado com a grafia dos textos portugueses; para os de outras línguas românicas acontece o mesmo. Para os pertencentes ao mundo cultural luso-brasileiro-africano, os nossos livros resultarão-lhes muito mais familiares do que os de Aquilino Ribeiro, ou os de Luandino Vieira, cujas obras estão sendo constantemente reeditadas e

cuja linguagem — por utilizar termos crioulos — é menos inteligível do que qualquer texto galego.

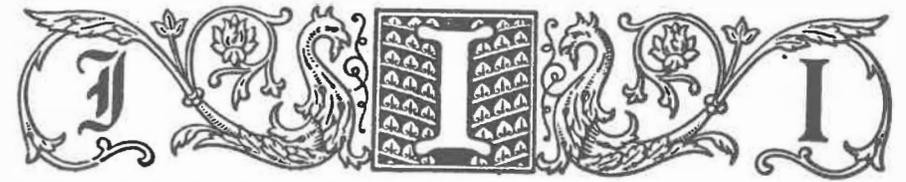
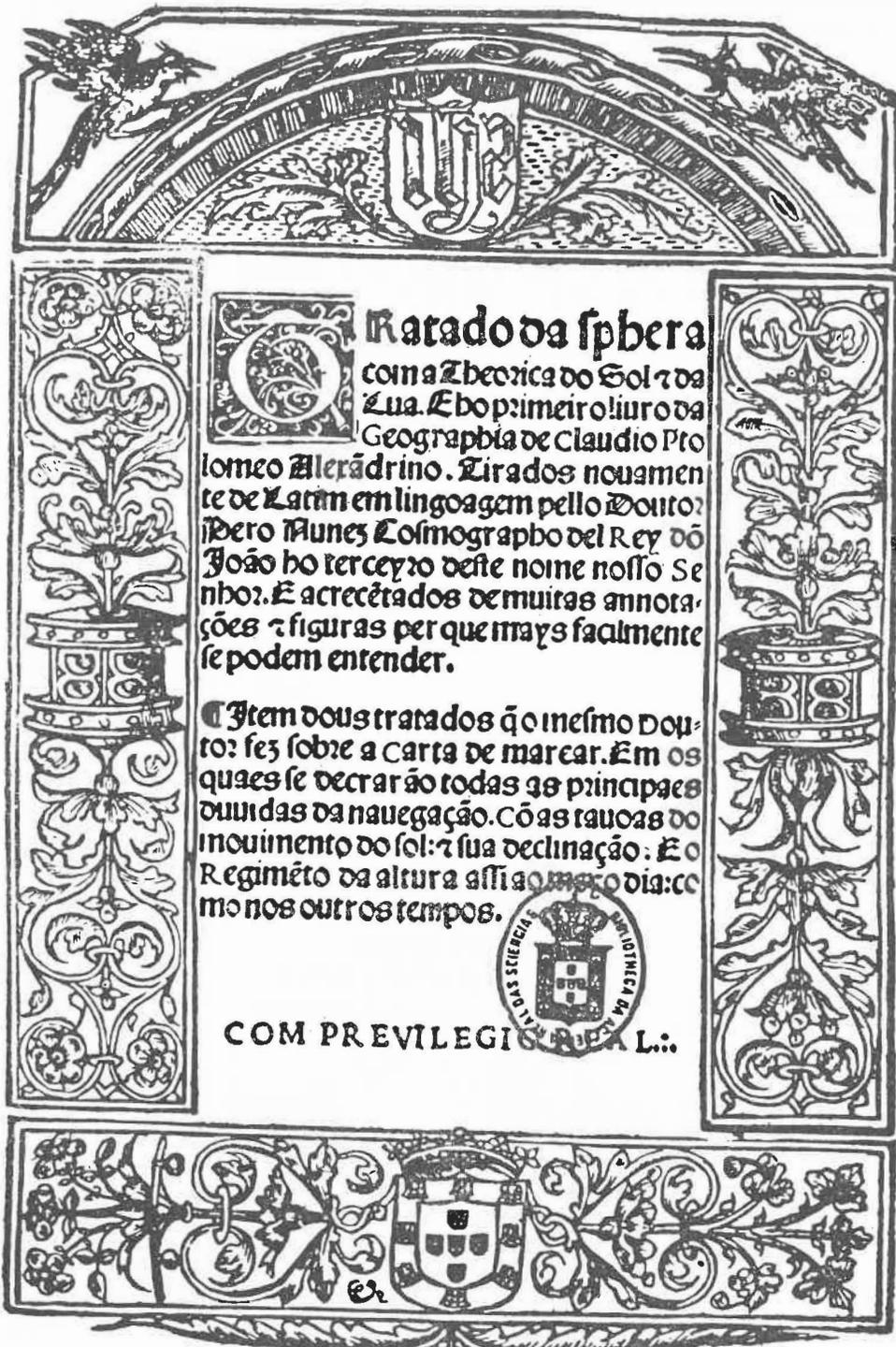
Explicar ajeitadamente como entrou a ortografia provençal em Portugal não é nada fácil. Jean Marie D'Heur nega toda visita dos trovadores a Portugal: «Car nous n'avions pas conservé de traces d'une visite d'un seul troubadour occitan à la cour de Portugal (*Troubadours d'Occ et troubadours galiciens-portugais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1973, p. 268). E mais adiante diz: «La date de 1279 a presque une valeur de symbole: au moment où le roi Denis monte sur le trône, Guiraud Riquier, deçu par son séjour, quitte l'Espagne. Il n'y a plus de troubadours» (p. 271). E na nota 14 da mesma página cita a eJanroy: «Nous ne connaissons aucun troubadour qui, après 1280, ait pris le chemin de la Castille». A única explicação possível é a convivência de galegos e portugueses com os provençais na Corte de Castela e a introdução dos dígrafos através da utilização da sua obra literária, pois que essa ortografia é introduzida no momento em que os trovadores retornam ao seu lar.

Num próximo artigo tratarei do processo de reintegração ortográfica galego-portuguesa na situação actual demonstrando que a ortografia galego-portuguesa tem de ser a mesma como no passado, a fim de respeitar a unidade do sistema e o génio da nossa língua.

Madrid, 27 de Dezembro de 1982

A Rua, 9 de Abril de 1985





## LÍNGUA, ESCOLA E REINTEGRACIONISMO GALEGO-PORTUGUÊS (1)

por

ADELA FIGUEROA PANISSE  
 Secretária da ASPG;  
 da AGAL e Irmandades da Fala

1. Introduçom
2. Critérios gerais sobre o emprego da língua galega na escola, como língua base ou fundamental
3. Necessidade do mantimento da unidade lingüístico-cultural segundo a comunidade nacional
4. A língua própria na escola como garantia de proibir qualquer intento de desmembraçom do sistema cultural e lingüístico da criança e da comunidade em que está inserida
5. A aquisiçom da língua padrom galega como :
  - processo de segurança da criança na expressom oral e escrita
  - eliminaçom da aculturaçom castelhana
  - desenvolvimento de self-feeling positivos, eliminaçom do auto-ódio e complexo de inferioridade
6. As outras línguas na escola: as línguas «instrumentais»
7. A realidade peninsular é plurilingue e exige em cada nacionalidade que a língua e os conteúdos da escola sejam os próprios de cada nacionalidade
8. A língua padrom galego-portuguesa, como língua própria da escola da Galiza e Portugal ou como nom se pode ensinar o galego sem o português e vice-versa

### 1. Introduçom

Como se recolheu no I Congresso de «Movimentos de Renovaçom Pedagógica», celebrado em Barcelona em Dezembro de 1983, em «Critérios gerais respeito ao tratamento da Língua na Escola»; epígrafe «Necessidade de mantimento da unidade cultural segundo a área lingüística, para a reconstruçom nacional» os docentes «Queremos o mantimento

(1) Comunicaçom apresentada ao I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, 1984.

da unidade cultural dentro de cada realidade nacional do Estado espanhol como imprescindível para a sobrevivência de cada uma das respectivas línguas».

O texto argüia ainda: «Qualquer intento de desmembragem (da unidade lingüística e cultural) é um atentado dirigido à desapareçom da língua própria de cada uma das Nacionalidades do Estado espanhol» (in «Bases Pedagógicas para a Inovaçom da Escola Pública»).

É nesse contexto que queremos avaliar a importância do acto da linguagem na escola galega, estabelecendo pois desde já que o emprego da língua na escola há-de ser considerado como o emprego da língua galega como língua base ou fundamental para o início do ensino.

A palavra nom pode ficar isolada e desligada do meio, do contexto, em que se desenvolve a criança. Eis, pois, que a palavra na aula há-de ser na Galiza a palavra própria da criança, a palavra da mãe da criança e do seu contexto cultural (meio) específico.

## 2. *Crítérios gerais sobre o emprego da língua galega na escola, como língua base ou fundamental*

Depois do dito fica bem evidente que nom é admissível na Galiza que, como se esta ainda a fazer, se leva à prática polos docentes um ensino em que o galego, («língua própria da Galiza» segundo o Estatuto de Autonomia reconhece, seguindo a Constituiçom espanhola), resulte uma língua de segundo rango, com menos horas de ensino do que uma língua estrangeira.

O ensino na naçom galega é impartido em espanhol e desde o espanhol, com conteúdos pedagógicos espanhóis, de costas à realidade galega e isso quando o alunado é, em termos absolutos, maioritariamente galego.

Se examinássemos os textos das diferentes disciplinas poderíamos constatar que Galiza nom existe nos diferentes níveis do ensino, existindo só apenas referências na disciplina de Língua e Literatura Galega; mas nom nas escolas infantis, primeiros ciclos de EGB e ensino superior.

Disfarça-se a realidade galega com o fenómeno espanhol, marginaliza-se a cultura galega e mesmo nega-se a existência do seu âmbito cultural e lingüístico específico: o galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa.

Mantém-se a diglossia e o bilingüismo, em definitiva, de forma a ser o espanhol a língua A e o galego a língua B, em todos os aspectos substanciais do acto educativo, nos textos, no emprego da língua galego-portuguesa e nos conteúdos pedagógicos da escola.

Mesmo se leva a cabo a repressom lingüística de quem, por razões pedagógicas e científicas, nom deixa de empregar como língua fundamental ou básica o galego, para estimular a atençom e fomentar o progresso da aprendizagem na criança e/ou adolescente galego.

## 3. *Necessidade do mantimento da unidade lingüístico-cultural, segundo a comunidade nacional*

No I Congresso de MRP, que citei na Introduçom, estabelecia-se também no apartado «Bases Pedagógicas da Escola Pública»: «A unidade cultural implica também o contemplar a língua com uma única normativa para a língua escrita e variedade de realizações para a língua oral. Convém respeitar as diferentes variantes da língua falada e encontrar os recursos pedagógicos que permitam realizar a ligaçom entre a língua oral — plural — e a língua escrita — única —» ... «Isto concretiza-se na Galiza no seguinte: Actualmente há problemas para com respeito à normativa. Historicamente o galego sofreu séculos de castelhanizaçom e sofreu também a desmembragem da área lingüística. Recuperar hoje o galego com a variedade do galego-português, tanto polo que respeita à normativa, quanto à literatura, cultura ... é um objectivo claro que há que conseguir».

Todos os docentes concordamos em que a incrustaçom do espanhol no ensino, nom só no ensino da língua, senom também nos conteúdos pedagógicos das diferentes disciplinas, vai encaminhado a desfazer a unidade lingüístico-cultural da comunidade nacional galega.

Perante tam grave atentado reagem muitos docentes, mas outros pregam-se à impronta da normativa oficial do galego, do Governo da Aliança Popular, que tem como objectivo a castelhanizaçom efectiva do idioma nacional da Galiza, impondo-lhe uma normativa espanhola ao galego que atenta contra a sua unidade estrutural, tanto na sua dimensom histórica quanto actual; além de que a língua espanhola tenha um posto de privilégio sobre o galego em todos os níveis do ensino.

Isto vai contra todos os princípios pedagógicos mais elementares, pois bem sabido é que à criança há que lhe ensinar na sua própria língua e que tem que haver uma relaçom directa entre palavra e contexto, que no caso da Galiza implica o emprego do galego como língua básica do ensino. Todo ao contrário do que está a acontecer.

O espanhol tem pois que deixar de usurpar o espaço pedagógico que lhe corresponde ao galego, como língua própria da criança e adolescente/aluno e «como língua própria da Galiza», para passar a ser o que realmente é sociológica e culturalmente, uma língua instrumental. Há pois que inverter os termos. Infelizmente a política do Governo Galego



nom segue esse caminho e assim tanto o malfadado Decreto de normatização — que impom a normativa espanhola ao galego — quanto a lei de normalização (do Parlamento Galego), que consagra o bilingüismo e a diglossia, e a sua posterior aplicação polo Governo (Decreto e Ordem de aplicação da normalização lingüística ao ensino) vam dirigidos a manter o galego como língua B e o espanhol como língua A.

4. *A língua própria na Escola, como garantia de proibir qualquer intento de desmembração do sistema cultural e lingüístico da criança e da comunidade em que está inserida*

Assim pois, só se pode garantir que nom terá lugar a desmembração do sistema cultural e lingüístico próprio da criança e da comunidade em que está inserida com o emprego da língua própria do menino ou adolescente/aluno como língua básica e fundamental. No nosso caso, o galego. O emprego da língua galega como fundamental ou básica na Escola implica pois por uma parte, a eliminação da desmembração do sistema cultural e lingüístico da criança e da comunidade nacional e, por outra evitar a sua substituição por outro sistema cultural e lingüístico diferente. No nosso caso, o espanhol.

Resulta bem evidente que o espanhol tem que passar a ocupar o lugar que lhe pertence como segunda língua instrumental e que o galego tem que recuperar o seu uso como língua fundamental, materna e social, da criança galega.

Veremos, pois, como isto acontece com a aquisição da língua-padrom galega (na segunda socialização), que há-de ocupar o seu espaço pedagógico quanto antes, como por direito lhe corresponde.

5. *A aquisição da língua-padrom galega como:*

- *processo de segurança da criança na expressão oral e escrita*
- *eliminação da aculturação castelhana*
- *desenvolvimento de self-feeling positivo, eliminação do auto-ódio e do complexo de inferioridade*

Do que se leva dito, bem se pode inferir que da mesma maneira que a palavra nom pode ficar desligada do contexto da criança, do seu sistema cultural e lingüístico próprio, no acto da expressão verbal primeira e posteriormente da incorporação da língua escrita, também a aquisição da língua-padrom confere ao menino/aluno segurança e

confiança progressiva, ao estabelecer à criança de forma estável no meio, no acto da expressão/comunicação.

A rectificação progressiva de erros na fala e posteriormente na escrita, de forma gradual, vai incardinar à criança no sistema cultural e lingüístico que lhe pertence da sua comunidade nacional. Daí a grave extorsão que causa a introdução do espanhol no ensino às crianças galegas, pois, é uma língua estranha e alheia ao seu contexto cultural e lingüístico. O insucesso escolar na Galiza tem muito a ver com essa nociva prática docente secular, em que o galego foi marginalizado sistematicamente, intentando ser substituído pelo espanhol, cousa que felizmente nom se conseguiu. A Galiza ainda segue a pertencer por direito próprio ao mundo galaico-luso-brasileiro, em quanto à sua língua nacional.

A função da língua-padrom galego-portuguesa implica pois, bem levado à prática o ensino (o galego como língua fundamental em todos os níveis; o castelhana como segunda língua instrumental) que na criança se produza um processo de segurança na expressão oral e escrita, ao ser ensinada na sua própria língua e nom ter que aturar frases como «fala bem», «assim só se di em galego», «em espanhol é outra cousa» (melhor, etc.).

A língua-padrom galego-portuguesa elimina, além disso, a substituição progressiva do galego polo castelhana. Isto é constatável a todos os níveis, quando o alunado percebe que o galego-português é uma língua de cultura «semelhante ao espanhol» e que pode cumprir perfeitamente todas as funções que o mundo moderno atribui às línguas em todos os domínios, *mesmo substituir ao espanhol*, o galego-português passa entom a língua A e o espanhol a língua B. A língua galego-portuguesa há-de cumprir pois na Galiza o papel de ser língua-padrom substitutiva do espanhol e eliminadora da aculturação castelhana, o que nom quer dizer que o espanhol como segunda língua instrumental desapareça, senom que ocupe o «status» que no ensino lhe pertence.

A eliminação da aculturação, a descolonização e a desalienação do indivíduo leva imediatamente ao desenvolvimento de sentimentos de auto-avaliação positiva, de eliminação do auto-ódio e de superação do complexo de inferioridade; em definitivo, leva à recuperação da própria personalidade, com a recuperação da própria língua e o respeito da cultura da comunidade nacional em que o indivíduo vive.

A língua-padrom galego-portuguesa de facto tem provocado esta auto-estimação no alunado ao comprovar que o galego é nom só língua da comunidade nacional, senom também língua de cultura e internacional em pé de igualdade com as variantes portuguesa e brasileira, às que deu origem e a cujo tronco comum retorna.



A língua-padrom galega tem que ser, pois, a língua da segunda socialização da criança, com clara referência ao seu espaço cultural e lingüístico próprio: o galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa.



#### 6. *As outras línguas na Escola: as línguas «instrumentais»*

Ninguém pode negar o interesse do ensino de outras línguas, como segundas línguas instrumentais, a par da língua-padrom. Enriquecem e mesmo fam progredir ao alunado, quando ensinadas no seu momento, já introduzida a criança na sua língua própria e com conhecimento da língua-padrom. As línguas instrumentais tenhem, pois, um importante papel que cumprir, mas nunca substituir à língua própria da criança e da sua comunidade cultural e lingüística.

O ensino da segunda língua esta hoje perfectamente avaliado e nom tem por quê provocar ninguma classe de problemas ou insucessos no aluno/a. É mais, bem ensinado o aluno galego nas variantes e culturas do seu sistema: galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa pode entrar melhor em outros âmbitos culturais e lingüísticos, nomeadamente do mundo português e brasileiro.

No caso do espanhol, pola sua proximidade, num âmbito também muito importante, o mundo de fala espanhola.

Consideramos que isso favorece muito e mesmo privilegia ao menino galego que pode entrar no mundo galaico-luso-brasileiro e espanhol de forma razoável, com um ensino adequado, e inclusive numa terceira língua instrumental como o inglês, francês ou russo, de importância também mundial.

Mas, as segundas línguas nunca podem ir em detrimento ou diminuição da língua própria do aluno, que é o alicerce básico da sua personalidade e a que permite precisamente a aquisição, uma vez adquirida a língua-padrom convenientemente, de uma aprendizagem eficaz das segundas línguas instrumentais.

#### 7. *A realidade peninsular é plurilingüe e exige em cada Nacionalidade que a língua e os conteúdos da Escola sejam os próprios de cada Nacionalidade*

De todo o exposto bem se evidencia que cada Nacionalidade logicamente tem que realizar o ensino na língua própria e com conteúdos que respondam ao contexto da comunidade cultural e lingüística própria da Nacionalidade. Isto, por simples razões de eficácia, além de porque no projecto de inovação pedagógica que se planteje cada comunidade nacional, havida conta da realidade plurilingüística e nacional que compõe a Península, é imprescindível aportar o nosso contributo à reconstrucção nacional, nomeadamente daquelas Nacionalidades que como a galega, basca e catalã estiverom sendo reprimidas secularmente polo espanhol.

Só atendendo a conteúdos próprios de cada comunidade nacional, sem excluirmos outros valores das diferentes nacionalidades peninsulares (nomeadamente a portuguesa para a Galiza, e mesmo universais) se pode levar a cabo um ensino nom só *do* galego senom *em* galego. Isto deve ficar bem claro para aqueles que por vezes tenhem acusado aos nacionalistas de quererem ficar isolados, como se o seu país fosse o centro do mundo. Nom é assim.

Cada Nacionalidade deve, pois, elaborar os conteúdos pedagógicos suficientes para garantir o ensino *da sua língua e na sua língua*. No caso da nação galega, nada proíbe, por razões históricas, culturais, etc., que *o ensino do galego e em galego* se faga conjuntamente com o ensino das outras variantes do mesmo sistema e mesmo empregando textos dessas variantes nas diferentes disciplinas. Conhecedor o aluno das variantes portuguesa, brasileira e galega nada impede que empregue textos e

informações desse mesmo sistema cultural e lingüístico, que deve conhecer em profundidade ao menos ao terminar o ensino secundário. Isso nasce da premissa que se mantém no seguinte discurso.

8. *A língua-padrom galego-portuguesa, como língua própria da escola na Galiza e Portugal ou como nom se pode ensinar o galego sem o português e vice-versa*

Com efeito, qualquer pessoa minimamente informada, ainda nom sendo experta em lingüística conhece ou sabe que a língua galega e portuguesa som uma só língua e que hoje galego e português nom som senom variantes, como o brasileiro, dum mesmo sistema lingüístico. Isto que nom estava acreditado documentalmente até a apariçom dos cancioneros galaico-portugueses foi intuído mesmo por escritores galegos da Ilustraçom no século XVIII e do Renascimento no século XIX, provocado polo Romantismo, e posteriormente com o estudo de documentos medievais de aquém e além-Minho. Hoje por hoje, ninguma pessoa minimamente culta põe em questom estas afirmações.

Ninguém duvida de que a Galiza e o galego devem incorporar-se ao mundo cultural e lingüístico que lhe é próprio: o galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa.

Já a nível estritamente lingüístico ninguém pode pôr em dúvida que existe uma unidade estrutural entre galego e português que permanece desde a origem até a actualidade, apesar da influência castelhanizante no galego e a evoluçom do português, e que essa unidade estrutural, tanto no sentido diacrónico ou histórico quanto sincrónico ou actual, há-de ser reforçada com uma ortografia respeitosa para com a história do nosso idioma nacional, para com a etimologia e para com o critério de autoridades e documentos que nos levam a uma convergência das três variantes do sistema: português, brasileiro e galego; cada uma com a sua identidade peculiar, mas com possibilidades de obtermos entre todos uma língua-padrom comum.

Por isso, som criticáveis aqueles que por razões obscurantistas pretenderom impor ao galego uma normativa espanhola, assumindo os séculos de colonizaçom castelhana e ignorando a tradiçom escrita do galego e a unidade estrutural com a língua portuguesa, que ainda hoje perdura.

O problema vai além, incluso, da simples romanística e nos afecta a todos os docentes que queremos levar à prática um ensino concorde com a realidade própria da Galiza. Assim por pôr dous exemplos, nom é o mesmo para os docentes que ensinam Ciências Naturais, Biologia e Geologia, etc., dizer que «lixeria» serve para indicar onde se recolhe o «lixo» e para significar «celeridade, ligeireza» (como pretende absur-

damente a normativa castelhanista da Junta). Ou mais concretamente, se se quer, nom é o mesmo dizer correctamente «oxigénio» (elemento gasoso número 8 da classificaçom periódica) que «osígeno» (normativa espanholizadora ILG/RAG, decretada oficial pola Junta) porque os «ósidos» nom som o mesmo do que «óxidos»; como todo o mundo sabe «ósidos» ou «osas» som açúcares.

Assim, o problema transcende como é lógico ao simples campo da lingüística e plantea graves dificuldades no ensino científico, polo que muitos temos rejeitado a normativa do Governo Galego derivada das normas do Instituto da Língua Galega/Real Academia Galega por improcedentes para a prática do ensino. É pois importante, que se normalize duma vez por todas o galego, homologando-o com o português e o brasileiro, como lhe corresponde, pois nom é factível para os científicos usar o galego adulterado, espanholizado, da Junta de Galiza. A linguagem científica nom tolera o galego adulterado, pois é muito rigorosa e precisa.

Além disso a língua galego-portuguesa tem que ser a língua-padrom que se ensine nas escolas, liceus e centros superiores de ensino como língua própria da escola na Galiza e Portugal, respeitando-se as suas peculiaridades e senhas de identidade próprias; ninguém diz o contrário, pois como se poderia explicar e ensinar o português sem o galego e vice-versa?

Eis o repto que todos temos perante o futuro da língua galego-portuguesa no mundo.

A introduçom da língua galega no ensino oficialmente, como uma asignatura e com uma normativa que nom a fai operante como língua útil, internacional e de cultura, nom leva senom à consagraçom da nossa língua (de uma variante do sistema) como um feito folclórico ou peculiar de umas «províncias espanholas», como o acredita que na programaçom se estude «Linguagem» (e esta língua é a espanhola) e logo com menos horas do que uma língua estrangeira, o galego (e isso com pretensom de que se ensine só a normativa castelhanista da Junta de Galiza, cousa que felizmente nom admitem os professores bem informados).

É por isso que os currículos ham-de ser modificados de jeito que o que se estude por «Linguagem» seja feito em galego e desde o galego, idioma próprio do alunado, passando a língua espanhola a ocupar o rango de asignatura, como segunda língua instrumental, depois dos alunos terem adquirido as habilidades lingüísticas básicas da sua língua.

Esse seria o início do processo de recuperaçom do galego que deve ir acompanhado do uso de toda classe de textos galaico-luso-brasileiros em todas as áreas e disciplinas do ensino, tal como já temos dito.

Nesse empenho estamos comprometidos muitos docentes, preocupados pola introduçom da língua galego-portuguesa na docência.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

### PSICOLOGIA

- Bowlby, J.: *El vínculo afectivo*, Ed. Paidós, 1976.  
— *La separación afectiva*, idem.  
— *O vínculo mãe-filho*, Galiza Editora, 1983.

### BILINGÜISMO

- Vários: *El bilingüismo y la educación*, Trabajos de la Conferencia Internacional de Luxemburgo de 1928, Madrid, 1932.  
Titone, Renzo: *Bilingüismo y educación*, Fontanella, 1976.  
Ninyoles, R.: *Idioma y poder social*, Tecnos, 1972.  
— *Cuatro idiomas para un Estado*, Ed. Cambio 16, 1977.  
Moya, G. y Lago, J.: *Bilingüismo y trastornos del lenguaje en España*, Ed. Saltés, 1977.  
Calvet, J. L.: *Linguística y colonialismo*, Jucar, 1981.

### ENSINO

- Revista «O Ensino de Sócio-Pedagogia e Sócio-Linguística», núms. 0 a 6 e 7 a 10 e 11 a 13.  
I Congresso de Movimentos de Renovação Pedagógica, 1983. Trabalhos consultados:  
«Bases Pedagógicas da Escola Pública», (Conclusões).  
Fontenla/Nóvoa Gil, «As ideias pedagógicas e linguísticas de J. V. Viqueira».  
Figueroa/Fontenla, «Um precursor da inovação pedagógica galega do século XVIII: o Pe. Sarmiento».  
Figueroa, A., «A programação interdisciplinar no ensino secundário».  
Espinosa, A., «Escola e sociedade na Galiza».  
Paz, J., «A inovação pedagógica na Galiza».

### CURRÍCULOS

- I Congresso MRP, 1983. Trabalhos consultados:  
Formosinho, J., «Um projecto de formação de professores para a Galiza».  
Cortesão, L., «Proposta de um currículo para formação de formadores».  
Barrow, R.: «Programas de ensino e senso comum», Horizonte, 1979.

### LINGÜÍSTICA E SÓCIO-LINGÜÍSTICA

- I Simpósio de Sócio-Linguística das Irmandades da Fala e Jornadas do Ensino de Galiza Ourense, 1984. Trabalhos consultados:  
Fontenla, J. L., «Breve história do conflito linguístico na Galiza».  
Gil Hernandez, A. P., «Manifesto do Iruñean Sortua», e «Planificação linguística», publicados in «Encontros Labaca», Ed. do Costro, 1984.  
Ribeiro Pedro, E.: *O papel da língua escrita*.  
Ribeiro Pedro, Emília: *O discurso na aula: uma análise sócio-linguística da prática escolar em Portugal*, Rolim, 1982.

- Montero Santalha, J. M.: *Método práctico de língua galego-portuguesa*, Galiza Ed., 1983.  
*Orientações para a escrita do nosso idioma*, ASPG, 1982.  
*Observações sobre as normas ortográficas e morfológicas do ILG/RAG*, ASPG, 1982.  
*Para ler textos em galego*, ASPG, 1982.  
*Estudo crítico das normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*, AGAL, 1983.  
*Prontuário da língua galego-portuguesa das Irmandades da Fala*, Braga, 1984.  
Carvalho Calero, R.: *Da fala e da escrita*, Galiza Ed., 1983.  
Cunha, C. e Cintra, L.: *Novo Gramática do português contemporâneo*, 1984.  
Gladstone Chaves de Melo *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa*, 1975.  
Williams, B.: *Do latim ao português*, 1975.

## VII JORNADAS DO ENSINO DE GALIZA





## A SOCIOLINGUÍSTICA DA EXPERIÊNCIA E DA ACÇOM : O MODELO GALEGO (1)

por  
LLUIS V. ARACIL

1. O saber e a experiência. Revelaçom e aplicaçom. A experiênciã como fonte do saber
2. As doutrinas do sistema estabelecido e a nossa própria experiênciã. Confusom e alienaçom
3. O processo galego. Difusom e promoçom do galego. Impulso e direçom
4. O ponto de partida. Distribuiçom do uso do galego e do castelhano
5. O equívoco da diglosia desde Ferguson
6. O uso lingüístico efectivo: âmbitos e normas de uso. O uso simbólico: atitudes, conotaçom, valores, etc. Uma manobra de distraçom: a retórica ilusionista dos tecnocratas
7. A normalizaçom. Conquista de novos âmbitos de uso. A transformaçom das normas de uso.
8. A readaptaçom da estrutura lingüística aos novos usos. Fixaçom e cultivaçom
9. «Language planning, tecnocrático-imperialista. Tecnocracia contra democracia.
10. Alternativas. A imposiçom de modelos importados e a produçom de modelos originais
11. O modelo galego: aprender da própria experiênciã

1. *O saber e a experiênciã. Relaçom e aplicaçom. A experiênciã como fonte do saber*

Há um esquema que alguns queriam fazer-nos crer que é o único esquema possível segundo o qual lá cima está o saber. O saber estaria no céu e o saber chove para abaixo a experiênciã. O saber revela-se, ensina-se, aplica-se à experiênciã. Se vocês se fixam nesse esquema verificarãem que esse é o esquema de tudo, mais ou menos. É o da

(1) O texto corresponde a uma palestra proferida polo autor na Universidade de Santiago em Dezembro de 1978, publicada no livro *Problemática das línguas sem normalizar. Situaçom do galego e alternativas*, ASPG, 1980.

religiom revelada, é o do sistema do ensino imperante e, naturalmente, como o nome diz é o esquema da Ciência pura e da Ciência aplicada.

Há uma Ciência pura que há que a aplicar à prática. As pessoas que têm problemas devem acudir aos experts para que eles lhe digam o que têm que fazer. Esse é o esquema da psiquiatria tradicional; o doente nom pode atender-se a si próprio e tem que ir ao psiquiatra para que ele lhe diga isso é isto. Naturalmente esse esquema consiste em resolver todos os problemas através da docilidade e da obediência. O incorrecto desse esquema é algo que bate nos olhos e é que, sem dúvida alguma, a fonte do saber é a da experiência; é, nada mais e nada menos, que lhe dar a volta a todo o esquema.

## 2. *As doutrinas do sistema estabelecido e a nossa própria experiência. Confusom e alienaçom*

A primeira descoberta que fazemos é que todos recebemos, sufrimos um ensino no senso de umas lições, umas inculcas, umas doutrinas concebidas e impostas polo sistema estabelecido. Mas percebemos em muitos domínios e em muitas ocasiões que essas doutrinas do sistema estabelecido nom têm nada a ver com os problemas da nossa própria experiência. E para dizê-lo de uma maneira selvagem é como se nos deram um plano de Nova Iorque para guiarmo-nos por Santiago. Naturalmente nessa situaçom o mais natural é que lancemos ao chão o plano de Nova Iorque e aprendamos o plano de Santiago, para conhecer Santiago.

Isto tem uma significaçom muito clara, tã clara que corremos o risco de nom vê-la porque nos acostumarom a nom ver o que se vê e a ver o que nom se vê. Tentãremos fazer um esforço para ver o que se vê. Tudo seja para variarmos.

Uma cousa que se vê concretamente é que esse sistema estabelecido funciona de tal forma que o que produz é confusom e alienaçom. Pensem que na Galiza há uma situaçom da que nada dixerom a vocês e para a qual o ensino oficial nom os preparou em absoluto, penso que nem tã sequer por erro.

## 3. *O processo galego. Difusom e promoçom do idioma galego. Impulso e direcçom*

Em que situaçom estã os galegos? Há uma cousa muito clara que se pode perceber desde fora. E as cousas que se podem perceber desde fora podem ser significativas. Desde fora, ao melhor, vê-se o bosque.

Há uma difusom do galego? Há uma promoçom do galego? Digo uma difusom e promoçom do galego e quero esclarecer as duas cousas.

Há uma difusom do galego quantitativa, e isto é algo que qualquer parvo, com ou sem estatística, pode demonstrar-nos. Fala-se muito mais galego, escreve-se muito mais galego. Mas isto é só um aspecto da questom. Vamos ver se também descobrimos o que nom descobriria o parvo. O que verificamos é que além desse mais que é inegável, que é parte da realidade e que talvez é o que mais impressiona a alguns, há um outro, e esse outro é qualitativo. Nom só se usa mais senom que se usa em outros contextos, de outras formas.

Isto é o que quero dizer quando falo de promoçom; é um aspecto qualitativo. Pensem que o facto de que nom se escreva ou se escreva um idioma nom é um facto de mais ou de menos. O que encontramos aqui e agora é uma difusom; mais uso do galego; e uma promoçom, umas mudanças qualitativas no emprego do idioma.

O galego usado em outros contextos e de outras maneiras, com outras intenções e outros meios.

Para compreender isto devemos sublinhar duas cousas, para começar a compreendê-lo e para recordar o que é essencial:

- a) o impulso que tem o processo. Tem um ímpeto; as cousas que estã a ocorrer nom se detem porque sim. Tem um ímpeto poderoso, potente, que nom é superficial
- b) O processo tem, sem dúvida, uma direcçom. Vovemos a encontrar o aspecto quantitativo e qualitativo.

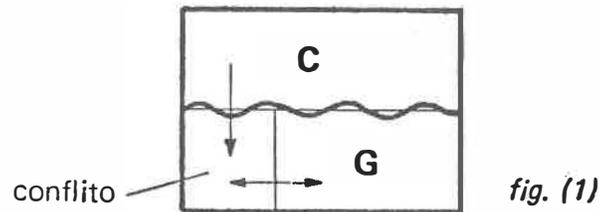
Naturalmente a difusom pode desenvolver-se em qualquer direcçom por quanto tem que se desenvolver desde uma situaçom anterior. Haveria pois que esclarecer qual era essa situaçom. Descobri-la nom é muito difícil, mas fazê-lo em detalhe sim que o seria. Polo menos numa impressom geral é algo que já muitas pessoas perceberam e exprimiram, relativamente ao uso do galego e castelhanao.

## 4. *O ponto de partida. Distribuiçom do uso do galego e do castelhanao*

Para fazer a descripçom da distribuiçom do uso do galego e do castelhanao há que ter em conta as dimensões sociais; a estrutura social da sociedade. Isto é possível simplificado num esquema último; havia uma quantidade de âmbitos, uma gama de situações nas quais o único idioma a empregar era o castelhanao. Nuns certos domínios o uso do castelhanao era único, era um monopólio, era em exclusiva. Nom era

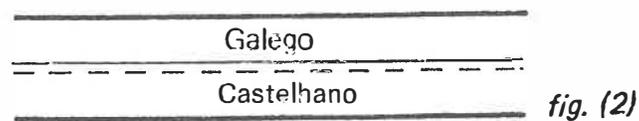


nunca questionado. Seria curioso por exemplo que se fixera uma estatística da proporção de sentenças da administração de justiça em castelhano e galego. O resultado do galego seria uma cifra redonda (zero). Esta era a situação real, mas observem no diagrama (figura 1) a linha ondulada que assinalaria a divisória entre os dois âmbitos. Um em que o uso do castelhano era monopolístico, total, categórico, dogmático, absoluto e outro no que nom.



Neste diagrama observamos uma série de dados absolutamente objectivos e claros. Em C um uso exclusivo do castelhano. E nom se pode dizer que na parte de embaixo da divisória (da linha ondulada) o uso do galego fora exclusivo. Polo tanto usar o galego, no lado C, no espaço de cima era impossível. Usar o castelhano no espaço de embaixo G nom era impossível. Por exemplo, encontramos uma desigualdade muito interessante; diríamos que a fronteira entre um âmbito e outro é uma membrana semi-permeável que por ósmose deixa passar numa direcção, mas nom na outra.

É como este signo da estrada (figura 2).



Sabem o que significa? Isso tem umas implicações extraordinárias, até o ponto de dizer-nos as interferências entre um idioma e o outro. Exemplo, que dúvida há, que se num contexto em que o castelhano era de rigor, dizer, exprimir algo; em galego era uma falta imperdoável. Entanto que se no outro contexto se dizia algo em castelhano nem tão sequer era considerado falta. Tudo isso responde ao esquema.

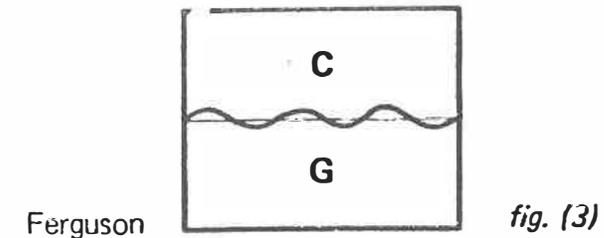
Outra questão, todo galego que quisesse participar de qualquer forma (ou fosse obrigado a participar) tinha que ser bilingue. Mas uma pessoa que fosse castelhana ou soubesse castelhano podia nom ser bilingue. O que soubesse só galego, se nom for bilingue era pela sua conta e risco e pior para ele porque ficava fora, isolado de todo um campo de possibilidades. Com isto quero dizer que entanto que o galego

era só uma língua oral, só uma língua coloquial, popular, etc. o castelhano era de facto as duas cousas, no senso de que seria uma barbaridade esquecer que na Galiza há gente galega que tem como língua o castelhano, o qual encaixa no esquema.

##### 5. O equívoco da diglosia desde Ferguson

Insisto neste esquema porque dum tempo para cá tem-se produzido um raro emprego da palavra *diglosia*. O pior de tudo é que conduz à confusom.

A confusom é que ao empregar o termo *diglosia* supõe-se que a distribuição lingüística é metade do rectângulo para o castelhano e a outra metade para o galego, como vem na figura 3.



Mas, existiria *diglosia* no senso de Ferguson, inventor da palavra, se por exemplo o castelhano nom fosse coloquial vernáculo de ninguém em Galiza? Pode-se manter isso? Que nom seja coloquial vernáculo de ninguém? Eu penso que nom. Era outra possibilidade, mas essa possibilidade nom se deu. Tenha-se em conta que se houve conflito entre as duas línguas foi exactamente aí. Dado que no esquema de Ferguson nom se vê por ningures; nom há onde o introduzir, nom entraria.

Assim nom houve na Galiza nengum conflito verdadeiro em C, nem nengum grande escândalo nos tribunais de justiça sobre se as sentenças hãem-de ser em castelhano ou galego. E nom havia conflito porque a questão estava decidida de antemão, taxativa e absolutamente, de uma maneira terminantemente dogmática.

O conflito produz-se em G, onde há frechas (fig. 1); polo tanto os que sofriam eram os falantes do galego, nom os falantes do castelhano. o conflito produz-se entre um vizinho e outro vizinho, entre uma pessoa numa situação e a mesma pessoa noutra situação. A desigualdade é suficientemente evidente, o juiz faz as sentenças em castelhano e nom tem nengum conflito, tem-no o desgraçado que levam aos tribunais, esse sim que tem conflito.



Uma cousa lamentável foi a difusom da palavra *diglosia* que se define segundo a figura 1, mas que foi usada para designar a representação da figura 3.

Penso que isso é muito grave pois com efeito som duas cousas que deferem no essencial. De haver na Galiza uma situação como a da figura 3, seria como o caso do latim por exemplo. Nom haveria conflitos na rua porque nom se falaria o latim. Haveria uma série de domínios em que nom se produziria conflito em absoluto; umas actividades fariam-se num idioma e outras fariam-se no outro idioma diferente. Se houver conflito seria de outra classe. Isso teria uma estabilidade grande porque as duas fronteiras coincidiriam; uma reforçaria outra. Quando as duas fronteiras nom coincidem, uma invade a outra e entom acontecem cousas anómalas.

6. *O uso lingüístico efectivo: âmbitos e normas de uso. O uso simbólico: actividades, conotações, valores, etc. Uma manobra de distração: a retórica ilusionista dos tecnocratas*

Realizei o esquema centrando-o num dado fundamental: o uso lingüístico efectivo que é a pedra angular e o centro de todo. Insisto nisto porque ultimamente houve uma andrómene, um ilusionismo tecnocrático mais ou menos psicoterapizante ou nigromático, tendente a confundir os termos.

O uso lingüístico efectivo é o facto de uma língua ser efectivamente utilizada.

O uso lingüístico efectivo há que o reconhecer, verificando-o.

Os termos para reconhecer este facto som:

- a) âmbito
- b) norma

Que é o âmbito de uma língua? O âmbito de uma língua é o conjunto de todas as ocasiões em que essa língua é usada polos utentes. As ocasiões descrevem-se em termos dos elementos que as constituem: os elementos sociais, que classe de gente fala, a que classe de gente se dirige, em que situações, que classe de relações há entre eles. Essa classe de ocasiões, situações, acções é âmbito de uso.

A noção correlativa é a norma. O que se pode descrever em termos de âmbito pode-se descrever em termos de norma. Fixem-se numa cousa elementar, da mesma maneira que lá onde há um país há uma fronteira, e na medida em que há um país há uma fronteira; se nom há país nom há fronteira. Isto é, podemos dizer que as normas som os limites dos âmbitos.

As normas som as que decidem. Uma norma seria que o crego com os fregueses fala-se galego numa determinada situação e noutras em castelhano. Uma norma é objectiva, tão objectiva como os tremores da terra e as auroras boreais. Uma norma é tão objectiva ou mais do que umas normas reguladoras do trânsito; nom há que fazer nenguma psicologia, há que observá-las e constató-las.

Os dous elementos fundamentais para descrever o uso lingüístico efectivo som portanto: âmbitos e normas.

Mas isso nom esgota a questão. Há outra dimensão que é a dos usos simbólicos: atitudes, simbolismos, conotações, valores. É uma dimensão real. Fixem-se bem, a cousa é evidente. As pessoas associam uma maneira de falar com a vida rural, ou com a pobreza, e por isso adoptam perante a língua as mesmas atitudes que adoptam face à aldeia ou face aos pobres, e isso nom é por nenguma implicação psicológica senom porque de facto no uso efectivo esta associada essa língua com a vida rural ou com a pobreza. É simplificar a questão identificar castelhano = fino; galego = grosseiro. Por isso servir-se dos usos simbólicos para escamotear o uso efectivo é pôr o carro diante dos bois. E isso é o que se fez ultimamente e estou certo que ainda se vai fazer mais. É uma manobra de distração; é retórica ilusionista.

Uma retórica que em troca de fazer-nos compreender a realidade nos fala de preconceitos, complexos, traumas. E isso é o mais indecente do subjectivismo mais mesquinho e miserável e foi sempre o engado dos enganadores de todos os tempos: «vem cá que eu vou-te curar do teu problema». A psicoterapia é naturalmente a persuasom, que é ilusionismo. Imaginem o que seria que no meio da sociedade galega o uso efectivo ficasse intacto, embora se fizesse um tratamento para nos acomplexar. Isso é simplesmente uma manobra de distração, porque é evidente que a única forma efectiva e revolucionária de mudar o aparelho de atitudes complexas, manias, etc. é naturalmente mudar o uso efectivo.

O facto de que o galego se fale noutros contextos tem uma eficácia, uma capacidade infinitamente maior do que cinquenta ensinamentos para desacomplexar galegos com preconceitos. Os preconceitos curam-se muito melhor assim do que através de persuasom e drogas. Resumindo: esta utilização de usos simbólicos da língua para camuflar o uso efectivo é verdadeiramente uma droga e podemos esperar que seja a droga dos tecnocratas.



7. A normalizaçom. Conquista de novos âmbitos de uso. A transformaçom das normas de uso

Na minha obra «Conflit linguistique et normalisation linguistique dans l'Europe Nouvelle» tratei de introduzir uma noçom de conflito lingüístico e uma noçom de normalizaçom lingüística. Isto foi em Agosto de 1965 em Nançy.

Os amigos do «Language Planning» dixerãm que eles o tinham inventado em 1966 e eu tive a satisfaçom de lhes dar fotocópias onde lhes demonstrava que o meu trabalho fora publicado um ano antes da sua mentada criaçom. Antes do que os pássaros do «Language Planning», oh! pobre de mim, já tinha pensado pola minha conta na normalizaçom lingüística.

Bom, o fundamental é que numa situaçom como a galega a transformaçom que se está a produzir é que o galego esta a ocupar espaços, está a invadir âmbitos de uso.

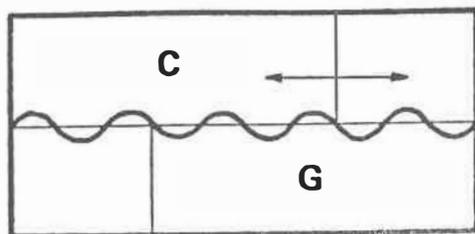


fig. (4)

Precisamente da parte de cima C da figura 4 que até agora era de exclusivo uso do castelhano. Isto gera um conflito que nom ocorria nem em tempos de Rosalia. O fundamental do que está a acontecer é que se estão a ocupar ou infiltrar âmbitos de uso que antes eram de uso exclusivo do castelhano, âmbitos de uso efectivo.

Mas acontece outra cousa importante: estão a mudar as normas. As normas que imperavam nesta sociedade antes, estão a se transformar. Ultimamente se se fazia qualquer cousa interessante fazia-se em castelhano; agora nessas mesmas situaçom, em que se faz? É esse o contexto real em que há que situar a normalizaçom. Estão a se transformar as normas através de decisom e indecisom — que é como se transformam as normas —. Decisom que removem e drenam as indecisom.

8. A readaptaçom da estrutura lingüística aos novos usos. Fixaçom e cultivaçom

Outro aspecto da normalizaçom é a readaptaçom da estrutura lingüística aos novos usos. Seria uma barbaridade crer que a normalizaçom consiste em que um ermitão na cimeira de uma montanha faz uma normativa para a língua galega ou no médio do Tibet.

O que é importante é perceber que as mudançom da estrutura lingüística nom som mudançom que se dão por azar ou capricho, senom que som exigidos e produzidos polas mudançom do uso. Que se fai falta uma ortografia do galego isso tem muito a ver com que o galego se leia e escreva. Esse é o domínio em que verdadeiramente há trabalho para os lingüístas.

Há dous aspectos a salientar:

- a) Fixaçom
- b) Cultivaçom.

Que é fixaçom? Pensem que na imprensa seria impossível imprimir o galego de tantas formas como se fala. Decidir-se por uma forma é uma fixaçom.

A fixaçom é reduçom da diversidade redundante; uma diversidade que é supérflua, antieconómica.

O outro aspecto é a cultivaçom, que é complementar. Imaginem que houvesse 50 formas de escrever ainda e que nom houvesse nenguma de dizer, de escrever *arquitectura*. É óbvio que haveria que inventar uma forma de dizer *arquitectura*.

A cultivaçom é a forma de produzir uma diversidade funcional, uma diversidade requerida, uma diversidade útil.

O esquema de uma normalizaçom incluye a normativizaçom que incluye a fixaçom. É um acto de barbárie interpretar isto mudando os signos.

Normalizaçom  $\subset$  Normativizaçom  $\subset$  Fixaçom (\*).

É um acto de barbárie igual dizer que as línguas do mundo som as línguas românicas e que estas som o castelhano.

Crer que a normalizaçom se reduz a fazer uma ortografia é uma parvoíce absoluta.

(\*) Está incluído em/ é uma parte de/ está contido em/ é um subconjunto de.

Fazer uma ortografia forma parte do processo de normalização, mas fazer uma ortografia nom é normalização.

Uma ortografia pode-a fazer um monje budista como acto de penitência. A normalização nom é uma ortografia, nem fazer um vocabulário do motor de explosom.

A normalização é um processo histórico em que há uma ortografia e muitas cousas mais.

9. *O «Language planning» tecnocrático e imperialista. Tecnocracia contra democracia*

Há um esquema que os seus próprios defensores dim data de 1966. É um esquema desenvolvido na nossa época em que passam muitas cousas: independências, terceiro mundo... Nesse contexto houve mudanças sociolinguísticas que se desenvolveram numa situação de neocolonialismo, e há que ter em conta que o neocolonialismo é o neoimperialismo.

O «Language planning» é uma perpretação muito centralizada nos EEUU; muito centralizada na Fundação Ford; muito centralizada numa gente que é notória pola sua ignorância e desprezo da História do Universo. Um dos problemas metafísicos do «Language planning» era se por definição «a planificação linguística» necessariamente tinha que ser um assunto de Estado. Penso que decidirom que sim.

É um esquema tecnocrático muito simples, a peça-chave é o que eu tenho chamado o «experto estrangeiro simpatizante», que consiste numa personagem que chega a uma terra mandando, dando ordens. É um indivíduo que o enviam ao Sudão a que resolva os problemas e o primeiro que di é: «calar-se e obedecer». Dizer-nos-ia no esquema brutal disso que o problema galego nom é problema e que além disso também nom é dos galegos porque foi confiscado, ficou incautado.

Entom em vez de ter um problema e ter que o resolver os galegos o que têm que fazer é obedecer e calar, aprender. Este é o esquema do «language planning». Tem seu centro em Honolulu (Hawai). É uma multinacional e a gente que participa nele tem seu endereço quer em Jakarta quer em Kualumpur, depois O Cairo, logo A Paz, etc. Som gentes que pertencem a muitos países e uma cousa que nom fam é aprender idiomas; nom poderiã. Chegam, predicam, mandam, relevam-nos e vam-se.

Imaginem que toma terra um mandando e que nom conheça o idioma, que nom lhe interessa o mais mínimo e que o homem esta contratado pola ordem imperial e que esse homem nom deve nada a vocês, galegos, que vocês nom lhe importam nada, que está aqui dous anos e depois o destinam a outro lugar.

10. *Alternativas. A imposiçom de modelos importados e a produçom de modelos originais*

Podemos fazer uma contraposiçom muito clara em quanto num processo de normalização cabem duas cousas:

a) Imposiçom ou aplicaçom de modelos importados dum modelo acreditado. Aqui na Galiza há um problema: preferem que tragam o médico para que administre a medicina para a doença e já esta.

b) Produçom de modelos originais. A alternativa consiste simplesmente na produçom de modelos originais. Ligamos assim com o ponto primeiro, que é a questom do saber é a experiência. A ideia é muito simples, em vez dum saber importado que vos diga o que há que aprender e aplicar, aqui trata-se de que produzam vocês mesmos a partir do vosso saber e da vossa própria experiência e dentro da vossa açom.

Tendo em conta que produzir esse saber nasce da açom; que produzir ideias forma parte da açom. Nom digam vocês é que encontramos esse esquema nos americanos e copiá-mo-lo. Bom, por muito bem copiado puderom deixá-lo no original, nom vale. É como se empregaram o plano de Nova Iorque para guiar-se por Santiago.

Terãem que produzir vocês mesmo o seu próprio esquema, as suas próprias ideias. Do que se trata é de produzir uma sociolinguística por e para vocês e ter a naturalidade a dignidade de produzi-la e nom crer que têm que estar aqui a receber o que chove do céu.

Se a experiência é a fonte do saber podem estar certos de que vocês na sua experiência têm uma riqueza infinitamente maior da que pode ter um técnico do «Language planning».

11. *O modelo galego. Aprender da própria experiência*

A conclusom é categórica e elementar. É que corresponde a vocês produzir um modelo galego original de normalização percebendo que o produzem por vocês próprios. Estamos numa sociedade com um modelo descendente, o modelo de saber chovendo para a experiência e no que a autoridade vem de cima e no que parecera que impõe mais respeito um esquema impróprio nom adequado à vossa situação, mas que foi feito por um americano, do que é um modelo que sim é o plano de Santiago, mas que nom é «made in USA».

Nom faz falta que o plano de Santiago seja «made in USA» e além disso também nom convém. Nom há que esperar que outros, que no

melhor dos casos serão estrangeiros simpatizantes, que no caso intermédio serão indiferentes e no caso extremo já nom digo o que serão, venham resolver a vida de vocês.

Devem ter a dignidade e a naturalidade de aprender da própria experiência de vocês, porque isso é o que dará o único direito que pode haver a ensinar. Creio que dentro da história humana deve haver um apartado para o ensino. E que o único título para ensinar consiste em ter aprendido antes. Se vocês aprendem podem ensinar e nom só podem dar exemplo ao próprio país, senom que podem dar exemplo a outros países.

Insisto em que o único que califica para ensinar é aprender e ao dizer que têm perfectó direito a ensinar a outros países com o vosso eexmplo, também estou a dizer que têm direito a aprender do exemplo de outros países.

O sistema estabelecido fala-nos das línguas do mundo, que é o românico, que é o espanhol. Pois ocorre que todo esse sistema esta baseado numa história e numa experiências que nom nos vam, que nom som nossas e que portanto todos os ensinamentos, todo adoutramento, todas as lições que nos puxeram som inadequadas para o nosso caso. Nom há dúvida de que por exemplo a Galiza pode aprender muito mais da Checoslováquia do que da Espanha. E já nom digamos de Portugal.

É verdade que o checoslovaco nom é idioma românico e que polo tanto nom é língua. Baseio-me para isso em que Checoslováquia se toma o direito a existir sem mais.

Um dos problemas dos galegos é que vocês mesmos em funçom dos vossos problemas e dos vossso interesses decidam o que a vocês convém aprender.

Nom som partidário de termos estáticos. Um esquema estático como o esquema da independência é um esquema falso e equivocado, porque o único que pode levar a vocês a alguma parte nom é falar de independência, é a independência. Todo o processo é um processo de independizaçom. A independizaçom principia por aprender dum mesmo; aprender o que convém e decidir por vocês próprios.

É um processo, nom é uma chispa instantânea, nom é um relâmpago; é um processo em marcha. Nom se trata portanto de especular sobre a independência, trata-se de continuar um processo. Esse processo consiste em tomar decisões por própria iniciativa tomando-se a liberdade sem pedir autorizaçom e sem apresentar escusas.



## NORMATIVIZAÇOM NA GALIZA : CONTRA AS REGRAS DE ORTOGRAFIA PARA A DESNORMALIZAÇOM DOS USOS DO GALEGO (\*)

por

ANTÓNIO GIL HERNANDEZ  
das Irmandades da Fala e da AGAL

### 0. *Introduçom*

- 0.1 Razões e motivações: o caso galego
- 0.2 A modo de questionário

### 1. *Normativizaçom, que é ?*

- 1.º Estandardizaçom
- 2.º Normativizaçom
- 1.0 Notícia da história
- 1.1 Conceitos gerais
  - a) Conglomerado de falas
  - b) Língua nacional
  - c) Instrumento útil e adequado
- 1.2 Critérios dominantes

### 2. *Normativizaçom e uso normal na Galiza*

- 2.1 Restricçom de usos, sob pretexto de *correçom idiomática*
  - a) Ámbitos em que actua o standar
  - b) Dous casos
- 2.2 Normativizaçom ao serviço da assimilaçom
  - a) História acidentada
  - b) A luta ortográfica

### *Conclusom*

\* O artigo constituiu na primeira redaçom o texto com que o autor participou na mesa redonda sobre «Normativizaçom» do ponto de vista sociolinguístico o 3 de Outubro no Congresso de Sociologia de Línguas minorizadas em Getxo (País Basco). O Colóquio que se seguiu estivo dominado polos temas a debater sobre a normativizaçom da língua galega entre «oficialistas castelhanistas» — que propugnam uma normativa espanhola para o galego — e reintegracionistas — que propugnam uma normativa para o galego dentro do sistema galaico-

-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa —. Cumpre agradecer aos participantes bascos e sobretudo aos catalães a clara comprensom do conflito político e social, de identidade nacional galega, que sob pretextos de normativizaçom se está a produzir na Galiza e mesmo além fronteiras.

Num artigo ulterior intitulado «Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa» o autor há-de situar o «problema» na dimensom que é pertinente. — (*Nota da Redaçom*).

## 0. INTRODUÇÃO

Reelaboro o texto da *comunicação* ao HIZKUNTZA MINORIZATUEH SOZIOLOGI BILTZARREA, em Getxo, sob a lembrança de experiências vividas, gozadas e sofridas, durante o mesmo; nom foi a mais inocente a do «lamentável espectáculo» (assim pareceu) de um diálogo entre duas delegações díspares, mas galegas.

Por eu ter participado daquele «espectáculo», precedido e continuado na Galiza polo silenciamento pertinaz ou polo insulto murmurado ou, simplesmente, polo desprezo mantido, aproveito a ocasião para expressar a minha mais esperançada convicção de que o diálogo entre os interessados polo idioma galego há-de ser uma realidade *também* na Galiza, já que começou a ser efectivo no «estrangeiro».

Se em Gexto três galegos «reintegracionistas» puderam *dialogar*, apesar de tudo, publicamente com um recentemente demitido Subdirector Geral da Conselheira de Educação e Cultura da «Xunta de Galicia» (sic), D. Xulián (sic) Maure, e com outros representantes do «oficialismo», e, por outro lado, indirecta e privadamente com o Vice-Presidente do Conselho da Cultura Galega, órgão oficial de Cultura (*Estatuto de Galiza*, art. 32; Lei 8/1983 de 8 de Julho, *Diario Oficial de Galicia* de 9 de Agosto), D. Xesús (sic) Alonso Montero, será muito mais singelo e exequível e doado que na Galiza os muitos «reintegracionistas» sejam, quanto tais, reconhecidos por galegos e imprescindíveis colaboradores no processo de Planificarmos lingüísticamente a Galiza e no difícil de Normalizarmos plenamente os usos institucionalizados do galego.

Nom perdo a esperança!

### 0.1. Razões e motivações: o caso galego

A lógica desta comunicação está determinada polos fitos seguintes:

a) As reuniões do *colectivo «IRUI-NEAM SORTUA»*, em que se veu analisando a situação conflitiva, por desigua-

litária, das Comunidades Lingüísticas nom castelhanas no Estado espanhol, em particular da basca, da catalã e da galega.

As primeiras reuniões tiveram lugar em Pamplona, do 2 ao 6 de Julho de 1983 (1); as segundas, em Lleida, do 30 de Outubro ao 1.º de Novembro do mesmo ano; as terceiras, em Compostela, do 17 ao 19 de Março de 1984 (2).

b) A situação altamente desnormalizadora dos usos nom institucionalizados de galego na Galiza e o processo, correlativo, da sua simbólica (ou ritual, ou heráldica) normalização de usos institucionalizados (?) e formalizados (?). Particularmente virulentas, apesar de que o «galeguismo» oficial tenta silenciá-las, som as discussões e tensões geradas da *luta aparentemente ortográfica*.

Esta «luta» desenvolve-se entre os isolacionistas ou independentistas lingüísticos, solidamente apoiados polos órgãos de decisão política («Xunta» (sic) e sectores amplos do Parlamento galego) e polos órgãos reitores da Universidade, da Igreja e da própria imprensa, diária sobretudo, quer dizer, polo *oficialismo*, de um lado, e, do outro, os reintegracionistas ou unitaristas com o luso-brasileiro, seriamente apoiados nas ciências da linguagem e na tradição galeguista, mas «politicamente» desamparados. Como cabe esperar, a grande massa da população, em processo castelhanizante mais ou menos avançado, fica indiferente (3).

c) A *oficialização*, polo governo de Alianza Popular, das *Normas ortográficas e morfológicas do Idioma Galego* (sic), preparadas de feito polo Instituto da Lingua Galega e ratificadas por alguns membros de número da Real Academia Galega (4). O *acto de governo* da «Xunta de Galicia» (5) e o *acordo* tomado em sessão conjunta (6) polas duas entidades (ILG e RAG) mostram que existe uma decidida *vontade de reconduzir politicamente*, sob aparências ou pretextos de «razom científica» (7), o processo iniciado por 1916, truncado na guerra civil (1936) e recomeçado durante os anos sessenta-setenta. Ao longo do mesmo estava a perfiar-se, para o galego, a definição do

seu estatuto idiomático a favor da segunda das duas propostas dominantes: *língua independente* (do português) ou *variante idiomática* do diasistema galego-luso-afri-cano-brasileiro.

Cumpro termos presente, para entendermos o *affaire* ortográfico galego, o seguinte:

1.º — Que a *Real Academia Gallega de La Coruña* nom é «da língua» (8).

2.º — Que o *Instituto da Língua Galega*, segundo os *Estatutos provisionales de la Universidad de Santiago de Compostela* (art.º 8.º), é «Centro de Investigación y de Especialización» (9).

3.º — Que, no tocante ao idioma, as competências da Comunidade Autónoma abrangem «la promoción y enseñanza de la lengua gallega», mas nom se estendem *explicitamente* ao processo de normatização (10).

### 0.2. A modo de questionário

Nesta comunicação, mais do que expor feitos, tento apresentar um conjunto de temas, inspirados no processo «normalizador» do galego, que quixera debater ou matizar (11). Reduzidos a questionário som os seguintes:

1) Que é *normatização*? Pode diferenciarse do processo de *standardização*? Cumpro termos em conta as etapas históricas que percorrerom as comunidades lingüísticas normalizadas nestas «partes de Europa».

2) Que *objectivos* persegue a *standardização* das falas de um idioma? Dito de outro modo, para que tem de servir o processo normativizador?

3) Em relação com o ponto precedente, a que *critérios* adoita obedecer a *standardização* e *normatização* das línguas?

Por outra parte, permito-me, a respeito da comunidade lingüística galega na situação conflitiva actual, estabelecer as seguintes questões:

1) Em que *âmbitos de uso* (se) actua o produto *standardizado*?

2) A *normatização* é de seu operativa? Ou, se parece melhor, temem algo que ver entre si a *ortografia* e as *fronteiras* nacionais?

3) Por fim, a *normatização*, como *condição indispensável da planificação lingüística*, nom exige (e está ao serviço de) a *normalização* e *extensom* dos usos lingüísticos?

### 1. NORMATIVIZAÇÃO, QUE É ?

Observaria-se que estou a utilizar *normatização* e *standardização* indistintamente, se bem caiba fazer diferenciações nada subtis entre ambos os termos; a mais importante surge do *critério de correcção idiomática*:

1.º) A *standardização* remete a ele unicamente de maneira mediata. Com efeito, entendo-a como o processo ao longo do qual, em determinados âmbitos de uso, os Notáveis fam prevaler umas variantes idiomáticas e, simultaneamente, eliminam as «outras», existentes nas realizações orais. Deste modo ofereço a cara «positiva» e a «negativa» de um processo selector a redutor ao próprio tempo.

Executa-se, portanto, uma escolha, mais ou menos uniforme e coerente, de um jeito mais ou menos explícito e deliberado, que provoca por concomitância a *dialectalização* das «outras» variantes a respeito da *língua standardizada*. Os âmbitos de uso dos *dialectos* reduzem-se cada vez mais e só na realização oral, no entanto que os da *língua estándar* se estendem na realização escrita e também na oral. Generalizando, a *standardização idiomática* é correlativa do seu *uso habitual* em âmbitos «marcados» (cortesão, urbano...; tabelonário, literário...).

2.º) A *normatização*, porém, supom directa e imediatamente o critério de *correcção idiomática*.

Quando a língua estándar começou a empregar-se massivamente nos *âmbitos institucionalizados* («Legislação», «Administração», «Ensino», «Literatura»), tendeu a dar-se, em alto grau, algum tipo de intervenção «social», explícita e deli-

berada. Contudo, nom é a sociedade em conjunto a que normativiza, senom a *autoridade*, bem a que reside no poder político e, inicialmente, para os âmbitos de uso «oficiais», bem (ou também) a que deriva dos usos lingüísticos dos notáveis.

Em qualquer caso, o *critério de correcção* impom-se ao utente da língua «desde fora». Quer dizer, consideram-se correctos determinados textos dos realizados na sociedade nom tanto porque seja possível comprovar a sua codificação segundo as normas que definem a língua estândar; nem sequer porque poda reconhecer-se que forom produzidos em (ou para) âmbitos institucionalizados; senom porque o «indivíduo»<sup>(12)</sup> pode emitir um *juízo suplementar* de definição idiomática, capacidade adquirida (ou adquirível) durante o longo currículo escolar.

Na realidade, os discursos oficiais, dominantes, sobre a língua tentam introduzir o juízo de correcção idiomática a modo de condicionamento redutor (sobre-determinador?) para o conjunto dos textos produzidos na sociedade; tendem a que o «indivíduo», o «bem formado» e «aluno aproveitado», se converta em factor de exclusom e, no seu caso, correlativamente, de uniformação eficaz das realizações lingüísticas<sup>(13)</sup>. Nesta ordem de cousas, «este texto é correcto» equivale simplesmente a *isto é castelhano ou galego*, como «este texto nom é correcto» vale por *isto nom é castelhano ou galego*.

### 1.0. Notícia da história

*Grosso modo* indico as etapas que, a meu ver, percorrerom as línguas nacionais da nossa área cultural no processo da sua standardização, ainda que com notáveis diferenças segundo os territórios:

a) A *pré-história* discorre, desde a baixa latinidade, entre o analfabetismo generalizado e o «analfabetismo» eclesiástico. Este há-de dirigir o processo alfabetizador dos povos germânicos, celtas e romances; de modo parecido acontece entre os povos eslavos.

b) A história da constituição das falas dos diversos povos (ou etnias) em *proto-*

*línguas*. Abrange até o séc. XI, mais ou menos.

c) A história da constituição das protolínguas em *línguas de uso* para os habitantes (vassalos) dos territórios, ainda nom unificados de todo, mas que comecem a configurar-se naquilo que mais adiante entendemos por Estado-Naçom. Compreende do século XI-XII até ao século XIV-XV.

d) A história da constituição das línguas de uso em *línguas de cultura* para a expressom «literária» que ferve arredor das Cortes, ao mesmo nível e em progressiva substituição do latim; os dois movimentos som simultâneos e inclusive concomitantes. Estende-se até o séc. XVIII.

e) A história da constituição das línguas de cultura em *línguas nacionais*, como hoje entendemos tal denominação. Ocorre desde o fim do séc. XVII até os nossos dias. A política lingüística na França da Revolução pode apresentar-se como modélica.

Penso que é nesta etapa quando, por aplicar-se mais fortemente o critério de correcção, há-de considerar-se com propriedade que se *normativizem* as línguas nacionais<sup>(14)</sup>.

### 1.1. Conceitos gerais

Neste lugar é de toda pertinência descrever a normativização sob a perspectiva da utilidade: «para que serve standardizar ou normativizar uma língua?». Em abstracto podemos responder à pergunta dizendo que tem como finalidade genérica converter em *língua nacional*<sup>(15)</sup>, escrita, um conglomerado de falas, de modo que aquela seja instrumento útil e adequado para conseguir os objectivos, funcionais e simbólicos, que o «Rapport Grégoire» (1794) compendia, num certo ponto, como unidade dos «mouvements du commerce» e das «relations sociales», *unidade económica* e *unidade cultural*, que noutra texto solene se expressa de jeito parecido: «promover el progreso de la cultura y de la economía»<sup>(16)</sup>.

Cumpre, por conseguinte, delimitarmos o sentido de «conglomerado de falas», o

de «língua nacional» e o de «instrumento útil e adequado».

### a) Conglomerado de falas

Com independência da duração do processo, a *standardização idiomática* supom sempre um estado inicial de diversidade, mais ou menos acentuada, de aquilo que se adoita denominar «realizações orais» da língua; isto é, arranca sempre de textos falados dessemelhantes.

Portanto, para standardizar um idioma nom se parte de uma suposta condição social nem de homogeneidade nas circunstâncias da comunicação lingüística nem, menos ainda, de oralidade que aparecesse uniforme por natureza e que a escrita estândar simplesmente transcrevesse. O ponto de partida, por definição e pola força dos feitos, é a variedade de «produtos» mais que de «processos produtivos»; é, mais bem, a multiplicidade inquestionada de realizações nas próprias unidades orais e, simultaneamente, o escasso número de modelos comunicativos diferenciados.

Ainda que, sob a heterogeneidade de realizações, parece ter-se reconhecido sempre uns mesmos elementos «ideais», aos que aqueles remetem, contudo, na *similitude* entre as falas de uma língua, tal como hoje a percebemos, repara-se depois de estabelecido o estândar, isto é, *a posteriori*, e por dous caminhos: *pola versatilidade* da língua escrita a respeito das falas, assimilada durante o currículo escolar, e *pola fixação* a que as realizações orais som submetidas mercê a este «más alto y eficiente modelo de uniformidad»<sup>(17)</sup>.

### b) Língua nacional

É conceito suficientemente conhecido; portanto, só indicarei alguns rasgos, pertinentes para apreciar melhor o caso galego.

Por um lado, é certo que *língua nacional* possui significado preciso, sobretudo a partir da Revolução (francesa). Porém,

a funcionalidade e a cobertura simbólica da expressom vinherom-se preparando-se nas épocas precedentes à medida em que se multiplicavam os roles sociais e surgia a organização diversificada e a concepção de Estado-Naçom. Distingo no processo duas épocas decisivas, ainda que desiguais:

1.<sup>a</sup> — A da transição do conceito *medieval* de «Cristandade» (Sacro Império Romano-Germânico) à *moderna* concepção de Reinos, diferentes, com Monarca absoluto. Progressivamente o latim deixa de ser a língua de intercomunicação, entanto que o idioma do Rei e dos Nobres devêm em veículo de identidade do Reino respectivo.

2.<sup>a</sup> — A da passagem da concepção e organização social próprias do *Ancien Régime* à dos *Estado-Naçom*. O idioma do Rei passa a ser língua da *Naçom*; os Notáveis, já nom só os Nobres, por decisão explícita, estendem ao povo o *dever de conhecê-la* e o *direito a usá-la*. Contudo, nem por isso o povo fica identificado, em interesses e definitivamente, com a *Naçom*; esta é, antes de mais nada, o conjunto dos Notáveis.



Com efeito, como é sabido, desde o Renascimento e principalmente durante a Ilustração, contribuem aos movimentos de organização do Estado-Nação, de um lado, as lutas religiosas acerca da primazia da Escritura, o cultivo do Hebreu, Grego e Latim e a multiplicidade de livros impressos e, de outro, a preocupação pela origem das línguas, pelo estabelecimento de regras racionais também para os idiomas nom clássicos, pela educação e ajeitada condução dos povos, e um curto etcétera. Assim, o discurso sobre o Estado-Nação chega a constituir o «nudo central de un multidiscurso en que la *economía* y la *estadística* aparecían inextricablemente entrelazadas con una escala de valores éticos, una filosofía de la historia y una cierta legitimidad política ('soberanía nacional')»<sup>(18)</sup>. De facto e de jeito progressivo, os Notáveis estendem e controlam, no território nacional, os processos de produção e consumo, também os tocantes ao intercâmbio comunicativo. Conseguem-no por dous caminhos:

a) Mediante a *codificação explícita da língua nacional*, manifesta em métodos de lecto-escrita, «as minhas primeiras letras», Gramáticas e outros textos escolares, que ajeitadamente simplificada se assimila pelo povo, sobretudo durante o currículo educativo<sup>(19)</sup>.

b) Mediante a *hierarquização dos processos comunicativos*; deste modo, os textos que se emitem em âmbitos institucionalizados prestigiam-se até o ponto de que se convertem em modelo de correção e, simultaneamente, incidem no desprestígio dos usos idiomáticos nom institucionais ou, simplesmente, na «domesticação» e marginação das *outras línguas*, nom nacionais<sup>(20)</sup>.

Achamo-nos, polo de agora, neste «estado de cousas». Dentre o conjunto de processos de comunicação e âmbitos de uso lingüístico, possíveis na Galiza, o Estado (espanhol) só regula impositivamente aqueles em que a *língua oficial* se emprega de modo habitual num alto grau de formalização. Referente à *língua*

*própria*, as regras explícitas que o Estado declara ou impom na Galiza nem condicionam nem restringem os processos e âmbitos em que se usa a língua nacional, nem sequer atingem, segundo parece, a produzir os textos em galego habitualmente formalizados.

### c) *Instrumento útil e adequado*

Acho que a razão fundamental da desigual condição de *língua nacional* e de *língua própria* reside na função desigual que desempenham uma e outra. A *língua própria*, entanto convenha utilizar-se, serve de instrumento coadjuvante ou supletório para a construção do Estado. A *língua nacional* contribui poderosamente à unidade da nação:

1.º — Como instrumento adequado, quer dizer, necessário para a uniformização dos processos comunicativos, institucionalizados;

2.º — Como espaço simbólico em que se materializa a fraternidade nacional.

Com efeito, o discurso sobre o Estado-Nação apresenta a unidade nacional como *unidade lingüística e cultural* (por vezes, «dentro da diversidade legítima» ou num «regionalismo bien entendido»), ainda que de facto é *unidade de intercâmbio económico*, mercado e comércio de «cousas» e de «homes», *unidade em que se exerce a soberania nacional* ou possibilidade de «governar» e de serem acatadas as decisões de governo, *unidade política*, a eito equiparada com democracia, ou unidade de «segurança cidadã», como adoita repetir-te nestes tempos...

Segundo tal discurso, a unidade nacional desapareceria se faltar a unidade lingüística. Ao respeito, é eloquente o «Rapport Grégoire». Diz num determinado momento:

«C'est surtout vers nos frontières que les dialectes, communs aux peuples des limites opposées, établissent avec nos ennemis des relations dangereuses, tandis que, dans l'étendue de la République, tant de jargons sont autant de

barrières qui gênent les mouvements du commerce et atténuent des relations sociales».

## 1.2. Critérios dominantes

Conhece-se a recopilação de normas de correção que fixo O. Jespersen no seu *Menneskehed, Nasjon og Individ i Sproget* (Oslo, 1925)<sup>(21)</sup>. Aqui só as anoto, mas como critérios que guiam a correção idiomática:

1 — Critério de autoridade, «política» ou académica, mas em todo caso institucional.

2 — Critério de prestígio idiomático, reconhecido a um determinado lugar (cidade ou comarca).

3 — Critério de prestígio dos usos literários, bem em abstracto, ou bem, com maior frequência, de autores clássicos.

4 — Critério de autoridade ou prestígio do dizer dos Notáveis, em virtude da sua «aristocracia».

5 — Critério de prevalência dos usos populares («a língua como se fala»). A língua fai-na o Povo, diz-se...

6 — Critério de racionalidade ou coerência das «soluções lingüísticas».

7 — Critério de beleza, na expressom e no contido, das «soluções» orais e escritas.

Maria Leonor Carvalho Buescu<sup>(22)</sup> lembra a tendência ao equilíbrio ou, talvez, a tensom dialéctica «entre *usus* e *autoritas*, também entre a *rusticitas* e a *urbanitas*» e entre a *vetustas* e a *modernitas*» como critérios aplicados para o estabelecimento do português estandar ou normativo.

Pola minha parte, tenho proposto para o galego comum, em vias de construção, dous princípios ou *critérios básicos*: 1) A fidelidade à escrita tradicional no conjunto das escritas (tradicional) em Ocidente; e 2) a correspondência suficiente entre as falas e a escrita uniformizadora. E, com estes, outros dous *critérios cor-*

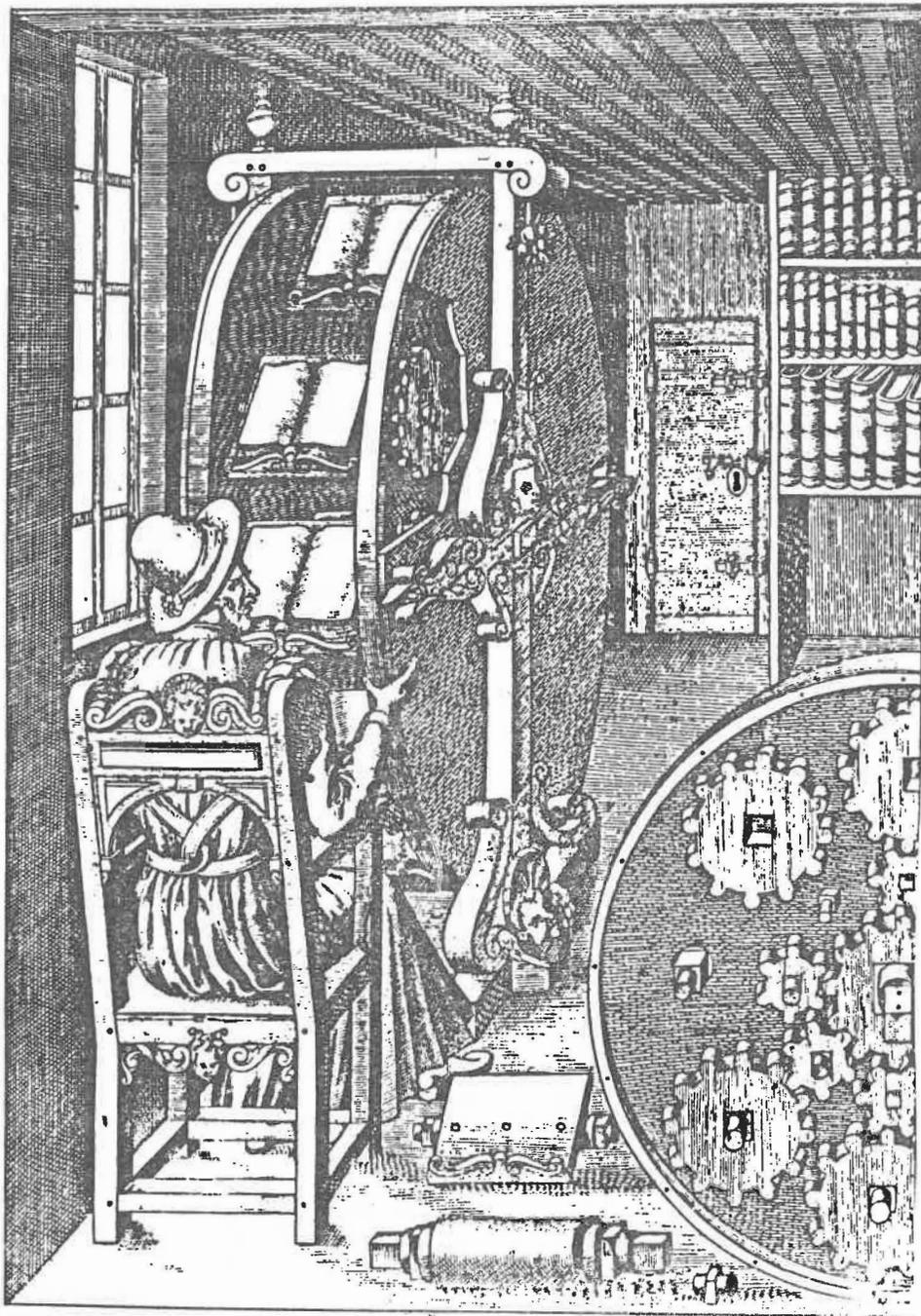
*rectores*: 3) A atenção aos usos e ao diasistema do galego, actualmente interfeitos polos usos e diasistema castelhanos, e 4) a consideração especial do estandar português e brasileiro<sup>(23)</sup>.

De todos os jeitos, o feito de privilegiar uns critérios sobre os outros e, em última instância, optar por um tipo de língua estandar, e nom por outro possível, implica a existência eficaz de um critério supremo, prévio ao critério de selecção e determinante dos mesmos. Os Notáveis referem-se a ele quando apelam à «unidade nacional» e, de facto, concebem-no a modo de *espaço simbólico* ou *âmbito globalizante de referências*, bem constituído em Estado-Nação ou bem ainda como projecto. Neste «universo» desenvolvem-se e adquirem sentido (ou perdem-no) todas aquelas actividades, com jeito qualificadas de *nacionais*.

## 2. NORMATIVIZAÇÃO E USO NORMAL NA GALIZA

Chegamos ao ponto de tirar algumas conseqüências. A teor do *espaço simbólico*, determinante dos critérios de estandarização, ousa afirmar que, com muito escassas excepções, os Notáveis na Galiza nom conceberom nunca, e menos ainda hoje, construir a Nação galega<sup>(24)</sup>; logicamente, nunca se considerarom responsáveis para realizarem, no futuro, um projecto de tal envergadura. Porém, na região espanhola que compreende as quatro províncias chamadas galegas, estão a exercer sempre como Notáveis<sup>(25)</sup> da Nação-Estado Espanha. Som, singelamente, Notáveis espanhóis na Galiza, mas nom Notáveis galegos; é indiferente que atendamos ao seu comportamento e decisões individuais ou de grupo, oficiais ou nom<sup>(26)</sup>.

Nom estranhará, portanto, o processo de normalização lingüística que pretendem levar adiante. Pola razão antedita é-lhes vetado promover o *idioma próprio* a um nível de usos que incidirã perigosamente nos usos do *idioma oficial*; ainda mais, inclusive quando tentarom estan-



dardizar o galego, deixarom-no submetido ao castelhanu até o punto de terem definido o seu estatuto idiomático desde a perspectiva da *língua nacional do Estado*. Para confirmarmos-lo, basta com que consideremos o seguinte:

### 2.1. Restriçom de usos sob pretexto de «correçom idiomática»

Na Galiza o processo «normalizador» do galego parece limitar-se, cada vez mais declaradamente, a *actos de governo* junto com atitudes e condutas de Notáveis, possuidores de alguma parcela de poder (académico ou político) <sup>(27)</sup>, cujo fim quase único é impor o conhecimento da normativa gráfica oficial.

Por conseqüência, a vigente «política» lingüística nom só reduz a tarefa normalizadora, senom que, eliminando de facto usos de galego, nom consegue que, nos âmbitos institucionais, se utilize normalmente a língua e nem sequer garante que, quando se emprega, o galego habitual responda às normas de correçom oficializadas.

#### a) Âmbitos em que 'actua' o estândar

Com seu proceder os Notáveis estãem a provocar na populaçom da Galiza a confusom entre usos lingüísticos normais (*Normalizaçom*) e correçom idiomática (*Normatizaçom*) ou submetimento às *Normas ILG-RAG*; induzem também a identificar o processo de construçom da língua comum (*Estandardizaçom*) com o conhecimento da língua «normativa», mais ou menos «filológico», como condiçom prévia para usá-la <sup>(28)</sup>. Nestes supostos, a normalizaçom lingüística, segundo a Lei correspondente <sup>(29)</sup>, fica delineada assim:

1) O uso de galego é, em última instância, um direito subjectivo dos cidadãos espanhóis que, «de acuerdo con las leyes generales del Estado, tengan vecindad administrativa en cualquiera de los municipios de Galicia» <sup>(30)</sup>.

2) Só no âmbito do ensino nom universitário «a língua galega é materia de estudio obrigatorio» <sup>(31)</sup>.

3) O preceito anterior complementa-se com o estabelecido no Decreto de Normatizaçom <sup>(32)</sup>: «As normas aprobadas [...] son de ensino obrigado en tódolos centros escolares da Galicia» (sic).

Repare-se no atoleiro em que se cai. O uso normal, «espontâneo», da *língua nacional* está a conseguir que os galegos nativizem o castelhanu estândar, oral e escrito; enquanto que a aqueles que possuem já nativizado o galego oral (arredor do 65 % da populaçom) se lhes impom um certo conhecimento de certa norma gráfica, pretensamente autóctone, mas nom se lhes assegura um uso *normal* objectivamente tãem *espontâneo* como o de espanhol. Na Galiza, portanto, os Notáveis *actuam subversivamente*; nom só nom convertem o *galego em questom de Estado* (estendendo com decisom os seus usos como símbolo e instrumento de unidade nacional) <sup>(33)</sup>, senom que, reduzindo-o quase a pura *matéria de estudo*, condenam a comunidade lingüística galega ao desaparecimento.

#### b) Dous casos

Comprova-se o exposto em dous «actos de governo», um de ordem particular e outro de carácter geral.

#### 1.º — Desautorizaçom de um livro de texto escolar.

Antes de serem oficializadas as Normas ILG-RAG <sup>(34)</sup> já actuarom eficazmente segundo consta por um escrito da *Subdirección Xeral de Ensino da Língua galega* (sic), de 15 de Janeiro de 1983. Diz literalmente:

«Tendo á vista o(s) informe(s) técnicos que nos foron transmitido(s) pola Consellería de Cultura, [...], dada a deliberada conculcación da normativa lingüística promulgada e vixente no tempo da presentación das obras («Normas...» no *Boletín Oficial da Xunta de Galicia*, 2.ª quincena de decembro de 1980 <sup>(35)</sup> e logo de anticipar oportunamente en entre-

vista na Subdirección este resultado negativo ós representantes da Editorial co fin de que fosen, entretanto, retirado-los libros da venda nas librerías...» (sic).

Polo seu lado, o «informe técnico» aludido, que com data de 1 de Dezembro de 1982 emitiu o Departamento de «Filoloxía Galega» (sic) da Universidade de Santiago, permitia-se recomendar à Conselharía

«que non aprobe este libro por estar en contra da normativa vixente. Ó mesmo tempo consideramos necesario que se lle indique á Editorial Everest a necesidade de cumpli-la normativa vixente, agora aprobada pola Xunta de Galicia, de acordo coas Normas Ortográficas conxuntas da Academia Galega e do Instituto da Lingua» (sic).

2.º — *Ordem de 12 de Junho de 1984* pola que se aproban as bases que regularán as axudas á produción editorial do libro en galego» (sic).

No texto legal (36) começa-se afirmando que «constitue un deber para a Consellería de Educación e Cultura [...] a potenciación das liñas de actuación dirixidas a estimular a produción do libro galego» (sic). Este obxectivo procura-se pola aprobación e publicación das bases contidas no «Anexo» da *Ordem*. Nelas nom transparece nem a potenciação nem o estímulo; com efeito, o requisito primeiro e indispensável para receber subsídios da «Xunta» (sic) é que as publicacións estejam «en lingua galega normativizada» (37).

Entende-se que para o material didáctico se procure certa uniformidade gráfica. Nom se justificam, porém, os motivos por que libros nom «destinados a uso escolar» (base 3.ª) tenham de seguir as Normas oficiais para serem subsidiados, salvo que se pretenda limitar o proceso estandardizador (portanto, normalizador) do galego.

## 2.2. Normativizaçom ao serviço da assimilaçom

Na nota (6) compendiei a história última do «Acordo ortográfico RAG-ILG», oficializado polo Governo de «Alianza Popular» na Galiza. Sem discutirmos aqui a *pertinência científica* do mesmo, tal escolha normativizadora pudo fazer-se:

1) Com respeito para a história lingüística galega, sumamente irregular em comparação com o anotado no parágrafo 1.0.

2) Aplicando, com adequaçom e propriedade, os critérios enunciados em 1.2.

Mas nada disto se fixo.

a) *História acidentada*

Os Notáveis da comunidade lingüística galega conseguiram «prematuramente» (séc. XIII) para o seu idioma o estatuto de *lingua de cultura* (38). Mas, a partir do séc. XVI, foi de todo suplantado polo castelhanao, língua dos Notáveis que estavam a construir o Império espanhol. Hoje, os seus continuadores na Galiza, políticos e académicos, quando o galego *nom é a sua língua nacional*, consideram-se autorizados para definir o seu estatuto idiomático. Tal atitude patenteia-se, por exemplo, nos considerandos referentes à toponímia galega; afirma-se (39):

1) Que «a toponímia forma parte esencial do património dun pobo ó tempo que fai patente a orixe ou as vicisitudes do decorrer histórico dos seus asentamentos humanos» (sic).

2) Que «en tal decorrer histórico hai que ter ben presentes as circunstancias que acompañaron á nosa fala, que perdeu o seu carácter de lingua culta ó se inicia-la Idade Moderna» (sic).

3) Que, «en consecuencia, estivo falta desde esas datas de patróns lingüísticos propios que aseguraren a conservación do seu patrimonio cultural» (sic), tam-

bém a respeito dos nomes de lugares habitados.

4) Que isto aconteceu «non só por carecer dunha ortografía fixada, senón tamén por sufri-lo influxo do centralismo lingüístico e do descoñecemento da nosa realidade polos poderes públicos, mesmo os galegos» (sic).

5) Que, conseqüentemente, cumpre fazer a «recuperación» ou a «fixación ortográfica duns nomes que por diversas circunstancias perderon ou viron desvirtuada ó longo do tempo a súa propia forma ou a correcta transcripción cando a lingua dun pobo busca a súa normalización en tódalas manifestacións colectivas» (sic).

Advertir-se-á que os Notáveis, redactores deste texto, por nom assumirem a responsabilidade de construir a Naçom galega, portanto, de fazerem do galego a sua língua nacional, mascaram o «decorrer histórico» confundindo entre situaçom e condiçom («poderes públicos galegos»), induzindo a falsidade («falta de patróns lingüísticos»), desculpando as próprias atitudes («descoñecemento», «centralismo lingüístico»), ocultando factores e decisões que conduzirom à falta de «ortografía fixada», e deixando na indefiniçom o proceso «estandardizador» e «normalizador» que estão a levar adiante nos últimos tempos.

b) *A luita ortográfica*

Com estes condicionantes nom estranhará a desconcertada «normalizaçom» em marcha. Além da indefiniçom (40), a denominada «luita ortográfica» contribui, como pretexto, à reduçom dos usos de galego; o Poder alenta-a mediata ou imediatamente com as suas determinaçom sobre as línguas.

Por outro lado, lento e tímido a partir de 1916 e mais decidido nos anos setenta,

existe um processo social e político que está a definir o estatuto idiomático do galego; mas ultimamente o Estado espanhol e os seus Notáveis interferirom, polo de agora com eficácia, até o ponto de que nem sequer a maioria dos grupos conscienciados da Galiza tenhem reaccionado ajeitadamente:

1.º — Em particular, nom parece que as organizaçom nacionalistas planificassem o processo polo que o galego alcançaria a condiçom de lingua nacional.

2.º — Ainda mais, em geral duvida-se entre fazer uma selecçom normativizadora «popular», portanto castelhanizada, ou optar pola estandardizaçom reintegracionista que implica decerto uma prática, difícil e funda, de *purificaçom lingüística*.

Em declaraçom solenes os partidos nacionalistas admitem, nem sempre com a lucidez desejável, a *unidade diasistémica de galego*, português e brasileiro, ainda que a actuaçom ortográfica de militantes e da própria organizaçom nom é conseqüente (41).

No entanto, sem alevantarem protestas relevantes (som, portanto ineficazes as que se fam), a «Xunta» (sic) e os Notáveis académicos imponhem a sua normativa castelhanizante sob a alegaçom da *genuidade galega* das Normas ILG-RAG; nom podia acontecer de outro modo.

Com efeito, seguindo os critérios que tomámos de Jespersen (42), advertimos, na situaçom sociopolítica vigente:

1 — Que o *critério institucional* (ou político) nom há-de conduzir nunca a equiparar o galego com o português, senom a submetê-lo à língua oficial do Estado e nom só nos usos, senom na própria configuraçom gráfica.

2 — Que o *critério de prestígio idiomático* provoca a ruralizaçom do galego; segundo o discurso dominante (que extrema a distribuiçom actual dos galegoutentes), os lugares onde melhor se *fala* som as aldeias.

3 — Que, se atendemos ao *critério de prestígio literário*, constatamos que, neste

âmbito, os usos nom som convergentes, que a gente, incluídos os Notáveis, desconhecem a literatura galega (por lógica, ainda mais a luso-brasileira nos textos originais); que, em definitiva, os Notáveis nom procuram usos reais, senom conformarem modelos literários, conforme à selecção lingüística, prévia e oficial, e que estão a ocultar a produçom «literária», no sentido mais amplo do termo, trasladando para o galego oficial as obras de leitura mais estendidas<sup>(43)</sup>.

4—Que o *critério de uso aristocrático* (ou da «notabilidade») precipita o galego na castelhanizaçom: os Notáveis na Galiza tenhem só, com escasas excepções, a língua oficial do Estado como veículo de comunicaçom entre eles.

5—Que o *critério da «língua que se fala»*, privilegiado sem muita congruência nas Normas ILG-RAG, arrasta a língua «própria» às funções de dialecto do castelhanho por dous caminhos: polo da castelhanizaçom, desigual mas progressiva, das falas galegas e pola hierarquizaçom nos usos das duas línguas.

Pomos de parte os critérios 6 e 7 porque, a meu ver, redundam nos anteriores: a «racionalidade» e a «beleza» que os Notáveis dominam é a que apreendem de utilizarem o castelhanho.

Em resumo, dos critérios expressos nas Normas ILG-RAG e do seu desenvolvimento, nelas e noutros textos, parece induzir-se que a normativizaçom (standardizaçom) do galego se acha condicionado, como o está a sua normalizaçom por o castelhanho ser «la lengua española oficial del Estado». Os critérios efectivos, portanto, compendiam-se nestes:

1.º — O galego nom é português, já que este é *língua nacional* em Estados que nom som o espanhol.

2.º — As coincidências entre galego e castelhanho carecem de importância polo facto de ambas as línguas serem (co)-oficiais da Comunidade Autónoma galega, parte (ou *región*) do Estado espanhol<sup>(44)</sup>.

A normativizaçom do galego, em última instância, está a servir para a sua assimilaçom definitiva na *língua nacional do Estado espanhol*. Para justificarmos esta nossa conclusom, bastaria com recorrermos às notas explicativas que contemhem as Normas ILG-RAG; contudo, acudo às que se dão no «informe técnico» citado<sup>(45)</sup>:

- 1) Os autores do livro de texto escolar «tampouco seguen a normativa oficial, adoptando o criterio de acentuación portugués» (sic) (*dia, comun, bebin ... por día, común, bebin ...*).
- 2) Distorsiona-se a realidade lingüística «quando se adopta uma normativa portuguesa en contra da realidade galega en casos como *aluno, columna, hino, inovar*» (por *alumno, column, himno, innovar*, etc.).
- 3) «... poderíamos citar numerosos casos de transgresión da norma lingüística galega para poñer unha norma portuguesa. Vese claramente a intención dos autores de eliminar palabras e formas específicas galegas para impoñe-la forma correspondente portuguesa, que ás veces existe dunha maneira minoritaria, marxinal ou como vulgarismo no galego, pero que na maioría dos casos é diverxente nas dúas línguas» (sic)<sup>(46)</sup>.

## CONCLUSOM

Quixera fazer constar que tentei expor, com precisom e maior amplitude, a *comunicaçom* que apresentei ao Congresso, e que a reformei, sem me sentir condicionado, para explicar ajeitadamente a hipótese de trabalho inicial: «A normativizaçom na Galiza está a jogar em contra da normalizaçom do galego».

Galiza, Novembro 1984

(1) A *Declaraçom de Pamplona* serviu de «conclusões» das mesmas. Depois de uma breve «introduçom», referem-se cinco pontos sob o epigrafe «constatamos» e dous sob o título de «concluimos». A derradeira conclusom diz, entre outras cousas: «Sabemos que o pensamento, a açom e a organizaçom som mutuamente necessários e estimulantes. E queremos que esta declaraçom que fazemos pública seja um chamamento ao trabalho colectivo de clarificaçom e construçom que é, hoje como sempre, o único recurso eficaz e a única esperança aberta».

Com este Congresso, concebido precisamente nas reuniões de Pamplona, tentou-se clarificar e construir; talvez se conseguiu ...

(2) Vide ARACIL, Ll. V., *La Prehistoria d'Iruñean Sortua* (policopiado), Barcelona, 21 de Novembro de 1983 (segunda-feira). O texto foi lido polo autor na referida data durante a *apresentaçom de Iruñean Sortua* na Universidade de Barcelona.

(3) A desnormalizaçom do galego nos meios institucionalizados é tal que, por exemplo, em *El Orzán*, órgão oficioso do Concelho de A Corunha, se publicava uma protesta pola galeguizaçom do nome do município com estas literais palavras: «Nos llevaron la capitalidad y ahora nos quieren quitar una letra, pero no lo conseguirán» (veja-se *A Nossa Terra*, n.º 256, 25 de Outubro de 1984, p. 3). Referem-se ao feito de que *La Coruña* passe a denominar-se *A Coruña* (sic), em galego oficial (art.º 10.º 1. da *Lei de Normalizaçom lingüística*); que diriam se o nome fosse *A Corunha*?

(4) «Los académicos de número son cuarenta», segundo o art.º 4.º dos vigentes *Estadutos de la Real Academia Gallega de La Coruña* (Coruña, 1912); nom se determina o número dos académicos de honor, dos «correspondientes» e dos adjuntos, que «podrán ser tantos como juzgue conveniente la Academia» (art.º 5.º). Todos os académicos puderom assistir à «junta extraordinaria» (art.º 35.º), que foi como se convocou, com data de 18 de Junho de 1982, para a reuniom em que se ratificasse o *acordo*; mas só se achavam presentes vinte pessoas (20) entre representantes do ILG (3) e académicos (17), segundo consta pola fotografia que o día 4 de Julho publicou em primeira página *La Voz de Galicia*.

O «asunto único» da Junta Extraordinária enunciou-se: «Estudo da ponencia sobre la unificación de normas ortográficas e morfológicas do galego, entre a Real Academia Galega e o Instituto da Lingua Galega.

Adxúntase o borrador da ponencia. Rógase que este borrador non pase aos meios de comunicacón nin se lle dea publicidade mentras non teña lugar a Xunta Extraordinaria» (sic).

(5) No «Limiar» a *Normativizaçom da Lingua Galega* [texto do Decreto de Normativizaçom e das *Normas ortográficas e morfoló-*

*xicas do Idioma Galego*], Xunta de Galicia, Servicio Central de Publicacións, Col. Textos legais núm. 1, Santiago 1983, o conselheiro da presidencia, D. José Luís Barreiro Rivas, tamém Secretário-Geral da «Alianza Popular galega», explica-se deste modo: «[...] o Decreto sobre normativizaçom da Lingua Galega é un *acto de goberno*, con independencia do Goberno que o adoptou, porque responde a unha demanda social maioritaria e porque vén atender unha necesidade fundamentalmente sentida» (sic). (As cursivas som minhas).

Opino, porém, que tal *acto de goberno* é, antes de mais nada, responsabilidade do Governo que o fai e executa. Além disto, merecem comentário à parte as expressões simplesmente retóricas com que se tenta *justificar* a afirmaçom inicial. Com efeito, som exponents do *discurso possibilista ou da boa vontade*, que aflora com insistência nos ambientes oficiais e extra-oficiais da Galiza. Bastaria com aplicar a «prova de comportamento político (ou dos políticos)»: Se a *demandada social* fosse maioritária, a «Xunta» e outras autoridades do Governo e da oposiçom, em qualquer parcela de poder, normalizariam adequadamente os usos de galego (cousa que nom fam); se a *necesidade* da Normativa gráfica fosse fundamentalmente sentida, cada vez mais se usaria correctamente o galego, sobretudo por parte do poder (cousa que ainda é questom a debater). Para uma *análise dos discursos possibilistas sobre o galego*, veja-se a minha colaboraçom em AA. VV., *Que galego na escola? Ponências dos I Encontros LABACA*, Eds. do Castro, Sada—A Corunha, 1984, pp. 88-116. Também a minha comunicaçom, «Aproximaçom à análise do(s) discurso(s) sobre a língua (galega e castelhana) en textos de «filoloxía» oficial na Galiza», ao *I Congreso Internacional da Lingua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, 20-24 de Setembro de 1984), cujas *Actas* se acham em preparaçom.

(6) Vide *O Ensino*, núm. 5 (ano 1982), pp. 61-62. A história do «acordo», em breve, percorreu três etapas: 1.º) Existiam, desde Maio de 1980, umas *Normas de concórdia*, elaboradas por uma Comissom Lingüística, cujos membros, nomeados polo Conselheiro de Educaçom e Cultura, procediam de diferentes opções ideológicas e lingüísticas. Estas *Normas ortográficas do Idioma galego* foram publicadas no *Boletín Oficial da Xunta de Galiza*, núm. 10, Junho de 1980, pp. 26-30.— 2.º) O 3 de Julho de 1982, o ILG e a RAG formalizam o seu «acordo en materia de unificación ortográfica e morfológica», publicado como livro em Outubro do mesmo ano sob o título de *Normas ortográficas e morfológicas do Idioma galego* (sic).— 3.º) A instância do Conselheiro Adjunto à Presidencia, D. José Fernando Filgueira Valverde, oficializam-se estas *Normas* em reuniom de Conselho da «Xunta de Galicia» (sic) actual, de «Alianza

Popular», celebrado o 17 de Novembro de 1982. O *Decreto sobre a Normalización da Lingua Galega* publicou-se no *Diario Oficial de Galicia* (sic) de 20 de Abril de 1983.

(7) Mais una vez se puxo a Filología ao servizo da Política; os científicos (!) submeterom-se aos ditados do projecto político que assegura «la indisoluble unidade de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles» (*Constituição* de 1978, art.º 2.º), de maneira que a proteçom de «sus culturas y tradiciones, lenguas e instituciones» (*ibid.*, «Preámbulo») só parece conceber-se e desenvolver-se (?) sob o prisma da unicidade e da hierarquizaçom.

Ao respeito, possui plena vigência a *constataçom* expressa na *Declaración de Pamplona*: «Encaixar arbitrariamente as relacións entre as comunidades lingüísticas destas partes da Europa dentro do esquema hierárquico 'Estado soberano/regións autónomas' é negar de raiz o principio da igualdade democrática».

Vide ARACIL, Ll. V., «Romanística i Sociolingüística», em *Dir la realitat*, Eds. Països Catalans, Barcelona, 1983, pp. 275-298; também em AA. VV., *Que galego na escola?*, citado, pp. 8-84 e 98-99. Veja-se, para contrastar o discurso sobre a «lengua nacional» e o discurso sobre as «lenguas regionales», MENÉNDEZ, R., «La unidad del idioma», em *Castilla. La tradición, el idioma*, Espasa-Calpe S. A., Madrid, 1945 (1.ª ed.), 1966 (4.ª ed.), pp. 169-215.



A nossa terra non é nossa, rapazes.

(8) Vide o art.º 1.º dos *Estatutos* e do *Reglamento interior*. Na «Exposición» de motivos do «Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes», anteposto ao Decreto que aprova os Estatutos e a denominaçom da *Real Academia Gallega de La Coruña* (*Gaceta de Madrid*, 2 de Setiembre de 1906), diz-se: «[...] su objeto es cultivar las Bellas Artes en general

y, especialmente, aquellos estudios que más pueden contribuir al conocimiento de la historia, antigüedades y literatura de Galiza, dedicándose á investigaciones, adquisiciones y copia ó conservación de libros, manuscritos y demás monumentos que estén relacionados con los fines de su instituto...».

(9) O ILG e a RAG, como tais entidades, estão representadas no Consello da Cultura Galego (sic) e no Consello de Educación de Galicia (sic). O primeiro «ha de ser entendido como un cuerpo asesor y consultivo, con capacidad de iniciativa, investigación y organización, dotado de personalidad jurídica y compuesto por miembros representativos de entidades de los diversos campos de la cultura [...]» («Preámbulo» da Lei 8/1983, de 8 de Julho; vide artigos 1.º, 2.º e 6.º). O segundo «es el órgano superior de consulta, asesoramiento y dictamen en materia de educación en el ámbito territorial gallego (art.º 1.º 1. do Decreto 95/1983, de 9 de Julho, *DOG* de 30 de Junho de 1983).

Veja-se no art.º 3.º da Lei os componentes do Consello (sic) da Cultura Galega, que hãm de colaborar «en los campos de la vida popular, en la fecunda eclosión de las instituciones y movimientos espontáneos» («Preámbulo» da Lei): O Conselheiro de Cultura e representantes dos organismos, RAG (1), Academia Gallega de Jurisprudencia y Legislación de Galicia (1), Universidad gallega (2), Instituto P. Sarmiento de Estudios Gallegos (CSIC) (1), Seminario de Estudios Gallegos (1), Academia de Ciencias (1), ILG (1), Instituto de Estudios Jacobeos (1), Museos de Galicia (1), Patronato «Rosalía de Castro» (1), Fundaciones culturales de interés gallego (2).

(10) Inclusive desde antes da oficializaçom das *Normas*, já a política (?) lingüística da «Xunta de Galicia» e, em geral, a das Instituições Oficiais da democracia espanhola na Galiza vêm mantendo-se entre dous pólos: 1.º O da «normalizaçom» puramente retórica, inoperante. Baste, como mostra, a «Campanha Institucional de Normalización Lingüística» que se está a desenvolver nestes dias, do 4 de Novembro ao 20 de Dezembro; começou na Casa-Museu de Rosalía de Castro e acabará no *Panteom* de Galegos Ilustres. Está subsidiada com 35.000.000 pesetas para a inauguraçom, oito (8) conferências seguidas de actuações de um grupo musical e da Banda Municipal do Concelho em que tem lugar a conferência, uma (1) mesa redonda e o «peche» ou encerramento, com Missa Concelebrada e Coral Polifónico incluídas. Pode comprovar-se, até graus sublimes, a retorizaçom no «Especial» dedicado à «Campanha» em *La Voz de Galicia* de 5 de Novembro. Nele recolho estes parágrafos do discurso inaugural, a cargo do Presidente da «Xunta»: «Da xenerosidade e vontade de todos vai depender que avancemos, con paso seguro, no proceso de Norma-

lización e que, lonxe de restar, sume tódalas forzas pola causa común da galegüidade». E acabava: «Por esta nosa Galicia, pola terra secular legada pelos devanceiros que faloron a súa lingua, por esta fala inmorrente que é un patrimonio de todos nós, espero que todos poñámo-los nosos esforzos e traballo para que o que hoxe empeza, sexa un medio axeitado para conseguir unha Lingua Normalizada» (sic). — 2.º O da *imposiçom restritiva de umha norma gráfica*, materializaçom do «fantasma do decreto de unificaçom» que denunciara em 1982 o Prof. Carvalho Calero (*Da fala e da escrita*, Galiza Editora, Ourense, 1983, p. 130).

(11) Agradeço qualquer observaçom que se me envie a: Av. Peruleiro, 18-7.º esq. 15001. A *Corunha* (Galiza) Spain.

(12) Decerto, nom me refiro ao cidadão concreto nem ao «falante ideal» chomskyano, senom ao *protótipo* que explicitamente desenharam os planos educacionais do(s) Estado(s) sobretudo nos objectivos dos programas de Língua e Literatura. Tenho á vsita a «Orde do 3 de agosto de 1983, pola que se aproban e publican os programas de Língua e Literatura Galegas para os niveis de Preescolar e Educación Xeral Básica» (sic), no *DOG* núm. 105 (de 12 de Agosto) e núm. 106 (de 17 de Agosto).

Vide PONZIO, A., «Grammatica trasformazionale e ideologia política», em *Ideologie*, núm. 16-17 (1972), pp. 137-212 (traduçom castelhana em Eds. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974); também BALIBAR, E. - LAPORTE, D., *Le français national*, Librairie Hachette, 1974 (há traduçom castelhana).

(13) Na Galiza o *critério de correçom idiomática* vem servindo de pretexto dissuasório para a gente nom empregar a «língua própria»; ultimamente a «Xunta» (sic) e outras Entidades utilizam-no como «motivo» para concederem ou denegarem subsídios económicos ou de outro género. Assim, dito critério está a funcionar como «válvula» determinante na «seqüência restritiva» («bleeding order») dos usos de galego, orais e escritos, institucionalizados ou nom. Este facto, segundo o vejo polo de agora, constitui o tema da presente comunicaçom.

Nom obstante, devo acrescentar que se costuma deixar sem definir e imprecisas as supostas realizações *correctas* de galego; mais bem, delimitam-se negativamente («isto nom é galego» ou «o galego nom é português») ou por referência a certos usos locais («na minha aldeia diz-se...» ou «nas montanhas de Lugo fala-se...», que implicitamente se apresentam como correctos ou, polo menos, como próprios.

Ao respeito, vide ARACIL, Ll. V., «Sociolingüística: Revoluçom e Paradigma», em *O Ensino*, núm. 6 (ano 1983), pp. 49-57; AA. VV., *Une politique de la langue. La Révolution française et les patois*, Eds. Gallimard, Paris, 1980, pp. 49-60.

(14) Para redactar este apartado baseei-me nos seguintes autores, entre outros: Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel, coautores da obra citada na nota anterior; Luís V. Aracil, nos seus escritos e nas conversas que gozei com ele; HAUGEN, E., «Linguistics and Language Planning», em BRIGHT, W. (ed.), *Sociolinguistics*, Mouton, The Hague, 1966, pp. 50-71; HAUGEN, E., «Dialect, Language, Nation», em PRIDE, J. B. - HOLMES, JANET (eds.), *Sociolinguistics*, Penguin Books, 1972.

(15) Ou em língua *antinacional*, segundo está a ocorrer na Galiza. Tal é a conseqüência última que tiraremos neste traballo.

(16) Cf. *Constituição* de 1978, «Preámbulo»; vide artigos 2.º, 7.º, 8.º 1., 30.º 1., 33. 1. e 3., etc.

Veja-se ao respeito a obra de E. Balibar e D. Laporte, citada, em particular os apartados 'II. Causas da uniformaçom lingüística' e 'III. Uma política burguesa da língua nacional'. Explicam (p. 115 da ed. espanhola): «Tanto en sus objetivos como en su forma, esta política está sometida históricamente a su inserción en la dominación política general realizada por la clase dominante». Referem-se à *política lingüística*.

(17) Cf. MENÉNDEZ, R., «La unidad del idioma», citado, p. 89. Vide o discurso todo e também ARACIL, Ll. V., «Educació i Sociolingüística», em *Papers de Sociolingüística*, Eds. de la Magrana, Barcelona, 1982, especialmente p. 213.

(18) Cf. ARACIL, Ll. V., «Lengua nacional, ¿una crisis sin crítica?», *Comunicaçom* ao Simpósio sobre *Innovación en la enseñanza de la lengua y literatura españolas*, MEC, Subdirección general de Perfeccionamiento del Profesorado, Madrid, 4-8 de Junho de 1984.

(19) Vide BALIBAR, R., *Les français fictifs*, Hachette Littérature, Paris, 1974, pp. 87-117. Ouso afirmar que em nengum Estado os Notáveis assumirom como *lingua nacional* a «língua do Povo», nem uma espécie de média aritmética entre os dialectos. De um modo ou de outro, sempre impuxerom (estão a impor) o idioma que a eles lhes servia para se comunicarem, e que vinha sendo o do Rei e dos Nobres, aquele que possuía Gramática.

Por isso nom deixa de ser divertido que certos Notáveis, «científicos», do Estado-Nacom, Espanha, declarem numa naçom sem Estado, a Galiza, submetida a aquele que «a *lingua normativa* ten de estar ó servizo da cultura dun *povo real e concreto*, e por tanto ha de ser necessariamente *continuadora da lingua falada pola comunidade*» (sic); ou que «o *galego común* non pode basearse nun único dialecto, senón que *debe prestar atención* (sic) preferentemente á *extensión xeográfica e demográfica* das formas a escoller como normativas» (sic) (as cursivas som minhas). Cf. ILG-RAG, *Normas...*, citado, p. 7.



(20) Por modélico, reproduzo um texto do regeneracionista R. Macías Picavea: «En España, como en todos los grandes pueblos históricos, hav el idioma culto, oficial, literario y escrito, que usan en común en el comercio nacional las personas educadas, y los dialectos regionales, solo hablados o muy poco escritos, que emplea el pueblo dentro de los estrechos horizontes de sus relaciones locales», em *El problema nacional*, Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1979, pp. 68-69; a primeira edição é de 1899.

(21) Sigo a tradução catalã, *La llengua en la Humanitat, la Nació i l'Individu*, Edicions 62, Barcelona, 1969, pp. 101-138; também, 139-156. Vide VALLVERDÚ, F., *El fet lingüístic com a fet social*, Edicions 62, Barcelona, 1984, 5.ª ed., pp. 91-101.

(22) Cf. *A língua portuguesa, espaço de comunicação*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, Ministério de Educação, 1984, p. 87; vide pp. 77-78.

(23) A proposta nom é só minha; acha-se recolhida substancialmente no *Estudo crítico das 'Normas ortográficas e morfológicas do Idioma galego'*, preparado pola Comissom Lingüística da «Associação Galega da Língua» (A Corunha, 1983, pp. 16-18 e 25-42). A minha proposta pertence à «comunicação» que apresentei ao XIII Simposio de la Sociedad Española de Lingüística; cf. *Revista Española de Lingüística*, vol. 14, 1. (Enero-Junio 1984), pp. 157-158. Contraponho estes critérios aos enunciados na «Introducción» das *Normas ILG-RAG* (vide pp. 7-8), que, hierarquicamente, som: 1) Oralidade; 2) Interdialectalidade; 3) Tradicionalidade; 4) Harmonia com outras línguas, em especial com o português.

Na referida «comunicação» analiso-os e mostro a incoerência dos mesmos em relação com as exigências da língua comum, segundo se diz na própria «Introducción». Com efeito, a primeira exigência neutraliza os princípios 1.º e 2.º em benefício do 4.º; a segunda neutraliza o princípio 3.º em benefício também do 4.º; mas a terceira reafirma os princípios 1.º e 2.º contra o 4.º.

(24) Compare-se com o caso português: vide PERES, D., *Como nasceu Portugal*, Vertere, Porto, s.d., 9.ª ed. Também LÓPEZ SUEVOS, R., *Dialéctica do desenvolvimento: Naçom, Língua, Classes Sociais*, A GAL, A Corunha, 1983, passim.

(25) Com o termo *Notáveis* estou a referir-me a todos aqueles que, individualmente ou em grupo (ou classe), se constituem, por possuírem um *Saber*, um *Poder* ou uma capacidade de *Fazer* (Saber (de) Fazer, Poder (de) Fazer), em guias do povo e, de facto, este assim os considera.

(26) Um exemplo, que, sem ser talvez representativo, ilustra suficientemente o tema, oferece-o a separata do núm. 13 (ano 1979) da revista *Encrucillada*, intitulada «Galiza existe e resiste». O apartado último, sob o epígrafe «Galeguismo, ¿perigo para España» acaba: «Se somos España, como se deduce da historia e da Constitución, chéganos con sermos galegos para sermos españois. Non é xusto que Galiza teña que morrer para que viva España» (sic) (p. 11).

(27) Os «actores» do processo pertencerom, quase todos, ao colectivo ou *holding* «Realidade Galega», como os actuais Delegado do Governo de Madrid na Galiza (e Presidente da RAG), D. Domingo García, Director do ILG, D. Constantino García, Presidente da «Xunta», D. Gerardo Fernández; o seu ideólogo oficioso, o académico Sr. Piñeiro, é membro independente do «Grupo Parlamentário do PSOE» no Parlamento galego, etc. Um primeiro *Manifesto* (de 6 de Março de 1980) abre as suas escassas actividades; nele insiste-se em que «a autonomia é un medio necesario para [o labor de desenvolver política, cultural, económica e socialmente a Galiza «en concordancia coa sua propia realidade»], pero non será eficaz si nós mesmos (sic) non queremos ou non sabemos utilizala axeitadamente» (sic) (cf. *La Voz de Galicia*, sexta-feira, 7 de Março de 1980). Vide *A Nossa Terra*, núm. 100 (28 Março-10 Abril de 1980), p. 8, «Entrevista con Piñeiro»; núm. 102 (18-24 Abril), p. 12, «Albricias! Surxiu Realidade Galega» (sic), de R. Varela Punhal.

(28) Convém nom enganarmo-nos: «La connaissance des dialectes» e «l'histoire étymologique des langues» constituem, para o «Rapport Grégoire», um momento importante na instauração da língua nacional.

(29) Lei 3/1983, de 15 de Junho, «de Normalización lingüística»; *D.O.G.*, núm. 84, de

12 de Julho, pp. 1893-1899. No «Preámbulo» sustenta-se: «A presente Lei, de acordo co establecido no artigo 3 da Constitución e no 5 do Estatuto de Autonomía, *garantiza a igualdade do galego e do castelán como linguas oficiais de Galiza e asegura a normalización do galego como lingua propia do noso pobo*» (sic) (a cursiva é minha).

(30) Cf. art.º 3.º 1. do Estatuto de Autonomía. Vide art.º 9.º 1. da Lei de Normalización Lingüística.

(31) Cf. art.º 14.º 1. Com redacção ambígua segue: «Garantízase o uso efectivo deste dereito en tódolos centros públicos e privados». Nos artigos 12.º ao 17.º desenvolve-se com relativa congruência este *dereito ao estudo obrigatório do galego*, incluídas as circunstâncias de isençom. Vide Decreto 135/1983, de 8 de Setembro, «po lo que se desenvolve para o ensino a Lei 3/1983 de Normalización lingüística», *DOG*, núm. 129, de 17 de Setembro, e Ordem de 23 de Setembro «po lo que se desenvolve o Decreto 135/1983, da Xunta de Galicia, sobre aplicación da Lei de Normalización lingüística», dedicada só às possibilidades e tramitación das isenções, *DOG*, núm. 153, de 22 de Outubro.

(32) Cf. art.º 4.º do Decreto 173/1982, de 17 de Novembro, «sobre a normativización da Língua Galega» (sic), *DOG*, núm. 36, de 20 de Abril de 1983, pp. 794-795. Vide nota (6) e o nosso comentário em *Que galego na escola?*, citado, pp. 134-140 e 121-123.

(33) Vide o parágrafo 1.1. Podemos exemplificar este aserto com muitos acontecimentos «normalizadores» como a «Declaración dos alcaldes galegos reunidos en Santiago de Compostela», em Maio de 1984 (vide p. 13 de *El Ideal Gallego*, quinta-feira, 17 de Maio), por que se comprometiam à galeguização dos Concelhos; quase nada se fixo na maioria deles.

(34) Logicamente, antes do 20 de Abril de 1983, em que foi publicado o Decreto de Normativización, nom estavam vigentes.

O livro a que me refiro, *Língua e Cultura de Galiza* (de Maria C. Enríquez Salido, X. R. González Boán, X. M. Iglésias Iglésias, Ed. Everest, León, 1982), apresentou-se para a sua autorización regulamentar o 19 de Maio de 1982. Daquela nom existia órgão competente para emitir o correspondente ditame. O 29 de Setembro, criada já a Subdirección Xeral de Ensino da Língua Galega (sic), comunica-se à editora um defeito de forma «tendo, en tal caso, de ser interrompida a tramitación polo tempo que se empregare nelo» (sic). Emendado, os órgãos da «Xunta» (sic) emitem o ditame declarando «non haber lugar a conceder a autorización» (sic).

(35) Refere-se ao *ditame lingüístico* da Subcomisión de Programación e Textos por que se altera a normativa ortográfica publicada em Junho desse ano 1980 (vide nota (6)). Mas cumpre advertir que tal «Subcomisión», inte-

grada na «Comisión Mixta MEC-X. de G.» (para levar adiante o primeiro Decreto chamado «de bilingüismo»), carecia de competência em matéria ortográfica, segundo os «Acordos da Comisión Mixta» de 31 de Outubro de 1979 (*BOXG*, núm. 8, Janeiro de 1980). Vide a minha comunicação (policopiada) às «V Jornadas do Ensino de Galiza», Santiago, 26-30 de Agosto de 1981, intitulada «Os procesos de aprobaçom dos textos escolares».

(36) Vide *DOG*, núm. 123, de 28 de Junho, pp. 2353-2355.

(37) Outros requisitos som: Que se editem «por empresas editoriais comerciais» (*base 1.ª*); que seja «primeira edição» ou edição de «libros que leven máis de 20 anos sen reeditar, e máis de 10 esgotados» (sic) (*base 2.ª*). Por outro lado, «esta axuda consistirá en merca de exemplares, que nunca poderá supera-las 300.000 pesetas por título» (sic) (*base 1.ª*). Etc. Vide nota (13).

(38) Vide parágrafo 1.0.

(39) As citas pertencem ao «Preámbulo» do Decreto 132/1984, de 6 de Setembro, «po lo que se establece o procedemento para a fixación ou recuperación da toponimia de Galicia» (sic), *DOG*, núm. 182, de 21 de Setembro, p. 3468. Insiste na ambigüidade do discurso em que este Decreto se insere e, em particular, chamo a atençom sobre a abstracção metafórizante «a lingua dum pobo busca a súa normalización» (sic): O abstracto *língua* substitui outro abstracto, *Pátria* ou *Naçom*, que tomados como colectivos concretos som, à sua vez, metonímia do plural *Notáveis*...



(40) Assinalada no parágrafo 2.1.a).

(41) Aduzo alguns casos, os últimos, de declaração «reintegracionista». A *UPG* (*Union do Pobo Galego*) (sic), partido nacionalista, marxista-leninista, manifestava no seu IV Con-



gresso (16-18 de Dezembro de 1983): «A respeito da disputa normativista, a UPG rexeita a alternativa espanholizante, que goza de apoio institucional, a homologación total coa variante culta do Sul do Douro e a teimosia mesma da disputa normativista. A batalla socio-política pola auténtica normalización, quer dicer, polo aumento dos usos do galego, segue sendo determinante e prioritária. Nós reconhecemos a nosa pertencencia ao tronco galaico-portugués e defendemos a depuração progresiva que supere a contaminación españolizadora» (sic). Vide UPG, *IV Congreso*, Eds. Terra e Tempo, s/d, p. 40. Curiosamente dous anos antes, no núm. 86 (Julho-Agosto de 1982, pp. 6-7) de *Terra e Tempo*, órgão do partido, o artigo-editorial (?) «O problema da estandarización da lingua. Os nosos critérios» definia a posición (oficial?): «A normativa debe ser, pois, produto de realidade de fala + depuración supe-radora + tendencia reintegradora + proceso social en marcha» (sic) (a cursiva é minha). Optava polas normas das *Orientacións para a escrita do noso idioma* (sic) (AS-PG, 1980) com o «uso de guiños nos verbos con pronomes enclíticos» e «grafias lh e nh» (p. 7).

Mais recentemente, o PSG-EG (Partido Socialista Galego-Esquerda Galega), socialista e marxista (?), no seu Congreso de Unificación (Santiago, 24 de Junho de 1984) sustenta: «De entre as múltiples facetas do combate cultural destaca com prioridade absoluta o problema da normalización lingüística. [...] A reivindicación tenaz e incansável do idioma tanto individual como colectivamente é unha tarefa irrenunciável e básica da nosa loita política. O noso obxectivo: a plena normalización do uso do noso idioma e a sua presenza mundial mediante a sua conexão á ponla luso-brasileira do noso património lingüístico común» (sic). Pertence ao apartado 3.º da «Declaración política», intitulado «A práctica social» (pp. 8-9 do texto policopiado).

Podemos acrescentar estes dados recordando a prática ortográfica do partido «Coalición Galega», de centro e interclassista; obedece, como no caso do PSG-EG, às normas dos denominados «mínimos reintegracionistas».

(42) Vide o apartado 1.2.

(43) Refiro-me, por exemplo, à «Biblioteca Básica da Cultura Galega», coleção que patrocinam as Deputacións da Galiza, publicada pola Ed. Galáxia, da que som membros (accionis-

tas?) grande parte dos integrantes de *Realidade Galega* (vide nota 27). Na capa posterior dos volumes publicados explica-se que constituem «unha biblioteca básica basada nos feitos históricos, nos datos económicos, nas manifestacións estéticas e nas creacións populares da comunidade galega. Unha cultura cimentada na claridade e ao servicio de todos» (sic).

(44) Sustento esta «tese» na minha colaboração à *Homenagem ao Prof. Carvalho Calero*, que lhe oferece a revista *O Ensino* (a aparecer). Aqui corroboro o dito com as palavras com que o Conselheiro de Cultura, a cuja instância a «Xunta» oficializou as *Normas ILG-RAG* o 17 de Novembro de 1982, as justificava: «Es un sistema que hay que adoptar para que la enseñanza y la lectura sea más sencilla. Esto es perfectamente lógico, cuando en la escuela se tiene que enseñar dos idiomas» [um oficial A. Aracil]. Cf. *La Voz de Galicia*, 18 de Novembro de 1982, última página.

Parece claro que também os critérios enunciados por Carvalhão Buesco e por mim nom se poderiam ter em conta. Vide nota (23).

(45) Vide parágrafo 2.1.b).

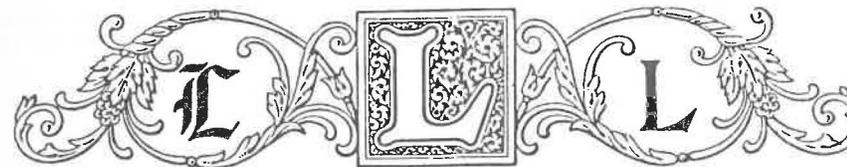
(46) Nom nos detemos no tema, decerto mais sociológico do que lingüístico, dos critérios que se podam adoptar para caracterizar «vulgarismo» e «dialectalismo» (equivalente a «marxinal»?) em comunidades lingüísticas desnormalizadas como a galega.

Segundo o «informe técnico» alguns vocabulos galegos distorsionados som:

<i>vogal</i>	por <i>vocal</i>
<i>posizón</i>	por <i>posición</i>
<i>nengunha</i>	por <i>ningunha</i>
<i>conceito</i>	por <i>concepto</i>
<i>próprio</i>	por <i>propio</i>
<i>debeche</i>	por <i>debiches</i>
<i>soma</i>	por <i>suma</i>
<i>ouvir</i>	por <i>oir</i>

P. <i>vogal</i>	E. <i>vocal</i>
P. <i>posiçãõ</i>	E. <i>posición</i>
P. <i>nenhuma</i>	E. <i>ninguna</i>
P. <i>conceito</i>	E. <i>concepto</i>
P. <i>próprio</i>	E. <i>propio</i>
P. <i>deveste</i>	E. <i>debiste(s)</i>
P. <i>soma</i>	E. <i>suma</i>
P. <i>ouvir</i>	E. <i>oir</i>

Vide o meu trabalho citado na nota (35).



## PRESENTE E FUTURO DO GALEGO : ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DO DECRETO DE NORMATIVIZAÇOM E DAS LEIS DE NORMALIZAÇOM AUTONÓMICAS (\*)

por  
JOSÉ-LUÍS FONTENLA RODRIGUES  
Presidente da Associação de Amizade Galiza-Portugal,  
membro da AGAL e conselh. das Irmandades da Fala

### I

#### O DECRETO DE NORMATIVIZAÇOM

O 20 de abril de 1983 publicou-se no «Diário Oficial de Galicia» (sic) o «Decreto 173/1982 do 17 de Novembro sobre a normativización da Língua Galega (sic), considerado por muitos um texto legal que consagra a desfeita do galego, ao intentar impor um galego adulterado e submetido ao espanhol, como o «galego oficial» que o Governo Galego de Aliança Popular quer impor oficialmente a todos os galegos.

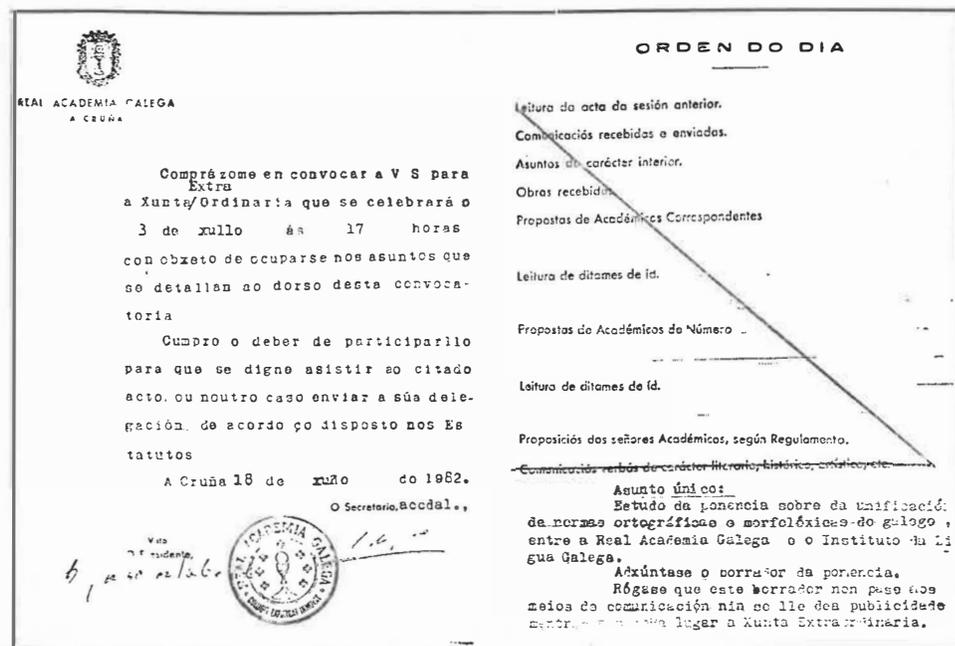
Este texto legal, que resultou improcedente e inoportuno, veu a consagrar por via de Decreto um galego, o do «Instituto de la Lengua Gallega», que fora rejeitado por ilustres lingüístas como o professor Dr. Carvalho Calero, Prof. Dr. José-Luís Rodrigues, etc., além de polas entidades «Associação Sócio-Pedagógica Galega», «Associação Galega da Língua», «Irmandades da Fala» e outras, assim quanto por lingüístas de aquém e além as fronteiras da actual Galiza.

Segundo especifica o próprio Decreto publicou-se «a proposta do Conselheiro, adjunto ao Presidente, para Cultura, prévia deliberação da Junta de Galiza», José-Fernando Filgueira Valverde, depois Conselheiro de Cultura do Governo Galego de AP.

O Decreto falseia a verdade quando afirma no preâmbulo «considerou-se que as «Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego» elaboradas conjuntamente pola Real Academia Galega e mais polo Instituto da Língua Galega, com as que melhor se ajeitam às necessidades presentes da nossa língua», pois como é público e notório o três

(\*) Comunicação apresentada ao I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Ourense, Setembro de 1984.

de julho de 1982 o «Instituto da Língua Galega» impuxo, quase «manu militari», na própria sede da Real Academia Galega a normativa que recolhe o Decreto, com ausência de vários académicos que nom quixerom prestar-se ao jogo de aprovar as normas ortográficas e morfológicas do ILG, entre outros o prof. Dr. Carvalho Calero, e com a protesta de partidos, sindicatos e associações pedagógicas e lingüísticas galegas.



(Reprodução facsimile do texto enviado em galego macarrónico aos académicos galegos, sigilosamente, a fim de consumir a espanholização da língua galego-portuguesa na Galiza. Está assinado polo Presidente da Academia Dr. García Sabell, ao mesmo tempo Delegado do Governo Espanhol na Galiza) (N. da R.).

Deve ficar pois bem claro que a normativa nom foi elaborada conjuntamente com os representantes da Real Academia Galega e que o Decreto consagra única e exclusivamente a normativa caduca e ultrapassada, castelhanista, do ILG, de mãos de Aliança Popular, cujo Vice-presidente J. L. Barreiro nom tivo inconveniente, sem dúvida por desconhecimento, em calificar de «acto de governo» a promulgação dessa normativa castelhanizadora do galego. Desde o ponto de vista substantivo ou regulamentário o acto resultou mais um acto de desgoverno e de desfeita do galego, como teremos ocasiom de acreditar.

Desaproveitou mesmo o Governo Galego de AP a oportunidade de recolher as tendências mais progressistas e científicas que sobre a elaboração de uma normativa para o galego já existiam oficialmente, ainda que nom obrigatórias, nas que se respeitavam as tendências recuperacionistas do galego ou reintegracionistas, sem deixar fechado o futuro desenvolvimento do galego dentro do sistema lingüístico e cultural ao

que pertence: o galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa. Esta actuaçom anti-democrática de AP, a iniciativa de Filgueira Valverde, rejeitou a normativa reintegracionista implícita na anterior normativa do Governo Galego de UCD e se puxo em contradicçom com a ciência romanística, que considera ao galego uma variante do mesmo sistema lingüístico: o galaico-luso-brasileiro, ou se se quer um co-dialecto do português. Esta actuaçom do Governo Galego de AP nom fixo senom criar mais problemas, jurídica e lingüisticamente falando, relativamente ao conflito lingüístico na Galiza.

O Decreto foi adiantado propositadamente à lei de normalizaçom lingüística e há-de ser considerado nulo polas características que nele concorrem, além de que tenha sido rejeitado já por amplos sectores da populaçom galega (docentes, profissionais, etc.), e entidades culturais e lingüísticas representativas.

O Decreto sobre normativizaçom da Língua Galega, que intenta impor uma ortografia espanhola para o galego, ignorando a tradiçom escrita do nosso idioma nacional, a unidade estrutural que mantém com o português (tanto na sua dimensom diacrónica quanto sincrónica) e contradizendo critérios gerais da romanística, (além de rejeitar inadequadamente a etimologia para pregar-se ao espanhol (caso do «x», etc.)), vem atentar indiscutivelmente contra a liberdade de expressom (de criaçom, de cátedra, de investigaçom ...) como se pode deduzir de vários dos artigos do Decreto. Assim, «As normas aprovadas polo presente Decreto *som de ensino obrigado* em todos os centros escolares da Galiza e extendem-se a todas as áreas e actividades»; «os *livros e material didáctico* que devam ser autorizados conforme à normativa vigente *deverã ajustar-se às normas aprovadas polo presente Decreto*»; «*quedam (sic)* derogadas as normas anteriores às contidas no presente Decreto» (Artigos 4º, 5º e Disposiçom final 1ª).

Falseia a realidade do Decreto quando afirma que o ILG e a RAG publicarom normativas que «por serem basicamente coincidentes logram em conjunto uma açoicaçom generalizada», pois como dixemos há constância pública da açoicaçom a esta normativa espanholizadora da língua galega por lingüístas, docentes (que se vêm represaliados nos seus livros ou por dar aulas em galego com normativa nom oficial, por considerar esta errada, etc.), entidades culturais, pedagógicas e lingüísticas da Nacionalidade Galega.

O texto legislativo é pouco afortunado ao dizer taxativamente «a Real Academia Galega e o Instituto da Língua Galega poderã, prévio acordo conjunto, elevar à Junta de Galiza quantas melhoras estimem conveniente incorporar às normas básicas» (Art. 2º) e «o Instituto da Língua Galega queda autorizado para elaborar o Vocabulário Ortográfico Básico da Língua Galega, que terá o carácter de inventário das palavras básicas do idioma e de prontuário da ortografia *adoptada polo presente Decreto*» (Art. 3º), e por se tais afirmações, carentes de senso jurídico e lingüístico, resultam pouco apropriadas, ainda se diz — verdadeira norma em branco «ad absurdum» —: «Para ter carácter oficial o Vocabulário citado nom precisará da autorizaçom do Governo de Galiza, sempre e quando seja publicado no prazo máximo de dous anos» (Art. 3º «in fine»). Incrível, mas assim vem no texto legislativo que estamos a analisar.

Ainda, no Decreto, consideram-se situações excepcionais: «A Junta de Galiza poderá autorizar aquelas publicações que total ou parcialmente se apartem da normativa aprovada, tendo em conta razões de índole histórica, didáctica ou outras semelhantes e sempre que obedeçam ao critério de respeitar textos literários ou de outra natureza que foram publicados *antes da entrada em vigor da presente norma*» (Art. 7º) e «O presente Decreto entrará em vigor ao dia seguinte da sua publicação no «Diário Oficial de Galicia», mas *no que se refere aos textos apresentados para a sua aprovação conforme ao artigo 5º poderá ser respeitada a normativa anterior para evitar prejuízos graves aos editores*» (Disposição final 3ª).

Segue depois um Anexo com a normativa espanholizadora do galego, que o ILG/RAG e AP querem impor e que foi tão contestada por docentes, lingüistas e colectivos já citados.

Pois bem, o Decreto de normatização da Língua Galega de AP é um texto legal inaplicável e inadmissível, além de juridicamente nulo, como já recolheu numa «Proposição nom de lei» o deputado nacionalista galego D. Cláudio Lopes Garrido em 9 de junho de 1983. «Esta imposição de uma nova normativa supõe a violação do princípio de legalidade, de segurança jurídica e de responsabilidade e interdição da arbitrariedade dos poderes públicos». O mesmo deputado afirmava mesmo «é discutível que uma normativa lingüística se deva estabelecer por imposição legal».

E ainda fazendo referência à normativa anterior nom obrigatória do Governo de UCD, o deputado do PSG afirmava «entanto a normativa de 1980 era uma fórmula conciliadora, um ponto de encontro entre as diferentes correntes lingüísticas, a de 1983, constitui uma imposição anti-democrática efectuada à margem das vias institucionais normais».

Com efeito, a normativa do Governo de UCD, publicada em 1980 como nom obrigatória e na que participaram, além de outros, os professores Dr. Carvalho Calero e Dr. José-Luís Rodrigues, permitia a existência da tendência reintegracionista, histórica ou etimológica do galego, sem imposição de classe alguma, de forma que o galego pudesse ser incorporado ao sistema lingüístico a que pertence pela própria evolução da sua situação. Isto foi o que nom foram capazes de tolerar os espanholistas do ILG/RAG e AP, polo que introduziram a sua normativa na RAG de forma sigilosa o 3 de julho de 1982, numa sessão quase secreta, que foi dada a conhecer pela actuação contestatária de entidades como a ASPG, AGAL, IF e sindicatos e partidos nacionalistas, além de deputados como o próprio senhor Lopes Garrido ao se ter «filtrado» aos meios de comunicação a «Ordem do dia» da sessão.

Já em vinte de abril de 1983, publica-se o Decreto que estamos a analisar a fim de dar corpo legal, aparência legal, a uma operação semi-clandestina dirigida à castelhanização da língua galega e ao seu afastamento das variantes do seu sistema: português e brasileiro.

Promulgado o Decreto aumentou a contestação, nomeadamente no sector do ensino, preocupado pela sua aplicação e pela validade que o mesmo podia ter no domínio docente.

O deputado Lopes Garrido na sua «Proposição nom de lei» citada, de apenas dous meses depois da publicação do Decreto, mantinha:

«O Decreto em questom deve ser considerado nulo por razões óbvias. Nom se trata dum Decreto legislativo por nom existir delegação por parte do Parlamento. Tampouco é um Decreto-Lei, pois tal figura nom se contempla no Estatuto nem na Lei da Junta e do seu Presidente para os casos de urgente e extraordinária necessidade, e nos que se requeriria convalidação parlamentária. Trata-se simplesmente do exercício por parte da Junta da sua potestade regulamentária. Mas tampouco pode ser considerado um Regulamento independente ao nom existir vazio legal... é um simples regulamento executivo que teria que desenvolver os princípios de uma lei formal que neste caso nom existia».

Em qualquer caso, a publicação do Decreto plantea o problema da sua entrada em vigor e da sua força vinculante, que entendemos nom é tal por uma série de razões que expomos.

Em primeiro lugar, o Decreto de AP sobre normatização da língua galega, além de inoportuno, como já dixemos, atenta contra a segurança jurídica dos cidadãos por intentar impor uma normativa, o que na nossa opinião nom pode ser objecto nunca de imposição legal.

As normativas aceitam-se ou nom pola sociedade a que vām dirigidas e nunca por ser impostas por órgãos políticos, quer por actos legislativos (dum Parlamento) quer por actos de Governo (de Executivo) pois o seu âmbito próprio, lingüístico-cultural, exclue essa apropriação.

Dito de outra maneira, por Decreto ou por Lei se poderá intentar normalizar uma língua, quer dizer-se se pode intentar regulamentar o seu uso, nomeadamente quando existem vários idiomas co-oficiais num mesmo território. O uso do galego pode ser regulamentado a nível da autarquia local, a nível de instituições nacionais (da comunidade nacional autónoma) e mesmo a nível estatal, em referência ao idioma ou idiomas oficiais do Estado, inclusive; mas, o que nom é juridicamente correcto é que nengum concelho, Governo autónomo ou Central podam estabelecer uma exclusiva e excluente normativa ortográfica e morfológica de qualquer língua, o que é competência clara de outros órgãos, como podem ser os organismos científico-lingüísticos.

Além disso, existe o carácter conjuntural das disposições legislativas; os decretos e leis nom som imutáveis, senom que por essência do próprio sistema legislativo som derogáveis; incluso as «grund norm» ou normas superiores como as Constituições, pois existem princípios superiores que podem obrigar à sua revisão e correcção (democracia, maiores liberdades, etc.), à sua derrogação por terem sido ultrapassadas ou ditadas com erros importantes que há que corrigir, etc.

No caso do Decreto sobre normatização da língua galega de AP, que consagra a desfeita do galego, pois impõe uma normativa com ortografia espanhola para a língua galega contrária à história, à etimologia e à própria unidade estrutural do galego por via de Decreto (quando é que nem por Decreto nem por Lei se «pode» lingüisticamente normatizar uma língua) resulta um acto legislativo errado, pois estabelece um precedente que da pé evidentemente a que outros grupos políticos, tão pronto cheguem ao poder, procedam a derogar esse Decreto e promovam outras normativas do galego, também com carácter obrigatório, com a conseqüente instabilidade lingüística e interferência do político no técnico-científico e/ou lingüístico.

Nom é esse o melhor caminho para garantir um futuro esplendoroso da língua galega, concorde com um passado também glorioso, e em pé de igualdade com as variantes do mesmo sistema lingüístico: português e brasileiro.

Esta insegurança juridicamente tem uma maior incidência e significação para os docentes e receptores da normativa que se intenta impor por AP, sabedores de que essa normativa foi elaborada exclusivamente por um grupo que tem excluído de forma unilateral a acreditados lingüístas e científicos estudiosos do galego, que propõem uma normativa mais concorde com a unidade estrutural do galego, a sua história e a sua etimologia.

Intentar impor essa normativa sem mais no ensino, tal como se está tentando fazer pela Conselharia de Educação e Ciência e a Directora Geral de Política Lingüística, senhora Paz Lamela, através das inspecções, reprimindo aos docentes e alunado, supõe atentar «ab initio» contra o direito de cátedra e de liberdade de expressom, tanto no domínio do ensino, quanto da investigação científica.

Assim, temos para nós, que quaisquer professores reprimidos pelas autoridades educativas no ensino «do ou em galego» que nom se atenha

à normativa de AP, em legítimo exercício da liberdade de cátedra e de expressom, poderã acolher-se ao recurso de amparo do defensor do Povo; pois ao atentar-se contra o direito de livre expressom se está a atentar contra um princípio essencial, sem o qual nom se pode conceber mesmo a existência do próprio ensino e da produçom científica que lhe é inerente.

Além disso, o Decreto espanholizador do galego de AP produz uma lessom a um bem juridicamente protegido polos textos de direitos humanos da Convençom Europeia de Direitos do Homem, da Declaraçom Universal da ONU e dos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis, Culturais e Políticos, ratificados polo Estado e mesmo contidos na Constituiçom espanhola.

Poderá-se normalizar por um executivo ou legislativo, mas nom normativizar uma língua, pois tal competência resulta alheia; nom é competência do poder político. O aspecto da normativizaçom compete a organismos específicos de carácter técnico-científico.

Além disso, para maior inri, esta normativa do ILG que AP quixo impor por Decreto contém graves aberrações lingüísticas, de importante repercussom pedagógica e social, além de no mundo científico-lingüístico, polo que a admissom de tais aberrações por via de Decreto resulta quando menos especialmente ridícula. O Conselheiro adjunto ao Presidente para a Cultura (*sic*) que propuxo o Decreto, por influência do ILG, à Junta de Galiza, adiantando-se inclusive à lei de normalizaçom, fixo-lhe um fraco favor ao Presidente do Governo e à própria Junta de Galiza (Governo Galego).

Hoje o conflito lingüístico agravou-se muito mais, o intento de impor a normativa espanhola gerou uma grande resistência em muitos sectores e nom permitiu o avanço normalizador do galego, que era de desejar. Essa normativa que tem o rejeitamento dos professores e lingüístas e de entidades pedagógicas e científicas, imposta polo ILG para castelhanizar o galego, contou com a conivência do dr. Garcia Sabell — desconhecedor do galego em qualquer caso (\*) — Presidente da Real Academia Galega (além de Delegado do Governo Espanhol em território galego) e do Conselheiro Filgueira Valverde, quem nom tiveram escrúpulo algum em intentar introduzir a espanholizaçom do galego por Decreto, afastando a ilustres lingüístas no processo, por nom prestar consenso a essa operaçom, antes de que fosse elaborada a Lei de normalizaçom Lingüística, publicada o 14 de julho de 1983.

A normativa que vem no Anexo do Decreto, na nossa opiniom, nom pode ser exigida mais que aos que de forma voluntária a queiram aceitar, sendo duvidoso que se poda obligar a funcionários, docentes incluídos, ao seu uso, ou que se poda admitir como válido o sistema de controlo e censura que no Decreto se estabelece e que como tem denunciado o deputado acima citado «supõe a violaçom dos artigos 20

(\*) Admiramos tanto a capacidade intelectual e obra ensaística de Domingos Garcia Sabell, quanto rejeitamos o galego macarrónico que ele emprega, impróprio dum presidente da Academia. Nenhum de nós nem de nossos antecessores bisavós, avós, pais fomos, com efeito, alfabetizados em galego, mas todos procuramos aperfeiçoar e estudar o nosso idioma. O presidente da Academia Galega não parece ter interesse no assunto; se o houvesse estudado, teria verificado que galego e português som uma mesma e só língua e nom teria facilitado a castelhanizaçom da língua própria da Galiza com uma normativa espanhola que atenta contra a unidade estrutural da língua galego-portuguesa. (N. do A.).



# DIARIO OFICIAL

## DE GALICIA

---

<small>EDICION E ADMINISTRACION Consellería de Presidencia Pazo de Razo - Teléfono 38 32 07 38 09 33 SANTIAGO DE COMPOSTELA</small>	<small>FRANQUEO CONCERTADO</small>	<small>OBRADEIRO Preto de «Gráfica Minerva» R/ Curros Enríquez, 1 - Teléfono 59 15 38 SANTIAGO DE COMPOSTELA</small>
---	------------------------------------	--

---

<small>Depósito Legal - C - 73 - 1982</small>	<small>20 de ABRIL de 1983</small>	<small>Ano II Núm. 36</small>
---	------------------------------------	-------------------------------

---

<small>PRECIO EXEMPLAR: 30 Ptas</small>		<small>SUBSCRICION POR ANOS NATURAIS 4.000 Ptas</small>
---	--	---

— Decreto 173/1982, do 17 de novembro, sobre a normativización da Lingua Galega.

— Decreto 173/1982, de 17 de noviembre, sobre la normativización de la Lengua Gallega.

(Reproduçom facsimile do frontispício do «Diário Oficial de Galicia» (*sic*) pleno de castrapismos próprios do galego macarrónico do Governo Galego de AP, em que se publica o Decreto ao que se opõem docentes, intelectuais e escritores, porquanto castelhaniza a língua galega e a afasta do sistema galaico-luso-brasileiro) (N. da R.).

e 27 da actual Constituição espanhola nos que se reconhece a liberdade de cátedra, a liberdade de ensino, o direito a expressar livremente os pensamentos, ideias e opiniões, e o direito à produção artística, científica e técnica». Atenta também contra direitos semelhantes que a Convenção Europeia de Direitos Humanos protege.

O Decreto, além de anti-democrático é um Decreto já obsoleto, e que não terá aplicação na medida em que haja uma oposição ao mesmo; na medida em que se contrapõe à Lei de normalização lingüística nalguns pontos e em que atenta contra direitos humanos protegidos por normas superiores, que todos estamos obrigados a defender.

## II

### A LEI DE NORMALIZAÇÃO

A Lei 3/1983, de 15 de Junho, de normalização lingüística, foi publicada no «Diário Oficial de Galicia» (*sic*) o 14 de julho do mesmo ano, e ainda que no seu preâmbulo mantém «A presente Lei, de acordo com o estabelecido no artigo 3 da Constituição e no 5 do Estatuto de Autonomia garante a igualdade do galego e do castelhano como línguas oficiais da Galiza e assegura a normalização do galego como língua própria do nosso Povo» o certo é que nos artigos que a Lei desenvolve não se cumpre tal afirmação e segue a ter um carácter privilegiado o idioma oficial do Estado — o espanhol — face ao idioma próprio da Nacionalidade Galega, o galego-português.

O Artigo 1º deu lugar a um recurso por parte do Governo Central ao conter a afirmação de que «Todos os galegos têm o dever de conhecê-lo e o direito de usá-lo» (o galego).

Porém esta Lei ao manter o espanhol também como língua oficial, no Artigo 4º, 2, o que faz é precisamente não normalizar a situação do galego, de maneira que o conteúdo do apartado 1 do mesmo artigo (O galego como língua própria da Galiza, é língua oficial das instituições da Comunidade autónoma, da sua Administração, da Administração Local e das Entidades Públicas dependentes da Comunidade Autónoma) fica sem maior validade; não é mais que uma simples enunciação, como estão provando os feitos. Hoje por hoje, a língua de uso normal nessas entidades é o espanhol, fora de alguns concelhos concretos que empregam o galego nos seus escritos.

O Artigo 5º estabelece a publicação bilingüe dos textos legislativos, mas na realidade hoje o «Diário Oficial de Galicia» (*sic*) está sendo publicado unicamente em galego, como é lógico; concretamente a partir do nº 126, de 3 de julho de 1984 (\*).

Ficam ainda normas sem cumprimento, por falta de desenvolvimento regulamentário (Art. 6º, 4 «A Junta dictara as disposições necessárias para a normalização progressiva do galego ...»; Art. 7º, 3 «A Junta

(\*) Os textos publicam-se em galego macarrónico e sem conhecimento jurídico algum, pelo que existem verdadeiros disparates lingüístico-jurídicos nos textos legislativos do Governo de AP (N. da R.).

de Galiza promoverá de acordo com os órgãos correspondentes a progressiva normalização do uso do galego na Administração de Justiça (\*).

A Lei mantém o bilingüismo, sempre com concessões ao espanhol, língua que é a que de facto usurpa espaço ao idioma próprio da Nacionalidade galega, o que supõe um contra-senso à própria normalização que a Lei invoca. Assim o Artigo 8º e 9º («Os documentos públicos outorgados na Galiza poderão-se redactar em galego ou castelhano. De não haver acordo entre as partes, empregarão-se ambas línguas» (8) e «Nos Registos Públicos dependentes da Administração autonómica, os assentamentos farão-se na língua oficial em que esteja redactado o documento ou se faça a manifestação. Se o documento é bilingüe, inscreva-se na língua que indiquem quem o apresenta no Registo ...» (9)) (\*\*) buscam fórmulas salomónicas nada ou pouco convincentes para um processo normalizador de uma língua, que implica subverter, mudar a situação anteriormente existente; quer dizer-se que o espanhol, língua A, há-de passar a língua B e o galego, língua B, há-de passar a língua A. Não compreendê-lo assim não é senão adiar o problema, cada vez mais grave, do galego. Por um lado, espanholizado por Decreto em quanto à sua normativa; afastado do tronco comum galaico-luso-brasileiro-africano de expressão portuguesa, por decisão política do Governo de AP, e por outro lado, submetido a relações de dependência e aculturação numa Lei de normalização lingüística, emanada do Parlamento, que consagra a situação de privilégio que de facto tem já o idioma do Estado.

«Nas provas selectivas que se realizem para acesso às vagas da Administração Autónoma e Local considerara-se, entre outros méritos, o grau de conhecimento das línguas oficiais ...» Art. 11º, 1) e «Nas resoluções dos concursos e oposições para prover os postos de Magistrados, Juizes, Secretários Judiciais, Fiscais e todos os funcionários ao serviço da Administração da Justiça, assim quanto Notários, Registadores da Propriedade e Mercantis, será mérito preferente o conhecimento do idioma galego» (11, 3). Artigos deste teor, demonstram que a Lei do Parlamento não persegue realmente uma normalização do galego, nem que o nosso idioma nacional seja competitivo do do Estado.

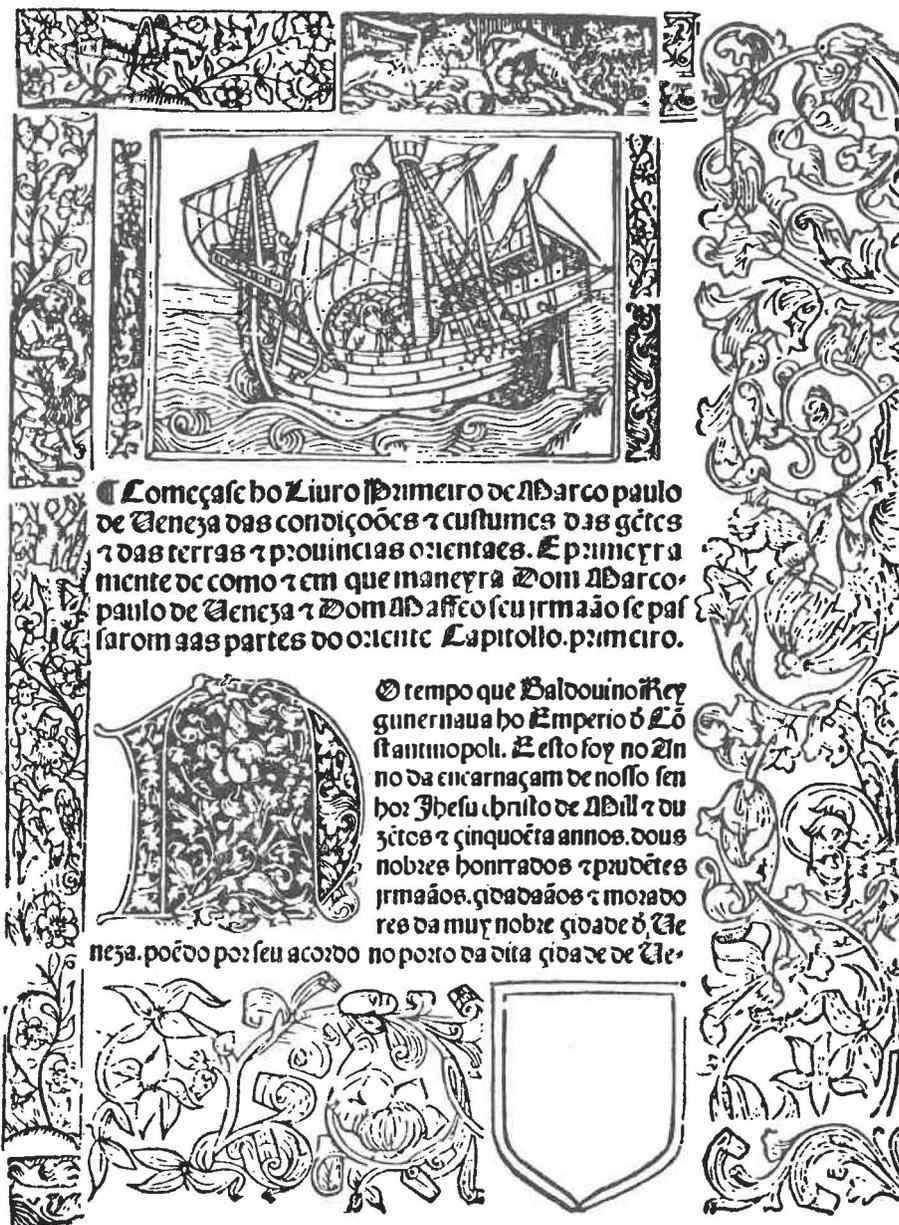
O problema agrava-se muito mais no domínio do ensino, pois a Lei que estamos a analisar mantém no seu artigo 12: «O galego, como língua própria da Galiza, é também língua oficial em todos os níveis educativos» para argüir imediatamente «A Junta de Galiza regulamentará a normalização do uso das línguas oficiais no ensino, de acordo com as disposições da presente Lei» (12, 2).

Pois bem a Junta de Galiza, o Governo de AP, por Decreto den.º 135/1983, de 8 de setembro desenvolve para o ensino esta Lei de normalização; assim como na Ordem de 23 de setembro de 1983 desenvolve este Decreto, relativamente à concessão de dispensas, para o alunado, do ensino do galego.

Em ambas as duas disposições legislativas de carácter regulamentar mais uma vez, mantém-se o bilingüismo e a compensação para com

(\*) Ainda é hoje o dia em que não se faz justiça em galego. Não houve ainda nenhuma sentença em língua galega nem o Governo tem amostrado o mais mínimo interesse pelo problema. Vide o artigo de Aracil neste mesmo volume (N. da R.).

(\*\*) Nada se fez tão pouco relativamente a este tema, apesar do tempo transcorrido (N. da R.).



Página do começo do livro de Marco Paulo, impresso em Lisboa em 1502 por Valentim Fernandes

o castelhano (Preâmbulo: ... o ensino do galego é preceptivo, os discentes conheçam este, nos seus níveis oral e escrito, *em igualdade* com o castelhano»). Artigo 2º: Nos programas a desenvolver nos níveis de Pré-escolar, Educação Geral Básica, Bacharelato e Formação Profissional, assim quanto no Curso de Orientação Universitária e na modalidade de Educação Permanente de Adultos, assignaram-se globalmente o mesmo número de horas *ao galego e ao castelhano*» (*sic*). Mesmo se encomenda a órgãos directivos dos centros docentes que arbitrem «um equilíbrio de utilização de um e outro idioma» (Art. 2, 3). Mistura-se o «ensino do artesanato e da música galegas» com o tema lingüístico (Art. 4) e incluso nas Aulas de Educação Especial deixa-se que o Conselho de Direcção determine «o uso predominante de uma das línguas oficiais na Galiza», sem respeitar o conteúdo social da língua própria da Galiza, que será a que há-de afectar ao aluno.

No artigo 2 do Decreto 135/1983 estabelecem-se níveis absurdos que nom garantem em absoluto a consideração da língua galega como língua normal, como língua própria da Galiza. Assim: «1. Nas aulas de Língua e Literatura galegas, e Língua e Literatura castelhanas, usara-se respectivamente o galego e o castelhano, sem mais excepções do que as exigidas pola própria eficácia do ensino. 2. No nível Pré-escolar e no ciclo inicial de Educação Geral Básica os professores usarão na aula a língua materna predominante entre os alunos (*sic*), cuidando que adquiram de forma oral e escrita o conhecimento da outra língua oficial da Galiza, dentro dos limites próprios do correspondente nível». Estes critérios contrapostos vêm em contra da normativa pedagógica habitual no ensino das línguas e supõem de facto atentados contra as crianças, algumas delas submetidas ao critério «da língua materna predominante entre os alunos», definição que ilude o carácter social da língua e que pretende obviar o conflito lingüístico real existente na Galiza, sem alterar a situação de privilégio do idioma do Estado. Nom se intenta pois que o galego seja a língua normal da Galiza e que ocupe os espaços que o espanhol lhe usurpa, senom que se mantém um «status quo» em que o espanhol segue triunfante e continua a levar avante o processo assimilacionista do galego — por via de Normatização espanholizante e por via de ocupação de espaços próprios do galego, no ensino, na vida pública, nos meios de comunicação e mesmo no isolamento que se lhe quer impor relativamente à sua própria área cultural e lingüística: a galaico-luso-brasileira-africana de expressom portuguesa, de pronto quase 200 milhões de falantes.

No mesmo artigo 2, apartado 3 ainda se diz: «Nas matérias nom aludidas neste artigo, qualquer que seja o nível ou modalidade em que se impartam, excepção feita do previsto no apartado anterior, usara-se *indistintamente* o galego e o castelhano, se bem o respectivo Conselho de Direcção, órgão superior competente do Centro ou Departamento há-de arbitrar um equilíbrio na utilização dum e doutro idioma», que como dixemos anteriormente supõe nom só nom respeitar o valor social da língua galega na nossa Nacionalidade, de maior peso do que a oficial do Estado, senom mesmo atentar contra a liberdade de cátedra e o uso racional do mais elemental senso pedagógico. Como se vai normalizar o galego no ensino das matérias que nom sejam Língua e Literatura Galega, ou em níveis que nom sejam preescolar e EGB, com um equi-

lívrio no uso de um e outro idioma? Qualquer pessoa minimamente conhecedora da problemática do ensino compreenderá que só a partir da língua própria do aluno se pode realizar o ensino e de que o ensino tem que ter conteúdos adequados à realidade lingüístico-cultural e social do aluno para ser eficaz e poder-se abrir a outras fronteiras e mesmo a outras segundas línguas instrumentais. O Decreto do Governo Galego nom parece querer incorporar o que as tendências pedagógicas exigem quando há língua em conflito: o ensino monolingüe a partir da própria língua do alunado; no nosso caso, em termos absolutamente maioritários, o galego-português (\*).

Voltando à Lei de Normalização, da que se deriva o Decreto que analisamos, podemos ler no artigo 13 que se mantém «As crianças têm direito a receber o primeiro ensino na sua língua materna» — conceito hoje obsoleto, pois as línguas nom som maternas nem pater-nas, senom fenómenos sociais — e que no 15,3 diz-se «As autoridades educativas adoptarã as medidas oportunas a fim de que a língua nom constitua obstáculo para fazer efectivo o direito que têm os alunos a receber conhecimentos» (*sic*), norma legislativa que nom deixa de ser uma abstracção curiosa, incrustada num texto legislativo parlamen-tário surpreendentemente contraditório e juridicamente incorrectíssimo.

E a Lei de normalização autonómica, se no domínio do ensino nos surpreende tã curiosamente, noutros domínios nom vai deixar de chamar a atençom do leitor atento, jurista ou nom, pola sua vaguidade e inconcreçom. Por exemplo, no artigo 18 (Do Título IV Do uso do galego nos meios de comunicaçom): «O galego será a língua *usual* nas emissoras de rádio e televisom ...» (*sic*).

Surpreendente, quando menos, também é o estabelecido no artigo 24 ao afirmar-se «2. O domínio das línguas *galega e castelhana* será condiçom necessária para obter o Diploma da Escola Galega da Administraçom Pública (?)» (\*\*).

Mas, é na «Disposiçom adicional» onde a Lei parece desdizer em parte ao Decreto de normativizaçom da língua galega, emanado do Governo de AP, pois no texto parlamentar da lei de normalizaçom, diz-se: «Nas questões relativas à normativa, actualizaçom e uso correcto da língua galega, estimara-se como critério de autoridade o estabelecido pola Real Academia Galega». Que se quer dizer com isto, que ficam anuladas as disposiçoes contrárias ou contrapostas do Decreto de normativizaçom, por quanto a Lei é superior ao Decreto e além disso a Lei posterior derroga a anterior, ainda que nom o diga explicitamente? Fica fora de possibilidade que o ILG, que por Decreto era o amo e senhor para elaborar um Vocabulário e um Prontuário num prazo de dous anos, poda levar a cabo o seu projecto castelhanista do galego? (\*\*\*)

(\*) As aulas seguem a dar-se em espanhol e com textos espanhóis, conteúdos pedagógicos que ignoram a realidade galego-portuguesa, etc. Nom há «História de Galiza», «Geografia de Galiza»... e menos ainda referências ao mundo galego-português e/ou peninsular (N. da R.).

(\*\*) Nom existe nengum organismo com esse nome, nem cousa que se lhe pareça (N. da R.).

(\*\*\*) O prazo fixado legalmente já passou e o ILG nom fez nengum «Vocabulário», «Prontuário» ou similar. Só existe na actualidade o «Prontuário da Língua Galego-Portuguesa» das Irmandades da Fala, de carácter privado, de momento. Assim pois o prazo venceu para o ILG felizmente; nom foi publicado o vocabulário por medo às críticas pola sua tendência manifestamente espanholista ou por falta de tempo para a sua redacçom?! (N. da R.).

Que a Real Academia Galega tem facultades na matéria e outras entidades, ao melhor mais capacitadas, nom? Insistimos no dito, a questom da normativa nom deve ser senom tema de lingüistas e expertos e nunca tema de incursom política. A garantia dum bom futuro para o galego, incorporado, reintegrado à sua área própria, rehabilitado como língua de cultura e internacionalmente válido com as outras variantes (realizações) do mesmo sistema: português e brasileiro, nom pode ficar em mãos de governos, for qual for a sua composiçom. Prova disso é o que já aconteceu com a iniciativa legislativa do adjunto ao Presidente, tentando passar gato por lebre num Decreto que nunca devera ter aparecido no Diário Oficial e menos adiantando-se a uma Lei que agora o questiona, de rango superior.

### III CONCLUSOM

O Decreto de AP intentou infelizmente consagrar a tendência lingüística espanholizante do ILG, que desfigura o nosso idioma nacional, castelhaniza o galego e desfai as suas imensas possibilidades de futuro, atentando contra a sua unidade estrutural, que lhe dá corpo e razom de ser, dentro do mesmo sistema lingüístico com as outras variantes.

A Lei de normalizaçom do Parlamento nom melhora a questom, ainda que reenvia para o tema da normativa à Real Academia Galega, entidade que nom tem que ver com a língua expressamente ou exclusivamente, segundo os Estatutos de dita entidade.

Nom parece conveniente, nesta altura, que seja exigível de forma obrigatória um só «galego» o de AP e, além disso, curiosamente o mais espúreo e castelhanizado, contaminado polo espanhol.

Para eliminar essa contaminaçom, romper a colonizaçom a que está submetido o galego, com uma cada vez maior aculturaçom por parte do espanhol, resulta imprescindível o manter essas tendências lingüísticas restauradoras, descolonizadoras, que pretendem recuperar e reintegrar o galego no seu próprio sistema cultural e lingüístico.

Esta legislaçom que leva à desfeita do galego, como afirmava um professor amigo, nom se pode admitir pois leva à espanholizaçom e aculturaçom da «língua própria de Galiza», convertida em breve num dialecto do espanhol. Reenviamos ao leitor às críticas publicadas por entidades como a ASPG, AGAL, revista «O Ensino», Apelo das IF, etc. que acreditam o que dizemos (\*).

Somente um consenso progressivo, entre lingüistas, científicos e estudiosos da nossa língua poderia fixar uma convergência numa futura

(\*) Nomeadamente pode citar-se: «Orientações para a escrita do nosso idioma» ASPG, 1982. «Observações sobre as normas ortográficas e morfológicas do ILG/RAG» ASPG, 1982. «Para ler textos escritos em galego», ASPG, 1982. «Estudo crítico das normas... do idioma galego», AGAL, 1983. «Prontuário da Língua Galego-Portuguesa das Irmandades da Fala», Temas de *O Ensino* 2/3, 1984 (N. da R.).



O SAPO 1.º — O homem manda em tudo.  
O SAPO 2.º — Mas o homem é escravo do homem.

normativa comum, com intervençom de expertos das outras variantes do sistema, a fim de fixar os passos a dar para a elaboraçom de uma língua-padrom comum para as três variantes no futuro, com respeito pleno das senhas de identidade e peculiaridades próprias de cada variante. Ningum galego bem nascido se pode opor a projecto tã importante para garantir o futuro da nossa língua e o alargamento e crescimento do sistema lingüístico comum, mesmo a nível planetário.

Essa normativa deverá ser submetida à consideraçom do Povo, pelos canais correspondentes, instituições lingüísticas, culturais e pedagógicas e nunca exigida pola força e menos imposta por Decreto.

Essa normativa deverá recolher a tradiçom histórica do galego, a etimologia, e ter em conta as outras variantes do sistema que puderom evoluir livremente, a fim de garantir que o galego volva a ser, além de um idioma culto, uma língua internacional, universal, de uso técnico e científico, sem perder por isso as características que o definem dentro do sistema, de forma clara e inconfundível.

Eliminar a desfeita que intenta consagrar a normativa do ILG/RAG e AP, estabelecer essas características definitórias do galego como variante em pé de igualdade com as variantes portuguesa e brasileira, eliminar a contaminaçom e colonizaçom espanholas, enfrentar a aculturaçom que se quer impor à nossa língua nacional, eis o lavor que devem desenvolver os nossos lingüístas, sócio-lingüístas, científicos e estudiosos, fazendo realidade as imensas possibilidades que o nosso idioma contém e que a normativa ILG/RAG e AP lhe quer negar por Decreto!

Como se diz no «Apelo das Irmandades da Fala ao Povo Galego»: «Os galegos nom podemos deixar que espanholizom o nosso idioma nacional. Quando na escola se devera já ensinar o galego cientificamente e como idioma de cultura, nom podemos admitir que se ensine como se fora um dialecto do espanhol ... Exigimos que seja respeitada a sua etimologia, a sua história, a sua morfologia, a sua sintaxe, a sua fonética ... Nom queremos a espanholizaçom do galego ... Queremos que o galego seja ensinado cientificamente nas escolas, institutos, e universidades do nosso país e do estrangeiro ... Que o nosso idioma seja respeitado como língua que serve para nos comunicar com mais de 150 milhões de habitante da Galiza, Portugal, Brasil e países como Angola, Moçambique, etc. Que o nosso Povo conheça a importância do nosso idioma nacional como sistema de comunicaçom internacional ... Galegos a nossa língua é digna e útil; nom a deixemos estragar por AP, que quer que perdamos a nossa identidade lingüística e nacional» (\*).

Para a reconstruçom nacional das comunidades nacionais, que como a galega, basca e catalã sofriram grandes opressões no campo cultural e lingüístico, é imprescindível o mantimento da unidade cultural dentro da área lingüística que corresponda.

Na divisom de romances latinos, a Galiza fica por direito próprio no mundo cultural e lingüístico galego-português, na franja atlântica que vai de Norte a Sul, da actual Galiza a Portugal, à beira do romance castelhano e do catalão. O basco é uma ilha que nem tã sequer tem

(\*) O primeiro apelo das Irmandades da Fala é de Janeiro de 1983, o segundo de Fevereiro e o terceiro e último conhecido (3.ª edição), do Dia da Pátria Galega, 25 de Julho do mesmo ano. (N. da R.).

algo a ver com as línguas nascidas do latim. Todas essas línguas e áreas culturais som merecentes da máxima protecção depois da aculturação que tiveram que aturar por parte do espanhol.

Por isso, nos temos que rejeitar a filosofia e objectivos da legislação que analisamos anteriormente e que vem a intentar, no nosso caso: a espanholização do galego, a aculturação da comunidade galega, a colonização do nosso Povo, a destruição da identidade nacional da Galiza, a anulação do processo de consciência nacional, a consolidação da diglossia e o bilingüismo, com predomínio do espanhol e prejuízo do galego, a desmembramento do sistema cultural e lingüístico galaico-português, em definitivo, a anulação da unidade estrutural do galego, na sua dimensão diacrónica ou histórica quanto sincrónica ou actual.

Os intermediários desse projecto castelhanista som hoje por hoje o Instituto de la Lengua Gallega, a Real Academia Gallega, a Junta de Galiza ou Governo Galego e a Conselharia (Ministério) de Educação e Ciência e a Direcção Geral de Política Lingüística.

Os defensores da galeguização do sistema, da reintegração do galego em pé de igualdade com o português e brasileiro como variantes, som, além de ilustres professores e lingüistas, como Carvalho Calero, Rodrigues Lapa, J. Coromines, etc. as entidades Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa, Associação Pedagógica Jornadas do Ensino de Galiza, Associação Galega da Língua, Irmandades da Fala, Associação de Amizade Galiza-Portugal, etc.

Os defensores da recuperação do galego e a sua integração no sistema lingüístico que lhe corresponde: galaico-luso-brasileiro-africano de expressão portuguesa, lutam por um futuro saudável para o galego, imediato, sem submetimentos ao espanhol, que permita a internacionalização do galego, o seu uso no mundo técnico-científico e a homologação com as outras variantes do sistema no mundo da cultura, do ensino (nos níveis superior, secundário e básico, em todas as matérias) e nos organismos internacionais. Sabemos que o futuro do galego vai ligado ao do português, como ramos de uma só árvore que tenham que viver de uma mesma e única seiva. É por isso que os galegos nos vamos tolerar nengum genocídio, pois a língua que o nosso Povo soubo conservar até hoje nom é senom uma só língua: a galego-portuguesa, que todos estamos obrigados a defender. E é essa língua a que nos define como Povo, a que é suporte, alicerce, da nossa cultura, a que agora está sendo ameaçada por uma legislação e uma política «contra natura» emanada dos órgãos de governo de AP.

Nom seria justo deixar de citar que o Governo central tampouco leva avante uma política encaminhada à reconstrução nacional das nações oprimidas (Galiza, País Basco e Catalunha), mais bem ao contrário, pretende em muitos aspectos a desmembramento da unidade cultural das diferentes áreas lingüísticas que nom coincidem com a do espanhol. E isto também é muito grave (\*). O recurso de inconstituição

(\*) Reenvio aos leitores ao trabalho do professor Gil Hernández da revista *O Ensino*, núm. 11-12-13, 1985, intitulado «A situação «de direito» no Estado espanhol. Desigualdade entre as comunidades lingüísticas. Uma opinião desde a Galiza» pela sua clareza e rigor ao perceber que o problema ultrapassa as fronteiras das «quatro províncias», a cujos limites retro-traiam, incluso muitos nacionalistas galegos, teoricamente progressistas, o problema da Língua galego-portuguesa na Galiza (N. da R.).

nalidade interposto contra as leis de normalização lingüística, a confusão existente para com respeito ao uso das línguas nacionais nom castelhanas, etc. só tem uma solução correcta: o reconhecimento em pé de igualdade, como oficiais, das línguas nom castelhanas (galego-portuguesa, catalã e basca). Mas, como é lógico, isso supõe uma mudança que hoje por hoje os espanhóis nom estam dispostos a fazer se nom há pressões suficientes por parte das Nacionalidades afectadas.

Nessa luta comum pode e deve existir uma conjunção de forças entre as comunidades nom castelhanas, portugueses incluídos, pois todos temos interesses comuns e os galegos e portugueses, situados na mesma franja atlântica e na mesma área cultural e lingüística, muito mais definidos do que outros, devemos concorrer a essa luta com todas as nossas vontades. Já no nosso Hino o poeta afirmava: «à nobre Lusitânia os braços tende amigos ...» Todos adivinhamos o final polo que lutamos, e que Pondal soubo intuir poeticamente já há tempo de mais.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Irmandades da Fala: *Vocabulario Castellano-Gallego*, Introd., 1933; *Prontuário da língua galego-portuguesa*, Braga, 1984.
- Seminário de Estudos Galegos: *Algumas normas para a unificazon do idioma galego*, Nos, Santiago, 1933; *Engádega às normas para a unificazom do idioma galego*, Nos, Santiago, 1936 — (Há re-edição de 1970 do «Padroado da Cultura Galega», Caracas. Só das normas, nom da «engádega»).
- Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* da RAG, 1971; Id., 1977.
- Bases pra unificacion das normas lingüísticas do galego*, Anaya, 1977.
- Orientacions para a escrita do galego*, ASPG, 1979.
- Normas ortográficas do idioma galego*, Junta de Galiza, 1980.
- Bases pra unificacion das normas linguísticas do galego*, Universidade de Santiago, 1980.
- Orientacions para a escrita do galego*, ASPG, 1980.
- Orientaçoms para a escrita do nosso idioma*, ASPG, 1982 (reintegradas).
- Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, ILG/RAG, 1982.
- Explicaçoms sobre alguns pontos das Orientaçoms para a escrita do nosso idioma*, ASPG, 1982.
- Observaçoms sobre as normas ortográficas e morfológicas do Instituto da Língua Galega — Real Academia Galega*, ASPG, 1982.
- Para ler textos escritos em galego*, ASPG, 1982.
- Estudo crítico das Normas Ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, AGAL, 1983.
- As Irmandades da Fala ao Povo Galego*, 1983.
- Coseriu, E.: *Sincronia, Diacronia e História*, Universidade de S. Paulo, 1979.
- Chaves de Melo, Gladstone: *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1975.

Da Silva Neto, Serafim: *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, 1977.

*História da Língua Portuguesa*, idem, 1979.

Carvalho Calero, R.: *Da Fala e da Escrita*, G. Editora, 1983.

Montero Santalha, J.-M.: *Método práctico da língua galego-portuguesa*, 1983.

*Diário Oficial de Galicia*, núms. 36, 84, 129, 153 — 1983.

Conseil de l'Europe: *Actes du Cinquième Colloque International sur la Convention Européenne des Droits de l'Homme*, Paris, 1982.

*Les droits de l'Homme*, J.-M. Becet/D. Colard, Paris, 1982.

*Libertés publiques*, J. Roche, Toulouse, 1981.

*Defesa dos direitos e acesso aos Tribunais*, A. Pereira, Horizonte, 1980.

*O Ensino. Revista Galaico-Portuguesa de Sócio-Pedagogia e Sócio-Linguística*, núms. 0 a 6, 7 a 10, 11 a 13.

Vários: *Encontros Labaca*, Ed. do Castro, 1984.



Desenho de Castelão  
para o cartaz do Ano Santo Compostelano  
de 1925

## EPÍLOGO DAS IRMANDADES DA FALA

om este primeiro volume de «Linguística e sócio-linguística galaico-portuguesa» queremos continuar a caminhada iniciada com a edição do «Prontuário da Língua Galego-Portuguesa» que tã grande sucesso e acolhida tivo entre galegos e portugueses e inclusive catalães, bascos, andaluzes e canários... A sensibilidade pola problemática da recuperaçom da língua e cultura das Nacionalidades históricas, muito reprimidas sob a Ditadura, demonstra que o problema nom é alheio nem para aqueles Povos ibéricos que carecem de língua própria, num esforço de solidariedade compreensom que muito agradecemos.

A acolhida dispensada nos encontros de inovaçom pedagógica por professores dos diferentes níveis do ensino e noutros encontros, convívios e simpósios, por professores dedicados ao ensino de língua e literatura linguístas, sócio-linguístas, etc. tanto portugueses quanto galegos, catalães, etc. fez que nos decidíramos a publicar trabalhos e ensaios de conhecidos linguístas e expertos em linguística e sócio-linguística preocupados com a problemática galego-portuguesa.

A ideia das «Irmandades da Fala», que consta nos seus Estatutos, e documentos fundacionais, de reintegramos o galego-português, de eliminar o processo de aculturaçom que destrue a língua e cultura galaico-portuguesa comum por castelhanizaçom progressiva, de fazer do galego-português uma língua para o futuro a nível internacional e planetário, junto das outras línguas mundiais mais importantes, românicas ou nom, tentaremos completá-la com outras publicaçoes que seguirã a presente, em que compartilhem esforços galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa. Com isso consideramos que fazemos um bem nom só à Galiza e Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, etc. senom à Humanidade toda.

A escolha nom foi feita ao azar senom mesmo respeitando alguns critérios de carácter cronológico, de autoridade de determinados autores e de incorporaçom, desde diferentes pontos de vista, de outros novos de diferentes domínios.

O subtítulo: «Reintegracionismo e conflito lingüístico na Galiza» pensamos serve exemplarmente para dar conta do conteúdo e finalidade que persegue esta primeira publicação.

Em próximas publicações procuraremos que haja contributos de outros especialistas e estudiosos que, por razões alheias à nossa vontade, nom estã presentes neste primeiro volume.

O conflito lingüístico que surge nas páginas deste volume ultrapassa o simples problema ortográfico para ser, desde há tempo, um grave problema cultural e social, inclusive político e de consciência nacional do Povo Galego.

Possivelmente o primeiro vulto ilustre português em fazer, após a Guerra Civil de 1936, um apelo claro e contundente em prol do galego foi o professor Dr. Rodrigues Lapa, quem já propugnava a adequada recuperaçom do galego dentro do sistema que lhe corresponde: o galaico-luso-brasileiro. A sua importantíssima proposta nom foi bem compreendida muitas vezes e inclusive distorcionada com interesses inconfessáveis.

Mas, que dúvida cabe, o problema vem de muito antes e assim o mesmo Manuel Murguia — esposo de Rosalia de Castro e historiador —, Joã Vicente Viqueira, Vicente Risco, Vilar Ponte, Rafael Dieste, Otero Pedraio, Castelão ... se tinham já pronunciado pola reintegraçom galaico-portuguesa.

Castelão chegou a afirmar:

*«Há hoje em todo Portugal um ar, acento, uma pronúncia que já nos diferencia avondo; mas ainda que os ouvidos galegos estranhem as vozes portuguesas, nom por isso deixam de ser vozes nossas, vozes galegas. Só cumpre que portugueses e galegos juntemos as nossas almas como estã juntas as nossas Terras, obedecendo ao «logos» que nos formou» ... «O facto de que o galego chegasse a ser uma língua rústica — como dim — é um delito que só se pode atribuir à hegemonia política de Castela que o desterro das escolas e das solenidades cidadãs, mas felizmente a nossa língua está viva e floresce em Portugal»* (in «Sempre em Galiza», Buenos Aires, 1944) e ainda diz Castelão, numa carta escrita ao historiador espanhol Sanchez Albornoz, em 1944: *«desejo que o galego se acerque e confunda com o português»* (publicada em «Grial», n.º 47, 1975).

E as «Irmandades da Fala» em seu «Vocabulário Castelhanao-Galego» também optaram pola reintegraçom, com o seguinte pronunciamento:

*«Chegamos ao pleno convencimento constatável por quem quixer de que nom existe nenhum termo nitidamente português que nom seja galego e vice-versa; cousa que há que salientar para que ninguém a desconheça» e «Relativamente à ortografia, bastante anárquica ainda na Galiza ... numerosas observaçoes poderíamos fazer; mas uma só exterior-*

*rizaremos agora: a de que todos estamos obrigados a trabalhar para que, num próximo futuro, se chegue a uma unificaçom o mais completa possível na ortografia galega por parte dos nossos escritores, até conseguir incluso identificá-la com a portuguesa na maioria dos casos, toda vez que se trata, ao fim e ao cabo, de uma só língua; pois se na pronúncia, por inflexível lei humana, tem que haver diferenças naturais em idioma tã difundido polas cinco partes do mundo, nas normas ortográficas devem desaparecer quase totalmente. Nom cremos difícil que de o desejar se chegue a um acordo nisto, o que seria de imenso valor»* («Vocabulário Castellano-Gallego de las Irmandades da Fala», Corunha, 1933).

Valentim Paz Andrade, Guerra da Cal, e tantos outros têm manifestado o seu apoio ao processo reintegrador; nomeadamente Guerra da Cal, um dos primeiros na pós-guerra em publicar os seus livros quase plenamente reintegrados e reincorporados à área cultural e lingüística comum galaico-portuguesa. E, hoje por hoje, as novas geraçoes souberom recolher a semente das «Irmandades da Fala» de 1916 e dos ilustres vultos galegos e portugueses que deram impulso ao projecto reintegrador. Nascem, inclusive, assim entidades lingüístico-pedagógicas como a ASPG (Associação Sócio-Pedagógica Galega) — primeira em oferecer uma normativa coerente com a unidade estrutural da língua galaico-portuguesa — a AGAL (Associação Galega da Língua) e as mesmas novas «Irmandades da Fala». O abrochar destas entidades nom foi por geraçom espontânea, senom em resposta a uma necessidade colectiva e individual encaminhada a dar soluçom adequada aos numerosos problemas que à língua galaico-portuguesa se lhe plantejaram no território da Galiza, nesta altura histórica.

As «Irmandades da Fala» actuais, ao fazer a escolha destes ensaios e artigos pretendem esclarecer no âmbito galaico-luso-brasileiro-africano de expressom portuguesa a situaçom actual da língua galaico-portuguesa no Noroeste da Península Ibérica, o seu processo de normalizaçom e de normativizaçom, compreendida esta como uma parte daquela.

Temos assim neste volume os contributos de especialistas tãm acreditados como o português Rodrigues Lapa e o brasileiro Gladstone Chaves de Melo, os catalães Joan Coromines e Lluís V. Aracil e de galegos como o ilustre Prof. C. Calera, José-Martinho Monteiro — hoje Presidente das Irmandades da Fala —, Isaac Alonso Esrtaviz, Domingos Preto — professor na Universidade de Groningen — assim quanto os trabalhos de Adela Figueiroa — Catedrática no Instituto da Junqueira de Pontevedra e Secretária da ASPG —, do sócio-lingüista António Gil Hernández — professor no Colégio Universitário da Corunha — do escritor Carlos Durã, radicado em Londres, e de Jos Luís Fontenla — Presidente da Associação de Amizade Galiza-Portugal —.

Todos eles tratam da problemática da língua galego-portuguesa na Galiza e do futuro portanto do galego e do português, desde diferentes perspectivas, mas com uma idêntica finalidade: recuperar cultural e socialmente a língua galega e reintegrá-la no sistema próprio ao que pertenceu desde sempre, evitando a sua castelhanização e aculturação progressiva, fazendo-a útil socialmente, outorgando-lhe categoria literária, fazendo que seja instrumento de comunicação internacional a par de outras realizações do sistema: português e brasileiro.

Com este contributo, ao que ham-de seguir outros em breve, «Irmandades da Fala» considera que se inicia um debate e à vez um esclarecimento notável sobre o processo de reintegração da língua galego-portuguesa, processo para o qual formulamos os nossos melhores votos em espera da sua adequada solução em pouco tempo, em benefício de toda a comunidade galaico-luso-brasileira-africana de expressom portuguesa.

Ficariámos muito obrigados a quantas pessoas, interessadas no futuro da língua galego-portuguesa, queiram fazer chegar ao nosso conhecimento toda classe de sugestões, críticas e opiniões relativamente aos temas tratados neste volume referentes à língua galego-portuguesa.

IRMANDADES DA FALA  
Galiza - Portugal  
14 de Abril de 1985



(Desenho de Castelão)

## ÍNDICE BIO-BIBLIOGRÁFICO DE AUTORES



ARACIL, LL. V.

Presidente do «Research Committee on Sociolinguistics» da «International Sociological Association», professor de Sócio-Linguística da Universidade de Barcelona. Introdutor de estudos de sócio-linguística no Estado espanhol e autor, entre outros, do livro *Conflit linguistique et normalisation linguistique dans l'Europe nouvelle*, tem publicado: *Bilingualism as a myth, Papers de Socio-linguística, Historia inédita de la llengua catalana. Segles XIX-XX*, etc.



CARVALHO CALERO, R.

Nasceu em Ferrol (Galiza) em 1910. Licenciado em Direito e Filosofia e Letras pela Universidade de Santiago de Compostela. Dr. em Filosofia e Letras pela Universidade de Madrid. Agregado de Língua e Literatura no Liceu Rosalía Castro de Santiago. Primeiro Catedrático de Linguística e Literatura Galega da Universidade de Santiago, na Faculdade de Filologia. Numerário da Real Academia Galega, sócio de honra das Irmandades da Fala e da Associação de Amizade Galiza-Portugal.

Afastado do ensino oficial por ter participado na Guerra Civil espanhola da parte fiel à II República; autor, com outros ilustres galegos, do Projecto de Estatuto de Autonomia de Galiza aquando da proclamação da República: publicou livros de poesia como: *Vieiro*, 1934; *O silêncio ajoelhado*, 1934; *Anjo de terra*, 1950; *Poemas pendurados dum cabelo*, 1952; *Saltério de Fingoi*, 1961. Com a sua obra *A Gente da Barreira*, 1951, primeiro romance publicado em galego na após-guerra, ganha o Prémio dos Bibliófilos Galegos. Publica em teatro: *A sombra de Orfeu*, *A farsa das zocas*, *A árvore* e *Auto do prisioneiro*.

A sua obra científico-filológica, no duplo aspecto lingüístico e crítico-literário, é de grande importância para a cultura galega. *Sete poemas galegos*, 1955; *Aportações à literatura galega contemporânea*, 1955; *Breviário antológico de literatura galega contemporânea*, 1966; *Sobre língua e literatura galega*, 1971; *Gramática elemental do galego comum*, 1974; *História da Literatura Galega Contemporânea*, 1975; *Da fala e da escrita*, 1983; *Letras Galegas*, 1984, etc.

Carvalho Calero pertenceu à geração NOS e ao Seminário de Estudos Galegos, do tempo da República, e é hoje o vulto mais representativo da cultura galega. Defensor, com Rodrigues Lapa, do reintegracionismo galaico-português, que visa a reincorporação da língua e cultura galega à área cultural e lingüística que lhe é própria: a galaico-luso-brasileira-africana de expressom portuguesa. O seu pensamento tem influído decisivamente nas novas gerações de professores e estudiosos, tanto galegos quanto portugueses e estrangeiros, que se mostram interessados pela cultura galaico-portuguesa.

## COROMINES, JOAN

Professor da Universidade de Chicago, depois de exilar-se a Argentina com motivo da Guerra Civil espanhola. Autor do *Diccionario Crítico y Etimológico de la Lengua Castellana* e *Diccionario Crítico y Etimológico de la Lengua Castellana e Hispánica*, do *Diccionari Etimologic Catalá, Tópica Hespérica, Manual de Catalá, etc.*; é um dos mais prestigiosos lingüístas romanistas catalães. Na actualidade vive em Barcelona.



## DURÂM, C.

Escritor, tradutor internacional da ICO da ONU em Londres. Tem publicado *Teima* (novela), *Galegos de Londres* (novela) e numerosos ensaios em «Grial» — Revista de Cultura Galega —, e em «O Ensino», sobre temas culturais e lingüísticos galaico-portugueses. Forma parte da Equipa Lingüística que publicou o *Pequeno Prontuário da Língua Galego-Portuguesa* e também o livro *Prontuário da Língua Galego-Portuguesa*, das Irmandades da Fala, Braga, 1984.

Tem participado em Simpósios e Congressos Internacionais da Língua Galego-Portuguesa. É membro da ASPG, Irmandades da Fala e AGAL.



## ESTRAVIZ, ISAAC ALONSO

Licenciado em Filosofia pela Universidade de Comilhas e Complutense de Madrid e em Românicas, também por esta última Universidade. Diplomado em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa. Bolseiro do Ministério de Assuntos Estrangeiros, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Ibero-Americano.

Tem publicado em «Grial», «O Ensino» e *Contos com reviravolta, Introdução ao Estatuto de Autonomia de Galiza de 1936, Versões galegas de Textos litúrgicos, Missal galego, Pacem in terris, Mater et Magistra, Gaudium et Spes, Populorum progressio, O problema político de Galiza* de V. Risco; do alemão *O manifesto comunista*. Director do *Dicionário Galego Nós*. Tem participado em Congressos e Simpósios internacionais: I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, I Simpósio de Lingüística e Sócio-Lingüística das Irmandades da Fala, I Encontro de Escritores Luso-Galaicos, etc. Pertence à AGAL, ASPG e Irmandades da Fala.



## FIGUEROA PANISSE, A.

Catedrático do Instituto da Junqueira de Pontevedra, Secretário da ASPG, membro da AGAL — Associação Galega da Língua — e das Irmandades da Fala, Directora de EMA (Ecologia e Meio Ambiente). Tem publicado *As Ciências da Natureza numa programação interdisciplinar, Educação para a paz, Um precursor da inovação pedagógica galega do séc. XVIII: o Padre Sarmiento, A programação interdisciplinar no ensino secundário, A energia nuclear, Pedagogia do meio ambiente, Escola, língua e reintegracionismo galego-português*, etc. Participou no I Congresso de MRP de Barcelona, em 1983, no I Congresso Internacional da Língua Galego-

-Portuguesa na Galiza, em Seminários luso-galaicos e Encontros em Portugal e Galiza, Simpósio sobre Nacionalidades da Universidade de Groningen, I Encontro de Escritores Luso-Galaicos, etc. Directora e coordenadora dos «Simpósios sobre Ensino e Meio Natural» e dos «Colóquias Pedagógicos Galegos». Tem em preparação um livro sobre *Ciência, ensino e sociedade*.

## FONTENLA, J.-L.

Nasceu em Pontevedra. Escritor e conferencista galego; advogado, foi fundador da «Associação Cultural O Galo», em Santiago de Compostela, presidente da «Associação Amigos da Cultura» de Pontevedra e da «Associação para a Defesa Ecológica da Galiza» (ADEGA). Membro do Conselho de Redacção do «Boletim do Iltre. Colégio de Advogados de Pontevedra», Ponente no I Congresso de Direito Galego e Prémio Ensaio nos Jogos Galaico-Minhotos de Guimarães. Do Conselho assessor da Revista «O Ensino». Fundador da Editora SEPT e fundador e também presidente do semanário nacionalista galego «A Nossa Terra», na sua primeira etapa.

Actualmente é Presidente da «Associação de Amizade Galiza-Portugal», Conselheiro das «Irmandade da Fala» e pertence à «Associação de Escritores e Língua Galega», «Associação Galega da Língua» (AGAL) e «Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa».

Tem publicado, além do livro *Poemas de Paris e outros poemas*, sobre: *Contaminação industrial e desenvolvimento, Meios de comunicação e ensino, A Europa das Nações face à Europa dos Estados, Consolidação da cultura e língua da Galiza na área cultural luso-galaica-brasileira-africana de expressões portuguesa, Educação para a paz, O emprego dos mass media na escola, Prontuário da língua galego-portuguesa das Irmandades da Fala, A energia nuclear, O património artístico e monumental, Ordenanças da Real Audiência de Galiza do século XVII, O direito como controlador social, O I Congresso de Direito Galego, O Direito especial de Galiza*, etc. Tem participado em congressos e simpósios internacionais como o I Congresso de Direito Galego, I Congresso sobre Lei Eleitoral e Consequências Políticas (Madrid), Festival Inter-Céltico de Berlim, Simpósio sobre Nacionalidades oprimidas do Estado espanhol (Universidade de Groningen), Primeiros Colóquios Internacionais sobre Cultura e Meios de Comunicação e Sociedades Dependentes (Universidade de Santiago), I Congresso de Movimentos de Renovação Pedagógica (Barcelona), I Simpósio de Lingüística e Sócio-Lingüística das Irmandades da Fala, I Congresso da Língua Portuguesa na Galiza e I Encontro de Escritores Luso-Galegos.



## GLADSTONE CHAVES DE MELO

Professor da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF, Niterói e da Academia Brasileira de Filologia. Tem publicadas, entre outras, as obras seguintes: *A língua do Brasil, Dicionários portugueses, Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa, Os Lusíadas, Gramática fundamental da língua portuguesa*, etc., sendo um dos mais qualificados lingüístas brasileiros.

## GIL HERNANDEZ, A.

Professor de Lingüística Geral no Colégio Universitário da Corunha.

Tem publicado *Por uma ortografia ajeitada do galego, O conto popular: definição e análise, Proposta de planificação lingüística: Que galego na escola?* Tem partici-

pado em Congressos e Simpósios como o I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Encontros do Irunheam Sortua, Simpósio de Lingüística e Sociolingüística de Irmandades da Fala, Congresso de Sociologia de línguas minorizadas Guecho (Getxo), Encontro de Escritores Luso-Galaicos, Simpósios da Sociedade Espanhola de Lingüística, etc. É membro da ASPG, AGAL, Irmandades da Fala, Sociedade Espanhola de Lingüística e Associação Espanhola de Semiótica. Colaborador de «Colóquio/Letras», é membro do Conselho de Redacção de «O Ensino» e «Agália».



MARTINHO MONTERO, SANTALHA, J.

Presidente das Irmandades da Fala, escritor, introdutor e promotor das teses reintegracionistas na Galiza. Tem publicado *Sobre a unificação ortográfica galego-portuguesa*, *Directrizes para a rintegração lingüística galego-portuguesa*, *Método práctico da língua galego-portuguesa*, *O reintegracionismo galego-português*, *O reintegracionismo nos ideólogos do nacionalismo galego*, *Problemas do ensino da língua galega*, etc. Tem participado em Congressos e Simpósios como o I Congresso de MRP do Estado espanhol, I Congresso da Língua galego-portuguesa na Galiza, I Simpósio de Linguística e Sociolingüística das Irmandades da Fala, Encontro Nacional da Língua, Colóquios Pedagógicos Galegos, etc. É directivo também da ASPG e membro da AGAL. Actualmente é pároco em Ferrol (Galiza).



PRIETO, D.

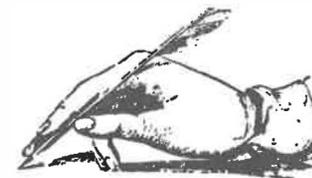
Professor de Linguística Geral na Universidade de Groningen (Holanda). Autor de numerosos ensaios sobre linguística geral, fonologia e linguística aplicada. Tem publicado em «Grial», «O Ensino», «Les langues modernes», etc. sobre: *Fonologia do galego*; *A linguística aplicada e o ensino das línguas*, *Le rôle des contes dans l'enseignement des langues*, etc. Tem participado em Congressos e Simpósios internacionais, I Congresso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, I Congresso de MRP do Estado espanhol, I Simpósio de Linguística e Sócio-Linguística, etc.



RODRIGUES LAPA, M.

Nascido em Anadia, o professor Rodrigues Lapa é um dos mais importantes lingüistas portugueses, tendo publicado obras importantíssimas para a romanística: *Das origens da poesia lírica em Portugal na Idade Média*, *Lições de literatura portuguesa*, *Estilística da língua portuguesa*, *Miscelânea da língua e literatura portuguesa medieval*, *As cantigas de escárnio e maldizer*, etc., além de numerosíssimos ensaios e estudos em múltiplas revistas científicas da sua especialidade.

Iniciador da rintegração galaico-portuguesa com *A recuperação literária do galego*. Pertence como sócio de honra às entidades galegas ASPG, Irmandades da Fala e Associação de Amizade Galiza-Portugal. Pertence ao Conselho assessor de «O Ensino».



## SUGESTÕES PARA OS COLABORADORES

✘ AS COLABORAÇÕES EM «O ENSINO» SOM NORMALMENTE SOLICITADAS POLO CONSELHO DE REDACÇÃO, EMBORA SE ACEITEM ORIGINAIS PROPOSTOS PARA PUBLICAÇÃO. ✘ OS ORIGINAIS SUBMETIDOS A REVISTA «O ENSINO» DEVEM ESTAR INSERIDOS NO ÂMBITO DESTA PUBLICAÇÃO. SOBRE ELES INCIDIRÁ UMA APRECIAÇÃO DO CONSELHO DE REDACÇÃO E TAMBÉM NO SEU CASO DO ASSESSOR, SEGUNDO A ESPECIALIDADE, TEMA, ETC. NO SENTIDO DE SER OU NOM RECOMENDADA A SUA ACEITAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO. ✘ OS ORIGINAIS NOM DEVERÃO NORMALMENTE EXCEDER DE DEZ FOLHAS, DEVEM SER CONSTITUÍDOS POR UMA ÚNICA PARTE SEMPRE QUE POSSÍVEL, DACTILOGRAFADOS EM FORMATO NORMALIZADO, ACOMPANHADOS DE UMA NOTA BIO-BIBLIOGRÁFICA SUMÁRIA DO AUTOR OU AUTORES. ✘ AS PROVAS TIPOGRÁFICAS SERÃO CORRIGIDAS POLA REVISTA SALVO SE OS AUTORES DESEJAREM ENCARREGAR-SE DESSA TAREFA. NESSE CASO, DEVERÃO INDICAR O ENDEREÇO PARA O QUAL AS PROVAS DEVEM SER REMETIDAS, E DEVOLVÊ-LAS CORRIGIDAS COM A MAIOR BREVIDADE (NO MÁXIMO DE OITO DIAS ENTRE CORREIOS), SENOM SERÃO CORRIGIDAS POLA REVISTA. ✘ AS CITAÇÕES E NOTAS DE PÉ-DE-PÁGINA DEVERÃO SER NUMERADAS CONSECUTIVAMENTE, E DACTILOGRAFADAS EM CONJUNTO NO FIM DO TEXTO, EM PÁGINA NOVA. AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONTERÃO SEMPRE QUE POSSÍVEL E POR ESTA ORDEM: O NOME DO AUTOR TAL COMO APARECE NA PÁGINA DO TÍTULO; O TÍTULO COMPLETO DA PUBLICAÇÃO; O EDITOR; A DATA DA PUBLICAÇÃO E O NÚMERO DE PÁGINAS. ✘ A APRESENTAÇÃO DE UM TEXTO A REVISTA GALAICO-PORTUGUESA «O ENSINO» SUPÕE QUE ELE NOM TENHA SIDO JÁ PUBLICADO. PODEM OS CONSELHOS DE REDACÇÃO E ASSESSOR, NO ENTANTO, DELIBERAR ABRIR EXCEPÇÕES OU, SE FOR O CASO DISSO, SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAR TEXTOS JÁ VINDOS A LUME NOUTRAS PUBLICAÇÕES.

MUITO OBRIGADOS

O ENSINO



ESTE I VOLUME SOBRE *LINGÜÍSTICA E SÓCIO-LINGÜÍSTICA GALAICO-PORTUGUESA*, ACABOU DE IMPRIMIR-SE NAS OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LIMITADA, BRAGA (GALLÆCIA) — PORTUGAL, NO DIA 17 DE MAIO DE 1985, DIAS DAS LETRAS GALEGAS.

Indique-nos o nome de dois amigos ou familiares que podam estar interessados na nossa obra.

NOME	PROFISSOM
MORADA	LOCALIDADE
CODIGO POSTAL	
NOME	PROFISSOM
MORADA	
CODIGO POSTAL	LOCALIDADE

IMPRESSO

Por favor  
cole  
aqui  
selo  
taxa  
impresso

**O ENSINO**

**REVISTA GALAICO-PORTUGUESA DE SÓCIO-PEDAGOGIA  
E SÓCIO-LINGÜÍSTICA**

Apartado 429

32080 OURENSE (Galiza)



Cortar por aqui

Indique-nos o nome de dois amigos ou familiares que possam estar interessados na nossa obra.

NOME	PROFISSÃO
MORADA	LOCALIDADE
CODIGO POSTAL	
NOME	PROFISSÃO
MORADA	
CODIGO POSTAL	LOCALIDADE

IMPRESSO

Por favor  
cole  
aqui  
selo  
taxa  
impresso

**O ENSINO**

**REVISTA GALAICO-PORTUGUESA DE SÓCIO-PEDAGOGIA  
E SÓCIO-LINGÜÍSTICA**

Apartado 1036

4700 BRAGA (Portugal)

